

PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA

TRABALHOS PREMIADOS NA XVII
SEMANA CIENTÍFICA UNIFSA

SEC 2018



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO ACOSTINHO

PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA

Trabalhos premiados na XVI SEMANA CIENTÍFICA
UNIFSA | SEC 2018

Teresina
2018



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO – NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por UNIFSA

Design Gráfico, Editoração e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

E-mail: sec@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2018 UNIFSA

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na XVI Semana Científica - 2018, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha.

Práticas exitosas e inovadoras em Pesquisa: trabalhos premiados na XVI Semana Científica do UNIFSA – SEC 2018 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas (Org.). Teresina: UNIFSA, 2018.

312 p. *online*.

ISBN: 978-65-996314-0-5

ASIN: 9798602944815

Disponível em: <http://189.43.21.151/revista/index.php/anaissec/issue/archive>

1. Semana científica. 2. Pesquisa. 3. Melhores práticas. 4. Publicação científica. 5. Ciência. I. Autor(a). II. Título. III. UNIFSA. IV. Semana Científica.

[ORGs.]



COMITÊ ORGANIZADOR

PRESIDENTE: Profa. Ma. Antonieta Lira e Silva - Pró-Reitora de Ensino

Profa. Dra. Marlene Araújo de Carvalho (Coordenação de Pós-Graduação).

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes (Coordenador do Núcleo de Iniciação à Pesquisa - NIP).

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas (Coordenação do Núcleo de Comunicação - NUCOM)

Profa. Esp. Maria Monteiro da Silva Ramos (Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico - NUAPE)

Profa. Esp. Marcela Rodrigues Moura da Costa Valle (Coordenadora de Extensão | Coordenadora da SEC)

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO

Núcleo de Comunicação –NUCOM

Ana Kelma Cunha Gallas

Penélope Maria Melo Lira

Ana Isabel Freire Monteiro dos Santos Marinho

Nina Nunes Rodrigues Cunha

Odrânio Rocha

COMITÊ CIENTÍFICO

COORDENAÇÃO: Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

Profa. Dra. MARLENE ARAÚJO DE CARVALHO

Profa. Dra. LIANA DANTAS DA COSTA E SILVA

Profa. Dra. DANIELA MOURA PARENTE FERRER

Profa. Dra. MARIA ZILDA SILVA SOARES

Prof. Dr. TONNY KERLEY DE ALENCAR RODRIGUES

Prof. Dr. NELSON JORGE CARVALHO BATISTA

Profa. Ma. JOVINA DA SILVA

Prof. Me. MARCUS VINICIUS LIMA

Prof. Me. ISMERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

Prof. Me. DANILO TEIXEIRA M DE ANDRADE

Prof. Me. LUIS HENRIQUE DAS S.S SOUSA

Prof. Me. FABIO ARÁUJO LEITE

Profa. Ma. ELDELITA ÁGUIDA PORFÍRIO FRANCO

Prof. Me. JOÃO BATISTA RAPOSO MAZULO FILHO

Prof. Me. ANTÔNIO CARLOS LEAL CORTEZ

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Josimar Alcantara de Oliveira – UESPI/UNIFSA
Prof. Dr. Francisco Adalberto do Nascimento Paz- UNIFSA
Prof. Dr. Manoel Pinheiro Lúcio Neto – UNIFSA
Prof. Esp. Eliana Pires Conde – IFPI
Prof. Esp. Luno Gomes de Oliveira – UFPI
Prof. Ma. Thanandra Priscila de Sousa Rocha Ferreira – FACEMA
Prof. Me. Antônio de Lisboa Lopes de Araújo – UNIFSA
Prof. Me. Antonio Marcos Vaz de Lima – UNIFSA
Prof. Me. Cícero Tadeu Tavares Duarte – UNIFSA
Prof. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo – UNIFSA
Prof. Me. Adolfo Macito Campos de Oliveira – UNIFSA
Prof. Me. Antônio Walter Gadelha Guimarães – UNIFSA
Prof. Me. Cristovam Colombo dos Santos Cruz – UNIFSA
Prof. Me. Edjôfre Coelho de Oliveira – UNIFSA
Prof. Me. Fábio Soares da Costa – PUCRS
Prof. Me. Francisco Renato Lima – CEAD/DMTE – UFPI
Prof. Me. Gorthon Lima Moritz (UNIFSA)
Prof. Me. Gustavo Luís Mendes Tupinambá Rodrigues – UNIFSA
Prof. Me. José Lopes Pereira Júnior – UNIFSA/ UFPI
Prof. Me. Manoel Eulálio Neto – UESPI/UNIFSA
Prof. Me. Manoel Eulálio Neto – UNIFSA
Prof. Me. Sergio Romualdo Lima Brandim – UESPI/UNIFSA
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes – UNIFSA
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes – UNIFSA
Prof. Me. Tássio Mascarenhas de Carvalho- UFPI
Profa. Dra. Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco – UNIFSA
Profa. Dra. Ana Beatriz de Sousa Gomes – UFPI
Profa. Dra. Carla Solange de Melo Escórcio Dourado – UFPI

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Clarissa Sousa de Carvalho – UESPI

Profa. Dra. Daniela Fortes Neves Ibiapina – UNIFSA

Profa. Dra. Maria do Amparo Veloso Magalhães – UNIFSA

Profa. Dra. Maria Zilda Silva Soares – UNIFSA / UESPI

Profa. Dra. Mary Gracy e Silva Lima – UESPI/UEMA

Profa. Dra. Odara Maria Sousa Sá – UNIFSA

Profa. Esp. Gisele Lopes Cavalcante – UFPI

Profa. Ma. Aliana Aires – ESPM/SP

Profa. Ma. Ana Carolina Magalhães Fortes – Estácio Teresina

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas – UNIFSA / SexGen (UFPA) / ComGenero (UESPI)

Profa. Ma. Ana Lina Sales – HU-UFPI

Profa. Ma. Angela Estrela de Sampaio – UESPI/UNIFSA

Profa. Ma. Daiany Caroline Santos Silva – IFPI

Profa. Ma. Francisca Carla Silva de Melo Pereira – UNIFSA

Profa. Ma. Francisca Maria do Nascimento Sousa – UNIFSA

Profa. Ma. Gerlanne Luiza Santos de Melo – Estácio

Profa. Ma. Grasiela Maria de Sousa Coelho – UFPI

Profa. Ma. Hyane Assunção de Araújo – UESPI

Profa. Ma. Jovina da Silva – UNIFSA

Profa. Ma. Juliana Gomes da Silva Soares – UNIFSA

Profa. Ma. Keila Cristiane Batista Bezerra – UNIFSA

Profa. Ma. Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro – UESPI/UNIFSA

Profa. Ma. Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim – UNIFSA/NASSAU

Profa. Ma. Luciana Pessoa Nunes Santos – UNIFSA

Profa. Ma. Pâmela Laurentina Reis – SexGen (UFPA) / ComGenero (UESPI)

Profa. Ma. Penélope Lira – ESPM SP - UNIFSA

Profa. Ma. Rosália Maria Carvalho Mourão – UNIFSA

Profa. Ma. Sávia Lorena Barreto Carvalho – UESPI

[SUMÁRIO].



SUMÁRIO

- 1** A Inclusão do Autista No Mercado De Trabalho Através Da Abordagem Apresentada Pela Série Norte-American The Good Doctor. | Autores: Maria Karuline de Sousa Lima, Marcelo Dias de Negreiros Júnior (UNIFSA)**27**
- 2** Questões de gênero e saúde mental: experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico |Autora: Tahiana Meneses Alves (Universidade do Minho – Portugal)**38**
- 3** Bicha Morre, e Não Vira Purpurina: a representação de corpo e envelhecimento de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa (UFPI). Autor: Mesaque Silva Correia (UFPI)**60**
- 4** Senhora de Alencar: a representação feminina na literatura e na telenovela “Essas Mulheres”. Autoras: Lia Calaça Aguiar (UFPI); Núbia de Andrade Viana (UFPI).....**70**
- 5** A aplicação da perspectiva de gênero na investigação criminal de feminicídio. Autoras: Élyda Mary de Carvalho Linhares; Verônica Acioly de Vasconcelos (UNIFSA).**80**
- 6** A banalização da violência feminina no forró brasileiro frente à liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana. Autores: Liliane Batista Soares Magalhães de Sousa (UNIFSA); Ma. Rosália Maria Carvalho Mourão (UNIFSA).....**88**
- 7** A Exposição Vexatória dos Filhos por Meio das Mídias Sociais. Autoras: Luciana Pessoa Nunes Santos (CEUPI); Carlos Filipe Moura Barbosa Filho (UNIFSA)**96**
- 8** A influência midiática no imaginário social sobre o corpo negro na revista raça. Edvaldo Cesar da Silva Oliveira (IFPI) | Autor: Edvaldo Cesar da Silva Oliveira (IFPI).....**110**
- 9** O corpo negado nas aulas de Educação Física: um retrato da atuação dos professores de Educação Física junto a alunos homoafetivos. Autor: Mesaque Silva Correia (UFPI)**118**
- 10** Educação física na esteira da educação inclusiva: os jogos cooperativos como proposta para a inclusão de crianças com Déficit Intelectual nas aulas. Autores: Maria Clara da Costa Alves; Geovana Torres da Silva; Mesaque Silva Correia (UFPI)**126**
- 11** Thomás Sowell na contramão da ação afirmativa no mundo: um estudo crítico de políticas públicas voltadas para cotas raciais. Autora: Maria do Socorro Rodrigues Coelho**134**
- 12** O uso do ebook na abordagem ativa da educação: caminhos e possibilidades. Autores: Rannyelle Andrade da Silva; Camila Irene da Silva Araújo; Isabel Cristina Pereira dos Santos; Louane Roberta de Oliveira Costa; Daniella Oliveira Melo; Márcia Aldeneide Macêdo da Silva; Jovina da Silva (UNIFSA)**140**

13 A efetividade da inclusão digital de idosas. Autores: Maisa Bastos Nunes; Carlos Antonio Santos (FACID WYDEN).....	152
14 Relato de Experiência sobre Estágio em Psicologia Escolar. Autores: Lyzanka Fontinele Vasconcelos; Lisiane Rios Santos Sobral; Patrícia Melo do Monte (UNIFSA).....	162
15 Programa Jovem Aprendiz: sua efetividade mediante legislação brasileira. Autores: Luis Fernando Silva Monteiro; Jovina da Silva (UNIFSA).....	172
16 A responsabilidade civil por dano ambiental no desastre de Mariana sob o viés do racismo ambiental Autores: Tamyres Laysla Messias (CEUT) Aruanna Aparecida Carvalho Borges (UESPI).	186
17 A Monitoria em disciplinas de cálculo para redução nos índices de reprovação e desistências nos cursos de engenharia: um olhar sobre a formação superior. Autores: Danilo Teixeira Mascarenhas de Andrade (UNIFSA); Edvan Carneiro Almeida (UNIFSA); Luiz do Monte Torres Filho (UNIFSA); Paulo Vítor de Sá Nery (UNIFSA); Rodrigo Pereira de Oliveira (UNIFSA); Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA).	200
18 Os bancos comunitários e o desenvolvimento socioeconômico local: um estudo bibliográfico na região nordeste do país. Autores: Kátia Brasil Calixto Brasil (UESPI), Silvana Maria Soares Ramos (UESPI).....	208
19 Índice dos atos de infrações cometidos pelos contadores fiscalizados. Autores: Ariana de Oliveira Santos, Lilane de Araújo Mendes Brandão (UNIFSA), Joice da Cunha Soares (UNIFSA).	220
20 A Reutilização do Copo Descartável triturado como fibra no concreto. Autores: Laécio Guedes do Nascimento (UNIFSA); Aleff Oliveira Coelho Moura (UNIFSA); Welliton Romão de Sousa (UNIFSA); Samuel Campelo Dias (UNIFSA); Diego Silva Ferreira (IFPI); Francisco Honeidy Carvalho Azevedo (ULBRA-RS).	228
21 Estudo de caso sobre aplicação do 5W1H e 5 porquês no processo de análise de falha e melhoria de indicadores. Autores: Kaique Barbosa de Moura (UNIFSA), Letícia Ibiapina Fortes (UNIFSA), Rhubens Ewald Moura Ribeiro (UNIFSA), Alan Kilson Ribeiro Araújo (IFPI), Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho (IFPI).....	236
22 Multimetro de consumo elétrico. Autores: Maria Eli Carreiro Pinheiro; Aislan Sousa Silva; Joelma Oliveira Rodrigues; Valéria Sousa Lima (UNIFSA).....	248
23 Esperança para Portadores de Atrofia Muscular Espinal: Evidências Da Eficácia Do Nusinersen, de autoria de Débora Cosse Silva, Carla Kellen Lima Sousa, Carmem Leide Viana da Silva, Daniely Sousa de Oliveira, Jadna Silva Franco, Walicy Cosse Silva e Karine de Magalhães Nogueira Ataíde	262
24 Análise das Intoxicações por Medicamentos em Picos-PI. Autores: Gabriel Felício Gomes (UNIFSA); Maria Camila Leal de Moura (UNIFSA); Verônica Lorranny Lima Araújo (UNIFSA); Lala Thais de Sousa Moraes (UNIFSA); Ingrid Maria Eustórgio Nascimento (UNIFSA); Vinicius Duarte Pimentel (UNIFSA); Gisele Lopes Cavalcante (UFPI); Paulo Sérgio da Paz Silva Filho (NASSAU)	270

25 Avaliação in sílico de segurança toxicológica de análogos de antivirais desenvolvidos a partir do zanamivir. Viviane Leal Veloso; Clailson da Silva Pinheiro; Débora Cosse Silva; Walicy Cosse Silva; Charllyton Luis Sena da Costa (UNIFSA).....	276
26 Teste de Micronúcleos: o que mostra esse Biomarcador. Autores: Isabela Soares Uchôa; Andyara Maria Rodrigues Veras; Francisco Adalberto do Nascimento Paz, Raimundo Nonato da Silva Júnior; Raimunda da Silva Sousa Neta; Francisco Ariel Paz Santos Freitas; Matheus Fernandes de Castro (UNIFSA).....	282
27 Corantes alimentícios artificiais e os riscos à saúde infantil. Autories: Valéria Magna das Chagas Moura, Natiele Bezerra Silva, Daniela Fortes Neves Ibiapina e Keila Cristiane Batista Bezerra (UNIFSA)	288
28 Avaliação do fator de correção de hortifrútis em uma unidade de alimentação e nutrição de Teresina – PI. Autores: Natiele Bezerra Silva, Valéria Magna das Chagas Moura. Keila Cristiane Batista Bezerra (UNIFSA)	296
29 Contribuições da terapia com laser de baixa intensidade no tratamento de traumas mamilares em lactantes. Autores: Maria Nillane da Silva; Bruna Karinnay Da Silva Sousa; Francisca Cindy de Sousa Albuquerque; Larissa Raynara Bandeira Barros Costa; Maria Merciane Medeiros do Nascimento Ferreira; Marianne Raquel Bonfim Borges; Karla Joelma Bezerra Cunha. (UNIFSA).....	306

[APRESENTAÇÃO].



APRESENTAÇÃO

2018 foi um ano particularmente especial: comemoramos 20 anos de nossa instituição, e dezesseis anos da Semana Científica, um dos maiores e mais prestigiados espaços de valorização da iniciação científica do Estado do Piauí.

Ao longo de seus dezesseis anos, a Semana Científica publicou quase três mil trabalhos, contribuindo para levar a um expressivo número de pessoas, o conhecimento resultante de pesquisas, e para o progresso técnico e científico de nosso país. Mas, sobretudo, este evento tem contribuído para formar cidadãos mais éticos, críticos e aptos a transformar o mundo. Novas ideias, novos paradigmas e inovações tecnológicas têm surgido, permeados por conhecimentos científicos.

É na possibilidade de produzir um conhecimento socialmente responsável, ético e crítico que acreditamos. Não temos dúvida que, ao fomentar o conhecimento científico-tecnológico, por meio de eventos como a Semana Científica, favorecemos a pesquisa como processo dinâmico, atrelado à realidade social.

Destacamos, nesse sentido, o trabalho desenvolvido por nossas instâncias de mediação do saber científico: nosso Comitê de Ética da Pesquisa, a Comissão de Ética no Uso de Animais e o NIP - Núcleo de iniciação à Pesquisa, por meio do qual, desenvolvemos projetos de iniciação científica. Desde 2014, ano de sua criação, centenas de trabalhos têm sido apresentados e publicados por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC.

Diariamente, no Centro Universitário Santo Agostinho surgem inúmeras iniciativas em prol da iniciação científica. Parabéns a todos que se deixaram contaminar pela paixão pela pesquisa e pelo conhecimento.

Antonieta Lira e Silva

Pró-Reitora de Ensino UNIFSA
Presidente do Comitê de Organização da SEC 2018

[EDITORIAL].



EDITORIAL

Em 2018, a SEMANA CIENTÍFICA do CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, a 16ª edição de sua profícua trajetória, trouxe consigo o enorme desafio de se reinventar. Em 2018, comprometidos em melhorar o debate dos resultados das pesquisas, com a valiosa contribuição de pesquisadores mais experientes, a SEC introduziu o conceito de Grupos Temáticos (GT), que, pela sua própria configuração, se constituiu em um importante espaço de interlocução do conhecimento, a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

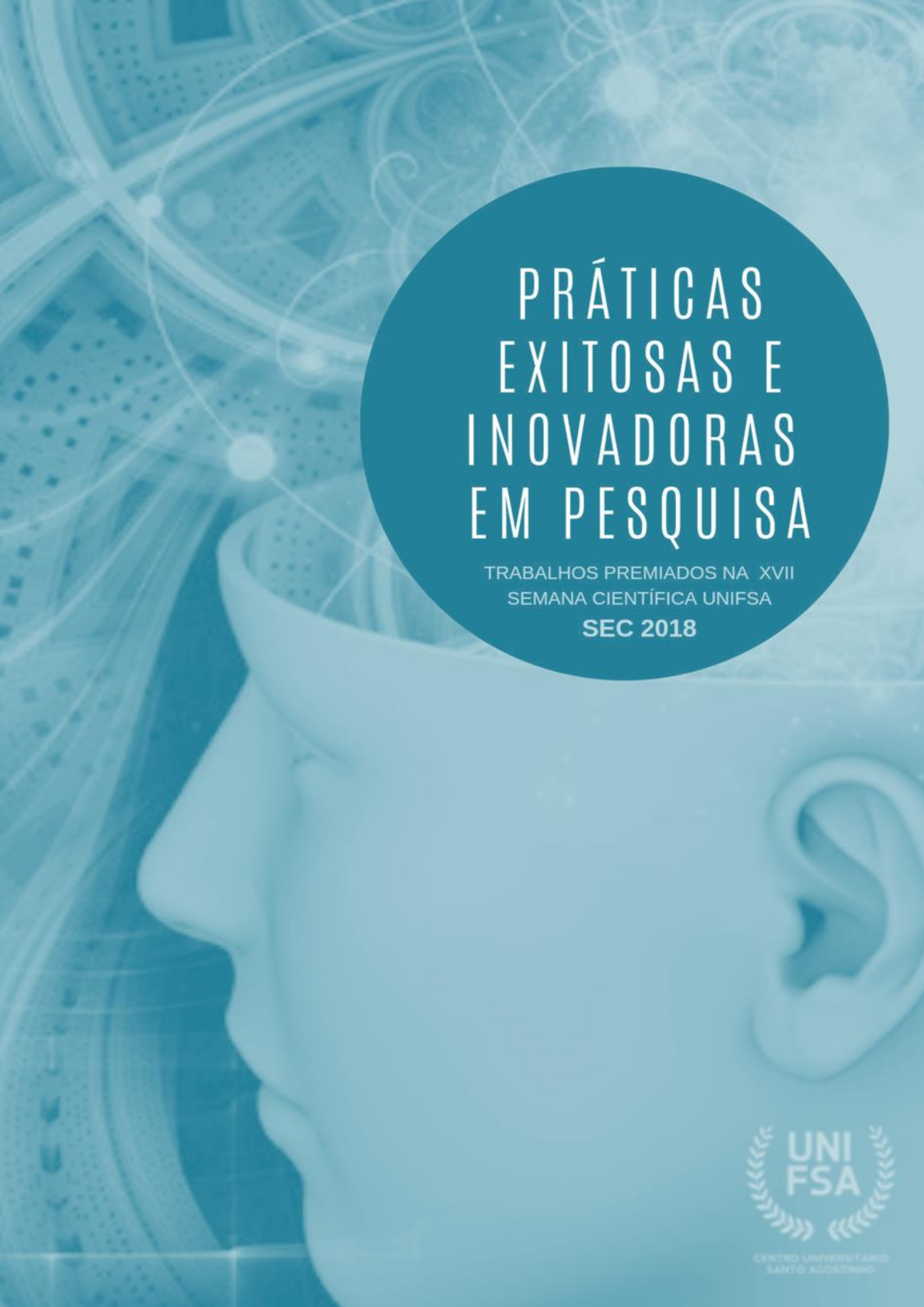
Criada em 2002, com o intuito de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico, a Semana Científica do UNIFSA nasceu comprometida com o saber científico que, produzido e avaliado pela sociedade acadêmica e científica, atua como importante instrumento de desenvolvimento. Nesses 16 anos, a SEC não apenas cumpriu esse papel – o de garantir espaço para a apresentação de resultados da investigação científica e o intenso debate sobre o fazer ciência; sobretudo, a SEC abriu espaço para que pesquisadores, em diferentes níveis de desenvolvimento, publicassem os seus trabalhos tornando possível aquilo que Latour e Woolgar (1997) afirmavam sobre a necessidade de “saber escrever, persuadir, discutir”.

Em 16 anos, os Anais da Semana Científica UNIFSA publicou quase 3 mil trabalhos em Anais impressos e por recurso eletrônico, contribuindo para o importante papel de registrar a ciência, “essencial à conservação e preservação de resultados, observações, cálculos, teorias, etc., possibilitando, assim, a crítica, aceitação ou não e aperfeiçoamentos posteriores” (DROESCHER; SILVA, 2014, p.171). Hoje, situados na plataforma de periódicos UNIFSA, e com acesso universal e gratuito, os Anais da SEC vem contribuindo ao longo dos anos para dar maior visibilidade à produção acadêmica e científica dos pesquisadores. Em 2018, a adoção do Resumo Expandido como o formato padrão de comunicação científica contribuiu ainda mais para que esses objetivos fossem alcançados. Os Anais agora são Cadernos de Resumos Expandidos, o que ampliou significativamente o espaço destinado à apresentação de resultados de pesquisas, promovendo maior discussão e interlocução de ideias. E, finalmente, em 2018 a SEC lançou outro importante produto acadêmico: o e-book “Práticas Exitosas e Inovadoras em Pesquisa”, que, além de reunir os melhores trabalhos apresentados nos GTs do evento, em versão completa, pretende estimular a melhoria dos processos do fazer ciência.

Ana Kelma Cunha Gallas
Presidente do Comitê Científico UNIFSA

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna Lucia. O pesquisador e a produção científica. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.1, p.10-189, jan./mar. 2014.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida do laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.



PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORAS EM PESQUISA

TRABALHOS PREMIADOS NA XVII
SEMANA CIENTÍFICA UNIFSA

SEC 2018



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

1

A INCLUSÃO DO AUTISTA NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA ABORDAGEM APRESENTADA PELA SÉRIE NORTE-AMERICANA THE GOOD DOCTOR¹

Maria Karuline de Sousa Lima²

Marcelo Dias de Negreiros Júnior³



RESUMO

O presente artigo aborda uma questão importante: uma forma de mudar preconceitos e fazer com que seus telespectadores tenham uma nova concepção ressaltando ao público os dilemas que algumas pessoas têm de enfrentar durante sua vida, como preconceito, estereotipação, rotulação e exclusão utilizando a série *The Good Doctor*, uma série televisiva norte-americana que relata a dificuldade que Shaun Murphy, um jovem cirurgião residente, com TEA (transtorno do Espectro Autista) e síndrome de Savant, encontra para ser contratado e ser integrado à equipe médica, mesmo demonstrando saber lidar com soluções em vários momentos de adversidade. As dificuldades que as pessoas com autismo possuem em ser inseridas e integradas no mercado de trabalho, através da problematização apresentada pela série televisiva, adquiridos por uma cultura adquirida pela falta de conhecimento, resultando dúvidas e incredibilidade proporcionando o preconceito para com os mesmos. Almejando a constatação que os autistas possam desempenhar suas funções, de acordo com suas condições e capacidades, asseguradas por lei, este artigo qualitativo resulta de pesquisa bibliográfica e investigações acadêmicas.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão no Mercado de Trabalho. Série *The Good Doctor*.

INTRODUÇÃO

Na atual contemporaneidade as séries televisivas se tornaram um importante mecanismo midiático, abordando temáticas com críticas sociais como também pelo

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Psicologia pela UNIFSA – Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mariakarulinelima@outlook.com

³ Graduando em Psicologia pela UNIFSA – Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: marcelonegreirosjunior@gmail.com

consumismo criado pela indústria cinematográfica. Partindo da importância das séries televisivas como instrumento atual para conscientização de paradigmas na qual a sociedade esteja passando, a série em questão proporciona ao telespectador uma visão diferente do universo do espectro autista, a partir de uma obra fictícia dando uma importância na problematização real da estereotipação e preconceitos culturais com o autismo. Pessoas com autismo apresentam dificuldades que abrangem a interação social, alterações na comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. (CAMARGO; BOSA, 2009; TAMANAHA, PERISSINOTO; CHIARI, 2008; KLIN 2006).

O presente artigo visa analisar a série *The Good Doctor*, na qual o protagonista do drama Dr. Shaun Murphy, com autismo e síndrome de savant, pretende ser contratado pelo hospital San Jose St. Bonaventure, como médico residente. No episódio piloto, este da primeira temporada, a diretoria se mantém numa reunião sobre a contratação de um autista para a equipe médica do hospital em questão. Os quais se encontram deliberando preconceituosamente sobre a permanência do mesmo na equipe, resultando por hora na sua saída pela maioria dos votos devido sua condição. Entretanto em uma cena paralela a esta, Shaun demonstra ser um sábio altamente funcional e inteligente por meio de improvisação ao fazer um de uma garrafa, com auxílio de uma mangueira e fita isolante um equipamento caseiro para manuseio da respiração do jovem que necessitava, afim de estabilizar seu quadro clínico. Esta informação interrompe a direção em seus comentários ardilosos, com o desempenho formidável de Shaun ao salvar uma criança no aeroporto e com toda repercussão do caso proporcionou ao mesmo mais uma chance de argumentar com motivações que ressaltam seu desejo de ser médico, concluindo em sua permanência como membro residente do hospital.

Na premissa de como a série trata o autismo no mercado de trabalho, os objetivos centrais do estudo se baseiam no discurso perante a série que engloba a inclusão e a exclusão do personagem em frente a sua condição, analisando esta tendência pela qual o personagem com autismo enfrenta para posteriormente debater como incluir de fato este indivíduo. Refletindo questões sobre a inclusão dos autistas no mercado de trabalho, assim criando o viés no campo científico aumentando as possibilidades de estudo. Abordando-o para futuras pesquisas e embates de políticas públicas para integrar com respeito e reconhecimento aqueles que apresentam o espectro autista por suas capacidades

profissionais e acadêmicas assim como todos, garantido por lei, a igualdade de direitos para todos. As causas que provocam o transtorno do autismo são desconhecidas, mas sabe-se são um grupo de transtornos que se relacionam com muitos fatores diferentes, com seu diagnóstico baseando-se na presença de determinados padrões de comportamento em que muitos estudiosos pontuam múltiplos fatores, tendo os genéticos e ambientais a se considerar e investigar.

METODOLOGIA

A construção do artigo partiu do acompanhamento com um olhar atento e diferencial a série *The Good Doctor*, o presente artigo valeu-se do método de pesquisa qualitativa. Chizzotti (2009) define pesquisa qualitativa como parte do fundamento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Utilizando-se da técnica para coleta de dados, a pesquisa documental. Esta para Gil (2009) caracteriza-se como sendo uma técnica de coleta de dados obtida de maneira indireta que toma a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos. A referente técnica de coleta de dados foi utilizada neste estudo possibilitando um maior aprofundamento e norteamento na construção da pesquisa através da análise dos seguintes materiais: a série norte-americana *The Good Doctor*, está baseada no dorama¹ ficcional sul-coreana de 2013, titulado como *Good Doctor* que relata a dificuldade do protagonista de nome *Park Shi-on (Joo Won)*, um jovem cirurgião residente com transtorno do espectro autista e síndrome de *Savant*, que acaba por fazer parte da equipe médica do hospital, numa narrativa feroz e competitiva relatando ao longo da trama os desafios enfrentados pelo personagem numa busca por aceitação, passando por momentos tensos de rotulação e negação de seus atendimentos por seu comportamento ser visto como atípico para os demais personagens que compõem a obra num objetivo de ser incluso pela comunidade hospitalar, como também revisão de diversos artigos os quais têm relação direta com o tema aqui abordado.

Após a coleta de dados, fora utilizado como procedimento a análise dos dados, a técnica de análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 220) divide a análise de conteúdo em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. Na

pré-análise ocorre a escolha dos documentos necessários, ou seja, essa etapa se caracteriza como sendo a preparação de material.

Na etapa da exploração do material, acontece o momento de maior aprofundamento do material recolhido e a análise deste, tendo início a interpretação dos pesquisadores a respeito dos dados coletados, como por exemplo, as vivências, através da análise de filmes e/ou séries e leituras sobre o tema em questão. Através desse processo obtive-se as categorias de análise, que surgem como forma de facilitar um traçado analítico e melhor assimilação no que se refere aos diversos aspectos abordados. Sendo assim, elencando as seguintes categorias: inserção, integração e inclusão. Assim, adotando para aprofundamento a categoria da Inclusão, por conceber maior suporte a temática da Inclusão do Autista no mercado de trabalho, conseqüentemente alcançando maiores discussões para a presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

The Good Doctor é uma versão americana com embasamento no drama sul-coreano de 2013 *Good Doctor*, este primeiro em seu episódio piloto divulgado no dia 25 de setembro de 2017, pela emissora original *American Broadcasting Company*, com dezoitos episódios de pura reflexão e crítica social numa temática ainda pouco esclarecida para a população. Sendo uma série que se apoia nos conflitos que Shaun Murphy, ao longo de sua vida descreve suas vivências que por meio de lembranças reafirmam seus ideais, assim o encaminhando na busca para com a realização do seu objetivo de ser médico. Demonstrando na primeira temporada suas vivencias, estas de um jovem com autismo e síndrome de savant, a segunda sendo uma condição rara que o faz ser altamente ágil nas resoluções de problemas adversos atribuídos como impossíveis, com uma inteligência elevada que se direciona para a medicina. A série amplia fragmentos do passado da vida de Shaun que reproduzem violência doméstica, rotulação, exclusão, problemas e tragédias, tendo esta última como referência a morte de seu irmão mais novo, este de extrema importância para Shaun ao longo de sua vida, sendo seu principal protetor e amigo, numa relação de amor, companheirismo e segurança.

A partir dos *flashbacks* do personagem principal se torna possível salientar a desinformação dos pais sobre sua condição, sem possuir o conhecimento sobre torna-se

inviável atribuir se de estratégias que melhorassem a relações e o convívio entre sí. Com comportamentos descritos como fora do padrão pela sociedade acabava por ser expulso das escolas regulares que frequentava por não se ajustar aos padrões ditados nas instituições, seu pai violento e ignorante agredia-o sem saber lidar com o mesmo. Seu irmão mais novo estava sempre a defendê-lo, este também passa a ser a motivação de Shaun, pelo resto de sua vida sendo seu reforço positivo, uma história de amizade sem preconceitos.

O drama discute de forma clara as relações no ambiente de trabalho dentre as pessoas para com ele, desde os pacientes aos companheiros de trabalho que o dispensam de forma grosseira, sem demonstrar remorso pelo ato, numa repulsa preconceituosa, mas que detona uma realidade atual na sociedade. Obviamente como consequência Shaun criou um mecanismo de auto-defesa que para as pessoas é visto como estranho, fora dos padrões de aceitabilidade. Com dificuldade de comunicação passou a pensar bastante antes de se pronunciar, repassando em sua mente todos as informações até um fim concreto, e por sequencia fala depressa, falas estas poucas mas importantes e corretas nas suas teorias e conclusões , evitando sempre olhar nos olhos das pessoas, entrelaça as mãos na altura do peito se tornou seu repertorio de comportamento efetivo.

Um ponto relevante é a importância que a série tem numa reeducação sobre as deficiências e as dificuldades de todos como um todo, com o ideal de demonstrar a funcionalidade do personagem ao executar tarefas diárias quanto na sua incrível performance médica e sua capacidade para tal função. Os telespectadores são alvos de informações que relatam o que se passa ao seu redor, dando um gatilho para mudanças de comportamentos preconceituosos. Uma estratégia global de educação à população já tão tecnológica e aos mais jovens que não convivem com tal realidade cotidianamente.

As abordagens de intervenção para suporte às pessoas diagnosticadas com autismo têm com o auxílio das ciências humanas, mesmo com os desafios, dignificar com qualidade de vida a esse grupo social em especial. Historicamente, quando Leo Kanner (1943) e Asperger (1944), ao citarem o termo autista para categorizar um conjunto de características descritas pelas dificuldades psicossociais, abriu o campo para estudos na área a fim de entender mais o espectro autista. O DSM-IV (2002) caracteriza o transtorno do espectro autista como:

As características essenciais do Transtorno Autista consistem na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. (p. 99)

(...)Os indivíduos com Transtorno Autista podem apresentar uma gama de sintomas comportamentais incluindo hiperatividade, desatenção, impulsividade, agressividade, comportamentos autodestrutivos e, particularmente em crianças mais jovens, acessos de raiva. (p. 100)

A partir da definição feita pelo DSM-IV, a respeito do transtorno do espectro autista, e levando a discussão para a série em questão, onde no primeiro episódio da série em questão, a diretoria médica do hospital debate em reunião a admissão do protagonista em relação as suas capacidades profissionais devido ao espectro autista, e assim por maioria decidem pela não admissão do mesmo. Após um evento, tiveram que voltar atrás da decisão, oportunizando a ele a vaga, mesmo a maioria não acreditando no seu potencial profissional devido aos problemas que o portador do TEA apresenta, em entender as suas particularidades.

No que se diz a respeito do ingresso de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, para atender a um direito fundamental de cada cidadão ter uma vida digna e justa, garantida pela igualdade de direitos e oportunidades, na qual a lei nº8213/91 no seu artigo nonagésimo terceiro, assegura a reserva de cargos para trabalhadores com deficiência em empresas com mais de cem colaboradores. Por outro lado, o contratante pode solicitar que seu funcionário com portador de determinada deficiência comprove qualificação profissional para o cargo ofertado, assegurando a funcionalidade de modo produtivo. O portador do espectro autista em suas deficiências sociais e comunicativas, também é possuidor de enormes qualidades e conhecimento podendo desempenhar inúmeras funções de responsabilidade como abordado na série norte americana, tendo assim como objetivo de lei a disponibilização de um mercado igualitário.

As pessoas com TEA (transtorno do espectro autista) relatam a maioria dos seus problemas em relação a sua inclusão no mercado de trabalho relacionados em conseguir o emprego em si, ter um cargo compatível com sua qualificação profissional e em manter-se nele (SILVA 2013; ROBERTSON, 2009). A partir dessa problematização, a participação do

governo por meio das políticas públicas de assistencialismo, que possibilitem uma igualdade no mercado de trabalho, é entender os paradigmas de suporte e de serviço, assim como suas funcionalidades, a partir de políticas voltadas à preparação do candidato para sua carreira profissional, o preparo vocacional precoce, a criação de parcerias empresas nas escolas para estágios, programas com acompanhamento de profissionais da área de serviço social e psicologia desde a fase escolar, oportunizando futuramente demandas que enfrentarão quando ingressarem de fato no mercado de trabalho. O aprofundamento da implantação dessas políticas públicas e da participação da sociedade para a inclusão apresentam ainda poucas abordagens e referências sobre o tema específico tratado. Porém, com o campo de políticas públicas em crescimento, através dos seus órgãos reguladores que fiscalizam e asseguram que o estado possa cada vez mais investir no desenvolvimento e aplicação de tais políticas.

Como citado anteriormente, as dificuldades apresentados pelo protagonista na série e sua relação com a realidade no mercado de trabalho, relacionando por outro lado ao citar casos excepcionais de sucesso no qual esse grupo está incluso devido a facilidade dos mesmos em lidar com conhecimentos tecnológicos, matemáticas e inúmeras ciências por conta das suas altas habilidades de concentração, ótima memória visual de longo prazo, padrões observatórios de reconhecer padrões, e por esses recursos de habilidades e aptidões, as grandiosas empresas querem investir em suas formações acadêmicas e profissionais, com a ajuda da "mão amiga" *Specialist People Foundation*, organização dinamarquesa que atua na inserção de autistas no mercado de trabalho mundial. Empresa essa que ajuda desde a capacitação por meio de processos criteriosos, com treinamentos de meses de duração desde a parte técnica do candidato com transtorno do espectro autista até o seu aprimoramento do desenvolvimento sócio-laboral, e com a empresa contratante que irão contratar os profissionais com TEA.

E assim, correlacionando essa outra realidade do mercado de trabalho para com as pessoas com TEA, e a série *The Good Doctor*, na qual no quinto episódio da primeira temporada, após dificuldades passadas pelo personagem principal de ser realmente incluído pelo personagem do Dr. Melendez, o mesmo já confiante no jovem cirurgião, nas suas altas capacidades de lidar com pressão em momentos de adversidades no universo hospitalar, saber apresentar soluções rápidas, o chefe de equipe médica, mesmo

contrariado pela família do paciente que é incrédula quanto as capacidades profissionais e técnicas do jovem Dr. Shaun Murphy, lhe entrega os materiais da cirurgia para que o mesmo possa realizar, e que o mais interessante é que o paciente também é portador do espectro autista e que desde o começo da sua internação confiou no jovem médico devido suas semelhanças, e ao contrário da família confiou no trabalho do protagonista da série.

CONCLUSÃO

Mediante discussões e a partir das vivências proporcionadas através de análise da série *The Good Doctor*, com leituras sobre a temática em questão para o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível perceber a importância da inclusão da pessoa com autismo no mercado de trabalho. Tal como a relevância da série como mecanismo educacional midiático em massa, que buscou passar o ponto de vista do personagem autista que luta pela realização de seu sonho de ser médico, passando por conflitos e aprendizagens. Dando ênfase e poder ao amor, aos sentimentos e as emoções, como principais antecedentes para com os comportamentos e consequências do protagonista, por estar vivendo dentro de suas limitações sociais, como qualquer indivíduo em magnitude distintas de forma sucinta enaltecer a importância desta temática para com esta série e seus telespectadores numa necessidade ao se dar o devido conhecimento para proporcionar o respeito mútuo às pessoas nas suas diferenças. Posto que o ser humano é único na sua subjetividade, habilidades e capacidades, portanto seja em qualquer caso assegurado-lhe seus direitos, devendo ser tratado com respeito e humanidade.

No percurso de seus dezoito episódios em que a série dispõe com objetividade e clareza, a obra em questão conseguiu passar uma mensagem ao público, em suma sobre como rotulações e estereótipos devastam a vida de uma pessoa, dando notoriedade os principais conflitos que o protagonista vivenciou desde problemas familiares, escolares e sociais para com outras crianças em sua infância quanto a tentativa de se ter relacionamento amorosos, como também um romance já na vida adulta. Momentos de reflexões são evidentes na série, assim sendo causadores de sensibilidade, por vezes Shaun descreveu os motivos que favoreciam agressões verbais e tratamentos agressivos para consigo. Demonstrando aos demais está ciente de sua condição e por ter consciência dos

motivos ao ser desprezado e desafiado bem mais que os outros ali presentes. Sendo em um destes momentos que coloca em prática seus argumentos críticos em relação ao tratamento rígido em si, que fora visto pelo olhar do mesmo, pelo olhar da vítima seus agressores passam a vislumbrar e ter noção de suas atitudes que por muitas vezes são tão automáticas, engessadas que foram aprendidas e repetidas ao longo de décadas por uma sociedade preconceituosa que cria paradigmas constituindo assim problemas sócias que se deslocam por nações e tempos

Shaun Murphy é um personagem riquíssimo em detalhes que trasborda na obra fictícia uma verdadeira realidade da contemporaneidade, representando de certa forma a voz de um grupo na sociedade que na história da humanidade se viram rotulados e, que ao longo da trama por meio de um processo adaptativo e construtivo o personagem fora incluído no seu local de trabalho. Mantendo uma relação de confiança, respeito e de pai e filho com seu mentor Dr. Glassman, este que lhe ensinou e cuidou do mesmo desde os 14 anos de idade, vem lutando pelos direitos de Shaun. No princípio de suas atividades como punições em serviços braçais, como dar alta médica, fato que não o desmotivou, para então participar de fato de uma sala cirúrgica. Aos poucos fora ganhando a confiança de seus companheiros e pacientes, ganhando espaço e voz em um local tão competitivo.

Ainda sobre o autismo e a síndrome de savant é importante ressaltar que autismo não é uma doença, não atinge as pessoas da mesma maneira, portanto se dar em um distúrbio de desenvolvimento que leva o sujeito a ter comprometimentos de comunicação social e comportamentos que demonstram repetitividade, sendo restritos que se iniciam aos primeiros anos de vida. Frisando que estes comprometimentos podem ser apresentados em maior e menor grau, há adultos e crianças altamente funcionais dentro do espectro, enquanto outros necessitam de atenções e cuidados especiais.

Enquanto a síndrome de Savant, ou "sábio", na sua segunda denominação, é uma condição raríssima, em que torna a pessoa absolutamente inteligentes para algumas coisas, porém noutras tendem a ter certa limitação. Destacando-se em resoluções complexas com equações ditas como impossíveis para muitos, mas necessitam de auxílio ao amarrar os cadarços do sapato. Cumprindo um ideal informativo, integrador e humanizador a série em questão revela paradigmas de segregação vivenciados pela população com TEA ou Autismo, em que sendo uma forma de discutir, trazendo à tona esse

tema para debates em sociedade voltada não somente para os pesquisadores, promove esclarecer com estratégias de conscientização sobre o assunto afim de tornar extinto preconceitos e estereótipos enraizados, passados de geração a geração, sem os devidos conhecimentos.

Neste contexto, busca ressaltar a importância de se conhecer e discutir sobre o assunto em questão, por ser, além de algo pertinente à sociedade, que ganhou inclusive notoriedade pela indústria cinematográfica é também algo de grande impacto na vida das pessoas portadoras do espectro autista. E de como influenciador as séries são para com o comportamento das pessoas, e ao serem utilizadas como mecanismo de educação se tornam uma antídoto contra o preconceito.

Para além dos objetivos inicialmente propostos pelo estudo, foi possível conhecer o lado de empresas que tem foco justamente no público autista devido as suas grandes capacidades, como já citado na seção anterior. Buscando com isso contribuir para abrir os horizontes sobre a proposição aqui discutida.

O presente estudo encontra-se em aberto, por tratar-se de uma discussão atual e que ainda necessita de estudos aprofundados, assim, espera-se que este artigo possa contribuir para fomentar futuras pesquisas ou até mesmo que o presente artigo, possa ser retomado futuramente para tal aprofundamento.

NOTA EXPLICATIVA

¹ Dorama ou k-dramas são dramas televisivos da Coreia do Sul com formatos de minisséries com características distintas que o diferencia das séries de televisão e telenovelas feitas no ocidente, no entanto sendo semelhantes aos dramas produzidos pelos países da Ásia.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, LDA, 1979.

BONTEMPO, T. **Sensory Processing Patterns in High-Ability Adults with Autism Spectrum Disorders in the Workplace**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Reabilitação) – Kingston, Ontario, Queen's College, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**/ Antonio Chizzotti. 10. ed- São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LEOPOLDINO, Cláudio Bezerra. **Inclusão de autistas no mercado de trabalho: Uma nova questão**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.9, n.22, p. 853-868 Janeiro/Abril – 2015.

JORGE, Miguel R (org.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TRTM: texto revisado**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MELO, Luísa. **Empresas contratam mais autistas – e não é para cotas**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/empresas-contratam-mais-autistas-e-nao-e-para-cotas/>
Acesso: 07 set, 2018.

ROBERTSON, S. M. **Neurodiversity, quality of life, and autistic adults: Shifting research and Professional focuses onto real-life challenges**. Disability Studies Quarterly, v. 30, n. 1, 2009.

SALGADO, Ana Clara Lopes. **A Inserção de Autistas no Mercado de Trabalho**. Alethes: Per. Cien. Grad. Dir. UFJF, v. 4, n.6, pp.421-438, jul./dez, 2014.

SILVA, A. C. M. da. **Autismo: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Recife, UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

2

QUESTÕES DE GÊNERO E SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES COM DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO¹

Tahiana Meneses Alves²



RESUMO

O estudo trata dos itinerários de sofrimento psíquico entre mulheres diagnosticadas com transtorno mental e usuárias de um serviço de saúde mental em Parnaíba, Piauí. O objetivo é analisar, desde uma abordagem sociológica, os seus itinerários de adoecimento psíquico, isto é, como se desenrolam as experiências com o transtorno, levando em conta as questões de gênero nas biografias. Adotou-se uma metodologia de caráter qualitativo que teve como técnica principal de recolha de informações a entrevista de história de vida. A análise dos dados foi inspirada na *grounded theory*. Eis as experiências identificadas: contexto familiar (relações entre mães e filhos, relações de poder no contexto da família nuclear, sobrecarga de trabalho feminino na esfera familiar); decepções amorosas (frustração com o amor romântico, infidelidade por parte do parceiro); pobreza; *bullying* e corpo; controle da sexualidade feminina; múltiplas violências. A partir das informações, torna-se possível perceber que relações de gênero desiguais, pouco democráticas, estão presentes nos sentidos do adoecimento psíquico.

Palavras-chave: gênero, saúde mental, mulheres.

Introdução

Desde a década de 1970, durante o período de redemocratização no Brasil, o processo de Reforma Psiquiátrica vem produzindo mudanças no campo da saúde mental.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho/UM. Mestra em Sociologia (Especialização em Cultura e Estilos de vida) pela Universidade do Minho/UM - revalidação pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí/UFPI e Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí/UFPI.

De uma forma geral, a reforma propõe a compreensão do fenômeno transtorno mental na sua complexidade, isto é, para além de uma perspectiva biologicista e considerando os aspectos biopsicossociais do adoecer. Também estabelece medidas jurídico-políticas: uma das principais conquistas neste sentido foi a lei n.º 10.216, de 2001, que redirecionou o modelo assistencial em saúde mental especialmente quanto à substituição do aparato manicomial.

A Reforma tem como importante eixo a chamada desinstitucionalização, que significa mais que apenas remover as pessoas dos manicômios. Sugere uma nova compreensão da saúde e da doença, refutando a ideia de cronicidade e irrecuperabilidade do paciente, e promove uma nova relação entre cuidadores e cuidados. Mais que um tratamento ou uma adaptação, “a desinstitucionalização consiste em um *crescimento* da pessoa” (VENTURINI, 2010, p. 143), buscando a autonomia e a cidadania em sua subjetividade e existência concreta, que, por seu turno, carregam muito das regulações sociais.

Isto descortina a complexidade no campo da saúde mental, que reúne, além dos biológicos, os fatores sociais, econômicos, culturais, etc. Um deles é o gênero enquanto uma “estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 42). É algo que conecta ao mesmo tempo as relações econômicas, afetivas, simbólicas, de poder e opera de forma simultânea nos níveis intrapessoais, interpessoais, institucionais e da sociedade em geral (CONNELL, 2013, p. 66).

Levando em conta as premissas da reforma psiquiátrica e da desinstitucionalização, nomeadamente no que diz respeito à maneira de conceber o transtorno mental (agora a partir não somente dos seus aspectos biológicos, mas também sociais) e a pessoa em sofrimento psíquico (agora a partir não apenas de sintomas e diagnósticos, mas da sua história de vida), propomos o seguinte questionamento: de que maneira aspectos sociais como o gênero podem se fazer presentes na configuração dos processos saúde-doença mental?

Mais especificamente, perguntamo-nos: que “causas” as mulheres atribuem ao próprio transtorno mental? O uso das aspas se justifica pelo fato de que, sendo o transtorno mental um fenômeno complexo, não podemos, a partir de um único olhar

(neste caso, sociológico), nomear causas “oficiais”, “efetivas”. Desta maneira, as “causas” enunciadas neste estudo se referem às “experiências fragilizadoras” da saúde mental ocorridas ao longo das trajetórias de vida, o que engloba as condições sociais externas, objetivas, mas também os modos específicos pelos quais os indivíduos se posicionam face às situações oferecendo-lhes sentidos (HITA, 199, p. 179). Veremos que os sentidos atribuídos ao transtorno mental pelas mulheres revelam muitas questões de gênero.

2. Metodologia: escolhas e justificativas

A pesquisa, por lidar com sentidos atribuídos pelas mulheres às próprias experiências, tem caráter qualitativo. A principal técnica de recolha de informações é a entrevista de história de vida, que “permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes e aos determinismos macrosociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social” (BRANDÃO, 2010, p. 53). Porém, o interesse da investigação não está exatamente na história de cada sujeito propriamente dita, mas, sim, no que cada uma delas permitiu analisar a respeito de determinados grupos, comunidades, culturas, classes, fenômenos particulares. A ideia é colocar um pouco entre parênteses a singularidade das histórias para captar a generalidade da história (MOLAÑO, 1998). Também utilizamos um questionário de caracterização sociodemográfica com o intuito de reter algumas variáveis que pudessem ajudar a explicar a diversidade de reações possíveis frente à vivência com o transtorno mental. A variável fundamental é o gênero. Mas outros marcadores sociais captados pelo questionário ajudam a compreender as variadas experiências. São eles: classe social, raça/etnia, estatuto conjugal, idade/geração, orientação sexual entre outros. A análise das informações foi realizada com base na *grounded theory* (CHARMAZ, 2009), que não busca testar hipóteses ou teorias, mas compreender porquê as pessoas agem de diferentes maneiras.

O trabalho de campo foi desenvolvido entre os meses de novembro de 2016 e maio de 2017 na cidade de Parnaíba, Piauí. Todas as entrevistas de histórias de vida foram realizadas/gravadas no Centro de Atenção Psicossocial II Walterdes Sampaio (CAPS II) – modalidade de serviço especializado dentro da rede de atenção psicossocial (RAPS) em todo o país. No total, entrevistamos dez mulheres. Foram critérios de inclusão: ter

diagnóstico psiquiátrico e ser usuária da saúde mental há, pelo menos, 12 meses; ter, pelo menos, 18 anos; participação voluntária; em condições de diálogo com a pesquisadora.

Todas as mulheres pertenciam a classes baixas e possuíam baixa escolaridade. Algumas, ao menos em algum momento de suas vidas, residiram em áreas rurais. Tinham idades entre 28 e 56 anos. Houve negras, brancas e pardas. Quanto à religiosidade, houve católicas, evangélicas, espíritas, umbandistas e quem não seguisse qualquer religião. Quanto à situação conjugal, houve casadas, em união estável, solteiras, separadas/divorciadas, namorando. Houve quem não tenha nenhum filho e quem tivesse até sete filhos. Quanto à ocupação, houve trabalhadoras autônomas, informais, empregadas domésticas, recepcionista, atendente de *telemarketing*, vendedora, bordadeira, auxiliar administrativo, donas de casa. Algumas recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atrelado à sua condição de saúde. Algumas foram internadas em instituições psiquiátricas. Os nomes utilizados após os depoimentos são fictícios.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso, por estar de acordo com de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, através do protocolo de nº. 2.311.181.

3. Como as mulheres percebem o próprio transtorno mental

Como dito anteriormente, nosso objetivo não foi o de designar as causas “efetivas” do transtorno mental em mulheres. Porém, a maneira como elas dão sentido às suas experiências sugere uma causalidade do adoecer. Como no estudo de Alves (2011), as entrevistadas constroem os seus modelos etiológicos fazendo referência aos mundos¹natural, sobrenatural e social. Em alguns relatos, as “causas” são múltiplas (pode ter relação com qualquer um destes mundos), isto é, o transtorno assume a forma de fenômeno polissêmico.

¹Neste artigo, não abordamos as referências aos mundos “natural” e “sobrenatural” porque nosso foco está no mundo “social” (e nas questões de gênero implicadas). Informamos, porém, alguns significados atribuídos: i) ao mundo natural: transtorno/sofrimento decorrente de doença “física”, de pancadas (especialmente na cabeça), afogamento, gravidez conturbada da mãe (incluindo tentativas de aborto), deficiência alimentar, fatores hereditários ou congênitos; ii) ao mundo sobrenatural: transtorno/sofrimento decorrente de questões espirituais.

Nosso interesse está no mundo social, o qual engloba, segundo Alves (2011, p. 190), “todos os elementos resultantes de factores relacionais, porque o campo no qual se situam são os acontecimentos de vida: familiar, laboral e o relacionado com o ritmo acelerado da vida quotidiana, com o stresse, com a exigência crescente da sociedade e a necessidade de lhe corresponder”. Estes acontecimentos são associados pelos entrevistados com a origem do transtorno mental, mas também, similar ao mostrado por Hita (1998), com a eclosão de novas crises ou, simplesmente, remetem a características do contexto mais amplo sobre o qual se desenrolam as experiências de aflição. É destas situações que partimos para compreender de que maneira o gênero está presente nas experiências subjetivas de cada mulher com o transtorno mental. Este exercício possibilita captar os significados que elas têm para as mulheres ao passo que também revela os elementos estruturais das histórias de vida.

3.1 O contexto familiar

De acordo com Teixeira (2016), a família, sendo uma instituição social e histórica, possui funções que variam conforme o tempo e a formação socioeconômica. No capitalismo, as funções familiares vão desde a reprodução biológica, material, até a reprodução social de seus membros. É tida enquanto locus da estrutura psíquica dos indivíduos por ser espaço de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo e espaço de solidariedade primária. Por outro lado, também pode ser espaço de reprodução de autoridade, hierarquia, dominação pela idade e sexo (idem). O que ocorre, entretanto, é que apesar dessas diferentes possibilidades, ainda predomina, nas nossas sociedades, segundo Dias (2015), a imagem positiva em torno da família enquanto universo social que abrange as noções de confiança, lealdade, reciprocidade, intimidade e sentimento entre seus membros. Mas e quando, no cotidiano, isto não acontece assim?

Para as entrevistadas, o contexto da família foi associado com a piora da saúde mental quando elas estavam na condição de mães ou filhas. Alguns relatos referem o sofrimento em torno da figura materna:

“Um dos motivos foi por causa da morte da minha mãe. Com 12 anos, perdi a minha mãe e a minha irmã mais velha prometeu que ia cuidar dos filhos mais

novos. Ela teve diabetes [...] E eu sofri muito com ela, mas eu acho que se ela fosse viva as coisas teriam sido mais fáceis p'ra mim" (Flora, 28 anos, separada).

"Quando eu tinha crise de epilepsia, ela (a mãe) dizia assim: 'se tivesse um 'retratista' na hora que tu desse crise, eu tirava a tua foto p'ra tu ver como tu fica é a bonita!'. Tudo isso me abalava" (Abigail, 53 anos, casada).

No contrato tradicional de gênero, a mãe, na família, é a principal responsável por prestar o suporte de variados modos (físico, emocional, educacional etc) para com os filhos. Historicamente, o corpo da mulher foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (sua fecundidade passou a ser regulada), submetido ao espaço familiar (no qual deve atuar como elemento funcional e substancial), e associado com a vida das crianças (responsável biológica e moralmente por elas) (FOUCAULT, 2003). Este corpo foi peça fundamental na disseminação da ideia do amor materno, difundida apenas na modernidade, por volta do século XVIII, no contexto da constituição da ordem familiar burguesa (BADINTER, 1985). Tal ideia é forte até hoje. Neste sentido, a quebra do contrato pela falta da figura materna e deste amor, pela sua morte ou pela sua suposta indiferença, foi significada por algumas entrevistadas enquanto sofrimento.

Em outros casos, são as mulheres na condição de mães que sofrem. Uma primeira situação diz respeito a uma entrevistada que vivenciou a morte do filho agravada pela ideia de que os pais devem morrer antes dos filhos:

"Meu filho (choro), não é porque morreu, era altamente gente fina. Era gente que não era p'ra ser desse mundo mesmo. Muito inteligente, muito educado [...] Tanta saudade que eu falto morrer [...] Agora eu pensava que era eu a primeira, né? (a morrer) [...] Enterraram no meu tumultinho que eu tinha comprado. Mas não era p'ra ter sido ele primeiro, não era, meu Deus. Eu nunca imaginei uma coisa dessas" (Catarina, 56 anos, divorciada).

Numa segunda situação, as mulheres na condição de mães atribuem o sofrimento aos constantes conflitos com seus filhos:

"Eu acho que eu sofro mais por causa desses meninos (outros filhos) também, sabe? Eles são rebeldes comigo. Esse rapaz, o mais novo, poucos dias depois que meu filho morreu, ele pegou o som e ligou nas alturas. E eu pedi: 'Oh, meu filho, não 'tou p'ra essas coisas, não 'tou p'ra festa'. 'Ora, mas que porra, quem morreu não foi eu, quem morreu foi o outro. Agora só porque ele morreu ninguém vai mais escutar música?'. Não respeita os meus sentimentos. Isso aí me mata, minha filha [...] Essa minha filhinha mais nova, depois que ele morreu, ficou muito

rebelde. Essa menina, eu peço. Às vezes, eu não 'tou bem e eu peço: 'Filha, vamos dormir comigo? Só hoje?'. 'Vou nada'" (Catarina, 56 anos, divorciada).

"Não vou mentir, não me dou bem com nenhuma, nenhuma (das filhas), não tenho apoio e por isso que eu moro sozinha. Um dia a minha menina quis me matar foi de faca [...] Isso é a minha maior tristeza!" (Serafina, 54 anos, separada).

Como dito, ao longo da história, a família foi gradualmente se transformando em uma unidade de realização afetiva e de companheirismo e, neste contexto, os filhos não são mais diretamente um capital, mas um bem de consumo afetivo (DIAS, 2015). Atualmente, uma das funções sociais dos filhos na esfera da família é fundada numa dimensão afetiva que se refere, de uma maneira geral, ao universo de gratificações que preenchem na vida familiar: os filhos são vistos como uma fonte de prazer. Outra dimensão é a instrumental, que tem como uma de suas funções a solidariedade emocional: espera-se apoio dos filhos, um apoio emocional constante, uma companhia para a vida (CUNHA, 2005). E é o que Catarina e Serafina alegam não ter.

Também na condição de mães, algumas mulheres sofreram com os medos, angústias e falta de entusiasmo durante a gravidez e no período logo posterior ao parto:

"Quando eu fiquei grávida, eu me impressionei muito com a gravidez. O que acontece? Tipo depressão pós-parto [...] Eu acho que eu tinha medo ser mãe. Eu queria ser mãe, mas a família do meu marido queria muito mais. E eu tinha medo, não tem? Eu ficava me sentindo culpada. Muita gente me cobrava p'ra cuidar direito, a família do meu marido. Eu quebrei o resguardo e, aí, a depressão veio" (Bárbara, 31 anos, casada).

Ao saber da própria gravidez e depois de ter o bebê, Bárbara não vivenciou automática e radicalmente o amor materno enquanto suposto instinto, nem a maternidade enquanto uma suposta habilidade inata (BADINTER, 1985). Queria ser mãe, mas precisou lidar com a obrigatoriedade social – que é também moral e até religiosa (idem) – em torno do "desejo" talvez mais dos outros do que dela mesma.

Ainda quanto à condição de mãe, outra situação percebida como causadora de sofrimento ocorre quando uma mãe descuida de um filho:

"Eu botei ela em cima da mesa, ela caiu e morreu. Ela tinha cinco meses [...] Eu fui buscar a fralda dela e botei ela em cima da mesa. Quando eu lembrei, que eu olhei p'ra trás, ela ia virando, eu corri, mas não deu mais tempo de eu pegar. Ela

caiu de bruços, ela ficou... O médico disse que ela rompeu o intestino [...] A minha mãe sempre ficava me chamando de criminosa, tudo isso aí juntou p'ra que eu fosse tão triste, tão aperedada, me sentindo culpada, muita culpa que eu carrego até hoje" (Abigail, 53 anos, casada).

O relato acima remete ao fato de, na nossa cultura, as mulheres ainda vivenciarem um processo de subjetivação guiado por um dispositivo materno que naturalizou para elas a capacidade de cuidar de outros, das tarefas domésticas, de tudo o que estiver relacionado com o âmbito privado (ZANELLO, 2016, 2017). Se às mulheres é estabelecida a capacidade "natural" de dar à luz, amamentar, acarinhar (VALE DE ALMEIDA, 1995), e se a natureza "boa" (BADINTER, 1985), o pior infortúnio que pode acontecer é o de não se mostrar uma mãe cuidadosa. Na construção da figura materna pelo século XVIII, a vigilância foi uma das características priorizadas: "quer esteja em boa saúde ou doente, ela deve permanecer vigilante" (idem, p. 210). Qualquer desatenção é tida como negligência.

Também no âmbito familiar, conflitos relacionais na esfera da família nuclear, isto é, aquela constituída por pai, mãe e filhos (TEIXEIRA, 2016) foram mencionados enquanto fonte de adoecimento.

"Antes, ele (pai) bebia... Assim que eu cheguei de (cidade), ele traiu a minha mãe [...] Porque meu pai já quis me enforcar... [...] Depois ele tacou um banco na minha cabeça que escorreu sangue [...] Não queria que eu namorasse [...]. Hoje eu quero abraçar ele, ele não quer que eu abrace. Acha ruim. Não quer demonstração de carinho [...] Eu acho que tem muita diferença de tratamento. Com o mais velho (irmão) ele chamava de bola cheia, não sei quê, até porque ele jogava bola, essas coisas. Já eu, ele não elogiava, essas coisas. Pelo contrário, fazia era me humilhar, me xingar [...] Não queria que eu trabalhasse. Tipo 'ah, a filha do fulano tá trabalhando!'. Já o meu irmão mais novo, ele com 10 anos pegava latinha, ia vender, sempre teve mais desenrolação do que eu" (Arabela, 33 anos, solteira).

Acima, a entrevistada relata o tratamento diferenciado que recebia por parte do pai quanto aos irmãos homens, o que pode ter relação com as expectativas que pais depositam nos filhos conforme o gênero, inclusive no que se refere à sexualidade. De acordo com Safiotti (1987), é comum haver um padrão de moral duplo sobre os filhos: por um lado, são bastante liberais com os filhos; por outro, extremamente rigorosos com as filhas. Não raro alguns pais mantêm relações extraconjugais ao mesmo tempo que exigem castidade das filhas (idem). Na fala da entrevistada, também há menção à ausência de reciprocidade afetiva e estímulo ou até a proibição em torno de certas atividades (como trabalhar fora de casa) por parte do pai. No cotidiano familiar, há hierarquias de gênero e

geração que são significadas enquanto sofrimento – neste caso, as mulheres entrevistadas não gozam de um lugar com autoridade e credibilidade.

Ainda no contexto familiar, alguns relatos sugerem o sofrimento percebido em termos de uma sobrecarga de tarefas na esfera doméstica. São as mulheres que cuidam de tudo relacionado com a casa, que se responsabilizam pelo bem-estar de filhos, maridos, netos, outros parentes:

“O pedacinho que eu fico em casa, eu faço tudo isso. Não todo dia porque eu não tenho tempo. Minha casa não é das mais limpas, mas também não é das mais sujas. A última vez que eu varri minha casa foi domingo, não dá p’ra fazer todo dia [...] Eu não tenho tempo. Ou eu vou trabalhar fora ou eu vou limpar a casa. Hoje, eu vivo de 15% do (loja). Só. Aí, eu também faço bico de pano de prato, sempre ando com um crochezinho na bolsa [...] Menina, tem dia que eu ando com uma bolsa que boto uma aqui, cheia de pano de prato, de sabonete, que eu ‘tou começando a vender sabonete p’ra me ajudar mais. Eu ando com uma bolsa aqui e outra aqui, tem hora à noite que eu ‘tou despedaçada” (Catarina, 56 anos, divorciada).

Uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social está na base da dominação masculina (BOURDIEU, 2002). E isto frequentemente não ocorre a partir de uma relação entre dominação, por um lado, e resistência, por outro. Devido à força de um *habitus*, os próprios subordinados (neste caso, as mulheres), munidos de um senso prático, se posicionam voluntariamente a uma série de servidões (idem). O cuidado, tão frequentemente visto como uma prática “feminina”, pode ser incluído naquela série. É um cuidado para com os outros não raro exige a renúncia de si mesmas. É um cuidado que muitas vezes não é visto como um trabalho e, conforme Dimen (1997), embora seja absolutamente fundamental para a sociedade, é um trabalho que não termina nunca e nem é remunerado, mas é sentimentalizado, denegrado e banalizado. Para as nossas entrevistadas, além das tarefas domésticas propriamente ditas (arrumar a casa, cozinhar, lavar roupa, passar roupa etc), também é das mulheres o dever do suporte afetivo, de lidar com as despesas fixas da casa e administrar a situação que envolve pobreza e conflitos familiares, às vezes, conciliando tudo isso com o trabalho fora de casa.

3.2 As decepções amorosas

Situações relacionadas com a vida amorosa foram tidas por algumas mulheres como fonte de sofrimento. Segundo Pais (1998, p. 408), a vida amorosa pode até ser fugidia

às racionalizações, mas nem por isso deixa de ser sociologizável: “o amor é um jogo – diz-se – mas é também uma prática de poder orientada sobre o saber e o sentir de outros que a Sociologia deve explorar”. Alguns relatos reúnem em comum a decepção com a ideia do “felizes para sempre” no contexto de um relacionamento amoroso heterossexual:

“Eu casei mesmo sem querer porque eu pensava que casamento era uma coisa, um tipo de coisa que é boa [...] Me desiludi com essa história de casamento, de felizes para sempre” (Serafina, 54 anos, separada).

“Essa decepção que eu tive com ele (marido) me fez cair numa tristeza gigante porque, poxa, a gente ‘tava com oito anos juntos [...] Eu me senti a corna, a última que soube. Eu quero perdoar ele por isso, mas eu não consigo perdoar. Fiquei zangada, me senti mal, com vontade de vomitar, de fazer tudo... De estragar a minha vida, me jogar na frente de um carro...” (Bárbara, 31 anos, casada).

Embora, como informa Giddens (1992), a ideia do amor romântico tenha surgido pelo fim do século XVIII, ainda hoje ele influencia o modo pelo qual as pessoas vivenciam suas relações amorosas. Principalmente para as mulheres, há uma socialização que as orienta para a cultura do romance (PAIS, 1998). Muitas mulheres continuam a se inserir no mundo externo (fora da casa da família de origem) a partir do estabelecimento de ligações (GIDDENS, 1992).

Algumas mulheres entrevistadas que foram traídas por seus companheiros relatam sentimentos de tristeza, revolta, humilhação, baixa autoestima e até desejos de vingança. Mas a maneira como lidaram com a situação revela questões de gênero:

“Eu tentei me matar três vezes. Mermã, é porque meu marido ‘tava se envolvendo com umas bichinhas, umas cunhazinhas que usam droga. Aí, ele tinha relação com elas... Eu sabia de caso dele com mulher. Uma vez, eu peguei ele transando no sofá com uma mulher lá em casa. Tudo isso eu ficava aguentando, até que, um dia, eu não aguentei mais. Uma revolta, uma tristeza. Eu até digo a ele que eu agradeço é a ele (tom irônico) que ele me fez isso porque assim eu conheci o CAPS [...] Outra vez, ele fez foi dizer assim ‘sobe na parede p’ra tu ver eu transando com ela’. Eu subi na parede, em cima da cama, fui p’ra parede, depois desci e fui chorar enquanto ele ‘tava com a outra lá no sofá. Depois, foi uma amiga minha lá p’ra casa, que disse que era minha amiga. Minha rede ‘tava armada em cima da cama, e ele veio da sala... Ficou se acariciando com ela, beijando ela em cima da cama, convidou ela p’ra ficar” (Abigail, 53 anos, casada).

Nossas entrevistadas não encaram a infidelidade masculina como algo simplesmente “natural”, mas como um ato de desamor, humilhante, que causa dor,

angústia, tristeza. Além das traições, vivenciaram diversas modalidades de violência no relacionamento, mas nenhuma delas rompeu o relacionamento de imediato. Algumas demoraram bastante tempo para romper a relação e outras, na época das entrevistas, continuavam comprometidas. Certas mulheres não se separaram porque acreditavam que o amor é algo que deve ultrapassar os obstáculos. Outras, mesmo declarando não sentir amor pelos companheiros, praticavam a ideia de que o casamento deve ser para sempre. Outras, expressavam a crença de que uma separação é um fracasso, algo socialmente indesejável – ainda mais na sua faixa etária dos cinquenta anos de idade.

É possível analisar isto a partir da força que um dispositivo amoroso tem para as mulheres: segundo Zanello (2016, 2017), este dispositivo, sobretudo nas relações heterossexuais, oferece a elas a possibilidade de seu valor pessoal ser confirmado pela outra parte do casal (no caso, o homem). A autora (idem, p. 5) criou uma metáfora para entender o processo de subjetivação através do amor que é vivenciado por tantas mulheres, a chamada “prateleira do amor”. Esta é guiada por um ideal estético e prioriza as características de ser branco, louro, magro, jovem. Quanto mais longe de tais características, mais chances se tem de permanecer na prateleira. É nesta que as mulheres são escolhidas (ou não) pelos homens. Este processo empodera os homens, já que têm a oportunidade de avaliar as mulheres, física e moralmente.

Desta maneira, manter um relacionamento insatisfatório parece menos pior que ter de lidar com a possibilidade de ser “devolvida” à prateleira. É assim que muitas mulheres, tal como algumas entrevistadas, são socializadas para não ficarem sozinhas e sofrem pressão para suportar inúmeras situações como, por exemplo, sustentar relacionamentos humilhantes e danosos, até naqueles casos nos quais assumem não amar seus companheiros.

3.3 Pobreza e seus desdobramentos

A pobreza nas suas diversas faces – desemprego, fome, privação material, preconceito, trabalho infantil – foi apontada para explicar o próprio transtorno mental. A situação das mulheres é agravada pela sua condição de gênero. A própria Organização Mundial da Saúde (2001) reconhece o peso dos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres, que continuam arcando com o fardo de ser as principais responsáveis na esfera

do lar sob a condição de esposas, mães, educadoras, provedoras de atenção para os outros. Simultaneamente, entram cada vez mais no mercado formal e informal de trabalho. Eis o relato abaixo sobre a causa do próprio transtorno, que sugere uma intersecção entre gênero e classe social:

“Nessa época, meu marido foi p’ra (cidade) caçar comida p’ra gente, ia caçar bosta nos matos p’ra vender, fazia bico. Eu ia deixar meus filhos na creche p’ra ir trabalhar também e eu subi no banco da praça e pedi p’ra trabalhar e, aí, eu ficava lá pedindo ajuda p’ra trabalhar, p’ra dar de comida p’r’os meus filhos. Eu não tinha emprego, eu fazia qualquer tipo de coisa... Eu tinha que ficar em casa e tentar trabalhar em casa, mas tendo que trabalhar fora também. Mil preocupações... Aí, eu entrei numa depressão tão grande... A gente ia dormir com fome, só com a água do pote. E eu preocupada... Comigo, com meus filhos pequenos sofrendo [...]. A gente não comia, a gente passava o dia sem comer (choro) [...] Hoje, doutora, se for p’ra comprar um quilo de frango, agora, eu não compro porque eu não tenho dinheiro [...] Minha depressão teve a ver com isso também” (Deolinda, 52 anos, união estável).

Outro aspecto que gera o sofrimento é ser alvo de preconceito por ser pobre. Em diversas ocasiões, Deolinda sentiu-se tratada de maneira negativamente diferenciada nas suas interações cotidianas por ser vista a partir de uma condição de inferioridade:

“Quando foi p’ra eu ter meu filho, a gente não tinha água encanada em casa, era água do poço. Meu marido foi falar com eles, com a sobrinha dele p’ra ajudar no meu resguardo e ela disse que, p’ra minha casa, só vinha se fosse o diabo. Isso aí me marcou muito, que só vinha o diabo p’ra minha casa porque eu era muito pobre. Eu não tinha uma televisão, não tinha um rádio, não tinha um sofá, som. Eu só tinha as panelas e um pote. Ele ficou triste, ele chorou... [...] Então, ele contou que ‘tava com vergonha, que foi na (localidade da zona rural) pedir p’ra sobrinha dele ficar comigo durante o meu resguardo e, aí, ele soube que só o diabo pisava na minha casa porque eu sou muito pobre” (Deolinda, 52 anos, união estável).

De acordo com Sarti (1994), “pobre” é uma categoria que não diz respeito apenas às desigualdades sociais em si, mas é relativizada pelo prisma moral. Num contexto onde mulheres estão em desvantagem simplesmente pelo fato de serem mulheres, a mulher pobre pode ser alvo de preconceito e/ou discriminação inclusive por outras mulheres em melhores condições de vida. Há diversas feminilidades transversalizadas por outros marcadores sociais (BANDEIRA E BATISTA, 2002). Conforme as autoras, a heterogeneidade entre as mulheres, tal como ocorre com outras categorias identitárias, pode gerar preconceitos quando um determinado atributo tido como regra social é valorizado em

detrimento de outro visto com valor negativo. É o que pode ocorrer entre mulheres brancas e não brancas, mulheres jovens e não jovens, mulheres ricas e pobres (idem).

Outro aspecto relacionado com a pobreza e sentido negativamente quanto à saúde mental foi o trabalho infantil:

“Logo assim que começou esse problema em mim é porque eu nasci na casa dos meus pais, eu era muito sufocada de serviço. Em casa, na roça. Eu era criança, eu devia ter mais ou menos uns dez anos, a mamãe já me botava p’ra tirar mel, tirar aquelas abelhas. Isso lá no (localidade). Minha vida foi muito sofrida no interior [...] Eu ajudava eles no serviço, meus irmãos também. A gente comia era peixe seco, minha mãe botava de molho p’ra tirar o sal e a gente comia com cuscoz, só que eu não gostava [...] Nem fui de ir p’ra festa, mamãe não deixava e também ela me botava muito no serviço e eu cansava mesmo trabalhando de roça, capinando, plantando” (Serafina, 54 anos, separada).

Apesar de a pobreza não ser necessariamente a causa do trabalho infantil, ela constitui uma de suas motivações comuns. Diante das condições econômicas precárias vividas por sua família, Serafina começou a trabalhar por volta dos dez anos e não estudou para além da educação básica. Aqui, a dupla jornada de trabalho parece se repetir para a mulher menina: além de trabalhar na roça, Serafina, socializada desde cedo para tal, era designada para exercer tarefas domésticas enquanto parte da condição de ser mulher – fatos estes vistos por ela como impactantes da saúde mental.

3.4 Vivência de *bullying*

Ser alvo de *bullying* em diversos espaços sociais também surgiu nas experiências de entrevistadas. Segundo Mattos e Jaeger (2015, p. 350), o *bullying* “se configura em um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas como, por exemplo, implicância, discriminação e agressões verbais e físicas”. Mas a forma pela qual o *bullying* é realizado pelos autores e recebido pelas vítimas está fundamentada em representações de gênero:

“Quando eu era criança, teve muito *bullying* comigo. Quando eu era menor, eu era muito magrinha, então, as pessoas achavam ruim. Apelidavam... Magricela... E aquilo doía. Com onze, treze anos, eu engordei um pouquinho. Aí, já começaram a me chamar de baleia. Tinha uns jovens que jogavam bola na minha cabeça, me botavam p’ra brigar com pessoas que nem tinham feito nada comigo” (Arabela, 33 anos, solteira).

Os xingamentos sofridos pela entrevistada remetem para a exigência sobre o corpo feminino quanto aos padrões de beleza estabelecidos numa dada época e cultura. Falamos do corpo feminino aqui porque, como informa Bordo (1997), embora a nossa cultura seja narcisista como um todo (o que inclui homens e mulheres), é preciso reconhecer que a preocupação com a aparência afeta de modo mais incisivo as mulheres. No caso de Arabela, no contexto de sua infância/adolescência, o ideal era não ser gorda nem magra ao extremo, mesmo que, hoje, o modelo corporal feminino em voga, bastante difundido na mídia ocidental, seja o da mulher super magra. Como afirma Goldenberg (2013), no Brasil, o corpo valorizado é aquele cuidado, sem marcas (rugos, estrias, celulites, manchas), sem excessos (flacidez).

Em suma, o corpo é marcado por uma construção ideológica da feminilidade que sempre está a homogeneizar e normalizar, a despeito das diferenças de raça, classe etc objetivando que todas as mulheres aspirem a um ideal coercitivo e padronizado (BORDO, 1997). Entretanto, isto pode ser subjetivado em termos de sofrimento por algumas mulheres que tentam se adequar ou fogem de tal ideal.

3.5 Exercício da sexualidade

De acordo com Giddens (1992, p. 33), a “sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta”. O seu exercício está atravessado pelo ensino e aprendizagem de regras e o desvio das mesmas pode se associar com uma série de deteriorações e sofrimentos. Vejamos o relato de Abigail sobre o próprio transtorno mental, que revela diversas situações que têm como pano de fundo um certo *script* para a sexualidade feminina. No caso, a entrevistada rompeu com uma série de aspectos previstos para tal *script*.

O primeiro deles foi ter iniciado uma vida sexual “cedo”, isto é, antes do casamento, sem motivações reprodutivas ou dentro de relacionamentos afetivos estáveis. O fato de tal iniciação ter se dado há aproximadamente quarenta anos, num contexto local onde a liberação sexual feminina era ainda menor que hoje, pode ajudar a se pensar num cenário bastante diferente daquele onde surgiu a sexualidade plástica que, nas palavras de

Giddens (1992), é descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, incentivadora do prazer da mulher e promotora da dissociação entre amor e casamento.

Abigail engravidou duas vezes nas quais os respectivos pais das crianças não assumiram a situação. Quando estava grávida da primeira filha, já sem contato com o respectivo pai, relata que era assediada por um rapaz que veio a ser o pai da segunda filha. Sobre este, afirma: *"Uma vez, eu 'tava grávida da minha segunda filha... Eu 'tava com 3 meses... Aí convidou p'ra ir p'r'os matos. Sempre esse negócio de mato! (Abigail, F, 53 anos, casada)".* A perda da virgindade e a gravidez fora do contexto de um casamento, bem como não ter sua criança assumida pelo pai funcionavam como a "prova" de que Abigail não era "mulher de respeito". Sua reputação estava "manchada". Isto tem relação com uma economia das trocas simbólicas que, segundo Bourdieu (2002), engloba o valor simbólico das mulheres: quanto mais preservadas a sua reputação e, especialmente, a castidade, maior o seu valor.

Mais dificuldades surgiram para Abigail. Na ocasião do nascimento da primeira filha, o pai tinha a intenção de doar a menina: *"Ele 'tava dizendo que ia dar a menina e eu fiquei com raiva [...] Peguei ele falando da minha filha: 'oh, essa menina aqui é p'ra dar. Não querem não?'. Eu ouvi aquilo, comecei a chorar, dei essa febre muito alta, minha cirurgia abriu todinha. Já sofri demais, mulher!" (Abigail, 53 anos, casada).* Acabou permanecendo com a criança, que faleceu pouco tempo depois. Quando teve a segunda filha, diante das dificuldades financeiras e da falta de trabalho, recebeu a seguinte sugestão do pai:

"Eu tive ela (a segunda filha) e eu pedia pro meu pai, porque eu era mãe solteira, mas não era mulher de andar vendendo o meu corpo p'ra homem nenhum. Eu tinha dezessete anos quando eu tive a minha segunda filha. Quando eu pedia p'ro papai p'ra ele me dar dinheiro p'ra eu comprar um leite, uma massa, ele pedia p'ra eu ir atrás de algum velho p'ra me dar dinheiro p'ra comprar [...] Fazer programa. Eu ficava sentida com aquilo (choro). Meus pais não me deram apoio" (Abigail, 53 anos, casada).

A inicial resistência cessou quando a falta de alternativas fez com que Abigail tentasse sair com homens enquanto moeda de troca para conseguir subsídios para a filha. Aqui entra em questão o que Saffioti (1987, 2004) entende como a simbiose entre três tipos de sistema dominação-exploração, o patriarcado-racismo-capitalismo, que colocam a mulher na última posição da sociedade: no caso, a mulher negra e pobre (o caso de Abigail). Relembre-se que, desde o Brasil Colônia, mulheres negras não tinham as mesmas condições de atingir o modelo ideal de continência e castidade das mulheres brancas da

elite, haja vista suas difíceis condições materiais e insegurança econômica (DEL PRIORE, 1994). Historicamente, elas foram hiperssexualizadas. Faz todo sentido a metáfora da prateleira do amor criada por Zanello (2017), na qual as mulheres negras geralmente ocupam as posições mais desfavoráveis, pois na escala das preferências afetivas, acabam sendo as mais preteridas por conta do racismo.

3.6 Vivenciar diversas modalidades de violência

Diversos tipos de violência surgiram de forma mais “manifesta”, mais extrema nas suas faces psicológica¹, física, moral, patrimonial, sexual. Elas se cruzam, estão fundamentadas pela mesma lógica – uma ordem social de gênero que designa não somente diferenças, mas hierarquias de poder – e são vistas pelas entrevistadas como causadoras de sofrimento psíquico que perdura mesmo depois que elas não convivam mais com os respectivos agressores (companheiros ou ex companheiros, irmãos, ex professores, vizinhos).

Vivenciar violência física foi referido enquanto causa do transtorno mental:

“E eu tinha medo de dormir porque eu tinha medo de ele (ex marido) me bater [...] Ele puxava muito os meus cabelos [...] Uma vez ele deu um chute no meu bumbum que eu sentia uma dor aqui dentro, dentro de mim e eu me soquei no chão de cara e eu tive que fazer uma ‘períneo’ (perineoplastia). Porque ele deu um chute tão forte que prejudicou a minha bexiga, aí baixou o útero [...] Eu já fui p’ro balão de oxigênio por causa de um murro que ele me deu, eu fui p’ro pronto-socorro. Fui p’ra lá, me botaram p’ra (hospital com ala psiquiátrica). Aí, ele disse que não ia mais fazer eu ficar no balão de oxigênio, que ia me botar era na UTI (unidade de terapia intensiva) porque era mais difícil de eu sair. Ele jurou de me matar” (Serafina, 54 anos, separada).

Outra face da violência sofrida por mulheres neste estudo foi a moral. Humilhações, xingamentos, deboches públicos, calúnias e consequentes sentimentos de vergonha foram eventos frequentes nas vidas de algumas entrevistadas:

“Ele me humilhava tanto dentro de casa que só você vendo. Se eu ‘tivesse numa mesa p’ra tomar um café, almoçar, qualquer coisa, ele não sentava. Se ele ‘tivesse e eu sentasse, ele se levantava e ficava em pé, comendo em pé com o prato na mão, mas não sentava na mesma mesa que eu. Mulher, eu vivi tanta coisa... Se eu não fosse assim, eu acho que eu já tinha era morrido” (Catarina, F, 56 anos, divorciada).

¹ Consideramos que a expressão psicológica da violência de gênero não está separada das demais, haja vista que, passar por uma situação violenta, seja de qual tipo for, pode implicar abusos emocionais (psicológicos).

"Ele (ex namorado) tinha trabalhado no serviço de uma construção, aí, eu fui atrás dele p'ra ele me dar um dinheirinho p'ra eu comprar umas roupinhas, as coisas p'ra menina que eu 'tava esperando dele. Ele 'tava num barzinho bebendo, eu já ia p'ro centro, 'tava com a barriga de uns quatro meses, e ele foi falar assim na frente dos caras: 'eita, tu já vai abrir o rabo p'ra parir?', desse jeito, na frente dos caras. Mermã, aquilo foi uma vergonha p'ra mim [...] Ele ainda andou na minha casa me atentando, dizendo p'ro meu marido que eu era uma vagabunda, dizendo que não era p'ra ele ficar comigo. Isso, eu já sendo casada, acredita? E meu marido já sabia quem era ele. Ele chegava no meu marido e dizia: 'Rapaz, tu tá com essa mulher? Essa bicha é uma vagabunda!'" (Abigail, 53 anos, casada).

A violência sofrida pelas entrevistadas também foi de cunho patrimonial, que, segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), é aquela que resulta em retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, bem como os destinados a satisfazer as próprias necessidades. O caso mais emblemático é o de Catarina, que, mesmo antes da separação do marido, passou a vivenciar fortes privações materiais:

"Eu já sofri demais desde a época da minha separação. Porque eu não ganhei nada de marido, eu moro na minha casa porque foi eu que fiz. Nós nos separamos e ele botou um advogado particular porque ele tem dinheiro, eu arrumei um da defensoria pública. E, aí, ele ganhou tudo. Ficou com dinheiro de carro, de oficina, de tudo. E eu não ganhei simplesmente nada [...] Aí, eu boto a menina p'ra pedir as coisas a ele. Mas sabe o que ele diz? No começo, ele fazia era dizer assim: 'se vire! Vocês que se virem'. 'Não, a gente vai se virar mas é trabalhando' [...] Eu tenho também uma revolta de ver que ele tem tanto dinheiro, que ele é tão endinheirado e ele vê que a gente passa sufoco" (Catarina, 56 anos, divorciada).

Em outras ocasiões, a experiência fragilizadora da saúde mental das mulheres esteve relacionada com o fato de terem sido submetidas à violência sexual na sua forma mais extrema, o estupro. Em todos os casos autorrelatados, elas tiveram algum vínculo com o agressor: irmãos mais velhos, cunhados, vizinhos, professores e (ex) companheiros. Algumas entrevistadas foram violentadas (às vezes, de forma recorrente) quando crianças ou adolescentes por irmãos (o que configura incesto), cunhados, professores, vizinhos:

"Quando eu 'tava na faixa de uns cinco anos de idade, eu fui molestada e, aí, isso demorou a passar e eu tive a perda da minha mãe e ficou bem pior. Meu irmão (mais velho). Na época, eu tinha muito medo. Foram várias e várias vezes (silêncio longo). Não tenho contato com ele hoje. É um dos únicos irmãos que eu não falo nem o nome e esqueço que tenho [...] Trauma. Traumatizante. Aí, os meus familiares foram descobrir isso, quando eu já 'tava com dezesseis anos [...]"

Tanto que, quando eu perdi a minha mãe, ela nunca soube disso. Irmão meu de sangue, mesmo" (Flora, 28 anos, separada).

Outra situação de violência sexual presente nas histórias de vida das entrevistadas foi o estupro no namoro/casamento:

"Uma vez, esse pai da minha filha (ex companheiro) [...] Ele só transava comigo nos matos. Uma vez ele foi transar comigo, aí, ele foi ter relação comigo, tudo bem, teve. Quando terminou, eu vi ele tirando um negócio do bolso, aí, eu fiquei assim... 'Meu Deus, o que será isso?' . Era tipo um vidro. Ele tirou esse vidro e disse assim: 'ou tu aceita eu meter esse vidro dentro de ti ou, então, eu te mato', ele dizia desse jeito assim (choro). 'Não, eu não quero fazer isso, não, porque eu não aguento'. 'Tu vai ter que aceitar ou, então, eu vou te matar com uma faca'. Aí, eu deixei e, então, ele soltou o vidro dentro de mim. Quando ele 'tava tentando tirar o vidro, ficava tocando no meu útero e eu sentindo aquela dor, dor. Ele foi tirando até que saiu. Tudo isso eu passei. Por isso que eu... (choro) [...] Outra vez ele me levou p'ra ali, ficamos. Ficamos uma vez, duas... 'Não, não quero mais, 'tou cansada'. Minha filha, ele me bateu tanto, puxou meus cabelos e eu 'Oh, não faz isso comigo, tu vai matar a criança!' (estava grávida)" (Abigail, 53 anos, casada).

A lógica que orienta o cometimento dessas violências contra meninas ou mulheres, inclusive no âmbito da própria relação amorosa, é a da dominação masculina (Bourdieu, 2002). Assim, "sujeitos e corpos femininos são controlados como se 'pessoas' não fossem, isto é, como se fosse possível suprimir o saber sobre a sua inserção em relações sociais, tornando-os, assim, puros corpos disponíveis" (MACHADO, 2004, p 36).

Considerações finais

A Reforma Psiquiátrica brasileira, com base na tradição basagliana, passou a pôr entre parênteses a doença para absorver o sujeito na sua relação com o meio social. Dentro deste cenário, os CAPS constituem espaços onde é possível apreender esta relação, já que usuários e usuárias podem expressar as suas experiências subjetivas. Levar em conta a diversidade de experiências possibilita ir além de sintomas/diagnósticos e de uma suposta natureza feminina mais vulnerável quanto à saúde mental, seja em termos biológicos ou psicológicos. Neste sentido, é emblemática a fala de uma das entrevistadas que dá título a este estudo – "Tudo isso é pr'a eu ser normal? Não tem como eu ser normal" –, pois representa tanto os elementos estruturais quanto os significados apreendidos a partir da análise das histórias de vida. Aqui, "tudo isso" corresponde aos mandatos sociais de gênero

e à maneira como as mulheres se situam face a tal. Frequentemente, o empreendimento realizado para alcançar, em termos de gênero, o “esperado” (ser vista por si e/ou por outrem como “boa mãe”, “boa filha”, “boa esposa”, “boa parceira sexual” ou “fisicamente bela”, cuidar dos outros em detrimento de si, desempenhar múltiplos papéis etc), bem como não alcançar (ser vista por si e/ou por outrem como “má mãe” ou “má esposa”, por ter feito sexo fora do casamento, por não querer ser mãe ou não desejar ter um relacionamento etc) são perspectivados pelas mulheres de maneira negativa relativamente à própria saúde mental.

Os resultados chamam a atenção para um maior investimento na interface entre questões de gênero e o campo da saúde mental, especialmente no contexto da Reforma Psiquiátrica. Um olhar de gênero pode ser útil para políticas, gestores, trabalhadores e itinerários terapêuticos de usuários/as.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental**. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía. “Preconceito e discriminação como expressões de violência”. **Estudos Feministas**, 1, p. 119-141, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>. Acesso em 18 de dezembro. 2018.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault”, in JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (eds.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Ana Maria. **E se tu fosses um rapaz? Homo-erotismo feminino e construção social da identidade**. Porto: Afrontamento, 2010.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal ... e dá outras providências. Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 23 de dezembro. 2018.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CONNELL, Raewyn. "Gênero, salud y teoría: conceptualizando el tema em perspectiva mundial y local". **Nómadas**, 39, p. 63-77, 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/1051/Resumenes/Resumen_105129195005_1.pdf. Acesso em 17 de dezembro. 2018.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

CUNHA, Vanessa. "As funções dos filhos nas famílias", in WALL, Karin (org.). **Famílias em Portugal**: percursos, interações, redes sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DIAS, Isabel. **Sociologia da família e do gênero**. Lisboa: Pactor, 2015.

DIMEN, Muriel. "Poder, sexualidade e intimidade", in JAGGAR, Alisson; BORDO, Susan (eds.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

GOLDENBERG, Mirian. **Homem não chora. Mulher não ri**: 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

HITA, Maria Gabriela. "Identidade feminina e nervoso: crises e trajetórias", in ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam (orgs). **Antropologia da saúde**: traçando identidades e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/by55h/pdf/alves-9788575414040-11.pdf>. Acesso em 18 de dezembro. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. "Masculinidade e violência: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea", in SCHPUN, Mônica Raisa (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MATOS, Michele; JAEGER, Angelita. "Bullying e as relações de gênero presentes na escola". **Movimento: Revista da Escola de Educação Física da UFRGS**, 21 (2), p. 349-361, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/48001/34212>. Acesso em 18 de dezembro. 2018.

MOLANO, Alfredo. "Mi historia de vida con las historias de vida", in LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero (eds.). **Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales I**. Barcelona: Antrophos, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001**. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Gênova: World Health Organization, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

PAIS, José Machado. "Vida amorosa e sexual (resultados de um inquérito)", in PAIS, José Machado (eds.). **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude, 1998.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. São Paulo, Brasil. Tese (Doutoramento em Antropologia). Universidade de São Paulo, USP, 1994.

TEIXEIRA, Solange. **Envelhecimento, família e políticas públicas: formas de apoios informais e formais da rede de proteção social**. *Saarbrücken*: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de século, 1995.

VENTURINI, Ernesto. "A desinstitucionalização no Brasil: limites e possibilidades". **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 20 (1), p. 138-151, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19953/22033>. Acesso em 20 de dezembro. 2018.

ZANELLO, Valeska. **Curso – Saúde Mental & Gênero – Módulo II**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nSTTP7ftzKc>. Acesso em 17 de dezembro. 2018.

_____. "Saúde mental e gênero", in **13º mundos de mulheres & Fazendo gênero 11: transformações, conexões e deslocamentos**. 30 de julho e 4 de agosto de 2017. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2017.



3

BICHA MORRE, E NÃO VIRA PURPURINA: a representação de corpo e envelhecimento de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa¹

Mesaque Silva Correia²



RESUMO

Este artigo teve como vocação investigar a compreensão de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que vivem da prostituição. Para tanto, nos apropriamos dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como técnica de coleta de dados, utilizamos os procedimentos metodológicos da História Oral Temática e entrevistamos e entrevistamos oito homossexuais com idades entre 18 a 35 anos, do gênero masculino. Os dados coletados foram submetidos à análise clássica de conteúdo proposta por Bardin (2011). Da análise das falas dos depoentes, foi possível extrair quatro categorias de análise, entretanto, neste estudo trabalharemos apenas com a categoria “Bicha não morre, vira purpurina”. Encontramos que os sujeitos participantes do estudo, por partirem da concepção de que por serem homossexuais não morrerão, virarão purpurina, não se preocupam com o envelhecimento e por serem profissionais do sexo, entendem o corpo como instrumento de trabalho que na maioria das vezes precisa ser lapidado/esculpido. Conclui-se que a representação social de que “Bicha não morre, vira purpurina” faz com que muitos homossexuais ignorem o processo de envelhecimento. Por outro lado, essa mesma representação faz com que eles desprezem os perigos ocasionados pelo consumo de álcool, drogas, sexo sem proteção, processos estéticos clandestinos com uso de hormônio, anabolizantes e próteses. Ficando evidente que a referida representação se torna um problema de saúde pública, uma vez que esses sujeitos acabam morrendo precocemente por falta de autocuidado com a saúde.

Palavras – chave: Corpo, Envelhecimento, Homossexualidade.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Pedagogo pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP; Licenciado em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP; Especialista em Educação Física Escolar pelo Instituto Brasileiro de Atuação no Ensino Superior e Pós-Graduação – IBAESP; Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Educação Física Escolar – GEPEEFE/UFPI/CNPq.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é constituído por uma interligação entre as discussões em torno das categorias - corpo e envelhecimento a partir das concepções de um grupo de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guina Francesa que vivem da prostituição.

Com isso, apresenta-se relevante o interesse por aprofundar os conhecimentos acerca do tema, tendo em vista que envelhecer, na maioria das vezes, relaciona-se diretamente ao isolamento social, desgaste físico e mental, luto e assexualidade. Desconsiderando, então, qualquer possibilidade de desenvolvimento nessa fase da vida. Contribuindo para a representação social de que, com a chegada da velhice, o desejo sexual diminui e os modos de vivenciar a sexualidade mostram-se limitados. O que acaba colaborando para que os diversos atores sociais associem o processo de envelhecimento a solidão e morte (NORBERT, 1994).

De acordo com Debert (2012) a visão estereotipada da velhice faz com que muitos sujeitos adotem um conjunto de práticas sociais que promovem a renovação do corpo envelhecido, da identidade e autoimagens, com o objetivo de encobrir as marcas próprias da velhice ou até mesmo de sua existência, não sendo diferente com relação aos homossexuais que se encontram em processo de envelhecimento.

Em nível de importância acadêmica, tende-se a destacar os significados que exploram as categorias corpo e o envelhecimento. E adentra a um espaço onde as discussões sobre corpo e envelhecimento gay quase sempre se encontram silenciadas entre os estudantes e os profissionais inseridos nos sistemas abrangentes da saúde e também nas esferas sociais que têm como público essa população. Por esse motivo, trazer à tona as concepções referentes a corpo e envelhecimento de homossexuais que fazem de seu corpo um meio de sobrevivência é de grande contribuição para o campo acadêmico.

Deste modo, objetiva-se, neste estudo, investigar a compreensão de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que vivem da prostituição.

CORPO E ENVELHECIMENTO: interligando conceitos

No momento em que nos propomos a refletir sobre a categoria corpo e localizamos na contemporaneidade é oportuna a afirmativa de que modernamente para as lentes sociais o corpo tornou-se templo de nossos cultos. De acordo com Santos e Costa (2016, p. 1) "a sociedade moderna vivencia o superinvestimento da tecnociência na transcendência dos limites da materialidade humana". Para os referidos autores, o caráter artificial da corporeidade em nosso tempo exprime os nós que se manifestam entre cultura e natureza, fisiológico e simbólico, social e individual. O que significa dizer que vivemos em uma era em que o corpo é um objeto fabricado, manipulado, reconstruído em função da busca pela beleza e saúde perfeita. O que transforma o corpo em objeto de conhecimento, manipulável e ao mesmo tempo, submisso e propagador do poder.

Nas esteiras das análises realizadas por Nóbrega (2003), encontramos que a sociedade moderna estabelece diálogos corporais a partir da imagem do corpo bonito, sexualmente disponível e associado ao hedonismo, ao lazer e à exibição, dando ênfase a importância da aparência e do visual. Aponta o autor, que essas representações sociais de corpo são exibidas por meio de imagens e amplamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa e mídia eletrônica, requerendo dos indivíduos a aquisição de uma rotina de exercícios, dietas, cosméticos, terapias, entre outras preocupações com a imagem e a auto-expressão, uma exposição daquilo que o autor caracteriza como (corpo-outdoor).

A sombra desse pensar é importante enfatizar que no contexto da sociedade atual, vivenciamos a era da cultura midiática, em que o corpo é tomado como produto midiático. A virtualização corpórea produz o fenômeno de reconstrução da identidade humana e possibilita a criação do hipercorpo. Lévy (1998) caracteriza o hipercorpo como um corpo coletivo, em que cada corpo individual se torna parte integrante de um imenso hipercorpo híbrido e mundializado. Enfatiza o autor no contexto da sociedade tecnológica em que as relações acontecem na maioria das vezes em redes, aquilo que chamamos de corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hipercorpo híbrido, social e biotecnológico. Assim sendo, modernamente o corpo é entendido como plataforma de prazer, e mantém relação direta as imagens idealizadas de

juventude, saúde, aptidão e beleza, que favorecem a expansão das diversas indústrias criadas e alimentadas pelo Sistema Social Capitalista.

Quando analisamos a relação entre corpo e envelhecimento pode-se observar que apesar de se constituírem coisas distintas, guardam relações entre si, podendo influir mutuamente nos comportamentos, pensamentos e reações dos indivíduos na vida cotidiana.

O corpo envelhecido é quase sempre visto como um corpo diáfano e desprovido de desenvolvimento e desejo. Com uma visão restrita, tanto em relação a corpo quanto à velhice, a sociedade, muitas vezes, classifica esse período da vida como um período de decadência física e até de androginia, isto é, um período em que o indivíduo teria que assumir unicamente o papel de "improdutivo". Já que para o imaginário social - sujeito velho é sujeito "inútil". Dessa forma, a ideia de envelhecimento quase sempre está ligada à decadência física e perda da vivência social.

Para Camarano (2006), diante do impacto que representa o processo de envelhecimento, evidencia-se a necessidade de mais estudos sobre o ser que envelhece inserido nas diferenças que marcam sua permanência e identidade grupal na sociedade, pois o indivíduo passa grande parte da sua vida vivendo coletivamente, com seus familiares, no seu trabalho, com seus amigos e, quando envelhece, sofre com a discriminação da sociedade no setor produtivo, da família no convívio social, tendendo a se isolar, a se anular, sentindo-se incapaz perante a sociedade e a família.

Neste sentido, estudar a experiência do envelhecimento implica em considerar a pluralidade de significados atribuídos ao processo de envelhecimento pelos distintos atores sociais como uma forma de superação da identidade estereotipada que a maioria dos sujeitos possui desta fase da vida, possibilitando a reflexão e problematização de ser, pensar e viver a velhice, abrindo novos caminhos e outras possibilidades de perceber e viver a velhice (DEBERT, 2004). Assim, tem sido referendada a necessidade de se (re) pensar e reconstruir o imaginário social sobre as representações sobre velhice (MINAYO; COIBRA JR, 2005).

O Brasil é interpretado culturalmente como um país jovem, do futebol e do carnaval (Damatta, 1984), mas por outro lado, a população brasileira passa por processo de

envelhecimento que é marcante em termos de dados quantitativos. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), sabe-se que 9,8% da população do país, é de idosos correspondendo a, aproximadamente, 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o país, onde há um crescimento populacional mais acelerado do mundo, o que o coloca no sexto lugar no ranking mundial, superando a população idosa da França, Itália e Reino Unido.

O fato é que na conjuntura da sociedade brasileira, o culto ao corpo, à beleza, à boa forma física e ao vigor, tornou-se um valor fundamental, o que tem feito da imagem humana e da aparência física uma espécie de símbolos de apreciação social, os quais fomentam o hedonismo e o narcisismo. Conforme Maia e Albuquerque (2000), as culturas da imagem presente nas sociedades contemporâneas valorizam o prazer imediato e contribuem para o aumento das práticas patológicas narcísicas. Para esses autores, essa prática cultural colabora para a valorização de uma imagem ideal que nem sempre pode ser alcançada pelos sujeitos.

Birman (1999) ressalta que nas sociedades pós-modernas há uma predominância da cultura do narcisismo, onde seus membros buscam a exaltação da autoimagem e a exteriorização de si mesmo, o que faz com que o cuidado excessivo com a aparência se converta em um objetivo de vida.

No tocante à realidade da sociedade brasileira, onde isso também ocorre, a velhice se apresenta como incômoda, devendo ser afastada e negada pelos sujeitos. Desta forma, o "ser velho" é tido como estereótipo porque o corpo evidencia marcas do tempo que não podem ser apagadas e, por mais que este corpo humano seja trabalhado para rejuvenescer, não consegue mais ser atlético, firme e liso como antes. Além disso, socialmente a juventude e o vigor físico são utilizados como parâmetros em oposição à velhice, que na maioria das vezes é associada apenas a perdas biológicas progressivas (MINAYO; COIBRA JR, 2002).

Quando problematizamos a temática do corpo e envelhecimento nas lentes sociais de sujeitos homossexuais, encontramos na literatura científica que nos percalços da história, os homossexuais foram constrangidos, julgados, torturados, coisificados e submetidos a políticas de higienização social alicerçadas no ideal de pureza e homogeneização das sociedades (FOUCAULT, 2010). Fazendo com que muitos estruturassem estratégias de sobrevivência para manter-se socialmente vivos.

De acordo com Brito (2012), os homossexuais socialmente possuem seus corpos aprisionados no armário em virtude do estranhamento social, estranhamento que gera a discriminação e a violência, levando os homossexuais a vivenciarem as trilhas da clandestinidade e da evidência, do crime e do direito, da obediência e da rebeldia. O que faz com que muitos construam uma visão equivocada de si mesmo.

Em Denis Endsjo (2014), encontramos que no Brasil a intolerância e a exacerbação das práticas homofóbicas e heterossexistas são alarmantes, mesmo diante do discurso da aceitação e da liberdade de expressão. Assim sendo, perante o contexto social vigente, a saída sexualizada do gueto, quase sempre não conduz a outro lugar que não seja o da frustração, da hostilidade, da intolerância, do preconceito, tornando-se alvo fácil nos discursos de ódio de alguns atores sociais, contrariando o "mito da tolerância", pois em uma sociedade como a nossa, orientada pelos padrões heterossexuais, não se pode dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, já que nesta sociedade co-existe um poder do discurso e um discurso do poder, que acaba por determinar a circulação de outros discursos.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, por trabalhar com a percepção subjetiva de homossexuais acerca das categorias corpo e envelhecimento dentro de um contexto social e cultural no qual a maioria de seus membros recusa-se a envelhecer. Clarificamos que a escolha pela pesquisa qualitativa se justifica por acreditarmos que essa vertente metodológica permite compreender o problema deste estudo sem criar situações artificiais que falseiam a realidade e levam a interpretações equivocadas, bem como por compartilharmos com o pensamento de Flick (2009). Esse autor defende que a pesquisa qualitativa tem por objetivo responder a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Assim, permite considerar os sentimentos atribuídos por homossexuais a partir das experiências vivenciadas sobre a representação de corpo e de envelhecimento no contexto de um país em que cultua o belo mediante padrões de jovialidade e que conseqüentemente nega a velhice.

Os sujeitos selecionados para este estudo foram homossexuais do gênero masculino com idade entre 18 a 35 anos residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa que vivem da prostituição. Clarificamos que foi realizada uma reunião com os sujeitos

envolvidos com a finalidade de esclarecer os objetivos deste estudo e verificar os interessados em participar da pesquisa.

Utilizamos como técnica para a coleta de dados os procedimentos metodológicos da História Oral Temática. Foram trabalhados os seguintes eixos temáticos: Concepção de Corpo; Concepção de envelhecimento; Autocuidado com o corpo; Os cuidados utilizados para envelhecer em país que rejeita envelhecer. Para dialogar sobre os temas propostos os participantes ficaram livres para se expressar através da fala ou outras formas de conversação. E, após a realização das entrevistas com gravação e do processo de transcrições dos relatos, os dados foram submetidos à Técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com finalidade de sistematização de categorias de análise.

Destacamos que foi acordado com o grupo de idosos a garantia do anonimato e a privacidade das informações obtidas em decorrência das entrevistas cedidas, atendendo aos princípios éticos que regem o estudo científico com seres humanos, instituídos pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza no Capítulo IV, que o respeito à dignidade humana requer que toda pesquisa se estruture após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Clarificamos ainda, que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da – UFPI.

BICHA NÃO MORRE, VIRA PURPURINA

Clarificamos que o estudo completo é composto de quatro categorias de análises extraídas dos depoimentos dos depoentes. Entretanto, neste artigo trabalharemos apenas com a categoria “Bicha não morre, vira purpurina”. A referida categoria foi escolhida por retratar o objetivo geral do estudo que foi de: investigar a representação de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residente na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que sobrevivem da prostituição.

No momento em que foram questionados sobre suas percepções sobre o envelhecimento e o cuidado que mantinham com a saúde corporal os participantes do estudo responderam que:

Meu amor, desde criança sempre escutei que Bicha não morre não, se não morre não envelhece. Na verdade, temos é truques para driblar a

velhice!! Eu cuido do meu corpo e mantenho a forma com processos estéticos que aqui é bem baratinho, tem veado que aplica em veado **(SUJEITO – 1)**.

Não penso na velhice, acho que para nós ela nem chega. Temos uma célula que não nos deixa envelhecer. Na verdade, bicha vira purpurina. Por isso que tenho esse carão e esse corpão. Veado tem que ser homem duas vezes porque pra fazer o que fazemos tem que ter mais que um saco. Quando coloquei silicone na bunda, fiquei uma semana a base de anestésico em cima da cama, além de algumas taíse (drogas) **(SUJEITO– 5)**.

Aqui na fronteira ninguém pensa em velhice, aqui velho não sobrevive, morre de fome. Nós acreditamos que somos eternas e jamais envelheceremos, aí pra que isso seja real é cuidar do corpão e do carão. **(SUJEITO – 8)**.

Sou gay, e gay não morre, vira purpurina. Velhice é para os mortais e os mortais jamais farão o que faço. **(PROFESSORA – 4)**.

Esses depoimentos revelam a falta de preocupação dos entrevistados para com o processo de envelhecimento. Fica evidente em seus depoimentos que para o envelhecimento é uma fase da vida que jamais chegará, isso porque, associam o envelhecimento a morte. Segundo eles, se não morrerão, virarão purpurina, jamais envelhecerão. Na esteira do pensamento de Borges (2008) encontramos que a atitude natural do indivíduo é sempre considerar a morte e o envelhecimento na segunda pessoa, não reconhecendo esse fato para si. O que justificaria a concepção dos depoentes quanto ao processo de envelhecimento. Da mesma forma, Delalibera (2005) elucida, que o sujeito percebe a sua identidade efetiva a partir do seu encontro, através de sua própria imagem refletida no espelho. O que pode respaldar a percepção que os entrevistados possuem de "Corpo".

Entretanto, é mister salientar, que a referida representação de corpo e envelhecimento faz com que o grupo de entrevistados encontrem estratégias nem sempre adequadas para manter o que consideram como corpo adequado. Segundo dados do DATASUS (2014), nos últimos dez anos a morte de homossexuais na Fronteira Brasil/Guiana Francesa vem crescendo assustadoramente. O maior número de mortes 56% ocorre em virtude do uso exacerbado de álcool, drogas e por doenças sexualmente transmissíveis. 20% em virtude de processos estéticos inadequados realizados em lugares improvisados, 24% em virtude da violência urbana. O que comprova que a representação social que o

grupo de entrevistados possui quanto as categorias “Corpo e envelhecimento” é totalmente equivocada e apresenta-se como um problema de saúde pública, uma vez que tal representação faz com que muitos deles ignorem o processo natural de envelhecimento e por acreditarem que jamais morreram desconsideram os perigos dos processos os quais se submetem para alcançar o corpo ideal e manter a jovialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que no bojo da sociedade brasileira, o culto ao corpo à beleza, à juventude e o vigor físico tem se tornado cada vez mais um objeto de preocupação das diversas camadas sociais e faixas etárias. Pelo fato do padrão de beleza ser delineado socialmente, o mesmo é aceito e acordado através das regras sociais, assim como se torna um objetivo de vida para alguns grupos de indivíduos. No caso do sujeito entrevistados, o envelhecimento não é entendido como uma fase de suas vidas, uma vez que para eles, jamais envelhecerão porque não morrerão. Tal representação faz com que eles recorram a inúmeros processos estéticos para manter-se jovem, e ao recorrerem a esses processos desconsideram os perigos os quais estão submetidos e acabam perdendo a vida precocemente

Os depoimentos aqui apresentaram demonstram que tal representação social se transforma em um problema de saúde pública que necessita de intervenção governamental urgente e eficaz na tentativa de conscientizar esse grupo de indivíduos com relação aos perigos os quais estão submetidos.

REFERENCIAIS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORGES, M. (2008). **O Idoso e a finitude**. Recuperado em 04 setembro, 2018, de: <http://www.cuidardeidosos.com.br/o-idoso-e-a-finitude/htm>.

BRITO, J. M. Homossexualidade na escola: em uma sociedade em que o modelo ideal é ser cisne, todos somos “patinhos feios”? In: **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP** - Campinas – 2012, p. 2-12.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma construção demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana et al. **Tratado de Gerontologia e Geriatria**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 88-104.

COSTA, E. M. S. **Gerontodrama: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade.** São Paulo: Agora, 1998.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

DELALIBERA, M.A. (2005). **A imagem do corpo e a angústia sobre o corpo no envelhecer e no morrer.** São Carlos (SP): Trabalho de conclusão de curso. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENDSJO, D. O. **Sexo e religião: do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual.** Tradução: Leonardo Pinto. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Tradução. Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

LÉVY, P. **O que é virtual.** São Paulo: Ed.34, 2003

MAIA, M; ALBUQUERQUE, A. Get there now. Cultura contemporânea, imediatismo e desamparo. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 13, n.132, 81-88, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINAYO, MCS.; COIMBRA JR, CEA., orgs. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

NÓBREGA, T. P. **O corpo no cenário da biotecnologia.** Texto apresentado no Café Filosófico, em 2003.

SANTOS, I. A. S; COSTA, S. G. A. Entre Narcisos e Ciborgues: O papel da mídia na construção do Corpo Pós-Moderno ideal. In: **XXXIX Congresso de Ciência da Comunicação.** São Paulo, 2016.

4

SENHORA DE ALENCAR: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA LITERATURA E NA TELENOVELA “ESSAS MULHERES”¹

Lia Calaça Aguiar²
Núbia de Andrade Viana³
Universidade Federal do Piauí- UFPI



RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as representações presentes no figurino criado para a personagem Aurélia da adaptação novelística *Essas Mulheres* (2005), que foi inspirada pela obra de José de Alencar (1829-1877) intitulada *Senhora* (1875) e como transpuseram a indumentária da literatura para a televisão em forma de figurino, verificando se a narrativa identitária foi fiel ao personagem literário. O artigo problematiza a relação da transposição de narrativas nas duas linguagens, usando como ponto em comum o vestuário da protagonista. Além de Alencar, autores como Lipovetsky (2009), Ortiz (1991), Lukács (1965) e outros, foram consultados formando uma base apropriada para as análises metodológicas de forma qualitativa, descrevendo, explicando e comparando ambas as mídias. A partir das análises foi concluído que apesar das dificuldades presentes no movimento entre mídias, uma preenche com imagens as lacunas deixadas à imaginação do leitor da outra, enriquecendo as representações da personagem.

Palavras-Chave: Moda. Telenovela. Figurino.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de José de Alencar são nacionalmente reconhecidos pela riqueza de detalhes empregada nas descrições e a constante menção ao cenário social em que os personagens estão inseridos como componente da narrativa. O foco do presente estudo é a obra *Senhora* (1875), que foi adaptada para a televisão pela Rede Record de TV na novela

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Design da Moda e Estilismo da Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI. Endereço eletrônico: liacalaca@hotmail.com.

³ Mestra em Comunicação e Professora do curso de Moda, Design e Estilismo, na UFPI. Endereço eletrônico: nubia.and@gmail.com.

Essas mulheres (2005), buscando as descrições do vestuário e de sua adaptação para o figurino e a forma como eles são permeados pela personalidade da protagonista.

O tipo de pesquisa aplicado foi o qualitativo, sendo feita de forma descritiva e explicativa, tornando-se também um estudo comparativo entre a obra e a novela. Além das obras de Alencar, foram utilizados para construção da análise autores como Lipovetsky, Ximenes, Roche, Lukács, entre outros que ajudam a compor o embasamento necessário desta pesquisa.

A problemática central é se o figurino criado para a personagem na telenovela representou devidamente a protagonista criada por José de Alencar. O objetivo é compreender as possibilidades de estudo que se ramificam a partir de algo aparentemente simples como o vestuário descrito, buscando mostrar a validade dessas linhas de pensamento para algo ainda atual.

DOS FOLHETINS ÀS TELENOVELAS

Lipovetsky (2009, p.25) afirma que “a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade”, ou seja, sofrendo alterações ou não ela ainda representa o corpo social, essa concepção é percebida no vestuário descrito presente na literatura do século XIX sendo usado como elemento da narrativa, onde os personagens são retratados como indivíduos inseridos em sociedades com personalidades e características únicas (RIBEIRO, 2008), principalmente para o Romantismo no Brasil que era visto como uma compilação de boas maneiras, sabedoria, coragem e cortesia vivida por seus heróis e heroínas, que todo mancebo ou mocinha da época deveria saber e seguir.

Os modelos femininos retratados eram exemplos de como as mulheres deveriam ser para estarem à altura de seus futuros matrimônios com homens igualmente civilizados, para que dessa forma tivessem famílias felizes e pais satisfeitos, tornando-se sustento de uma sociedade educada e civilizada. Os costumes da sociedade elegante da época e a relação entre homens e mulheres era nítida na indumentária desse período: as mulheres restritas em seus espartilhos e crinolinas, transmitiam sempre um ar de submissão e de fragilidade, estando à sombra do poderio masculino, servindo como mostruários da riqueza de suas famílias (ROCHE, 2007).

O excesso nas descrições, porém, não banalizava a escrita, tudo era relevante dentro da narrativa, "sem elementos acidentais, tudo é abstrato e morto [...] mas por outro lado, precisa superar na representação a casualidade nua e crua, elevando-a ao plano da necessidade" (LUKÁCS, 1965, p. 45), é requerida então nesse estilo uma nova percepção da vida social, por isso o vestuário ganha destaque nesse cenário, essa descrição representava e classificava os personagens, trocar de roupa, logo, significava mudar algo em sua situação (ROCHE, 2007).

Da escrita para o visual, as telenovelas surgem como "folhetins eletrônicos" (ORTIZ et al., 1991, p.11), o vestuário, antes descrito, passa a ser visto. Os primeiros figurinos em cena no Brasil eram improvisados, feito às pressas com função básica de cobrir os corpos dos atores. Com a evolução da transmissão televisiva, os recursos também foram aprimorados, especialistas na área que atuavam no teatro foram consultados e surgiu a necessidade de elaborar o traje de cena, transformando-o em elemento significativo (MUNIZ, 2004).

O figurino é o vestuário utilizado em cena que materializa a narrativa que integra uma composição de elementos em cena (WAJNMAN, 2012, p. 150), é ainda a identidade do personagem sem que nenhuma palavra sobre ele seja pronunciada, pois através dele se pode identificar quem ele é e de onde veio (MARIANO; ABREU, 2012, p. 165). É, portanto, "vestir a palavra", onde mesmo com as trocas de roupas é possível ver o personagem em todas elas e conhecê-lo mais intimamente (AREUDA, 2007, p. 15). Entretanto, figurino e moda são divergentes, apesar do primeiro utilizar a moda, acaba por assumir uma função representativa narrativa que identifica o personagem e conta sobre ele, diferentemente da efemeridade da segunda (MARIANO, ABREU, 2012, p. 164). A moda representa estilos de vida, um determinado momento ou reflexo social, mas cabe ao figurino captar essa essência e utilizá-la como narrativa, manipulando a vida (WAJNMAN, 2012, p. 160).

METODOLOGIA

A telenovela *Essas Mulheres* (2005), foi exibida entre 02 de maio a 22 de outubro de 2005, totalizando cento e quarenta e nove capítulos, escrita por Marcília Moraes e Rosane Lima, dirigida por Flávio Colatrello Jr. (GHASPAR, 2015) e o figurinista foi Cássio

Brasil (ATRAVÉS. TV, 2016). A cena escolhida corresponde a noite de núpcias dos protagonistas da obra, que foi analisada comparando as duas mídias de maneira descritiva e explicativa, visando os aspectos subjetivos a serem percebidos e compreendidos que ambas possuem em comum.

A novela é uma adaptação livre das obras de José de Alencar, o termo adaptação, no entanto, significa todo o processo de transposição de uma obra/ texto para o cinema ou televisão, com o intuito de atender as necessidades de um novo público (FRIO, 2013). A transposição gera rupturas mesmo quando se busca uma fidelidade na transmissão dos significados retidos no original (FERREIRA, 2006), logo, algo é tirado de “seu lugar ‘normal’ e implantado em outro, em geral, gerando um incômodo de alguma natureza” (RIBEIRO, 2009, p. 20).

PERFIL DE AURÉLIA/ SENHORA

Senhora em 1875, período em que o autor já se considerava “sênior” por sua experiência extensa adquirida em vida (SOARES, 2012, p. 109), o escritor que traça, descreve que esta mulher era uma década mais experimentado nos manejos sociais do que aquele que havia escrito tantos outros anteriormente. A estória da estrela que “há anos raiou no céu fluminense”, é retratada como verídica, mas sem escapar por completo das “exuberâncias de linguagem e afoitezas de imaginação” do escritor (ALENCAR, 1998, p. 13). Aurélia Camargo surge rica e formosa, ninguém sabe ao certo de onde, dezoito anos, órfã, e logo proclamada “rainha dos salões”, “deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade”, mas que na intimidade do seu lar nas Laranjeiras é outra, é calma, gentil e tranquila, apesar da mente elevada e madura.

Ela então decide se casar e pede ao seu tutor, seu tio Lemos, que cuidasse dos trâmites para a compra de seu futuro marido. O pretendente é Fernando Seixas, um jornalista amante dos prazeres e do luxo que já havia dissipado as poucas economias deixadas por seu falecido pai, logo, logo seu estado de pobreza o faz aceitar a oferta de apenas cem contos de réis para se casar com uma desconhecida. Tal é, pois, a felicidade de Fernando ao ver que a noiva é Aurélia, uma antiga paixão do passado, mas agora revestida de uma herança milionária.

Uma visão geral dos figurinos da personagem na telenovela permite observar que eles são dominados pelo branco puro, cor alcançada devido aos avanços tecnológicos no setor têxtil do século XIX, proporcionando uma cor para a pureza que se ajustasse ao pudor das moças burguesas (RODRIGUES, 2010). Em Aurélia o branco era ostentado em tecidos finos, trabalhados e acompanhado de joias finíssimas, mas a totalidade aparentava sempre simplicidade ou até mesmo pouco esforço para a elaboração de sua aparência.

Aurélia, que aceita o pedido de casamento de Fernando, oculta sua participação nas negociações, para que na noite de núpcias se seguisse o momento adequado para a revelação de todo o seu plano de vingança, uma cena marcante que é o alvo deste estudo.

Aurélia surge vestindo um “traço de esposa”, atravessando a alcova dos noivos, ela trazia, segundo Alencar (1998):

[...] uma túnica de cetim verde, colhida à cintura por um cordão de torçal de ouro, cujas borlas tremiam com seu passo modulado. Pelos golpeados deste simples roupão borbulhavam os flocos de transparente cambraia, que envolviam as formas sedutoras da jovem mulher. [...] O casto vestuário da moça recatava-lhe as graças do talhe; entretanto quando ela andava, e que seu corpo airoso nadava nas ondas de seda e cambraia, sentia-se mais n’alma do que nos olhos o debuxo da estátua palpitante de emoção. (ALENCAR, 1998, p. 88-89).

O recato do traje é poder de sedução desta mulher virgem e dona de sua vida. A imagem de Aurélia desse momento na novela, capítulo cinquenta e oito, cena quarenta (45’ 56’’) é de uma mulher poderosa (Fig. 1): ela leva sobre a camisola alva um penhoar de veludo vermelho, longo, com a gola arrematada por um espesso acabamento de pele cinza, os cabelos ainda são os mesmos do casamento, recolhidos por completo de forma elaborada, acompanhada por um par de pequenos brincos.

A característica comum entre texto e cena é o recato presente no traje e o efeito que ele, e a mulher que o carrega, exercem sobre Fernando. O que a novela transmite visualmente ao telespectador é a posição em que ambos os atores estão nesta “comédia” que ambos representaram até ali, como afirma Aurélia, pois este é o momento que ela tanto havia planejado e ambos devem então assumir seus papéis, ela “uma mulher traída” e ele “um homem vendido” (ALENCAR, 1998, p. 91). A pompa do traje carmim de Aurélia

contrasta com os trajes azuis de Fernando, complementadas pelo posicionamento em cena, em que ela parece amedrontar o rapaz.

Figura 1: Aurélia e Fernando em sua noite de núpcias.



Fonte: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naByjk7eJk&index=58&list=PLI-dqTIFbAViQtKF29w5_iXP8MLQKnP1h>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Em ambas as mídias ela se veste com cuidado, para este preciso momento em que a traição de um amante seria vingada e não pela mão de outrem, mas por ela mesma. Todo o planejamento que se consuma nesse ato é parte predominante da personalidade de Aurélia, o uso deliberado de sua riqueza, apesar de recente dentro do enredo prova a consistência do caráter criado por Alencar e mantido durante a exibição da novela. O traje carregava consigo toda a preparação de um coração antes pobre e incapaz, mas agora rico e rancoroso pronto para receber sua paga de vingança.

No decorrer da telenovela, os figurinos de Aurélia obedecem a sua nova posição social, com tecidos luxuosos, joias discretas, mas de grande valor. Quanto às cores, há o predomínio do branco, mas seguindo os desígnios do autor de que Aurélia “tinha dessas audácias só permitidas às mulheres realmente belas, de afrontar a monotonia de uma cor” (ALENCAR, 1998, p. 166), a personagem surge em cena diversas vezes com trajes em cores vivas e até mesmo estampas. Segundo Soares (2012), todo o conflito da trama foi gerado pela troca inadequada de responsabilidades entre os protagonistas, em que ela assume o papel de homem e ele o de submisso à sua *Senhóra* (grafia original), logo, o diálogo travado através das roupas dentro do código patriarcal deveria corresponder ao perfil ideal de mulher submissa, de inteligência razoável, “vestida tanto como sujeito quanto como objeto

página" (XIMENES, 2011, p. 46), mas o vestuário descrito por Alencar e os figurinos da novela apresentavam uma mulher convicta em suas decisões e com poder para executar seus desejos, uma liberdade que pouquíssimas possuíam nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As protagonistas de Alencar foram construídas com perfis complexos, mas que dialogavam com o público leitor de suas obras, a descrição dos vestuários era apenas uma consequência da personalidade de cada mulher descrita, logo, a adaptação naturalmente os consultaria para a elaboração dos figurinos. A transposição não foi feita dentro dos limites criados pelo texto de Alencar, mas isso não significou um distanciamento do perfil da protagonista, que acabou por possuir figurinos com características intrínsecas de sua personalidade. Alencar traçou com tamanha clareza os perfis de suas personagens, que a novela, apesar de certa infidelidade na adaptação, não conseguiu e nem precisou dissociar a identidade dessas mulheres dos trajes que apresentavam. O vestuário em Alencar muitas vezes é central na vida de uma personagem, ultrapassando os limites da banalidade dentro da narrativa, e que naturalmente deveria, e até certo ponto, foi representado na novela.

Importante mencionar o quanto adaptar uma obra escrita para uma com imagens em movimento é difícil. Quantos filtros e mediações são impostos de uma mídia para outra, por isso justificam-se aqui os distanciamentos que apresentados entre as imagens e o livro, mostrando que, obviamente, não há como ser totalmente fiel, mas que a caracterização e o figurino enriquecem as representações.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Senhora**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

AREUDA, Lilian. **Entre tramas, rendas e fuxicos: o figurino na teledramaturgia da TV Globo**. São Paulo: Globo Livro, 2007.

Através. TV, Processo criativo em foco. **Cássio Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://atraves.tv/cassio-brasil/>>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

FERREIRA, Érica Eloize Peroni. **A transposição da Literatura para o Cinema: reflexões preliminares**. In: CONGRESSO ANUAL BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0143-1.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FRIO, Fernanda. **As fronteiras entre tradução e adaptação: da equivalência dinâmica de Nida à tradaptação de Garneau**. *TradTerm*, São Paulo, v. 22, Dezembro/2013, p. 15-30.

GHASPAR, Emerson. **Essas Mulheres: arte não é quantidade e sim qualidade**. 2015. Disponível em: <<http://oplanetatv.clickgratis.com.br/colunas/bau-da-tv/essas-mulheres-arte-nao-e-quantidade-e-sim-qualidade.html>>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

MARIANO, Rose Mary; ABREU, Lia Márcia Borges de. Figurino para a TV. In: VIANA, Fausto; MUNIZ, Rosane (Orgs). **Diário de pesquisadores: traje de cena**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. P. 163 a 167.

MUNIZ, Rosane. **Vestindo os nus: o figurino em cena**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: História e Produção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

RIBEIRO, Ana Elisa. Notas sobre o conceito de "transposição" e suas implicações para os estudos da leitura de jornais on-line. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 15-30, jul./dez., 2009.

RIBEIRO, Luis Felipe. **Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

ROCHE, D. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)**. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores. 2010.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Moça educada, Mulher civilizada, Esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar**. Bauru: Edusc, 2012.

VASCONCELLOS, Lícia Maria Vieira; CAETANO, Vitor Nunes. **Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais**. CAP-UERJ, Rio de Janeiro, Nona edição, 2014.

WAJNMAN, Solange. O figurino imaginado da TV: O que se pode aprender com ele. In: VIANA, Fausto; MUNIZ, Rosane (Orgs). **Diário de pesquisadores: traje de cena**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. P. 148 a 162.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

5

A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE FEMINICÍDIO¹

Élyda Mary de Carvalho Linhares²

Verônica Acioly de Vasconcelos³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O assassinato de mulheres por razões de gênero constitui em problema social grave, que perpassa fronteiras de países, credos, etnias, orientações sexuais, idade e classe social. A partir disso, foi inserida no sistema penal brasileiro, a circunstância qualificadora de feminicídio, dando visibilidade aos crimes de feminicídio, a desigualdade de gênero e a violência contínua enfrentada pela mulher por ser mulher. Com a criação da qualificadora, este trabalho objetivou diferenciar a investigação criminal do homicídio para a investigação criminal do feminicídio. Inicialmente foi identificado o que seria gênero e sua importância no direito, pois analisar o crime com um “olhar” sensível à perspectiva de gênero, auxilia no correto enquadramento à referida qualificadora, em seguida foi trazida a tipificação do feminicídio, sua evolução e desdobramentos. Em última análise, pretendeu-se comparar as linhas de investigação e identificar como a investigação de feminicídio estaria sendo desenvolvida pela Polícia Civil do Piauí. Para a análise do tema, utilizaram-se fontes bibliográficas, baseando-se na natureza teórica da pesquisa.

Palavras-Chave: Feminicídio, Violência, Investigação Criminal.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema social e cultural de grande complexidade, mesmo existindo mecanismos de proteção as mulheres, constantemente

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2014); Discente do curso de Bacharelado em Direito (10º período) no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

³ Doutoranda em Direito e Políticas Públicas pela UNICEUB. Defensora Pública do Estado do Piauí. Orientadora do trabalho e professora do Centro Universitário Santo Agostinho.

estas são agredidas de diferentes formas, chegando até, a serem mortas em razão de serem mulheres.

É relevante apontar nesse artigo os dados do Mapa da Violência 2015, que registraram no ano de 2013, 4.762 homicídios de mulheres no Brasil, colocando o país na 5ª posição internacional entre os 83 países do mundo. Com isso, não se pode ignorar tal problema, pois essas mulheres vítimas viviam em uma sociedade marcada pela desigualdade e violência de gênero.

No Brasil, têm como marco de políticas públicas a criação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, instituída em 2006. Entretanto, uma questão relevante não estava sendo abordada como deveria, ou seja, o homicídio de mulheres pela razão de serem mulheres. Essa questão só foi tipificada com a Lei nº 13.104/2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, colocando o Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. As mortes de mulheres não devem ser tratadas como mortes comuns, pois as vítimas, os agressores e toda a sociedade, estão inseridos dentro de uma cultura machista, desigual, preconceituosa, discriminatória, misógina e sexista, que naturaliza tais práticas. Neste sentido, a temática a ser desenvolvida é uma questão atual e complexa

O presente trabalho tem o propósito de analisar a importância da perspectiva de gênero, e sua contribuição na investigação criminal de feminicídio. Com isso, adveio especificamente o interesse em compreender como essa perspectiva foi aplicada na Polícia Civil do Piauí e a forma que essa incorporação refletiu na atuação das autoridades policiais.

MÉTODO

O trabalho apresenta uma natureza teórica e a metodologia aplicada foi à pesquisa bibliográfica, que por meio da legislação, doutrina, documentos públicos, trabalhos científicos e pesquisas, foram possíveis discutir, analisar e revisar os conceitos que demandam dessa temática. A abordagem do estudo foi através do método dedutivo, que utiliza uma corrente de raciocínio descendente, onde parte de uma análise geral para a particular, até chegar à conclusão (GIL, 1994).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso deste trabalho perpassa três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aportes teóricos de gênero, seus conceitos e desdobramentos, e sua inserção dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Destarte, entende-se a importância do conceito de gênero para compreender como se instituem as relações sociais entre os sexos, no que tange suas práticas, seus discursos, suas diferenças e desigualdades. Segundo Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que são percebidas entre os sexos. Essas diferenças aparecem de forma relacional, ou seja, entender as informações sobre as mulheres inevitavelmente constrói informações sobre os homens.

O termo gênero não pretende negar as diferenças biológicas que existem entre os corpos sexuados, mas enfatiza Louro (2010), que a construção social e histórica é produzida em cima dessas características biológicas, e nesse contexto, ressalta Scott (1995), que essas diferenças dão significados culturais e posicionam as relações através de hierarquias.

Compreendido o que seria gênero e seus relevantes desdobramentos, há de se perceber a importância dessa perspectiva aplicada ao Direito. Apesar de a Constituição afirmar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, foi necessária a intervenção do Estado (MOREIRA, 2016), como recomenda, o § 8º do art. 226 da CF, que assegura a assistência familiar pelo Estado, tendo este que criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Houve mudanças legislativas, como a Lei Maria da Penha e o Femicídio, estas levantaram discussões e politizaram debates acerca da violência contra a mulher (MOREIRA, 2016). Porém, há muitos desafios a percorrer, visto que, o atendimento à mulher em vários setores da Rede de Acolhimento, principalmente na área jurídica, é carente, pois falta o alicerce na perspectiva de gênero. O segundo capítulo aborda a evolução do termo feminicídio, seu conceito, comparações com outras legislações e sua criação legal. As discussões sobre femicídio/feminicídio se tornaram visíveis na América Latina quando, no início dos anos 1990 (PASINATO, 2011), os números de mulheres assassinadas e desaparecidas aumentaram drasticamente. Esse fenômeno ocorreu no México, em que aproximadamente 400 mulheres e meninas foram mortas, e muitas delas sofreram mutilações, torturas e violência sexual, tendo seus corpos abandonados em terrenos baldios (MELLO, 2016).

No Brasil, a categoria analítica “femicídio” foi utilizada em 1995 por Heleith Saffioti e Suely Almeida, em uma análise sobre homicídios de mulheres dentro das relações conjugais e foi retomado em 1998 (PASINATO, 2011). Diante dessas nomenclaturas, termos e conceitos apresentados, Adriana de Mello (2016) diz ser útil considerarmos para o Direito Penal apenas a compreensão de mortes intencionais de mulheres, motivadas por razões de gênero, dessa forma, feminicídio será o termo adotado nesse trabalho, visto que esta é a nomenclatura assumida pelo Poder Legislativo. A tipificação de feminicídio nos países da América Latina iniciou em 2007 com a Costa Rica. Este foi o primeiro país a criminalizar o feminicídio em sua lei penal, e após isso 15 países criaram formas de coibir e punir esses crimes (MELLO, 2016). Em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, partindo do projeto da CPMI da Violência contra a Mulher.

O terceiro e último capítulo, compreende o avanço da análise da investigação criminal, a comparação da investigação criminal de homicídio com a de feminicídio, e na sequência delinea alguns pontos a linha da investigação na Polícia Civil do Piauí. Sob o viés normativo, encontramos o conceito de investigação criminal, fundamentado no artigo 1º da Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei 49/2008). A referida lei percebe a investigação criminal como um conjunto de diligências que servem para analisar a existência do crime, localizando autores e colhendo provas. Reafirma ainda, através do seu art. 3º, que os Órgãos de Polícia Criminal são competentes para realizar tais diligências.

No Brasil, a investigação criminal é orientada pelo Caderno Temático de Referência: Investigação Criminal de Homicídios (2014). Este Caderno informa que a investigação é realizada pelos agentes policiais e normatizada nos artigos 6º, 7º, 8º e 9º do Código de Processo Penal (CPP), sendo materializada por meio do inquérito policial. A investigação proposta nesse Caderno Temático (2014) é dividida em duas etapas: *Investigação Preliminar e Investigação de Seguimento*. A primeira etapa define todos os procedimentos de investigação e coleta de vestígios realizados no primeiro momento em que a polícia recebe a informação da ocorrência de um homicídio, os trabalhos na cena do crime e a chegada dos primeiros agentes policiais ao local (CADERNO TEMÁTICO, 2014).

No que se refere ao feminicídio, em 2006 foi criada no Brasil, as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de

mulheres (feminicídio), motivada por um Modelo Latino-Americano (2014) para investigar as mortes de mulheres, porém com adaptações as realidades sociais, jurídicas, políticas e culturais do país.

Sobre essa linha de investigação, tomando como base a linha de investigação de homicídio, podemos inferir que, a investigação de feminicídio não veio substituir a investigação de homicídio, contrariamente, sua finalidade é transformar o "olhar" do profissional da área policial a perspectiva de gênero e principalmente, agregar elementos para facilitar o enquadramento da qualificadora ao caso concreto.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí convidou, antes da publicação oficial das Diretrizes Nacionais (2016), a consultora Wânia Pasinato, para fazer a primeira capacitação de delegados sobre gênero, no período de uma semana em Teresina. Após essa capacitação, o estado do Piauí foi convidado a adotar as Diretrizes, considerando assim, o primeiro estado brasileiro a fazê-lo (NEME; MARTINS, 2017).

Posteriormente, de acordo com a delegada Eugênia Villa, a Polícia Civil do estado buscou a construção de uma metodologia própria de investigação de feminicídio, intitulada Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, para mostrar aos policiais que a dinâmica da investigação do feminicídio difere do homicídio, pois no feminicídio tem algo chamado de razões de gênero, que escapam da modulação jurídica e da formatação legal (VILLA, 2016). A capacitação foi promovida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero, compreendeu a capacitação técnica dos policiais à metodologia proposta de investigação e seminários de sensibilização e abordagem do tema. De dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, foram capacitadas 311 pessoas, nos municípios de Parnaíba, São Raimundo Nonato, José de Freitas, Barras, Floriano e Água Branca (NEME; MARTINS, 2017).

O Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança do estado, forneceu dados atualizados acerca do feminicídio, registrando 90 casos no período de 10 de março de 2015 a 24 de maio de 2018¹. Após a leitura desses dados, compreende-se a importância de trazê-los para discussões no diagnóstico da violência contra a mulher. Contudo, são reconhecidos os principais obstáculos no entendimento de se obter esses

¹<https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-feminicidio-reforca-luta-contra-mortes-crues-de-mulheres> Acesso em: 28.05.18

dados, como por exemplo, a subnotificação de feminicídios, ou seja, muitas ocorrências ainda não foram consideradas com a qualificadora real de feminicídio, pois requer uma investigação diferenciada do homicídio e em alguns casos existe a incompreensão das autoridades a cerca dessa demanda (SILVESTRE; NATAL, 2018).

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como foco central analisar a perspectiva de gênero aplicada na investigação criminal de feminicídio, tentando vislumbrar sua especificidade, importância e desafios. A priori, foram conceituados gênero, patriarcado e violência de gênero, consideradas categorias importantes de análises de investigação social dos assassinatos de mulheres por razões de gênero.

Compreendido os conceitos das categorias acima citadas, fez-se necessário apontar a evolução do plano normativo trazido pelo Direito, na busca de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Nesse ponto, ainda foi ressaltado a importância da perspectiva de gênero na atuação da investigação, pois com o olhar diferenciado sob a ótica de gênero, o profissional certamente reconhecerá o contexto de violência apresentado, podendo aplicar corretamente a qualificadora.

Com o feminicídio inserido no Código Penal como qualificadora do homicídio, tornou-se necessária uma investigação diferenciada da investigação de homicídio tradicional, com isso, baseando-se no Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio), o Brasil criou em 2016, as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio).

As Diretrizes Nacionais objetivaram aprimorar a investigação policial, o processo judicial e o julgamento das mortes de mulheres por razões de gênero, reconhecendo ainda os contextos de desigualdades que tornam as relações vulneráveis, por fim, o documento permitiu responsabilizar o Estado na sua atuação de prevenção e punição desses crimes.

Cabe ressaltar, que as Diretrizes Nacionais representam apenas guias de orientação na atuação do profissional, não constituindo caminhos obrigatórios a serem seguidos. Em Teresina, no ano de 2016, foi criada a Delegacia da Mulher na zona sul da capital, para investigar os crimes de feminicídio e a violência doméstica que ocorre nessa região. Sua

criação deu visibilidade ao assassinato de mulheres e buscou investigar os casos através de uma realidade empírica. Após a capacitação dos delegados do Piauí acerca das Diretrizes Nacionais e da perspectiva de gênero, foi construída pela Polícia Civil do Estado uma investigação própria, intitulada Metodologia Investigatória do Femicídio, que pretende integrar a investigação policial as variáveis de gênero. Esta Metodologia adota o programa operacional das Diretrizes Nacionais, baseando-se em três componentes metodológicos: fático, jurídico e investigatório (probatório).

Encontramos na temática algumas limitações e obstáculos, primeiramente houve o difícil acesso aos dados essenciais à pesquisa, em seguida, percebeu-se que o grande obstáculo é a subnotificação dos feminicídios, pois muitas autoridades desconhecem a qualificadora, e não tipificam corretamente os casos apresentados. Portanto, entende-se que a capacitação na perspectiva de gênero tornará a investigação de feminicídio mais eficiente, pois a autoridade além de reconhecer na prática casos que demonstrem desigualdade e violência de gênero, certamente contribuirá para que crimes como estes possam ser penalizados corretamente, dando uma resposta eficaz a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 mar.2018.

_____. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 21 mar 2018.

_____. **Investigação criminal de homicídios (Caderno temático de referência)**. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. 124 p. Disponível em <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pop/investigacao_criminal_homicidios.pdf> Acesso em 12 maio. 2018.

CADENA, Anamelka Albuquerque. **Metodologia investigatória na perspectiva de gênero, desenvolvida no Estado do Piauí**. 2018. Portal Nacional Delegados. Disponível em <<https://www.delegados.com.br/juridico/metodologia-investigatoria-na-perspectiva-de-genero-desenvolvida-no-estado-do-piaui-2-6>> Acesso em 20 maio. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro. Mundo Jurídico, 2016.

MOREIRA, Laís de Araújo Moreira. **Direito e Gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro** (pág. 10) 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/25010>>. Acesso em 03 maio.2018

NEME, Cristina; MARTINS, Cauê. **Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Feminicídio Teresina (PI). Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública – CASOTECA FBSP 2017 / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. – (Série Casoteca FBSP, v. 1). 144p.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos pagu* (37), jul./dez. 2011, p. 219-246. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008>

SCOTT, Joan Wallach. "**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**". *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVESTRE, Giane; NATAL, Ariadne. **Investigação lenta e falta de prioridade levam a subnotificação de feminicídios**. 2018. Disponível em <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/investigacao-lenta-e-falta-de-prioridade-levam-subnotificacao-de-feminicidios/>> Acesso em 15 maio. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil, 2015**. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em 05 ma.2018.

6

A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA FEMININA NO FORRÓ BRASILEIRO FRENTE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA¹

Liliane Batista Soares Magalhães de Sousa²
Rosália Maria Carvalho Mourão³
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a banalização da violência feminina no forró brasileiro frente à liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana. Tendo, assim, o objetivo de analisar o excesso dessa liberdade de expressão contida no forró brasileiro, como meio de banalizar tal violência e, assim, afrontar a dignidade da pessoa humana. Todos os dias, em todos os lugares do mundo, milhares de mulheres são vítimas de alguma forma de violência, seja por meio de espancamentos, agressões, humilhações, assassinatos. Deste modo, a violência sofrida por essas mulheres não é um assunto pessoal, restringido apenas as vítimas e seu âmbito familiar. Mas, um problema de ordem mundial. Embora os mecanismos de combate tenham ajudado muito na contenção de tal violência, ainda é necessário, observar fatores que incitam, influenciam e naturalizam sua continuidade. Ademais, pesquisas e decisões jurisprudenciais, demonstram que um dos fatores dessa naturalização são: as músicas. Passando, por conta de sua força cultural, a impregnar o cotidiano da sociedade. Conseqüentemente, em muitas situações: o homem banaliza e a mulher naturaliza! Para tanto, a pesquisa se desenvolve a partir do contexto histórico que nos fez herdar essa imagem deturpada da mulher. Além de analisar a letra de algumas músicas do forró brasileiro. Assim, ponderando valores garantidos à toda sociedade. Por fim, vale ressaltar que foi utilizada como metodologia tanto o método dedutivo quanto o dialético para a obtenção dos resultados. Utilizando-se como técnica, a pesquisa descritiva e bibliográfica.

Palavras-Chave: Violência feminina. Forró brasileiro. Direitos fundamentais.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Liliane Batista Soares Magalhães de Sousa- Ensino Superior Incompleto- Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho- lilianebsms@gmail.com

³ Rosália Maria Carvalho Mourão- Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí- Direito - Centro Universitário Santo Agostinho - rrosapi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é social, cultural e histórica. Durante muitos anos, a mulher teve sua imagem atrelada à submissão dos homens. Enquanto estes eram considerados os provedores do lar, as mulheres não tinham voz, detinham apenas a função exclusiva de cuidar da casa. E, claro, obedecer às ordens do seu provedor. Ademais, o que acontecia no seio desses lares, era assunto dos pares, inclusive a realidade cruel, fria e dura dessas mulheres, que eram vítimas de atrocidades cometidas por esse "superior" que lhe impunha todas as ordens. Nesse sentido, a violência se perpetra até os dias atuais, baseada na mesma ilusão de outrora: a superioridade do provedor. Embora, os mecanismos de combate tenham ajudado na contenção de tal violência, ainda é necessário, observar os fatores que as incitam, naturalizam e influenciam. Desse modo, com base em pesquisas de especialistas e decisões jurisprudenciais pátrias, um dos fatores dessa naturalização sofrida pelas mulheres são: as músicas. Passando, por conta de sua força cultural, a impregnar o cotidiano da sociedade.

Para tanto, a pesquisa se desenvolve com a necessidade de combater essas formas de naturalização. Objetivando analisar se a música é utilizada como instrumento para autoafirmação do comportamento dos homens diante do gênero feminino, uma vez que as melodias passam a extrapolar a liberdade de expressão e a ferir a dignidade da pessoa humana.

MATERIAL E MÉTODOS

Na pesquisa foi utilizado tanto o método dedutivo quanto o método dialético para a obtenção dos resultados. E como técnica, a pesquisa descritiva e bibliográfica, uma vez que, seu objetivo principal foi analisar as opiniões dos autores acerca da problemática e os principais conceitos envolvidos, podendo concluir que o forró brasileiro é fator influenciador da violência feminina, com observância do princípio da dignidade da pessoa humana e os limites da liberdade de expressão que devem ser observados. Sendo utilizado para tais conclusões, materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos, entre outros. Além de observar estudos de casos e jurisprudências pátrias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no método dedutivo utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, partindo de argumentos gerais, pôde-se observar a colocação de alguns autores no âmbito da violência feminina, alertando em relação à sua banalização na nossa sociedade quando uma omissão, por exemplo, pode causar um consequente dano. Além de observar, os conceitos dessa violência sofrida e consequentemente à afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana quando os limites em relação à liberdade de expressão são violados nas letras de melodias do forró brasileiro, estilo musical em estudo. Ademais, foi utilizado a comparação de ideias de alguns autores, chegando ao resultado assim, que a música é fator de banalização da violência sofrida por essas mulheres. O conteúdo do forró brasileiro atual é utilizado tanto como um instrumento de autoafirmação dos homens, em um contexto machista como a própria consumação da violência contra essas mulheres.

CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, com a presente pesquisa que as músicas, em especial o gênero em estudo: o forró brasileiro, na medida que extrapolam em suas letras à liberdade de expressão, a violência feminina é tanto banalizada como consumada, uma vez que tais melodias expressam conteúdos que deturpam a imagem feminina, passam a violar, direta e indiretamente, a dignidade da mulher. As composições passam a influenciar e prejudicar o estado emocionalmente. Sendo parte de nossa cultura, desde tempos passados, desencadeiam profundos processos de transformação social, os quais afetam tanto o indivíduo vítima: a mulher quanto o universo que o rodeia em todas as suas manifestações e formas.

A música passa a ser utilizada como instrumento de construção de significados ao homem. Assim, o que o homem ouve, passa a ser internalizado. E então, a refletir nas suas ações e comportamentos. Desse modo, é possível vislumbrar no presente trabalho que o objetivo relacionado a limitação da liberdade de expressão contida nas manifestações musicais com o teor maléfico e de interferência na dignidade das mulheres, não é restaurador da censura. Entretanto, busca-se ponderar tal direito citado com o princípio da

dignidade da pessoa humana. Ademais, é através da ponderação de um direito e de um princípio fundamental, que serão garantidos todos os privilégios da mulher, resguardando um em respeito ao outro, protegendo de um lado tanto o direito à liberdade de expressão quanto o respeito à dignidade da pessoa humana e a estima aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Não se pode garantir um direito e restringir o outro. A mulher deve ser beneficiada de um, sem ter o outro prejudicado. Além disso, não se pode tirar o direito de um cidadão, suprimi-lo (um artista de produzir suas músicas), visando garantir a dignidade da mulher. O que se busca, resguardado até mesmo na nossa Constituição, é a garantia de todos os direitos e princípios dentro de seus limites. Afinal, sempre que a dignidade da pessoa humana se encontrar em caso de colisão de direitos fundamentais, deve-se optar no que leve em maior grau de consideração a decisão que garanta a dignidade da pessoa humana na aplicação do caso concreto.

É por meio da nossa própria conversão cultural, que valores femininos vão ganhando o seu verdadeiro rumo. Se a música tem papel ativo em estimular a violência, uma vez que o que é expressado nas melodias passa a ser esperado socialmente, seria também por esse meio, com o conteúdo da verdadeira essência feminina expresso nessas melodias que esse papel difundido até hoje na nossa sociedade (a visão culturalmente deturpada) passaria a ser redirecionada para uma forma positiva de se ver esse gênero. E, assim, atingir o real objetivo de tal musicalidade. E, então, desfazer essa visão maléfica da mulher presente em tais letras. Nesse contexto, Leis, campanhas governamentais no sentido de coibir a perpetuação de tais melodias passam a ser justificantes para punição e imposição de valores que não poderiam mais ser expressos no nosso seio social. Visando, assim, garantir por meio da nossa própria educação, uma modificação da situação até aqui exposta. E, claro, dar uma importância para tal assunto, não permitindo a omissão que se fez vilã da naturalização desse mal.

REFERÊNCIAS

ALFONSI, Daniela do Amaral. **Para todos os gostos: um estudo sobre classificação, bailes e circuitos de produção do forró**. Dissertação de Mestrado de Antropologia Social. USP, 2007. Disponível

em:<https://www.teses.usp.br/teses/.../DISSERTACAO_DANIELA_DO_AMARAL_ALFONSI.pdf> Acesso em 12.maio.2018.

AMAZONAS. **Apelação n 02271053120108040001**. Relator: Wellington José de Araújo. Amazonas, 26 de Outubro de 2015. JusBrasil, 2015. Disponível em: <<https://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205933487/apelacao-apl-2259831720098040001-am-0225983-1720098040001/inteiro-teor-205933503>>. Acesso em: 17.out.2017.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985. p.19.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08.out.2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 19.out.2017.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm>. Acesso em: 17.maio.2018.

BRASIL. **Lei 12.573, de 11 de Abril de 2012**. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-12573-2012-ba_239632.html>. Acesso em: 20.maio.2018.

CAMARGO, Zezé de; LUCIANO. **O Defensor**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/zeze-di-camargo-e-luciano/o-defensor.html>>. Acesso em: 09.maio.2018.

COHEN, Marina. **Especialistas acreditam que músicas banalizam violência contra a mulher**. O globo, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/especialistas-acreditam-que-musicas-banalizam-violencia-contra-mulher-18067514>>. Acesso em: 15.out.2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**/ Maria Berenice Dias. – 2. Ed. Ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de Expressão e Comunicação: teoria e proteção constitucional**/ Edilsom Farias. –São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

FORRÓ, Aviões do. **Mulher Doidera**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/avioes-do-forro/573732/>>. Acesso em: 10.maio.2018.

FORSTER, Susan Christina. **Canção: violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11282/cancao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 13.out.2017.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**/ Claudio Luiz Bueno de Godoy. – São Paulo: Atlas, 2001.

GONZAGA, Luiz. **Mulher de Hoje**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/1561805/>>. Acesso em: 09.maio.2018.

GROUT, Donald J., PALISCA, Claude V. **História da Música Ocidental**. 5.ed. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007.

JESUS, Damásio de. **Violência Contra a Mulher: aspectos criminais da lei 11.340/2006**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAGNÍFICOS. **Me usa**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/forrozao-das-antigas/me-usa/>>. Acesso em: 17.maio.2018.

MARÇAL, Gabriela. **Ação expõe letras de músicas brasileiras com referências a feminicídio e estupro**. O Estado de São Paulo, 10.mar.2018. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,acao-expoem-letras-de-musicas-brasileiras-com-referencias-a-femicidio-e-estupro,70002221768>>. Acesso em: 08.maio.2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06.maio.2018.

NAVARRO, Andréia. **Violência contra a mulher: dos números à legislação**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31601/violencia-contra-a-mulher-dos-numeros-a-legislacao>>. Acesso em: 10.out.2017.

PETERS, Thayra. **Liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42293/liberdade-de-expressao-e-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 18.out.2017.

PINHO, Rodrigues Cesar Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**/ Rodrigues Cesar Rebello Pinho- 15. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

PUCHIVAILO, Mariana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. A história da musicoterapia na psiquiatria e na saúde mental: dos usos terapêuticos da música à musicoterapia.

Revista Brasileira de Musicoterapia, 2014. Disponível em:

<<http://www.revistademusicoterapia.mus.br/wp-content/uploads/2016/10/Revista-Brasileira-de-Musicoterapia-Ano-XVI-n%C3%BAmero-16-2014-completa.pdf>>. Acesso em 10.maio.2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica./ Losandro Antonio Tedeschi- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TEIXEIRA, Hélio. **Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Lev Vygotsky**. 07 de Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/teoria-do-desenvolvimento-cognitivo-de-lev-vygotsky/>>. Acesso em: 18.maio.2018.

RODADA, Saia. **Tapa na Cara**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/saia-rodada/792991/>>. Acesso em: 12.out.2017.

RODADA, Saia. **Lapada na Rachada**. Disponível em:

<<https://www.letras.mus.br/solteiros-do-forro/527327/>>. Acesso em: 12.out.2017.

WEIGSDING, Jessica Adriane; BARBOSA, Carmem Patrícia. **A influência da música no comportamento humano**. Arquivos do MUDI. Disponível em:

<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/download/25137/pdf_59>. Acesso em 13.maio.2018.

7

A EXPOSIÇÃO VEXATÓRIA DOS FILHOS POR MEIO DAS MÍDIAS SOCIAIS¹

Luciana Pessoa Nunes Santos²
Carlos Filipe Moura Barbosa Filho³
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho busca tratar de um dos desdobramentos do abuso do poder familiar que se perfaz com a exposição vexatória dos filhos por meio das mídias sociais. Uma nova modalidade que se utiliza da comunicação e veiculação de imagens e vídeos na internet fruto de atual sociedade hiperconectada. Na web se identifica como prática reiterada à exposição excessiva e constrangedora dos filhos por meio das redes sociais, nocivas ao ponto de poderem comprometer o desenvolvimento psicossocial da vítima. O principal objetivo é analisar, à luz da delimitação jurídica do poder familiar, o papel dos pais que adotam tal conduta. A pesquisa tem como embasamento teórico materiais bibliográficos de fonte doutrinária e jurisprudencial, que trarão um aporte jurídico indispensável para a análise de fatos veiculados nas mídias, por meio de vídeos e fotografias de acesso público e como efeito natural uma construção jusfilosófica combatente de tais condutas.

Palavras-Chave: direito de imagem, constrangimento, mídias sociais, autonomia dos filhos, relação paterno-filial.

INTRODUÇÃO

A reflexão ora proposta pretende realizar uma investigação crítica do momento histórico atual que concedeu status de normalidade à exposição vexatória dos filhos por

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestra em Direito pela PUCRS. Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Coordenadora do Curso de Direito do CEUPI. lucianapessoa2011@gmail.com

³ Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. carfilipe@hotmail.com

meio das mídias sociais, apesar de tal conduta se caracterizar como modalidade de abuso do poder familiar, repellido pelo ordenamento jurídico pátrio no art. 1.637 do Código Civil.

Para tanto, a pesquisa se pauta em material relatando situações reais coletado nas mídias sociais, de acesso público, para confrontá-lo com os estudos teórico-bibliográficos que são o aporte jurídico ofertado pela doutrina especializada e jurisprudência pátrias, a fim de buscar uma resposta para a indagação acerca de quais são as consequências psicossociais e jurídicas pelas exposições vexatórias dos filhos na *web*.

O principal objetivo é analisar a delimitação jurídica para o exercício do poder familiar, comparando o papel atribuído aos pais e a conduta de violação do direito de imagem dos filhos que ocorre quando são expostos em situação de constrangimento ou ridicularização, sob o argumento de que são cômicos e populares.

Busca-se, também, analisar comparativamente os argumentos jurisprudenciais e doutrinários pátrios juntamente com a psicologia e a filosofia, para fins de construção do perfil do agente e como coibir tais práticas, além de uma leitura filosófica sobre relações familiares, o que será feito a partir da revisão bibliográfica em Direito Civil e Direito da Criança e Adolescente sobre abuso do poder familiar, além de coleta da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema, para, enfim, relacionar, aos arquétipos de Carl Gustav Jung e à obra "O Profeta" de Khalil Gibran sobre a relação familiar de pais que expõem os filhos a situações vexatórias.

A relevância do estudo funda-se na necessidade de alerta aos perigos de práticas tão recorrentes, popularizadas e quase pacificamente aceitas. É preciso destacar suas consequências nocivas quanto ao comprometimento psíquico das vítimas e a degradação da relação familiar, ocasionados por quem tem a responsabilidade legal de salvaguarda, tutela e proteção. Ainda, a reflexão propõe uma discussão sobre as raízes dessa exposição excessiva e da necessidade de reconhecimento social, atualmente, medido pela quantidade de curtidas, que normalmente apresenta traços narcisistas.

Pretende-se demonstrar a nova modalidade de abuso do poder familiar e as proporções que esta toma pelo fato de usar como ferramentas de divulgação a tecnologia da informação por meio das mídias sociais o que permite amplificar tais lesões, além da escalada de acessão que tais tecnologias vêm tomando no país.

Destarte, a pesquisa será bibliográfica, fazendo análise da doutrina e jurisprudência referentes ao exercício do poder familiar e direito de imagem dos filhos, a partir de situações reais veiculadas nas mídias, por meio de vídeos e fotografias de acesso público.

1 INDIVIDUALISMO E NARCISISMO

A idade contemporânea trata de um lapso histórico que inicia com a revolução francesa no século XVIII, no ano de 1789, e que perdura até os dias atuais e que proporcionou mudanças estruturais psicossociais no homem, visto que os compartimentos que segregavam a sua vida, como a política, economia, relacionamentos, ciência, religião e com o próprio Estado, passa por uma nova reformulação, adquirindo ressignificação e, por consequência, alteração na ordem de valores.

Novas correntes filosóficas buscam explicar tais fenômenos defini-los e justificá-los como apropriados, tendo o pensamento iluminista como aquele que se localiza na dianteira desses movimentos e sendo a vertente majoritária adotada para explicar o surgimento dos eventos descritos.

O frenesi causado pela teoria iluminista e o momento histórico de conquistas no campo científico, tornou uma condição *sine qua non* para defesa da racionalidade como a única linguagem para encontrar a verdade em detrimento da religião, considerada como obstáculo para progresso no mundo, pois era acusada de cobrir a mente do homem por um vel de trevas.

A era das grandes invenções e do protagonismo do sistema capitalista se consolida como direção a ser tomada, devido ao desenvolvimento que esta proporciona aos países que o adotaram, permitindo assim, o fortalecimento da classe burguesa e crescimento dos centros urbanos, que se encontra entre as principais consequências deste período, pois a partir do século XX, tal fenômeno se consolida.

O impacto causado ao homem se vislumbra desde longas jornadas de trabalho, a rejeição à ociosidade (vista como perda de tempo e energia que deveria ser empregada em seu trabalho), necessidade de criar uma demanda constante por consumo de bens devido ao excedente da produção industrial a segmentação do dia em horas, minutos e segundos e o surgimento de arquétipos denominados de celebridades como referencial a ser

consumido. Nasce uma geração que vive em um ambiente em que se exige especialização e constante competição pautada no individualismo.

A construção da ideologia individualista trata-se de um dos valores esculpido pela civilização ocidental fortemente influenciada pela cultura judaica – cristã que terá como pilares a ideia de liberdade e igualdade e sendo exaltada a partir do surgimento do estado moderno.

Esta teoria afirma que o homem ocupa o ápice da pirâmide social e, com isso, situando-se acima da sociedade e do próprio Estado, em que terá como manual guia de suas condutas as suas próprias regras pessoais para que assim atenda aos seus anseios.

A projeção adquirida pelo indivíduo possibilita a ele se desvincular de qualquer hierarquia social que até então era posta sobre os seus ombros podendo este se lançar a novos ares, guiado apenas pelos seus desejos, como assim exposto por Dumont, Louis apud Damasceno (2003, p.3):

Para os modernos, sob a influência do individualismo cristão e estoico, aquilo a que se chama direito natural (por oposição ao direito positivo) não trata de seres sociais, mas de indivíduos, ou seja, de homens que se bastam a si mesmos enquanto feitos à imagem de Deus e enquanto depositários da razão. Daí resulta que, na concepção dos juristas, em primeiro lugar, os princípios fundamentais da constituição do Estado (e da sociedade) devem ser extraídos, ou deduzidos, das propriedades e qualidades inerentes no homem, considerando como um ser autônomo, independentemente do todo e qualquer vínculo social ou político.

As ferramentas proporcionadas por esta ideologia deu substrato suficiente para que o homem pudesse se desvencilhar das regras impostas por sua família, porque antes cabia a este indivíduo o dever de apenas perpetuar o legado familiar como, por exemplo, atuar no mesmo ofício de seu pai, além de atentar para ditames da religião e costumes locais e, por consequência, sendo apenas um coadjuvante de sua própria história, restando a este apenas ler a sua autobiografia, já que esta, já foi escrita.

A própria relação intrínseca entre individualismo e individualidade teve como consequências, segundo Rouanet (1993) apud Knupp et al. (2009), um rompimento com as ancestrais visões comunitárias, que somente reconheciam o homem como parte do coletivo (o clã, a tribo, a polis), para valorizá-lo, por si mesmo, na condição de titular de direitos, capaz de julgar criticamente sua própria sociedade.

A busca pela concretização de valores como liberdade, igualdade e livre arbítrio pautada por esta corrente filosófica possibilitou que qualquer ser humano pudesse alcançar a sua autorrealização desde que para isso usa-se sua própria força de vontade.

A outra face da moeda quanto a essa ideologia é que durante a sua escalada de ascensão acabou gerando um efeito inversamente proporcional pelas mazelas que esta causa, desde a proliferação de indivíduos narcisistas, individualidade e as distopias do sistema de valores que lhe sustentavam, havendo desequilíbrios e comprometimento do seu conteúdo de liberdade e igualdade, como fica evidenciado a seguir:

A libertação é uma bênção ou uma maldição? Uma maldição disfarçada de bênção, ou uma bênção temida como maldição? Tais questões assombraram os pensadores durante a maior parte da era moderna, que punha a "libertação" no topo da agenda da reforma política e a "liberdade" no alto da lista de valores, quando ficou suficientemente claro que a liberdade custava a chegar e os que deveriam dela gozar relutavam em dar-lhes as boas-vindas (MIRANDA apud BAUMAN, p.26).

As instituições clássicas que existiam durante a idade média e moderna (Igreja, Estado, família e comunidade) são mantidas mesmo com adaptações para que se adequassem aos novos tempos, mantendo-se a convivência com as novas que surgiram graças à teoria mencionada, sendo esta capitalista, o livre mercado etc.

Restando à grande maioria de indivíduos apenas adotar uma ou outra instituição, o que acabou condicionando a formação de sociedade de massa presente nos últimos três séculos, pois poucos desfrutaram da benesse de ter as rédeas da própria vida, sendo que estas ideologias eram apenas máscaras usadas pelos membros da classe dominante que lutam pela manutenção de seu *status quo*, como assim exposto:

Nesse contexto, as ideologias funcionam como amalgama da sociedade, criando um senso comum que na verdade mascara as lutas de classes. Esses sistemas de ideias, forjado pelas classes dominantes tem como função básica velar o sistema de dominação vigente, mas também funciona como um conjunto de referências para a tomada de consciência. (Miranda, Líbna Carneiro apud BARBOSA, p. 161)

O termo narcisismo passou por uma ressignificação para fins de objeto de estudo da psicanálise. Conforme Oliveira apud Lowen (1983), usa-se a expressão *self* para representar o Eu do indivíduo na sua aceção geral, que seria a relação intrínseca entre a

personalidade e o próprio corpo, sendo que indivíduos que apresentam perfil narcisista seriam aqueles que estão negando o seu verdadeiro Eu, como demonstrado a seguir:

O narcisismo descreve uma condição psicológica e uma condição cultural. Em nível individual, indica uma perturbação de personalidade caracterizada por um investimento exagerado na imagem da própria pessoa à custa do self. Os narcisistas estão mais preocupados com o modo como se apresentam do que com o que sentem. De fato, eles negam quaisquer sentimentos que contradigam a imagem que procuram apresentar (OLIVEIRA apud LOWEN,1993, p. 9).

Tal distúrbio psicológico seria apenas transfiguração do mito de narciso que teve origem na grécia antiga, sendo assim defendida pela psicologia analítica criada por Jung em que afirma que o mito seria apenas uma projeção mental com fins didáticos para o desenvolvimento da própria psique humana.

O mito supramencionado tem como o seu desenrolar a história de um jovem chamado Narciso, filho do deus do rio, Cefiso, e da ninfa Liríope, que teria uma beleza estonteante que causava paixões em homens e mulheres, o que alimentou sua arrogância e, ironicamente, lhe causou ruína em face da obsessão por seu próprio reflexo.

O narcisismo seria fenômeno psicológico devido a dadas condições culturais em que este indivíduo está mergulhado e como reage diante disso, enquanto o individualismo é fenômeno social em que o homem abdica de crenças que o limitam, impostas pela sociedade, e o faz pautar suas escolhas segundo critérios hedonistas ou em qualquer outro desde que beneficie a si próprio. Quando se intensifica este acaba possibilitando condições de germinação daquele.

2 PAIS NARCISISTAS EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS

Nos dias atuais, o individualismo continua em pauta, como direção a ser tomada em diversos campos de atuação do homem, mesmo com consequência negativa pelo seu uso exacerbado devido interpretações distorcidas, tendo assim reflexo em sua própria vida em coletividade.

As redes sociais se tornaram um campo de estudo para a ciência, devido ao fenômeno de massificação quanto ao número crescente de usuários que adere a esta, dentre as ciências que utilizam como objeto de estudo tem-se a psicologia, pois tais

ferramentas de comunicação se tornaram um verdadeiro depósito de dados que podem ser facilmente minerados e, com isso, descobertos certos padrões psíquicos que possibilitam, a pesquisadores, montar quadro bem mais fidedigno da atual sociedade.

Dentre as diversas pesquisas que tratam de identificar tais perfis de usuários narcisistas, *Computers in Human Behavior* revelou que o uso excessivo das redes sociais, como o *twitter* e o *facebook*, revela traços desse transtorno, sendo possível perceber certos padrões dos usuários o que evidencia um ponto fora da curva em relação aos demais que se utilizam destas ferramentas.

Certas atitudes que vão desde constante números de postagens de *selfies* (fotos tiradas pela própria pessoa retratada), ou mesmo fotos que registrem momentos banais do seu cotidiano como ir à academia ou o prato com sua refeição tornando-se tal mídia social o seu diário, apesar da metamorfose que este último passou, visto que este teria, na sua origem, um caráter apenas pessoal e de cunho reflexivo, e não global e de distração como vem sendo demonstrado.

A dimensão alcançada pelas redes sociais e a possibilidade que esta dá de poder teatralizar a própria vida em que se busca apenas fantasiar uma felicidade irreal, segundo Oliveira apud Medeiros (2000, p. 50): “a imagem parada é sempre perturbante: ela nega o movimento, a mobilidade e plasticidade do Eu, a possibilidade do arrependimento e do remorso, ele nega sobretudo a afirmação da vida, porque nos transforma em coisas”.

Como consequência só demonstra que atualmente estas sejam um celeiro para formação de narcisistas e com a aglutinação de tais perfis o que permite a retroalimentação do seu ego, conseguido graças à constante exposição, mesmo que para isso tenha o comprometimento tanto do seu aspecto pessoal como financeiro.

A exibição vexatória dos filhos, por exemplo, para conseguir a notoriedade pretendida através de curtidas ou seguidores, não obedecem a limites. São usados artifícios que podem incluir os próprios membros da família, que, muitas vezes, são tratados apenas como objetos decorativos em fotos ou em vídeos. A imaginação se torna único limite para publicação de exposições vexatórias.

As crianças e adolescentes acabam se tornando um alvo de grande predileção, pois carregam consigo atributos como jovialidade, espontaneidade e inocência, sendo dirigidos por um dos pais que fica, geralmente, atrás das câmeras.

Na França, é possível que, quando os filhos cresçam, possam processar seus pais por divulgarem imagens suas na internet sob argumento de atentado a sua privacidade e que terá como consequências de um ano de prisão e multa de 45 mil euros, segundo informa Malacarne (2017).

No ordenamento jurídico pátrio, a lei Nº 8.069/1990, que instituiu o estatuto da criança e do adolescente (ECA), determina em seu art.17:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

É possível inferir que, também no Brasil, existe fundamentação legal suficiente para tutela dos direitos personalíssimos de imagem e privacidade de crianças e adolescentes em face de condutas violadoras de seus pais.

Com isso, se faz necessária a limitação do “poder familiar” termo este que remete a expressão romana *pater potesta, ou seja*, pátrio poder em que apenas homens chefe de família poderiam exercer controle irrestrito sobre demais membros desta família, numa estrutura piramidal onde os filhos ocupavam a base como meros instrumentos para consecução dos objetivos do genitor.

Quanto aos aspectos temporais esta corrente de pensamento jus filosófica perdurou no ordenamento pátrio até o código civil de 1916 e somente com a constituição federal de 1988 é que este paradigma passou por mudança:

A Constituição Federal (5.º I) concedeu tratamento isonômico ao homem e à mulher. Ao assegurar-lhes iguais direitos e deveres referentes à sociedade conjugal (CF 226 § 5.º), outorgou a ambos o desempenho do poder familiar com relação aos filhos comuns. O Estatuto da Criança e do Adolescente, acompanhando a evolução das relações familiares, mudou substancialmente o instituto. Deixou de ter um sentido de dominação para se tornar sinônimo de proteção, com mais características de deveres e obrigações dos pais para com os filhos do que de direitos em relação a eles. O princípio da proteção integral emprestou nova configuração ao poder familiar, tanto que o inadimplemento dos deveres a ele inerentes configura infração susceptível à pena de multa (ECA 249) ” (DIAS, 2016, p.782).

O status conferido à mulher é de plena igualdade com o homem, pois esta agora participará de toda decisão e planejamento familiar. Em complemento às mudanças promovidas pela

constituição, o estatuto da criança e adolescente prevê o princípio da proteção integral dos filhos que norteia o desenrolar desta relação, em que obrigações e deveres dos pais passaram a ser inflados.

O poder em questão apresenta um perfil *sui generis*, pois se trata de vínculo que possui aparência de grilhões, sendo que sua perda se dará por decisão judicial ou quando delegado o seu exercício para terceiro como demonstrado por Dias (2016, p. 784):

O poder familiar é **irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível**. Decorre tanto da paternidade natural como da filiação legal e da socioafetiva. As obrigações que dele fluem são personalíssimas. Como os pais não podem renunciar aos filhos, os encargos que derivam da paternidade também não podem ser transferidos ou alienados. Nula é a renúncia ao poder familiar, sendo possível somente delegar a terceiros o seu exercício, preferencialmente a um membro da família.¹³ É crime entregar filho a pessoa inidônea (CP 245) (grifo do autor).

O comprometimento e a responsabilidade que se exige dos pais são muito significativos, mas é imprescindível que seja dessa forma, pois sua participação na formação psíquica dos filhos pode lhe conferir um desenvolvimento saudável como assim é esperado.

O próprio desdobramento desse instituto não se limita apenas a prover a prole com subsídios materiais, mas se estendendo ao campo da afetividade sob pena de caracterizar o abandono afetivo, teoria fruto da construção jurisprudencial nacional em que pais devem participar ativamente da vida dos filhos, caso contrário é passível de sanção.

Os abusos serão combatidos na mesma proporção em que pais exercem o poder sobre os filhos como reforço ao já exposto art.17 do estatuto da criança e adolescente:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

A concessão da tutela aos direitos personalíssimos dos filhos dá acima de tudo substrato legal para combater os danos que estes sofrem, inclusive pela ação violadora de seus pais, no caso da exposição dos filhos nas mídias sociais, que é o objeto de estudo do presente trabalho.

Os limites impostos a esse poder se darão por sua perda ou suspensão, pois coloca o indivíduo que está sob sua guarda em situações contrárias à moral e aos bons costumes como reza

o art. 1.638, código civil. Trata-se de uma excepcionalidade, pois deve ser *ultima ratio* que magistrado toma pelo fato de ser medida drástica para os envolvidos.

A suspensão por tratar de interseção promovida pelo Estado, apesar de menos gravosa, pois poderá se limitar a alguns aspectos da relação, como a administração do patrimônio do menor, no caso de estar sendo dilapidado, ou por ausência ao cumprimento dos deveres inerentes aos pais como fixado no art. 1.637 do Código Civil.

Numa análise dos conteúdos divulgados nas redes sociais, percebe-se que na *web* a única regra que impera é a de que aquilo que é postado deve ser tão apelativo que acabe arrebatando atenção de o maior número possível de visualizações.

Em média, o brasileiro gasta cinco horas e 12 minutos por dia em computadores, no ranking de países que mais acessam redes sociais, o país aparece na segunda posição, atrás apenas das Filipinas. São aproximadamente três horas e 20 minutos por dia, contra algo em torno de três horas e 40 minutos dos filipinos segundo" (BORGHI apud EMPRESA DINO, 2016).

A internet vem sendo um palco de constante propagação de materiais de cunho fotográfico ou mesmo de vídeo em que se tornam práticas freqüentes, como dar laxante ao filho ou, sob pretexto de que este "virar homem", o faça segurar um galo mesmo que, aos prantos, a criança peça que pare. É imprescindível questionar quais são os limites do poder familiar em tais casos.

Diante do exposto, com a massificação da *web* e sua incorporação como bem de consumo para pessoas do século XXI, esta acaba sendo usada como uma arma, que poderá causar uma avalanche de processos quando as vítimas menores se tornarem maiores de idade.

Dentre os casos brasileiros expostos na rede mundial de computadores, destaca-se um vídeo em que o pai, usando de sua autoridade frente ao filho, obriga-o a realizar algo que lhe causa pavor, sob ótica de que aquilo significa "virar homem". Numa analogia com esse caso, tem-se a versão *hollywoodiana* de abuso do poder familiar no filme de comédia "famosos da web" escrito por Gallagher e Greene (2016) em que o personagem Dale Hand usa de qualquer artifício macabro desde que consiga por a filha aos prantos. O irônico é que ele próprio admite que a filha mesmo com mais de dois anos de idade ainda não consiga falar e que tenha dificuldade de ter um sono tranquilo.

A tendência é que as crianças e adolescentes sejam astros que orbitam no entorno dos pais. Estes exercem forte influência sob aqueles e o ambiente que os circunda tendem a estar em constante exposição aos holofotes de câmera por qualquer motivo, influenciando o desenvolvimento de personalidade narcisista, visto que lhe atribuem benesses por serem o centro das atenções, como afirma Dolto apud Assis (2018, p.2).

A falta de filtro por parte dos pais quanto ao conteúdo de fotos e vídeos divulgados na web pode ser arma para os praticantes de *bullying*, normalmente oriundos da escola em que as vítimas frequentam, ou mesmo passarem por uma ressignificação em que se retira de um contexto ingênuo e passa a ser dado um teor sexual e seja empregado em sites pornográficos (CUNHA apud MALACARNE, 2017, p.1).

Diante de tais condutas praticadas pelos pais que comprometem a saúde das relações com filhos, alguns parâmetros teóricos e filosóficos podem proporcionar a constituição de um vínculo estável e de desenvolvimento.

Nesse sentido, é importante destacar que os filhos possuem direito a sua individualidade e respeito a suas peculiaridades e gostos, independentemente da opinião dos pais. É preciso diferenciar o interesse e a imagem dos filhos, como indivíduos distintos dos seus pais, consoante ensina Gibran (2001, p.11):

Seus filhos não são seus filhos. Eles são filhos e filhas da vida que ganharam. Eles vieram à vida através de vocês, mas não foram vocês que lhe deram a vida. [...] vocês são como o arco de onde cada um de seus filhos são flechas que partem. E assim como Ele ama a flecha que voa, ama o arco que é firme.

O presente trecho ressalta a liberdade que os filhos possuem como seres autônomos e que cabe apenas a estes serem responsáveis por sua vida, enquanto os pais são vistos como aqueles que possibilitaram a sua chegada ao mundo e que os instruíram com valores necessários para sua jornada em busca de um propósito, pois estes os auxiliaram em algumas etapas do seu rito de passagem.

Aos pais, portanto, cabe a missão de bem orientar e conduzir os filhos para que se tornem adultos aptos a realizarem com segurança os atos da vida civil, sem, necessariamente, agirem em reprodução ao comportamento dos pais, nem movidos pelos mesmos ímpetos e crenças.

CONCLUSÕES

Diante da análise bibliográfica e dos fatos veiculados em noticiários ou mesmo por meio de pesquisa de vídeos e fotografias nas mídias sociais, as constatações de violação à individualidade, imagem e privacidade dos filhos é recorrente. A forma como são suavizadas por atenderem às demandas do próprio agente, que tende apresentar vestígio de uma psique narcisista, revela também a aceitação e estímulo dos usuários das redes sociais.

É evidente que se visa uma popularidade pautada no exibicionismo sem limites em que o engraçado e vexatório se tornam sinônimos. Dentre as consequências desse comportamento, está o esfacelamento das relações familiares, restando apenas a busca de novos parâmetros para que possa restabelecer sua harmonia, nos moldes da visão de Gibran que prega, na relação de pais e filhos, uma completude necessária para o desenvolvimento recíproco destes, em que respeito a individualidade são regras que imperam entre os membros da família.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Daniel Machado de. **A exposição dos filhos na internet**: Entenda por que a superexposição dos filhos na internet, pode revelar uma desordem psíquica nos pais. 1. 2018. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/familia/pais-e-filhos/a-exposicao-dos-filhos-na-internet>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. **Código civil**, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DAMASCENO, João Batista. **Individualismo e Liberalismo**: valores fundadores da sociedade moderna. 1. 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/doze/damasceno_12.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2016. 1275 p. v. 1.

EMPRESA DINO. 1. **Pesquisa coloca Brasil no topo de ranking de acessos online**, mostra José Borghi. 1. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/pesquisa-coloca-brasil-no-topo-de-ranking-de-acessos-online-mostra-jose-borghi-dino89089766131/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

FAMOSOS da web. Direção: Michael J. Gallagher .Produção de Michael J. Gallagher; Steve Greene. [s.l.], Netflix, 2016. 1.internet.

GIBRAN, Khalil. **O profeta**. 1. ed. [S.l.], [s.n.], 2001. 56 p. v. 1. Disponível em:<<https://www.clube-positivo.com/biblioteca/pdf/profeta.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

KNUPP, Marcos Eduardo Gonçalves de Carvalho et al. Da Individualidade ao Individualismo: aspectos psicossociais para os indivíduos. *In Contribuciones a las Ciencias Sociales*, S.n, v. 1, n. 1, p. 1-2, set. 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/05/ofkm.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MALACARNE, Juliana. **Qual é o limite da exposição das crianças nas redes sociais? :** Especialista em segurança digital comenta os principais cuidados que os pais devem ter ao postar fotos dos filhos na internet. 1. 2017. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Seguranca/noticia/2017/04/qual-e-o-limite-da-exposicao.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MIRANDA, Líbna Carneiro. **Individualismo na Modernidade:** Discussão e reflexão sobre o indivíduo nos tempos passados e na modernidade. 1. [21--]. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/individualismo-na-modernidade.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

OLIVEIRA, Michel de. Reflexos de Narciso: traços do arquétipo mítico-psicanalítico nos selfies. **A era da conexão 24/7**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 83-85, fev. 2015. Disponível em:<<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/766>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

8

A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE O CORPO NEGRO NA REVISTA RAÇA¹

Edvaldo Cesar da Silva Oliveira²
Luís Otavio Teles Assumpção³



RESUMO

O objetivo do estudo é fazer uma análise das falas contidas na revista Raça e como essa revista promove a valorização do corpo negro no combate ao racismo e os processos de discriminação racial. A Metodologia foi qualitativa do tipo interpretativa, realizando investigação nas publicações da Revista Raça, a seleção da revista para análise se deu, por seu alto grau de publicações sobre a temática negra e sua aceitação no mercado. Instrumento foi leitura e seleção de textos da revista que promovam relações com o corpo negro e sua relação social, amostra composta de 02 revista de anos diferentes para ter maior amplitude de interpretação. A análise do texto retirado foi baseada na análise do discurso. Resultados, uma questão recorrente é a ideia do vigor físico, algo constante dentro do pensamento social sobre o negro a ideias que somente atividades relacionadas ao capital físico serem os mais propensos para a comunidade negra, **“os únicos rostos negros mais próximos das suítes dos executivos de Hollywood são os dos seguranças”**, As dificuldades para a aceitação do negro nos diferentes campos e espaços midiáticos(jornais, revistas, televisão, cinema) **“Ingressar neste meio não é fácil principalmente para uma menina muito jovem e negra”**. Considerações finais o combate ao racismo é algo constante e prevalente dentro da comunidade negra em diferentes frentes de resistência e enfrentamentos, ficando o campo midiático um local fértil para desenvolver e chamar a sociedade para o debate.

Palavras Chaves: Negro. Corpo. Mídia.

INTRODUÇÃO

As ideias de controle e manipulação social através da propaganda midiática, são observadas em nossa história social em diferentes momentos históricos. A mídia consegue manipular o imaginário das pessoas de acordo com as necessidades existentes. “A ideia de

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Mestre, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Piauí, edvaldooliveira32@hotmail.com

³Doutor, Universidade Católica de Brasília, luiso@ucb.br

imaginário, que durante muitos séculos ficou 'abandonada' em função da dominação de determinadas filosofias racionalistas, se tornou recorrente no dia a dia, entrando na linguagem do cotidiano da sociedade contemporânea com grande destaque" (MAROUN; VIEIRA, 2008, p.178).

O imaginário possui o campo fértil da proliferação de ideias em nossa sociedade. Para Augras (2000) o imaginário concerne todas as criações do homem. Segundo Maffesoli (2001, p.10), "o imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade. O imaginário estabelece vínculo, é cimento social, ultrapassa o indivíduo, impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo". Diferentes "corpos, carregam consigo elementos históricos, éticos, étnicos, técnicos, filosóficos e políticos que devem ser estudados e praticados" (OLIVEIRA; PEREIRA; et al,2009, p.03) faz com que diferentes concepções de corpos sejam construídas, alguns aceitos outros discriminados e rejeitados. Os diferentes corpos extrapolam essa identificação para questões de gênero e sexualidade. O profissional de educação física deve compreender os sentidos, símbolos e significados - expressos segundo algum/alguns dos imaginários circulantes, e não aquela ideia do corpo midiático, constituído de pessoas brancas, magras, heterossexuais. Por tudo isso, o objetivo desse estudo é fazer uma análise das falas contidas na revista Raça e como essa revista promove a valorização do corpo negro no combate ao racismo e os processos de discriminação racial.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi qualitativa do tipo interpretativa, exige observação aprofundada e rigorosa da situação dos sujeitos no contexto da pesquisa, faz parte de um projeto de tese de doutoramento aprovado pelo comitê de ética da Universidade Católica de Brasília com o parecer número 2543614/18. Foi realizada investigação nas publicações da Revista Raça procurando identificar a visão de corpo desenvolvida. A seleção da revista para análise se deu por seu alto grau de publicações sobre a temática negra e sua aceitação no mercado.

O instrumento da pesquisa foi leitura e seleção de textos da revista que promovam relações com o corpo negro e sua relação social. A amostra foi composta de 02 revista de anos diferentes para ter maior amplitude de interpretação. A análise do texto retirado foi

baseada na análise do discurso que segundo Moreira, Simões e Porto (2005, p.110), “prevê o relato ingênuo do sujeito investigado, em que o pesquisador procura entender o discurso formulado por ele”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento Negro (MN) é uma das articulações sociais mais exitosas da história do país. É o MN que vai combater e destruir o mito da democracia racial; desenvolver ações de resgate da autoestima da população negra. “E vai formular e pleitear políticas compensatórias para combater as desigualdades geradas pela discriminação e pelo racismo” (SANTOS, 2009, p.88).

Essa associação pejorativa de Raça foi que levou a ampliação do termo para Negritude e com isso mostrar a importância de ser e se assumir negro numa sociedade muitas vezes ‘preconceituosa e segregativa. Na verdade, isso foi consolidado principalmente para justificar e “legitimar sistemas político-econômico e sociocultural hierarquizados entre povos e mantedor de um estado de coisas existentes” (SOUSA,2010, p.26).

Os pensamentos racistas que permeiam nossa sociedade muitas vezes ganham forma no imaginário coletivo de parcela da população através de propagandas midiáticas vigentes. Causando situações constrangedoras para comunidade negra. Principalmente por fugir do padrão midiático de beleza pautado na branquura, cabelos lisos, ou pior sofre assédios por suas formas corporais definidas que no passado levantava a curiosidade e o desejo sexual de parte da sociedade dominante branca.

O termo racismo advém do conceito de Raça, pois atribui uma tensão social para quem usa e principalmente para quem é classificado. No conceito de Raça, fica claro, que sua criação e utilização as vezes foi feita para desqualificar ou imputar diferenças bastantes segregativas dentro do contexto social proposto, “seja como palavra de uso comum ou de definição conceitual, sabemos quando podemos empregá-la de forma a afrontar, desconcertar” (SOUSA,2010, p.22). Quando nos referimos a assuntos relacionados a comunidade negra é quase inevitável a discussão sobre os entendimentos referentes aos conceitos de Raça, Etnia e agora mais recentemente como uma extrapolação desses últimos, Negritude.

A terminologia Negritude aparece por volta da década de 30 em uma poesia de Aimé Césaire, poeta martinicano. No dicionário Frances esse termo foi apresentado como “conscientização, atitudes, sentimentos, posições políticas, valores morais, espirituais, psicológicos”, por conta de sua ampla definição, esse termo causa perturbações no momento de sua explicação. (FERREIRA, 2006, p.172). No dicionário Aurélio o termo Negritude possui um significado também bastante complexo, A palavra se forma a partir de negro + -idade, sufixo latino que significa “qualidade”, “maneira de ser”, “estado”, “propriedade”. Sendo exposta no nosso dicionário até hoje com essas múltiplas interpretações, “estado ou condição das pessoas da raça negra; Ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista” (FERREIRA,2010; FERREIRA, 2006, p.10).

Uma questão recorrente é a ideia do vigor físico, algo constante dentro do pensamento social sobre o negro a ideias que somente atividades relacionadas ao capital físico serem os mais propensos para a comunidade negra o que não é verdade, o movimento de negritude deve quebrar esse paradigma físico.

Os únicos rostos negros mais próximos das suítes dos executivos de Hollywood são os dos seguranças”
(RAÇA, nº107, ano 11, Fev,2007 p. 25)

“Aprisionando em estereótipos que foram filmados desde o período da chanchada”
(Jeferson de diretor de cinema, Raça, 2007, p.79)

Raça não pode ser substituída por Etnia para demonstrar certos aspectos da Negritude. A construção do conceito de Etnia devia permitir que fossem “compreensíveis os padrões que estabelecem a agregação ou o afastamento das populações humanas, sem que para isso tivessem que recorrer a explicações baseadas em racionalidades biológicas” (SOUSA,2010, p.29). Quando verificamos os esportes praticados em sua maioria por pessoas abastardas com uma maioria branca e ter como expoente principal um negro, devemos entender como um avanço na construção desse novo pensamento acerca da sociedade negra”. Negritude seria a ampliação desses entendimentos para algo bem mais importante que é a importância empoderada que o termo traz para o negro”

(MUNANGA,2004, p.5). Devemos ficar atentos ao poder alienador que a mídia pode causar na população, criando uma nuvem de fumaça para disfarçar seus verdadeiros objetivos, fazendo com que o imaginário coletivo seja alimentado com diferentes ideias muitas vezes racista e preconceituosas sobre a comunidade negra. O mundo imagina/contamina todos os campos da vida social, seja ele qual for (MAFFESOLI, 1993).

“Tem cara preta na Fórmula 1”

(RAÇA, nº107, ano 11, Fev, 2007 p. 25)

As dificuldades para a aceitação do negro nos diferentes campos e espaços midiáticos (jornais, revistas, televisão, cinema) da sociedade são bem claras nas falas, pois mostra que ainda existe um padrão seguido quase dogmaticamente e quando esse padrão é quebrado aparece a Negritude para defender formas menos discrepantes de acesso a bens materiais e simbólicos para todos. Seria a luta simbólica dentro da sociedade que discrimina e agrega negatividade a tudo que for relacionado ao negro, a visão estereotipada do negro está carregada de ideias negativas com muitos preconceitos envolvidos e reproduzidos. O negro está associado a feiura, sujeira, emocionalidade, exotismo, e ainda, a condição de sensitivo, superpotente para o sexo e para o trabalho braçal. Conforme foi exposto em alguns texto e/ou ações que, “não somente esvazia de sentido, como também desqualifica sujeitos negros, ao referenciá-los como portadores de caracteres estranhos à noção de humanidade. Tornar-se branco seria, para o negro, a única forma de tornar-se gente”, por isso exercer a Negritude é defender formas menos discrepantes de acesso a bens materiais e simbólicos para todos os cidadãos e cidadãs negros (SOUSA,2010, p.35).

“Ingressar neste meio não é fácil principalmente para uma menina muito jovem e negra”

“O negro na tela tem sido modismo. Muitos desses filmes têm se apegado ao lado folclórico da cultura negra”
(RAÇA, nº107, ano 11, Fev,2007, p.55)

Para os cidadãos e cidadãs negros “é necessário romper com o modelo de cultura europeia” conforme observado por Sousa,2010, p.35 e bem ilustrado no

pensamento acima explicitado, apesar das dificuldades em se romper com essa ideia de negro como forma pejorativa ou estereotipada do branco. “Um dos objetivos fundamentais da negritude era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros” conforme observado por Munganga, 2004, p.02.

Nós negros estávamos carentes de uma representação decente na publicidade. Cresci vendo propagandas de TV e revistas exibindo mulheres brancas na maioria loiras. Cresci querendo ser uma das Paquitas, mas todas eram brancas e loiras... Essas coisas têm um peso muito grande na autoestima da gente, principalmente, quando se é criança. Talvez, por isso, muitos negros crescem pensando que o branco é sinônimo de superioridade e nós, o contrário. Ser negro é símbolo de lutas e vitórias. Sinto orgulho em ser descendente daqueles que foram a base do desenvolvimento do Brasil e que, apesar de todos os problemas (discriminação, exclusão, falta de qualidade de vida etc.), conseguem sorrir e muitas vezes ir contra as estatísticas (Lucyana da Silva, Eu na Raça, 2008, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender que o combate ao racismo é algo constante e prevalente dentro da comunidade negra em diferentes frentes de resistência e enfrentamentos, ficando o campo midiático um local fértil para desenvolver e chamar a sociedade para o debate desse problema tão recorrente no Brasil, ficando a revista Raça um veículo de luta forte no processo de combate ao racismo e a discriminação e injúria racial ainda existente em nosso país. É importante fazer dessa discussão uma constante dentro do cenário acadêmico, pois isso possibilitara a formação de pensadores mais conscientes sobre as questões da trajetória do negro do Brasil e seus futuros desdobramentos mais otimistas para um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

AUGRAS, Monique Mil janelas: teóricos do imaginário. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.107-131, 2000.

FERREIRA, Lígia F. **“Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes**. USP: Via Atlântica nº 9, p. 163 – 183, jun/2006. Disponível <http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via09/Via%209%20cap12.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Editora Positivo, SP, 2010.

HARAWAY, Donna J. **Raça: doadores universais numa cultura de vampiros**. In: *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan@_Meets_Oncomouse™*. New York; London: Routledge, 1997. p. 01-46 [Tradução livre de Sandra Maria da Mata Azerêdo]

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. n.15, p.74-81, 2001.

MAFFESOLI, Michel. Os imaginários sociais. **Psicologia e Práticas Sociais**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.5-22, 1993.

MAROUN, Kalyla; VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade, **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-186, dez. 2008.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. **Análise de conteúdos: técnica de elaboração e análise de unidades de significado**. In: Revista Brasileira de Ciências e movimento, Brasília-DF, v. 13, n. 4, p. 107-114, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Niterói, n. 5, p. 15-34, 2004.

OLIVEIRA, Edvaldo Cesar da Silva; PEREIRA, Diogo Lousada A.; PRADA, Davi de Melo; ANDRADE, Francisco Jose Morácio de. atividade física e qualidade de vida no imaginário dos alunos de educação física da face/Teresina – Piauí, **Educação Física em Revista**, v. 3, nº 3, 2009.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil, **Rev. bras. Ci. Soc.** V..24, n.70, SP, June, 2009.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. raça, etnia e negritude: aportes teórico-conceituais para debates, **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 4, n. 3, p.18-45, agos 2010.

9

O CORPO NEGADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um retrato da atuação dos professores de Educação Física junto a alunos homoafetivos¹

Mesaque Silva Correia²

Universidade Federal do Piauí - UFPI



RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar como se processa a atuação do professor de Educação Física junto a alunos homoafetivos. Para alcançar os objetivos propostos, nos apropriamos dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada que foi realizada com 10 (dez) professores de Ed. Física que desenvolvem suas atividades docentes em escolas públicas estaduais da cidade de Macapá – AP. Os dados coletados foram submetidos à análise clássica de conteúdos proposta por Bardin (2011), com a finalidade de sintetização de categorias de análises. Este trabalho revela-nos que, no que tange as aulas de Educação Física, a existência de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os alunos homoafetivos. Encontramos nas escolas, educadores que se dizem (e se sentem) compromissados com o seu fazer profissional, mas mostram-se cegos para as suas ações, principalmente quando questionados sobre as ações didáticas pedagógicas estabelecidas na quadra de aula junto aos alunos homoafetivos. Portanto, conclui-se a não existência de tratos pedagógicos nas aulas de Ed. Física para as atividades corporais referentes à questão da homoafetividade, mesmo todos os professores verbalizarem ser cientes da presença do homoafetivo em suas aulas.

PALAVRAS – CHAVE: Educação Física Escolar, Corpo, Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A tempos que estudiosos das Ciências Sociais e demais áreas de conhecimento denunciam o caráter arbitrário da dominação masculina em relação às orientações sexuais diversas, sobretudo quando se leva em conta que as orientações sexuais diversas

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduado, Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT. Docente da Universidade Federal do Piauí. Email: MesaqueSilvaCorreia@ufpi.edu.br.

historicamente tem sido alvo de negligência e marginalização, deixando de desconsiderar os valores e os méritos das diferentes formas de expressões afetivas e eróticas do ser humano, por apresentarem como uma ameaça, aos padrões heterossexuais de ser e viver.

Ao estudar a literatura gay no Brasil, tenho observado que as relações homossexuais acontecem na maioria das sociedades na margem da marginalidade ou no invisível da privacidade do segredo. Muito embora, as discussões referentes à sexualidade em território brasileiro sejam antigas, complexas e, extremamente polêmicas. Porém, ainda que os resultados dessas discussões sejam quase que invisíveis no plano social, são necessárias para a oferta de uma educação igualitária e comprometida com a formação de um sujeito que seja capaz de compreender e aceitar as diferenças sexuais.

No plano educacional, esta dicotomia também se faz presente, nos documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu artigo 2^a ressalva que entre as finalidades da educação escolar está o “preparo para o exercício da cidadania” (LDB, 1996. Art.2). A referida lei também expõe que uns dos princípios do ensino é o pluralismo de ideias (LDB, 1996, art. 3) que garante ao professor o direito a discutir e defender determinados pontos de vista que não firam os princípios norteadores expostos nos Planos Nacionais de Educação. Ainda no ano de 1996, foi criado pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – documento norteador de como as escolas devem sistematizar seu ensino e de como avaliar os alunos. Juntamente, foram criados os temas transversais dentre eles, o de Orientação Sexual, o que significa que essa temática deveria estar presente nas diversas áreas de estudo, e que essas áreas deveriam buscar metodologias, estratégias pedagógicas e conteúdos que auxiliassem na compreensão adequada de todos os aspectos que são pertinentes a este tema – tabus, diferenças, tolerância e pluralidades.

Portanto, ainda que os documentos aqui citados representem um avanço na educação e no currículo educacional brasileiro, é necessário transformar no solo da escola a teoria em prática e que, por parte dos agentes escolares¹, sejam estruturados processos educativos que levem os alunos em processo de formação, perceberem que a identidade

¹Considera-se neste estudo como “agentes escolares” todos os atores sociais responsáveis pelo funcionamento da escola – Professores, Coordenadores Pedagógicos e Direção escolar.

sexual não é única e que é preciso considerar a existência do outro, que é diferente, possibilitando caminhos para a construção das subjetividades. Pois, segundo Garcia (2000) quase sempre os atores sociais ao se depararem com as condições e contradições da cultura contemporânea, parece que estão se relacionando com algo estranho. No linear, desse estranhamento, o diferente – aquele que pensa e vive oposto a mim, se apresenta como uma noção de categoria que se manifesta e pode indicar um gozo simbólico.

Notadamente, que essa discussão, precisa ser considerada pelos profissionais da Educação Física, uma vez que nesta área de atuação profissional, a temática da homossexualidade quase sempre é silenciada. Na própria literatura científica da área, a temática da homossexualidade é raramente explorada. Todavia, a sexualidade é um objeto preferencialmente legítimo para a disciplina que tem por tarefa compreender a linguagem corporal e trabalhar com o corpo em movimento. Entretanto, a Educação Física ainda insiste em colecionar uma história de “glórias, medalhas e exclusões” (RANGEL, 2009, p. 213).

Diante de tais afirmações, o referido estudo que floresceu não apenas de reflexões pessoais e questões de interesse social, mas adentra a minha existência diária e atuação profissional nos cursos de licenciatura em Educação Física, teve como objetivo verificar se o tema homossexualismo é problematizado nas aulas de Educação Física, e qual o trabalho desenvolvido pelo professor de Educação Física frente aos alunos homoafetivos em dez escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Macapá - AP.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, por trabalhar com a percepção subjetiva dos professores acerca do processo do trabalho pedagógico desenvolvido junto aos alunos homoafetividade nas aulas de Ed. Física. Como técnica de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada individual. Para Gil (2013) a entrevista semiestruturada permite visualizar os relatos verbais dos sujeitos, valorizando-os e por meio deles obter informações e experiências dos professores e conhecer os seus comportamentos; e ainda, dá ao pesquisador oportunidade para um cuidado maior na comunicação das questões em oferecer informações.

As referidas entrevistas foram realizadas com dez professores de Educação Física que atuam em dez escolas da rede Estadual de Ensino da cidade de Macapá. É mister salientar que os referidos professores declararam-se ser do sexo masculino e possuem experiência profissional que varia de 3 à 22 anos.

Os dados coletados com a entrevista semiestruturada foi conduzida apoiando-se na análise clássica, um método de exame de textos que considera a qualidade e quantidade do material, argumentando primeiro os “tipos”, “qualidades”, e “distinção” no texto e também frequência com que surgem. Assim, a análise de conteúdo foi além da classificação das unidades de texto para a construção de redes de unidades de análises. Buscou-se representar conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações conforme descritos por Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O HOMOAFETIVO INVISÍVEL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nessa categoria trabalhamos com a percepção dos professores quanto à presença dos homoafetivos nas aulas de Educação Física. Sabe-se que no contexto da sociedade do século XXI, a instituição educativa exerce um papel fundamental tanto para a inclusão como para a socialização dos indivíduos. Como bem pontua, Milstein e Mendes (2010) é inconcebível que no decorrer do processo pedagógico, o educador não atente para a significação do discurso formador de que faz uma escola respeitar e valorizar sua comunidade dentro de sua cultura organizacional, uma vez que a eloquência do discurso pronunciado verbalmente ou corporalmente contribui para organização do currículo escolar. Entretanto, mesmo diante das circunspeções de Milstein e Mendes (2010), que vão ao encontro das ponderações de Garcia (2010), os participantes da pesquisa destacam não estarem atentos as falas verbais e corporais específicas, já que para eles a escola não deve fazer distinção e nem dá tratamento diferenciado a qualquer aluno, o que nos levou a criação da referida categoria de análise.

A seguir, apresentamos trechos de alguns relatos que ilustram esse aspecto:

Creio que a escola seja um lugar de todos, é isso que diz a Constituição Federal e a LDB. Portanto, não gosto desse negócio de dar mais atenção para um porque se diz diferente (**PROFESSOR – 1**).

Na minha aula não presto atenção na roupa, na fala, nos trejeitos dos meus alunos, cumpro meu papel de educar (**PROFESSOR – 5**).

Esses depoimentos revelam que mesmo diante do discurso pedagógico moderno em que as abordagens contemporâneas para a educação sexual e os pressupostos teóricos e políticos de uma educação sexual de respeito às diferenças em que argumentam a favor de um currículo pós-crítico, alguns educadores ainda fecham os olhos para o dito, o explícito e o oculto no decorrer da vida escolar, e acabam por corroborar com os apontamentos Foucaultianos (1996), quando afirma que existe em nossa sociedade um princípio de exclusão que por sua vez acaba por gerar certa separação e rejeição de determinados discursos sejam eles verbais ou não.

Tendo em vista o exposto, é possível sustentar que mesmo que a escola pública seja um lugar de trânsito livre a todos aqueles que a ela procuram, a ação educativa deve ser singular para valorizar modos de ser e viver específicos e ao mesmo tempo plural para não alienar os alunos no decorrer do processo educativo (NEIRA, 1999). Caso contrário, os alunos com suas singularidades tornaram invisíveis no solo da escola e conseqüentemente no decorrer das aulas.

A HOMOAFETIVIDADE COMO DISCURSO DA RECUSA

Após a análise de conteúdo a categoria de análise, "a homoafetividade como discurso da recusa" trouxe à tona, que no texto das escolas investigadas, esse tema não é entendido como relevante, mesmo os professores reconhecendo a presença dos alunos homoafetivos em suas aulas. Como é observado, nos fragmentos abaixo das entrevistas com alguns professores:

Hoje em dia tudo é cotas, tudo é processo, tudo é crime. Sou de um tempo em que não existe essas coisas, para entrar no curso de Educação Física tinha que ser macho de verdade e mulher guerreira, hoje o aluno faz aula prática se quiser. Então prefiro com a ajuda da prática esportiva colocar todos juntos e assim homem continua sendo homem e mulher continua sendo mulher. É bom pra mim é bom pra eles (**PROFESSOR – 1**).

Não acho relevante abordar o tema, acho que mais prejudica o aluno do que ajuda, afinal, depois da aula ele que sofre as conseqüências, mesmo porque eles são, mas dizem que não, então, quem sou eu para dizer o contrário. Esse negócio

que o corpo fala é mentira, quem fala mesmo é a boca e enquanto ela não se manifesta na minha aula nada posso fazer (**PROFESSOR – 3**).

Esses relatos mostram a dificuldade que os entrevistados têm para abordar a temática homoafetividade no decorrer de suas aulas, fazendo com que o discurso da recusa, do de transferência de responsabilidades prevaleça. O depoimento **do professor – 3**, o significado negativo se desdobra em recusa para se trabalhar o tema, sendo que o mesmo justifica não trabalhar o tema por ser prejudicial ao próprio aluno. Entretanto, Hall (2003) explica que no decorrer do ato pedagógico a negociação e a participação de qualquer reivindicação de uma cultura particular implicam na aceitação de um sistema de diferenças.

A partir da discussão teórica deste trabalho e da análise do conteúdo das entrevistas, é possível compreender que o trabalho dos professores de Educação Física frente aos homoafetivos é praticamente inexistente, e essa temática ainda se constitui em tabu no ambiente educativo. Para Rangel (2013), quando o professor não apresenta nenhuma atitude efetiva no sentido de impedir as discriminações por parte dos outros alunos, acaba colaborando com a discriminação daqueles que não tem um comportamento ou perfil igual ao que a sociedade estabeleceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola por receber crianças e jovens no seu processo de formação de identidades deveria tratar a questão do homoafetivo com mais profundidade e não com uma questão “apêndice” do currículo. Os depoimentos dos dez professores entrevistados no decorrer do estudo mostraram que em nenhuma das escolas existe um trato pedagógico nas aulas de Educação Física para a questão da homoafetividade, que o trabalho do professor de Educação Física quase sempre se manifesta como inexistente haja vista o discurso intenso do tratamento igualitário por eles realizados.

No decorrer da análise dos dados encontrados não foi possível identificar nenhuma atividade específica que levasse a problematização e reflexão da homoafetividade ou até mesmo da sexualidade de forma mais genérica nas aulas, muito embora todos os participantes identificassem a presença do homoafetivo em suas aulas.

Pelo contrário, o que ficou evidente foi um discurso da igualdade que descaracteriza o aluno homoafetivo no decorrer das aulas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2dedezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

GARCIA, W. **A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo**. São Paulo: Edições Pulsar, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

MILSTEIN, D; MENDES, H. **Escola, Corpo e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

NEIRA, M. G. **Ensino de Educação Física**. São Paulo. Thomson Learning, 1999. (Coleção idéias em ação/coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho)

RANGEL, M. **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.



10

EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESTEIRA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: os jogos cooperativos como proposta para a inclusão de crianças com Déficit Intelectual nas aulas¹

Maria Clara da Costa Alves²
Geovana Torres da Silva³
Mesaque Silva Correia⁴
Universidade Federal do Piauí – UFPI



RESUMO

Este trabalho objetivou verificar se os jogos cooperativos contribuem para a inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. Para tanto, realizou-se um estudo qualitativo do tipo pesquisa-ação. A coleta e análise dos dados decorreram em três fases, uma preparatória e duas principais. Durante a aplicação e problematização dos jogos, ficou clara a participação do aluno com déficit de inteligência nas aulas tanto práticas como teóricas. Concluímos que os jogos cooperativos são eficazes para inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física, desde que se estruture de um processo educativo em que todos possam se manifestar livremente e respeitar o outro, tanto em suas potencialidades como em suas limitações.

Palavras – Chave: Educação Física Escolar; Práticas inclusivas; Necessidades Educativas Especiais.

INTRODUÇÃO

Para entendermos o déficit intelectual, temos o conceito da American Association (2002) que diz que a deficiência mental (déficit intelectual) é considerada condição

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. claracosta409@gmail.com
Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. mesaquecorreia@bol.com.br

³ Graduanda em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. geovanatorres01@gmail.com

⁴ Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. mesaquecorreia@bol.com.br

deficitária, que envolve habilidades intelectuais; comportamento adaptativo (conceitual prático e social); participação comunitária; interações e papéis sociais; condições etiológicas (parte da medicina que trata de causas de doenças) e de saúde; aspectos contextuais, ambientais, culturais e as oportunidades de vida do sujeito. Assim sendo, é importante citarmos os tipos em que esta deficiência está dividida.

Partindo dessa linha de pensamento, buscaremos informações sobre jogos cooperativos, suas definições e possíveis benefícios para aulas de Educação Física e para a criança com déficit intelectual, quais seus possíveis benefícios para a inclusão e melhoramento no aspecto social e afetivo dessa criança. De acordo com Brotto (1999) os jogos cooperativos são um processo de interação social, cujos objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos. Para Almeida (2008) os jogos cooperativos buscam facilitar o encontro consigo mesmo, com os outros e com a natureza na tentativa de promover a integração do todo, onde sempre a meta coletiva prevalecerá sobre a meta individual. Diante dessa premissa o referido estudo teve como objetivo verificar de que forma os jogos cooperativos podem contribuir para a inclusão da criança com déficit intelectual nas aulas de Educação Física.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação. Para Minayo (2008), a pesquisa qualitativa “busca responder a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, motivos, valores e atitudes visando compreender a realidade humana vivida socialmente”. Para garantir a rigorosidade do método, a coleta e análise dos dados o acadêmico pesquisador possibilitou inúmeras vivências de jogos cooperativos na tentativa e verificar sua eficácia para inclusão do aluno déficit intelectual nas aulas de Educação Física.

RELATO DAS ATIVIDADES VIVÊNCIADAS

É importante salientar que após a etapa de constatação da percepção que a professora possuía e seus alunos com relação aos jogos cooperativos, partir para etapa

seguinte que foi de possibilitar algumas vivências de jogos cooperativos para comprovar sua eficácia para inclusão do aluno com déficit de inteligência.

Assim sendo, clarificamos que iniciamos essa etapa fazendo uso de uma aula dialógica em que se fizeram presentes tanto a professora **SQ**, como os alunos foco deste estudo, entre eles o aluno **MS**. Tal encontro visou explicitar os sentidos e objetivos da pesquisa e da etapa de vivências possibilitada pelo acadêmico pesquisador, as como, referendar a importância de cada um no processo de desenvolvimento da pesquisa. Já que para Franco (2005) a pesquisa-ação quando utilizada no âmbito educativo permite o envolvimento da comunidade pesquisa, ampliando seus horizontes e a percepção de educação, sujeito e mundo.

Neste primeiro momento de descrição, creio ser de grande relevância destacar a empolgação da comunidade pesquisada com o trabalho a ser desenvolvido. Gostaria de destacar o comprometimento e o empenho da professora **SQ** no sentido de viabilizar a pesquisa, cedendo-me gentilmente suas aulas para desdobramento do estudo. Vale ressaltar ainda, que mesmo as aulas estando sobre meu direcionamento em momento algum a professora **SQ** abandonou a quadra de aula, fato este que contribuiu para o desenvolvimento dessa etapa do estudo.

Após a explanação do trabalho, seus objetivos, método e esperado impacto dos jogos cooperativos para inclusão do aluno com déficit de inteligência, comecei de fato as vivências de jogos cooperativos.

No dia **30 de outubro** dinamizei uma atividade chamada "salto triplo", a referida atividade tinha como objetivo proporcionar momentos em que os alunos pudessem criar algo em conjunto e o jogo "Salto triplo" pareceu uma atividade adequada, já que unia a construção coletiva com a atividade física.

Para realização deste jogo utilizamos a própria quadra poliesportiva, embora sendo um lugar não apropriado para sua realização, já que o seu piso não absorve o impacto dos saltos.

O jogo foi dinamizado da seguinte forma: um aluno por vez, carregando um pequeno bastão de 30 cm (apetado com material de cabo de vassoura), deveria executar três saltos consecutivos (sem exigência técnica). Ao término dos três saltos, o aluno coloca o bastão no chão, no ponto aonde chegou. O próximo aluno parte daquele ponto,

segurando o bastão para a realização de mais três saltos consecutivos. Assim, continuamos, até que todos tivessem executado os saltos. Ao final, marcamos a distância percorrida e desafiamos os alunos a conseguirem aumentá-la.

Salienta-se que o aluno com déficit de inteligência participou da referida atividade e não apresentou nenhuma dificuldade. Verifiquei que conforme a atividade se desenrolava os alunos torciam pelos seus companheiros, pois compreendiam que o bom desempenho do outro seria seu próprio sucesso, como reconheceram os alunos, ao término da aula.

Quando eu terminei de pular, queria que o Gustavo pulasse mais longe para podermos ganhar **(ALUNO - 17)**.

Eu queria que Lú voasse, mas ela caiu pertinho, mas valeu **(ALUNO – 2)**.

Foi muito bom, eu nunca pulei tão longe, foi legal **(ALUNA – 5)**.

Na perspectiva de Silva (2008), no momento que os educadores, alunos e comunidade reconhecerem que eles têm participação nas tomadas de decisões, maior apego às normas práticas, materiais e procedimentos adotados podem ser esperados. Eles se tornam os protagonistas do processo de aprendizagem, e a própria dinâmica do processo influencia a participação ativa de todos.

No término da atividade conversamos sobre o jogo realizado, a ideia principal era fazer com que os alunos pensassem e repensassem seus atos no desenvolvimento do jogo. Alguns depoimentos nos chamam a atenção:

Eu não pulei muito, só ganhei por conta dos meus amigos **(ALUNA – 9)**.

Eu pulei, mas se fosse só eu não adiantaria nada **(ALUNO – 20)**.

Tal depoimentos mostram a conscientização dos alunos com relação aos objetivos do jogo. Ao reconhecerem a importância do outro para a vitória, reconhecem a importância do outro para seu próprio desenvolvimento. Essa explicação ganha reforço nas ponderações de Silva (2008), quando denota que para se tornar uma escola que realmente atua de forma inclusiva, as práticas devem ser desenvolvidas repetidas vezes a fim de que se institucionalizem.

Quando o aluno percebe, por si só, a necessidade da participação do outro, torna-se acolhedor e procura ajudar.

No dia **6 de novembro** apresentei aos alunos um jogo chamado "salvamento do meu companheiro". Para realização da referida atividade, com a ajuda da professora SQ criei um ambiente adequado para desenvolvimento do jogo. Assim, pegamos aproximadamente quarenta mesas e colocamos no formato de círculo. O aluno que deveria ser salvo foi colocado no centro do círculo como se tivesse caído em um buraco. Colocamos uma corda de náilon atravessando o buraco, para tanto a mesma ficou fixa no alambrado da quadra.

Demos o seguinte comando: o aluno que ficou no centro do buraco deveria gritar por socorro e os demais encontrar estratégias para resgatá-lo. Sendo que o mesmo só poderia ser resgatado com o auxílio de uma corda que estava ao lado do buraco. Assim o um aluno deveria pegar a corda e começar a puxar o colega, se não aguentasse o peso do aluno a ser resgatado, podia pedir a ajuda a outro colega ou até a mais um e, assim, sucessivamente, até que fosse possível levantar o acidentado até à altura das mesas.

Os alunos deveriam tomar cuidado para não machucar o colega que já estava acidentado e encontrar estratégias para salvá-lo o mais rápido possível. Segundo Brotto (2001), as diversas possibilidades do jogo, como as decisões, ações e observações, podem refletir-se na vida em sociedade, capacitando o aluno para viver em sociedade e tolerar seus semelhantes. No entanto, gostaria de ressaltar que no momento que o aluno a ser salvo estava quase atingindo a altura das mesas, um dos salvadores soltou a corda e o resgatado caiu sobre os colchonetes. Neste momento resolvi parar atividade para conversar com os alunos sobre o ocorrido. Expliquei sobre os riscos envolvidos e sobre a confiança que o aluno resgatado estava depositando em seus salvadores e continuamos o jogo, deixando maiores discussões para a roda de conversar.

No decorrer da atividade os salvadores conversaram bastante para poderem encontrar a melhor forma para resgatar seu colega, a participação de **MS** foi uma constante durante toda atividade, do trabalho braçal ao intelectual. Esse jogo exigiu, escuta, criação de estratégias, trabalho em equipe.

No dia **13 de novembro** levando em consideração a grande aceitação do futebol pela grande maioria dos alunos, inclusive as meninas, já que a professora **SQ** desenvolve

com frequência tal atividade decidi desenvolver uma atividade que, apesar de alicerçada no futebol espetáculo, pudesse proporcionar a cooperação que tanto almejamos. Assim sendo, seguindo as orientações de Brotto (2001) realizei uma roda de conversar e perguntei aos alunos como poderíamos transformar o futebol em um jogo cooperativo. Mais do que criar um “novo jogo”, a proposta naquele momento era provocar a criação coletiva com o intuito de reforçar o espírito cooperativo do grupo. Nas esteiras de Darido (2003), a Educação Física pode ser ressignificação diariamente, independente da estratégia utilizada. Assim sendo, depois de muito pensar e discutir, desenvolvemos um jogo criado pelos alunos em que não havia goleiros e todos pertenceriam à mesma equipe, com os jogadores distribuídos pela quadra. O jogo começou. Cada jogador podia tocar apenas uma vez na bola e chutaria para o gol o último aluno que a recebesse. No decorrer do jogo paramos várias vezes para discutir as regras e alterá-las, quando o grupo julgava necessário. O encontro deste dia foi especial, pois criamos coletivamente um jogo e redimensionamos sempre que necessário. **MS** sentiu-se totalmente integrado e atuante na quadra de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar se os jogos cooperativos contribuem para a inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. A entrevista realizada com a comunidade pesquisada trouxe à tona que os jogos cooperativos já eram utilizados na escola e que tanto a professora como seus alunos atribuíam um significado positivo aos mesmos. A aplicação dos jogos cooperativos durante as aulas de Educação Física se mostrou eficaz para uma mudança de postura dos alunos, contribuindo para a interação e cooperação do trabalho em equipe. Durante a aplicação dos jogos, ficou clara a participação do aluno com déficit de inteligência nas aulas tanto de cunho prático como teórico.

Diante das constatações concluímos que os jogos cooperativos são eficazes para inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. No entanto, mesmo diante desta constatação inferimos que para os jogos cooperativos se constituírem como instrumento de inclusão social faz-se necessário a estruturação de um processo educativo onde todos possam se manifestar livremente e respeitar o outro, para que as relações interpessoais melhorem e se edifiquem momentos verdadeiramente inclusivos,

ricos de aprendizagem que refletem a mais pura sabedoria manifestada pelas relações humanas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, J. P. **A Educação Física Especial e Currículo**. Rio de Janeiro. CBGG, 2008.

American Heart Association Task Force On Practice Guidelines (writing committee to revise the 2002).

BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos: Um exercício de convivência**. São Paulo: SESC, 1999.

_____. **Jogos Cooperativos – O jogo e o esporte como um exercício de convivência** – Santos: Ed. Projeto Cooperação, 2001.

FRANCO, M. S. **A pesquisa-ação como fundamentos epistemológicos da pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: ITU, 2005,

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2007. Disponível em < <http://books.google.com.br/> >. Acesso em 07/09/2018.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 27 ed. São Paulo: Vozes, 2008.

11

THOMAS SOWELL NA CONTRAMÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA NO MUNDO: UM ESTUDO CRÍTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA COTAS RACIAIS¹

Maria do Socorro Rodrigues Coêlho²
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



Aqueles que se imaginam promovendo a harmonia intergrupos, com tentativa de reduzir disparidades econômicas entre os grupos, raramente levam em conta se sua politização das diferenças pode ter efeito oposto. (SOWELL, 2016, p. 237)

RESUMO

Neste artigo, intenta-se apresentar os pontos focais de discussão em torno das políticas raciais de preferências levantados na obra do professor Sowell intitulada *Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais*, para fins de, conhecendo-os, propor reflexão quanto à forma de assimilação dessas políticas na Nigéria e nos Estados Unidos, e, em seguida, realizar uma análise crítica do sistema de cotas raciais no Brasil. Tem-se como problema de pesquisa: os resultados negativos da ação afirmativa implementada nos diferentes países analisados por Sowell devem desencorajar a política de cotas raciais no Brasil? Adota-se o método indutivo para análise do sistema de cotas raciais e uma análise qualitativa e reflexiva em torno das premissas apresentadas pelo autor, o qual defende a ideia de que a ação afirmativa tem efeito negativo para a maioria daqueles que ela pretende beneficiar, além de prejudicar a sociedade como um todo, desencadeando discriminação, polarização e guerra civil. O autor entende que a solução para as desigualdades raciais se encontra, não no sistema de cotas, mas numa educação de qualidade oferecida desde as séries iniciais, vez que não concebe que o Estado ofereça ensino inferior durante doze anos e depois admissão preferencial na universidade.

Palavras-chave: admissão preferencial, cotas raciais nos Estados Unidos e Nigéria, cotas raciais no Brasil.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Doutoranda em Direito no Uniceub-Centro Universitário de Brasília. Professora de Argumentação Jurídica no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, advogada.

INTRODUÇÃO

A importância de realizar um estudo sobre cotas raciais a partir da leitura da obra de Thomas Sowell torna-se evidente pelas contribuições que ele oferece em relação aos temas recorrentes no Brasil e no mundo contemporâneo, a exemplo das políticas raciais ou de gênero. Ainda, pela maturidade intelectual e racionalidade que sua reflexão oferece, ao demonstrar que **as certezas são sempre provisórias e que as políticas de ação afirmativa devem passar por uma permanente avaliação**. Pouco lido no Brasil, o autor é um economista formado em Harvard, mestre pela Universidade de Columbia e doutor pela Universidade de Chicago. **Sowell** é negro e mesmo tendo nascido muito pobre, dispensa o discurso de “vítima do sistema”, inclusive opondo-se veementemente, por exemplo, às cotas raciais nas universidades.

O autor é uma referência cada vez mais importante em matéria de políticas raciais ao redor do mundo. Sobre o assunto, escreveu o livro intitulado *“Ação Afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais(2016)”*, no qual apresenta relatório de pesquisa a respeito **das justificativas históricas** que levaram várias nações ao redor do mundo –Estados Unidos, Nigéria, Malásia, Índia, Sri Lanka, Reino Unido, Indonésia, Israel, China, Austrália, Brasil, Ilhas Fiji, Canadá, Paquistão, Nova Zelândia e países sucessores da União Soviética –, a adotar políticas de preferências em favor de grupos seletos de cada sociedade, com vistas a garantir-lhes o **acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho e a obtenção de benefícios sociais**.

Nesse estudo que se empreende, o foco de análise envolve os Estados Unidos e a Nigéria, para que, a partir dos resultados da avaliação da política de cotas raciais desses países apresentada por Sowell, seja possível estabelecer um paralelo com o sistema de cotas no Brasil, produzindo uma reflexão sobre os pontos positivos e negativos desse sistema a partir das inquietações e críticas de Thomas Sowell veiculadas no livro supramencionado.

MATERIAL E MÉTODOS

Adota-se os seguintes procedimentos de análise: leitura integral e crítico-reflexiva da obra de Sowell¹ -*Ação Afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais*-, leitura de autores que apresentem argumentos favoráveis e desfavoráveis ao sistema de cotas raciais, discussão dos resultados de pesquisa e confrontação com a realidade brasileira no que tange à política de cotas raciais e seus possíveis desdobramentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as políticas concretas dos governos da Nigéria e dos Estados Unidos² e suas consequências empíricas, Thomas Sowell afirma que elas se alicerçam nas condições sociais da atualidade ou em traços históricos de cada nação, sempre fundadas em “um **pleito ou suposição de singularidade nacional**”. Ao fim, conclui pela “existência de um padrão de consequências surpreendentemente similares que se seguem à introdução de políticas de ação afirmativa” (SOWELL, 2016, p. 10).

No âmbito universitário, explica, essas políticas de cotas são acompanhadas de “gradação especial” – “graduação afirmativa”, nos Estados Unidos, ou “nota de favor”, na Índia – a ser concedida aos alunos advindos de grupos minoritários, com o fito de evitar altas taxas de reprovação nas universidades nas quais, é de se sobressaltar, sua admissão só foi possível graças ao fato de que se submeteram a exames com grau de exigência mais baixos (SOWELL, 2016, p. 17).

¹Vale explicitar que diferentemente de Sowell é a posição Hasenbalg, o qual se declarou favorável às ações afirmativas, posição esta reafirmada em entrevista publicada na Revista Tempo Social (2006, p. 266), concedida a Antonio Sérgio Guimaraes: “o sistema de cotas que vem sendo adotado por mais de 20 universidades públicas brasileiras, assim como o ProUni, têm condições de reverter ou minorar o quadro das desigualdades raciais no Brasil. In FIGUEIREDO, Angela. **A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil**. Disponível https://www.researchgate.net/publication/297871645_A_obra_de_Carlos_Hasenbalg_e_sua_importancia_para_os_estudos_das_relacoes_das_desigualdades_raciais_no_Brasil. Acesso em 09 set. 2018.

²O debate sobre as políticas afirmativas no campo racial no Brasil tem como tema implícito, que se vincula com o tema da justiça, a questão da identidade racial do negro brasileiro, especialmente a aceitação e valorização da cor e da sua cultura negra. O debate político sobre as ações afirmativas, no plano nacional, tem enfocado, de forma restritiva, apenas o universo educacional, mas tem produzido teses de que as políticas de reconhecimento das identidades “raciais” colocam em risco a unidade e a identidade nacional, e tendem a reforçar o radicalismo racial, tal qual predominou nos Estados Unidos e na África do Sul no período do “Apartheid”. É dentro desta preocupação que vêm sendo dirigidos argumentos contra as políticas de cotas consideradas raciais. In BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Brasília, Ed. Campus, 2000; MARSHALL, T. H. **Status, cidadania e classe social**. Zahar, 1987

Calha que nem a duração nem os objetivos dessas políticas de preferências são controlados ou acompanhados, quer pelos grupos preferenciais quer pelos não preferenciais, o que demonstra uma certa indiferença da população quanto à essa realidade político-normativa.

A propósito, constatou-se que, uma vez instituída a citada política em um dado país, os cidadãos preteridos que avistem uma, ainda que remota, possibilidade de serem favorecidos por ela, entendeu o autor, reagem das seguintes formas: individualmente, ou o excluído se “reclassifica” como de minoria étnica ou se associa a outros de minoria étnica, apenas para se habilitar legalmente aos benefícios governamentais; ou, coletivamente, um grupo não preferencial se “reclassifica coletivamente” (SOWELL, 2016, p. 22-25).

A reclassificação (“reidentificação”) de indivíduos ou grupos com vistas a atrair para si benefícios preferenciais, no entanto, acaba por desvirtuar as ditas políticas, minando o seu objetivo de compensar as desvantagens econômicas existentes. Isso porque, “o alastramento de benefícios coletivos para grupos não apenas dilui tais benefícios (...) como também deixa os beneficiários iniciais em situação pior depois que os termos da competição são alterados” (SOWELL, 2016, p. 26-28).

Ademais, em resposta às políticas de preferenciais, econômicas ou não, e à lógica de tais políticas – segundo a qual “(...) **o direito às vantagens age como substituto das conquistas**” –, notou-se o êxodo dos desprivilegiados. Registrou-se, ainda, que ambos os grupos, preferenciais e não preferenciais, deixaram de oferecer o seu melhor em busca de serem melhores estudantes e profissionais, como num “jogo de soma negativa”. E, mais, que fez aflorar individualismos e desconfiança intergrupos incompatíveis com os meios acadêmico e profissional. A propósito, o autor aponta como perdas sociais desdobradas da adoção dessas políticas o ressentimento semeado entre os grupos, muitas das vezes, desproporcional aos benefícios transferidos aos preferidos (SOWELL, 2016, p. 29-40). Sowell assevera que nos Estados Unidos, como em outros países, a argumentação para a ação afirmativa tem pouco a ver com sua operação real ou com suas consequências. Supostamente uma maneira de compensar o dano causado por discriminação passada, as preferências e cotas estabelecidas pelas políticas de ação afirmativa não requerem que o indivíduo beneficiário nem o grupo de onde tal indivíduo provém demonstrem qualquer prejuízo específico resultante de discriminação anterior. As constatações apresentadas por

Sowell remetem à análise da ação afirmativa no Brasil, que a exemplo do que ocorreu e ocorre nos Estados Unidos, Nigéria e outros países pesquisados, a política de cotas raciais tem o argumento de tentativa de compensar os danos históricos ligados à escravidão e à discriminação. Mas, como bem questiona o autor: há alguma exigência de que o contemplado com as cotas demonstre prejuízo específico decorrente de discriminação? Esse é um dos aspectos a serem discutidos em seção específica deste artigo.

CONCLUSÃO

Ao analisar de forma pormenorizada o sistema de cotas raciais ou ações afirmativas nos Estados Unidos e Nigéria, Sowell adverte que o estudo da história é uma das maneiras de evitar repeti-la, existe muito da história das políticas de **ação afirmativa** ao redor do mundo que jamais deve ser repetido. Considera que, em muitos países, tais políticas se transformaram em formas de produzir **benefícios, relativamente pequenos para uns poucos e problemas enormes para a sociedade como um todo**. Tanto os advogados quanto os críticos de tais políticas tenderam a superestimar os benefícios que foram transferidos. Ademais, a distribuição das benesses dos grupos preferenciais e cotas com frequência demonstra as mesmas disparidades que as desigualdades sociais mais amplas que elas, supostamente, deveriam remediar. **A ação afirmativa faz tão pouco pelos pobres da América como faz para os de todas as partes do mundo**. A taxa de pobreza entre os negros havia sido reduzida pela metade antes da existência da ação afirmativa e, depois disso, pouca coisa mudou (SOWELL, 2016, p.219).

Cumprir que se responda ao problema de pesquisa aqui proposto, qual seja: os resultados negativos da ação afirmativa implementada nos diferentes países analisados por Sowell devem desencorajar a política de cotas raciais no Brasil? Defende-se que boa parte dos problemas apontados pelo autor são recorrentes no Brasil, portanto, somente vale a pena persistir nessas políticas se nossos gestores forem capazes de avaliar constantemente cada uma dessas ações, evitando desvios, privilégios indevidos, que se concretize a autêntica *discriminação positiva*, sem favoritismo.

Nesse sentido, Sowell considera que no contexto da ação afirmativa, obscurecer a distinção entre diferenças de desempenho e favoritismo serve ao objetivo político de

oferecer uma justificativa para a intervenção governamental com preferências e cotas para determinados grupos, como forma de compensar supostos favoritismos ou "vantagens" desfrutados por outros grupos. Contudo, caso queiramos **seriedade na confrontação das realidades**, nosso vocabulário **não pode confundir diferenças de desempenho com favores ou vantagens** (SOWELL, 2016, p.223).

Em síntese, Sowell defende de forma incisiva que o enviesado padrão dos beneficiários dos programas de ação afirmativa deveria não só fazer com que se hesitasse em relação às consequências reais de tais programas, como também questionar a própria suposição sobre a qual se baseia a ação afirmativa. **Supõe-se que uma distribuição desigual de rendas e de empregos desejáveis indica intenções discriminatórias para com os menos afortunados, intenções essas que têm de ser contrabalançadas com políticas preferenciais a seu favor.** Porém, quando essas políticas bem-intencionadas demonstram o mesmo padrão enviesado que o das presumidas más intenções que elas deveriam contrabalançar, então fica difícil evitar a conclusão de que tem de haver o envolvimento de algo mais que intenções (SOWELL, 2016, p. 254).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Brasília, Ed. Campus, 2000.

CARVALHO, Valdência Geralda de. **A ideia de justiça e a política de cotas raciais no Brasil: dilemas e perspectivas segundo o pensamento de John Rawls**. Disponível em <http://domtotal.com/direito/uploads/pdf/6ce6c5de6d2af40b289ed14818e7aeb6.pdf>. Acesso em 08 de set. 2018.

FIGUEIREDO, Angela. **A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/297871645_A_obra_de_Carlos_Hasenbalg_e_sua_importancia_para_os_estudos_das_relacoes_das_desigualdades_raciais_no_Brasil . Acesso em 09 set. 2018.

MARSHALL, T. H. **Status, cidadania e classe social**. Zahar, 1987

SOWELL, Thomas. **A ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. São Paulo: É realizações, 2016. (Abertura cultural).

12

O USO DO EBOOK NA ABORDAGEM ATIVA DA EDUCAÇÃO: CAMINHOS E POSSIBILIDADES¹

Rannelle Andrade da Silva²
Camila Irene da Silva Araújo³
Isabel Cristina Pereira dos Santos⁴
Louane Roberta de Oliveira Costa⁵
Daniella Oliveira Melo⁶
Márcia Aldeneide Macêdo da Silva⁷
Jovina da Silva⁸

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

As metodologias participativas e as diversas técnicas de ensino-aprendizagem envolvem procedimentos diversificados, promovendo relações nas instituições educativas fundamentando seus projetos pedagógicos e no desenvolvimento dos estudantes. Diante disso, objetiva-se refletir sobre a necessidade de adequação das tecnologias no que diz respeito às estratégias e ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. A ferramenta escolhida foi o Ebook, conhecido como livro digital que surgiu com a intenção de estimular a leitura de uma forma que acompanhasse as tecnologias sem perder a verdadeira função de um livro. A metodologia desse estudo, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Abordou-se algumas ferramentas inovadoras que auxiliam os educadores no processo de formação dos alunos, baseados nas tecnologias desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, são elas: Design Thinking, Visual Thinking e Gamificação. Propôs-se estimular e permitir a inclusão de conteúdos e funcionalidades, utilizando-se: vídeos e animações, visando instigar o aluno por meio de estratégias de ensino, provendo uma maior atenção e interesse, o que permite discutir e problematizar as contribuições

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Marketing, Especialista em Administração Estratégica, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: rannelleandrades@gmail.com

³ Graduada em Enfermagem, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: mila.irene@hotmail.com

⁴ Graduada em Enfermagem, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: bebel.tina@hotmail.com

⁵ Graduada em Direito e Letras Inglês, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: advlouanecosta@gmail.com

⁶ Graduada em Engenharia de Produção, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: daniellaevan@hotmail.com

⁷ Graduada em Direito, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: marciacursos@hotmail.com

⁸ Mestre em educação e professora do UNIFSA. E-mail: profjov@hotmail.com

e os respectivos impactos dessas técnicas no contexto da aula e demonstrando habilidades, criando cenários de convivência entre professor e aluno.

Palavras Chaves: Ebook. Metodologia Ativa. Ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o advento dos livros digitais, o ecossistema do livro tem passado por uma mudança radical em todos os seus elementos, o que resultou numa série de transformações que afetam todos os elos da cadeia de valor do sistema editorial autores, editores, bibliotecas e leitores (CORDÓN-GARCÍA, 2016). Mesmo que diversas editoras ainda mantenham os fluxos editoriais impresso para posteriormente realizar a conversão para o formato digital, existem empresas que já fazem uso ou estudam um fluxo editorial próprio do livro digital. (PINSKY, 2013).

Nessa perspectiva, participou-se de uma oficina “trabalho docente no ensino superior: impasses, desafios e perspectivas”, na disciplina de Didática na pós-graduação em docência no ensino superior, as autoras refletiram sobre a necessidade de adequação das tecnologias no que diz respeito às estratégias e ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, facilitando o aprendizado e atingindo um maior número de pessoas ao acesso às informações de qualidade.

Este estudo teve como objetivo estimular e permitir a inclusão de conteúdos e funcionalidades, com uso de: vídeos e animações, para tornar o processo de aprendizado mais interessante e intuitivo, portanto busca instigar o aluno a utilização de estratégias, provendo uma maior atenção e interesse dos alunos, permitindo discutir e problematizar as diversas contribuições e os respectivos impactos dessas técnicas na aula, seja com estudantes ou com professores em processo de formação pedagógica para demonstrar habilidades, criando cenários de convivência entre professor e aluno, na reconfiguração da aula teórico-prático, transformando as aulas em ações éticas e de solidariedade, escolhendo uma metodologia que valorize a participação ativa e coletiva.

EBOOK COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

As atividades educacionais são planejadas de acordo com a proposta do tema a ser abordado, durante a elaboração do ebook como atividade avaliativa da Disciplina de Didática, considerou-se que os alunos são os protagonistas do processo e o professor o mediador que atua de forma a envolver e desenvolver o pensamento crítico - reflexivo enfatizando o uso das estratégias dentro do contexto educacional.

Gesser (2012) aponta que as novas tecnologias trouxeram significativos para a área da educação, em especial no Ensino Superior, contribuindo para o desenvolvimento de metodologias e estratégias diferenciadas no modo de se fazer o ensino, dando assim, uma nova materialização do currículo, de formas de aquisição do conhecimento e acesso às informações que colaborem para efetivação de uma aprendizagem significativa.

Os livros digitais apresentam relevantes mudanças na configuração do mercado editorial nacional e alterações na dimensão habitual de leitura. A emergência dos livros digitais e o impacto gerado no formato de consumo e de produção editorial no país têm sido discutidos. Para a confecção do Ebook é necessário: definir bem o tema do ebook; conhecer seu público-alvo; otimizar a produção de conteúdo; organizar e estruturar os tópicos do livro; ilustrar o ebook; escolher o formato (PDF ou Epub), ainda, dedicar-se à formatação e revisão de conteúdo; registrar a obra (é importante registrar o trabalho na Biblioteca Nacional. Dessa forma terá o ISBN, sistema de identificação que inclui os dados de autoria, e ficará mais seguro com relação aos direitos autorais.), escolher a plataforma de distribuição; divulgar o ebook e monitorar os resultados, que podem ser avaliados com plataformas como o Scup.

A proposta foi apresentar o ebook como ferramenta inovadora e moderna, constituindo um espaço que articulem a interatividade entre os protagonistas do ensino-aprendizagem desenvolvendo uma produção de saber importante para a formação educacional e social do aluno. Dessa forma, o aluno terá facilidade no acesso do material exposto em sala de aula, a intenção é fazer com que esse aluno se sinta motivado a fazer a leitura. O docente para fortalecer esse vínculo deve utilizar estratégias diferenciadas.

OS TIPOS DE FORMATOS DO EBOOK

A literatura sobre a temática mostra que existem vários tipos de ebook, a seguir apresenta-se formatos que são exclusivos para determinados dispositivos:

Formato MOBI

O MOBI se configura como um dos formatos mais utilizados mundialmente. Desenvolvido para ser visualizado no leitor MobiPocket e para ser suportado pelo dispositivo Kindle, ambos da Amazon, o seu nome mais curto é também um diminutivo de mobile, o que significa que ele foi desenhado para dispositivos móveis, mas, atualmente, é multiplataformas. E, ainda assim, mais adequado para pequenos ecrãs porque o limite de tamanho da imagem é de 64 Kb. Isso aliado ao facto de o formato da imagem ser GIF torna difícil a sua visualização em dispositivos maiores, como tablets (GUIDINGTECH, 2014). Nesse tipo de formato pode se fazer anotações e ter acesso ao dicionário, algo que é bem valorizado.

O formato MOBI é concebido para Kindle, mas não tem capacidade para ser visualizado em dispositivos maiores do que os smartphones, explicase pelo facto de a Amazon ter desenvolvido, posteriormente, outro formato baseado no MOBI, o Kindle AZW, que é essencialmente uma cópia do MOBI mas com uma opção de alta compressão, que permite a leitura não só em smartphones, mas também em computadores e tablets.

Formato ePUB

O ePUB é uma abreviatura de electronic publication, que se traduz por publicação eletrónica. Foi desenvolvido pelo IDPF – International Digital Publishing Forum – e assumida como padrão de uso dessa organização em 2007. A última versão do ePUB foi lançada em 11 de outubro de 2011 e é chamada de EPUB 3.0 Recommended Specification. A combinação de quatro especificações aumenta significativamente as capacidades do ePUB em suportar um maior número de requisitos das publicações, como layouts complexos, mídia avançada e interatividade. (COUTINHO; PESTANA, 2014). O objetivo é que o EPUB 3 seja utilizado numa vasta gama de conteúdos, como livros, revistas e publicações educacionais, profissionais e científicas (IDPF, 2011).

O ePUB não é mais do que um formato para armazenamento e uso de publicações eletrônicas ou eBooks. Por ter compatibilidade com vários leitores, talvez por isso, se tenha assumido como a norma universal no setor dos leitores de eBooks. Ainda assim, o Kindle, da Amazon, que revolucionou o mercado digital de livros, não suporta o formato ePUB, sendo o único dos principais leitores de eBooks a não fazê-lo (HIDALGO, 2013).

O ePUB surgiu porque havia uma preocupação em relação à proliferação de formatos que eram incompatíveis e dificultavam a leitura de eBooks em dispositivos diferentes. Assim, quase toda a indústria americana está a utilizar o ePUB. Está construído em 3 partes: conteúdos de endereçamento, metadados do pacote e arquivo (FERRARA, 2013). Este formato trabalha com tecnologias como o XHTML, o CSS e o XML, o que é uma vantagem. O conteúdo é quase sempre escrito em XHTML e é formatado através de uma folha de estilo, o CSS.

Formato PDF

O formato PDF, sigla de Portable Document Format - formato de documento portátil - começou a ser desenvolvido pela Adobe Systems em 1993. O objetivo do cofundador da Adobe, John Warnock, ao criar o sistema "Camelot", que evoluiu para PDF mais tarde, era o de conceber um formato de ficheiro que representasse documentos independentemente da aplicação do software, do hardware e do sistema operativo. O processo revelou-se bem-sucedido e o formato passou a descrever documentos com texto, gráficos e imagens (COUTINHO; PESTANA, 2014).

A adoção do PDF no começo foi feita de forma lenta e isto aconteceu por vários motivos: 1) os documentos em formato PDF eram muito maiores do que os documentos de texto e isso levava a mais tempo de download, quando a velocidade da Internet era muito menor do que é nos dias de hoje; 2) o Adobe Acrobat, produto da Adobe para ler e criar ficheiros em PDF, não estava distribuído de forma gratuita; 3) as primeiras versões não possuíam suporte para hiperlinks, o que tornava inútil a sua utilização na Internet; e 4) a apresentação de arquivos PDF era lenta nas máquinas lentas dessa altura (PREPRESSURE, 2013).

Atualmente, os ficheiros em formato PDF podem incluir etiquetas, texto equivalente, subtítulos, descrições em áudio, etc. Podem ter contidas restrições DRM, que

limitam a cópia, a edição e a impressão, dependendo do software de leitura (COUTINHO; PESTANA, 2014).

Em suma, e segundo Bear (2013), o formato PDF pode ser utilizado, entre outras atividades, para: Partilhar ficheiros com outros que não tenham o mesmo software, hardware ou sistema operativo; Partilhar ficheiros que podem ser protegidos contra visualização, impressão, cópia e edição não-autorizada; Editar documentos eletrónicos; Criar ficheiros com anotações, hyperlinks e marcadores que poderão ser partilhados através de e-mail e na Web; Criar formulários interativos.

DIFERENÇA ENTRE ePUB e PDF

A principal diferença entre os dois últimos formatos descritos é, essencialmente, o modo como apresentam a informação para o leitor. Se virmos o exemplo de uma página impressa com 500 caracteres e se ela for transformada para PDF e ePUB, para ser lida num computador, as diferenças não serão muitas. Pelo contrário, num tablet ou num smartphone a leitura altera-se drasticamente: se com o formato ePUB o texto se adapta ao dispositivo, alterando o tamanho da letra e a disposição do texto, com o PDF este mantém-se inalterado, o que tornará muito difícil a leitura de tantos caracteres num ecrã de dimensões reduzidas (COUTINHO; PESTANA, 2014).

Os referidos formatos têm disponíveis funcionalidades importantes que tornam a leitura mais interessante: pesquisa, anotação, cópia de texto, áudio e vídeo. Analisando as características de cada um deles, surge a ideia de que o formato PDF foi de suma importância no começo do eBook, sendo pioneiro na apresentação de conteúdo, apesar de ser um formato muito popular, utilizado por milhões de pessoas em todo o mundo, no que diz respeito ao eBook não se conseguiu adaptar convenientemente e começa a ser ultrapassado pelo ePUB, que é mais voltado para o dinamismo do conteúdo, o que dá uma experiência de leitura bastante mais agradável.

EBOOK COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos

alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBANEO, 1994, p.195).

Percebe-se que não é possível dissociar o ato de acompanhar e retomar o processo de construção dos saberes com a intenção de constatar o nível de conhecimento que o educando adquire. Tendo em vista que ambos estão interligados, a prática avaliativa e educativa se constituem em um conjunto de ações que se completam ao final do processo ensino-aprendizagem (LUCKESI, 1997).

O processo de avaliação que procura oferecer elementos para verificar se a aprendizagem está se realizando ou não deve conter em seu bojo uma análise não só de desempenho do aluno, mas também da atuação do professor e da adequação do plano aos objetivos propostos. (MASETTO, 2012).

Nesse sentido, o compromisso do educador envolve tanto a questão do respeito, quanto ao querer bem ao educando. Com essa postura o profissional possibilitará ao aluno a apreensão e a construção de saberes necessários para a formação humana.

EBOOK COMO ESTRATÉGIA INOVADORA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Metodologia Ativa além de ser desafiadora é uma proposta contemporânea que exige dos atores especial dedicação, é um chamado a transpor barreiras construídas por décadas pela metodologia tradicional ao processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Sobral (2014) a metodologia ativa tem como princípio teórico a autonomia do discente que Paulo Freire enfatiza. Um sujeito que procura construir sua própria história levando em consideração sua cultura, seus saberes acumulados e torna-se corresponsável pelo seu processo de aprender, o que leva o professor a exercer seu papel não apenas de mediador e coadjuvante, estimulando um aluno crítico e reflexivo.

Conforme Paiva et al (2016), a Metodologia Ativa no processo de ensino-aprendizagem é entendida como uma nova metodologia utilizada para o crescimento profissional, pois aborda um modelo autocrítico no aluno e que desvincula o docente do papel de detentor do saber, de forma que a inserção de metodologias ativas, surge de modo a envolver todas as categorias envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Desta maneira, deve-se explorar os recursos das metodologias ativas em sala de aula, como o ebook, pois otimiza o tempo das aulas, e envolve os alunos no processo de

ensino e aprendizagem, incentivar os alunos à leitura. Facilitando ao educador a identificação de dificuldades e acompanhar resoluções a partir de exercícios e atividades em classe, com o objetivo de o aluno sentir-se motivado e atraído, onde se comprometem e responsabilizam pelo próprio processo de ensino e aprendizado.

Segundo MASETTO (2012) em primeiro lugar, no início do curso, ao fazer a programação, combina-se que ali se encontrarão para aprender e não apenas para “tirar uma nota”. Fechado o compromisso ele afirma que é importante indicar os ebooks para leitura, dos mais simples aos mais complexos, podendo solicitar ao aluno que pesquise em outros materiais, a intenção é estimular a leitura, e mostrar a praticidade de se utilizar o ebook.

No ano de 1971 Hart decidiu criar uma coleção eletrônica que abrangesse todo o tipo de livros e que atingisse um público o mais diversificado possível, pois percebeu que “a maior valência criada pelos computadores não seria a computação, mas o armazenamento, a recuperação e a pesquisa daquilo que estava armazenado nas nossas bibliotecas”, portanto o Projeto Gutenberg é considerado a mais antiga biblioteca digital do mundo, o projeto funciona quase exclusivamente em sistema de voluntariado (semelhante à Wikipedia), em que os voluntários fazem uma revisão cuidadosa dos textos e digitalizamnos para ficarem disponíveis ao público. (COUTINHO; PESTANA, 2014). O ebook resulta desse processo.

Há uma grande variedade de formatos de ebooks. O problema para as editoras é que todos eles são válidos e convenientes para serem usados, dependendo do tipo de documento que se deseja criar (e também do gosto pessoal do editor), para além, obviamente, do tipo de aparelho que se possui, visto que alguns formatos são exclusivos de determinados dispositivos. Os textos estão disponíveis em vários formatos, como HTML, PDF, ePUB, MOBI e Plucker.

Um marco importante na história do eBook foi a escrita de *Afternoon, a Story*, em 1987. Esta obra de Michael Joyce (um especialista em literatura eletrônica norte-americano) é considerada a primeira ficção em hipertexto. Trata-se de um gênero inserido na literatura eletrônica, que se caracteriza pela sobreposição de narrativas com que o leitor se depara, “clitando” em hiperligações ao longo da leitura da história (JOHNSON, 2013).

Milhões de pessoas já leram ou lêem habitualmente eBooks e preferem este formato ao tradicional impresso. Apresentamos as vantagens: poupança de gastos de produção e de distribuição; eliminação dos custos com excesso de estoque; facilidade de edição; maior comodidade; redução de custos; grande interatividade; possibilidade de leitura no escuro; poupança de espaço físico; mas facilidade na procura de obras antigas; maior portabilidade.

O ebook pode ser considerado como uma inovação na indústria de livros. É certo que a evolução para um modelo de negócio digital nos livros surgiu muito depois de outras indústrias, como a fonográfica ou a cinematográfica, mas hoje se pode dizer que o crescimento do ebook é inevitável e será impossível não ocupar uma larga fatia do mercado no futuro próximo.

Apesar dos avanços tecnológicos, muitas pessoas ainda não têm acesso ao utensílio internet, essas pessoas precisam ser inseridas, pois a tendência é evoluir sempre mais enquanto utensílios pedagógicos que circulam através da internet, pois contribui para o desenvolvimento de capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais para o ensino e aprendizagem qualificados.

Portanto estas ferramentas proporcionam um ensino diferenciado, facilitador da aprendizagem, propício a situações de alunos como: algumas necessidades especiais. Este instrumento pode ser utilizado de forma a poder constituir um aliado eficaz do trabalho escolar e proporcionar aos alunos a sua utilização para a resolução de problemas, instigando ao aluno a investigação, a superação dos obstáculos para posteriormente superá-los e otimiza o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que o compromisso do educador envolve uma postura profissional que possibilitará ao aluno a apreensão e a construção de saberes necessários para a formação humana, o que implica em tornar o processo de ensino e aprendizagem ativo, participativo em que os sujeitos são protagonistas.

Infere-se que estas ferramentas, em especial a construção de ebook, proporcionam um ensino diferenciado, facilitador da aprendizagem. Assim, o ebook é um instrumento que pode ser utilizado de forma a constituir um aliado eficaz do trabalho docente e

proporcionar aos alunos a sua utilização na resolução de problemas, instigando a investigação, a superação dos obstáculos para posteriormente, superá-los e otimizar o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BEAR, Jacci Howard 2013 PDF: **definition of PDF**: what is a PDF. [S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 29 out. 2018]. Disponível em: <http://desktoppub.about.com/od/electronicpublishing/g/pdf.htm>.

COUTINHO, P; PESTANA, O. **EBOOKS**: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. 2014 Amazon kindle. [S. l.]: Mashable, 2014. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://mashable.com/category/amazon-kindle>. Acesso em: 15 fev.2018

CORDÓN-GARCÍA, J. A. **La lectura digital y la formación del lector digital en España**: la actividad de la Fundación Germán Sánchez Ruipérez y el Proyecto Territorio Ebook. Álabe, n. 13, 2016.

FERRARA, Darla 2013 **A Look at electronic publication (EPUB)**: how does XML fit into world of epublishing. [S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2018]. Disponível em: <http://webdesign.about.com/od/epub/a/look-at-epub.htm>.

GESSER, V. Novas tecnologias e educação superior: avanços, desdobramentos, implicações e limites para a qualidade da aprendizagem. **IE Comunicaciones**: Revista Iberoamericana de Informática Educativa, n. 16, p. 23-31, 2012.

GUIDINGTECH 2014 **GT explains**: what is the difference between EPUB, MOBI, AZW and PDF ebook formats? [S. l.]: GuidingTech, 2014. [Em linha]. [Consult. 24 dez. 2018]. Disponível em: <http://www.guidingtech.com/9661/difference-between-epub-mobi-azw-pdfebook-formats/>.

HIDALGO, Jason 2013 **EPUB definition: what is EPUB?**[S. l.]: About.com, 2013. [Em linha]. [Consult. 10 nov. 2018]. Disponível em: <http://portables.about.com/od/ebookreasers/f/WhatIs-Epub.htm>.

INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM 2011 EPUB 3 overview: recommended specification. [S. l.]: **International Digital Publishing Forum, 2011**. [Em linha]. [Consult. 13 dez. 2018]. Disponível em: <http://www.idpf.org/epub/30/spec/epub30-overview.html>.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

JOHNSON, Steven 2013 Why no one clicked on the great hypertext story. New York: Wired Magazine, 2013. [Em linha]. [Consult. 2 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.wired.com/magazine/2013/04/hypertext>.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**, 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

PAIVA, M.; R.; F.; PARENTE, J.; R.; BRANDÃO, I.; R.; QUEIROZ, A.; H.; B.;. **Metodologias Ativas de Ensino/Aprendizagem: Revisão Integrativa**. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. 2016.

PINSKY, Luciana. **Os editores e o livro digital: o que está sendo feito e pensado em tempos do incunábulo digital**. Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, n.3, p. 347-354, 2013.

PREPRESSURE 2013 **The History of PDF**. New York: Prepressure, 2013. [Em linha]. [Consult. 11 dez. 2018]. Disponível em: <http://www.prepressure.com/pdf/basics/history>

13

A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSAS¹

Maisa Bastos Nunes²
Carlos Antonio Santos³



RESUMO

O envelhecimento da população tem demandado iniciativas, como a inclusão digital de idosas, cuja efetividade vem sendo investigada, constituindo-se no objetivo principal desta pesquisa. Já os objetivos específicos buscaram analisar como o uso das tecnologias e da internet é percebido por idosos, verificar quais aspectos da vida podem ser melhorados, identificar a forma como os idosos percebem a inclusão digital e verificar como isso repercute na autoimagem dos mesmos. A pesquisa está respaldada pela sua atualidade e relevância no cenário da Era Digital e busca debater as possibilidades e limitações que a inclusão digital de idosos encontra, trazendo também a percepção dos envolvidos sobre esse processo. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa descritiva, com 10 idosas, participantes de um grupo de convivência de uma Instituição de Ensino Superior Privada que mantém um programa de desenvolvimento socioeducacional para idosos, que oferece, entre as atividades, aulas de informática. As participantes situaram-se na faixa etária entre 63 e 88 anos, sendo todas do gênero feminino. Os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada e submetidos a uma análise de conteúdo complementada por um questionário sociodemográfico. Foi possível verificar que os idosos vêm com certo receio o avanço das tecnologias, percebendo seus pontos positivos e negativos. Percebeu-se a divergência de opiniões referentes a inclusão digital, chegando até a visões opostas. Por fim, a efetividade da inclusão digital, neste caso, depende de melhorias no projeto, como o aumento do tempo voltado para as aulas de informática e também de questões externas, já que parte das participantes não tinha como praticar em casa ou em outro local.

Palavras-chave: Tecnologias. Terceira idade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é resultante da transição nas taxas de mortalidade e fecundidade de um determinado local. A nível nacional e mundial, tem-se observado que a expectativa de vida tem aumentado, ao mesmo tempo que o número de nascimentos

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda do curso de Psicologia da FACID WYDEN. E-mail: isabastos23@gmail.com

³ Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: carlo_santonio@yahoo.com.br

tem diminuído. A longo prazo isso resulta na modificação do número de pessoas em cada faixa etária, o que traz consigo novos desafios para uma sociedade com cada vez mais idosos (SOARES; ISTOE, 2015).

Envelhecer com qualidade de vida, manter-se ativo, adaptar às novas tecnologias e usufruir dos benefícios do mundo em rede tem sido apenas alguns dos pontos debatidos atualmente (SOARES; ISTOE, 2015). Ao se falar em inclusão digital é necessário pensar também em questões como: De que forma é percebido o uso das tecnologias e da internet? Quais aspectos da vida podem ser melhorados? Como os idosos percebem a inclusão digital? Como isso repercute na autoimagem do idoso?

Assim, justifica-se essa pesquisa com base em sua atualidade e relevância no cenário da Era Digital, debatendo-se as possibilidades e limitações que a inclusão digital de idosos encontra, trazendo também a percepção dos envolvidos nesse processo.

Esta pesquisa possui como objetivo geral: Investigar a efetividade da inclusão digital de idosos. E como objetivos específicos: Analisar como o uso das tecnologias e da internet é percebido, verificar quais aspectos da vida dessas pessoas podem ser melhorados, identificar a forma como os idosos percebem a inclusão digital e verificar como isso repercute na sua autoimagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na Era Digital o acesso e conhecimento acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) contribuem para a interação grupal, principalmente com as novas gerações, à medida que insere o idoso nos movimentos atuais, aproximando e viabilizando uma comunicação mais efetiva. Pode-se considerar a inclusão digital como sendo uma estratégia para o envelhecimento saudável e o exercício da cidadania (VARELA, 2012).

As últimas gerações, que já nasceram em um contexto mais tecnológico, tem expressiva facilidade em acompanhar as inovações, valorizando a agilidade e praticidade. Em contrapartida, os idosos sentem-se bombardeados frente a esse avanço acelerado, apresentando dificuldade em acompanhá-lo (VARELA, 2012).

Apesar dos declínios próprios do processo de envelhecimento os idosos desejam incluir-se digitalmente. Contudo, as interfaces são pensadas para o público jovem, deixando de lado a acessibilidade. Uma alternativa pensada para intervir nessa situação

tem sido as tecnologias assistivas, que podem ser utilizadas para se alcançar um determinado objetivo por meio das TIC's ou quando o objetivo é a utilização das próprias TIC's (TAVARES; SOUZA, 2012).

A tecnologia existente na juventude dos idosos era algo mais primitivo, que ainda se desenvolvia a passos lentos, sendo linear e unidirecional. A interatividade e hipertextualidade tornam-se assim um desafio à inclusão digital. Diante disso, o que tem sido proposto são cursos direcionados para esse público, a fim de diminuir a exclusão enfrentada pelos idosos. Um exemplo de iniciativa são as Universidades Abertas da Terceira Idade (Unati), que tem contribuído para uma sociedade mais inclusiva (LORETO; FERREIRA, 2014).

Na pesquisa realizada por Loreto e Ferreira (2014) na Unati-UERJ percebeu-se a ausência de um projeto teórico-metodológico para o curso de informática. Esse fato, somado ao modelo pedagógico de transmissão de informações, a ausência de preparação dos professores envolvidos, o conteúdo repetitivo em diversas aulas, problemas na infraestrutura oferecida, revela a necessidade de melhorias na iniciativa, levando em conta o caráter dinâmico e a necessidade educacional do público que atende, aproximando-se assim da realidade desses indivíduos e proporcionando uma experiência mais proveitosa.

Do ponto de vista teórico, o ideal seriam turmas de até 15 pessoas, com encontros semanais e com um aluno por computador. O ritmo progressivo e constante é o mais indicado para esse público, pois a sobrecarga de informações pode causar confusão e frustração. A repetição de algumas tarefas pode ser um aliado na memorização, que precisa ser mais estimulada nessa faixa etária (BOLZAN; LÖBLER, 2013).

A pesquisa conduzida por Bolzan e Löbler (2013) revela a contribuição da inclusão digital para autoestima de idosas acostumadas a lidar com a impaciência de familiares e ouvir frases relativas a uma suposta incapacidade de aprender. Apesar da fragilidade na infraestrutura desse projeto, percebeu-se que o desejo de aprender não diminuiu. As aulas eram teóricas e práticas, sendo necessária a troca de computadores e a formação de duplas. O momento de praticar no computador era o mais valorizado na aula, sendo creditado pelas alunas como essencial para o aprendizado. Entre as dificuldades indicadas pelas idosas estão: memorizar os procedimentos, utilizar o mouse em cliques duplos, selecionar textos e os cliques sucessivos quando o computador demorava para responder.

Contudo, também foi apontado que o ambiente pôde proporcionar a socialização entre os membros.

Dias (2012) revela que no grupo pesquisado pessoas acima de 66 anos possuíam menos contato com a internet e o computador do que pessoas entre 55 e 65 anos. As motivações e interesses variam bastante entre aqueles que utilizam as TIC's, percorrendo desde razões profissionais até de lazer. A manutenção de contatos, a ampliação da rede de amizades, manter-se atualizado e realizar pesquisas foram alguns dos pontos mencionados pelos idosos.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa de campo é utilizada para se conseguir informações ou conhecimentos sobre um dado problema ou hipótese investigada, novos fenômenos ou a relação entre eles (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa de abordagem qualitativa busca explicar as relações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu local ou contexto social, analisando-os segundo o ponto de vista dos próprios envolvidos (MINAYO, 2012). Em sua condição de descritiva, a pesquisa procurará descrever o fenômeno estudado, classificá-lo, explicá-lo e interpretá-lo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O trabalho foi realizado com 10 idosas, participantes de um grupo de convivência de uma Instituição de Ensino Superior Privada, que oferecia entre as atividades, aulas de informática. As participantes tinham entre 63 e 88 anos, sendo todas do sexo feminino. A coleta de dados foi realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, mediante a leitura e assinatura do TCLE, em duas vias, sendo uma da participante e outra da pesquisadora, seguida da aplicação de um questionário sociodemográfico e de uma entrevista semiestruturada cujas respostas foram gravadas com a autorização das participantes, entre as quais 1 preferiu que suas respostas fossem apenas anotadas.

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011) consiste em um agrupamento de técnicas de análise do discurso visando a obtenção, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, de indicadores que possibilitem a obtenção de informações referentes às circunstâncias de produção e

recepção destas ideias. Assim, o procedimento envolveu a transcrição das entrevistas semiestruturadas, a sua leitura flutuante, o seu agrupamento em categorias iniciais, intermediárias e finais. Assim, chegou-se a 4 categorias, a saber: a percepção do uso das tecnologias e da internet, aspectos da vida melhorados, inclusão digital; e autoimagem e como é repassada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O uso das tecnologias e da internet

Esta primeira categoria envolve a percepção das participantes acerca da utilização das tecnologias e da internet. As mesmas relatam o avanço que têm percebido, como na fala de F. C. de 68 anos:

Hoje em dia tá muito avançado, as pessoas só querem se comunicar através do What's App, antigamente não tinha... tinha era um celular, era um tijolo. Duas coisas que tá muito avançado [a tecnologia] e a medicina. Antigamente não era assim.

Já outras, percebem os dois lados desse avanço, como representado na fala de F. C. S. A. de 71 anos:

É uma faca de dois gumes, né? Quando o ser humano é bem-intencionado ela tem muita utilidade. Quando não, é uma maldade, é uma coisa que prejudica, porque as pessoas mal-intencionadas marcam brigas, coisas que não deve, não deviam permitir, devia ser cancelado. Grupos, eles combinam brigas, desafetos que acontece até morte. É isso mesmo...

Percebem também a exposição de informações pessoais, como nas falas abaixo:

[...] Qualquer coisa pode ser jogado na internet, uma coisa até que lhe prejudique, que não é bom pra você nem pra ninguém, né? [...]
(M. E. S. O., 68 anos).

[...] A vida da gente agora ficou vazada porque até foto de vez em quando é um escândalo das pessoas divulgando coisas que vê da gente, dá é medo desse avanço [...] (M. P. S. L., 73 anos).

Outra cita ainda outros pontos negativos, como os rakers e os roubos. Percebe-se assim a cautela e receios que as idosas têm diante das novas tecnologias, em especial, a internet. Além disso, um aspecto a se destacar é que das 10 participantes, 8 não tem Wi-Fi

ou modem em casa, 7 utilizam internet de outra maneira, sendo a primeira finalidade a de pesquisa, a segunda a de usar as redes sociais e última de assinatura de TV; metade não tem computador em casa ou mesmo celular digital e 9 não acessam todos os dias. Se formos traçar uma relação, muito do que as idosas sabem sobre a internet é por terem ouvido falar, por verem as notícias, já que quase não possuem acesso ou poder aquisitivo para tal.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), tão valorizadas na produção e compartilhamento de informações, também exclui aqueles que não tem acesso a tal ferramenta. O que tem sido feito para modificar esse cenário são estudos e iniciativas de inclusão digital, impulsionados por uma maior conscientização de idosos interessados em incluir-se (FERREIRA; NEVES, 2011).

4.2 Aspectos da vida melhorados

Nessa categoria foram colocados os aspectos de vida que melhoraram. Como o grupo de convivência participa de várias atividades, entre elas de áreas da psicologia, da fisioterapia e da informática, deixou-se em aberto para que as participantes pudessem falar tanto do projeto que faziam parte, quanto apenas da inclusão digital. Assim, a maioria preferiu falar do projeto como um todo, relatando melhorias na convivência, na relação interpessoal, no humor, no aprendizado, na autonomia com a ferramenta de busca etc. Seguem abaixo algumas falas que demonstram isso:

Sim, eu me soltei um pouco mais. Convivo melhor com as pessoas, é uma relação bem legal (F. C. S. A., 71 anos).

Todos que tão aqui falam a mesma coisa, são muito bem que a gente vive aqui. Ser mais feliz, com mais saúde, mais ânimo, mais tolerância, mais sabedoria. Aqui aprendi coisas que deveria ter aprendido na adolescência, mas nunca é tarde para aprender, hoje tô aprendendo também a informar as palestras que escuto aqui. O que a gente deve fazer, o que não deve, o que deve comer, o que não comer, como a gente deve viver, tratar os outros. Muito bom, muito, muito bom, minha participação aqui com todos os meus amigos (J. C. N., 67 anos).

Totalmente, mudou, eu até aprendi a falar mais em público, que eu não falava, eu era o tipo de pessoa que eu não gostava muito de falar, agora, depois que eu entrei nesse projeto, melhorou 100% (M. N. S. M., 69 anos).

Eu gosto, que se quiser pesquisar uma coisa, eu entro no Google... Como quando eu pesquisei sobre a bomba e a artrite (M. P. S. L., 73 anos).

Ele [o projeto] é importante sim, aqui na faculdade nós somos bem respeitados pelos alunos, pelos professores. Assim aquela questão que você tem que valorizar o ser humano, um dia você vai ficar velho também, né? E nós idosos, nós temos muita riqueza intelectual, entendeu? Então vale a pena a inclusão do idoso, envelhecer é uma benção (M. J. P. S., 63 anos).

Muito se creditou ao projeto como um todo, pois os grupos de convivência para idosos melhoram a qualidade de vida e o aspecto cognitivo destes, ao promoverem atividades que os mantêm ativos, física e mentalmente (LEITE et al, 2012).

4.3 Inclusão digital

Segundo Silveira et al. (2010, p. 5) "a inclusão digital é a democratização do acesso ao mundo da informática" e pode ser vista também como uma forma de inclusão social, pois a partir do acesso às TIC's abrem-se novas possibilidades de participação social, de inclusão desses sujeitos em costumes e usos que não faziam parte de sua época, mas que estão presentes atualmente.

Quando perguntadas se percebiam alguma diferença na inclusão digital de jovens e idosos as opiniões divergiram bastante, indo desde a igualdade na hora do aprendizado até o sentimento de inferioridade, como mostrado abaixo:

Não tem diferença, a gente aprende do mesmo jeito que os jovens, as monitoras são pacientes, ensinam com calma (F. C., 68 anos).

O jovem tem mais experiência, já o idoso não tem aquela experiência que o jovem tem, mas eu entro de frente. Vamos pra frente. Meu pensamento é positivo, nada de negativo (F. M. N., 72 anos).

É diferente sim, muito diferente, até porque os jovens já têm uma mente melhor, já tem uma visão melhor, e a gente não. Eu, por exemplo, que cheguei agora, que agora que tô começando a pegar no computador. É muito diferente. Mas um dia eu chego lá (M. E. S. O., 68 anos).

Serve para todo mundo, porque os jovens sabem mais, mas vocês passam para gente de um jeito que a gente não chega lá como vocês, mas chega perto como eu. A menina me ensinou a passar as fotos para o pen drive, que já era algo que eu não sabia e agora aprendi (M. P. S. L., 73 anos).

O jovem está bem a frente. Parece que a tecnologia foi feita para o jovem, para as crianças, nós idosos estamos sempre um passo atrás (M. J. P. S., 63 anos).

Como pode ser notado nas falas, as participantes percebem limitações suas e do tempo que é dedicado para o computador:

Às vezes eu fico pensando assim que os jovens parecem que aprendem mais ligeiro do que a gente, né? Porque quando chego lá no computador eu digo assim: "oh meu Deus, na segunda-feira eu sabia de tudo e hoje tô aqui e não sei mais de nada e vou aprender tudo de novo". Aí é desse jeito que a gente se sente, aí eu e a maioria dos meus amigos também vive nesse dilema, aprende hoje e depois que chega aqui a gente se esquece porque um dia é muito pouco (J. C. N., 67 anos).

4.4 Autoimagem e como é repassada

Foi-se questionado também sobre como as idosas se viam, o que sentiam e como repassavam isso para a sociedade. Considerando as vivências de cada uma, cada participante queria deixar a sua mensagem, à sua maneira. Assim, estas relataram:

Melhorou a autoestima, melhorou porque vai tendo mais conhecimento, aí não vai tendo depressão (F. C., 68 anos).

De tranquilidade, sabedoria, com paz e com amor (F. C. S. A., 71 anos).

Mudou sim, agora eu me amo muito mais, me cuido, resolvo minhas coisas tudo. Olha, muito, muito bom mesmo. Eu me sinto diferente (M. N. S. M., 69 anos).

De uma pessoa moderna, me considero moderna, acompanhando a evolução. Uma imagem boa, tem que colocar a pessoa para cima como me colocaram porque eu tava lá embaixo. O que eu aprendo eu gosto de passar para quem quer, eu ensino. Falo aqui do projeto, elogio porque é bom mesmo (M. P. S. L., 73 anos).

Agora eu sou mais otimista [...]. Onde eu passo eu sou potência [...]. A pessoa sempre se sentir segura, sou mais eu, não se abalar, porque eu sou negra, mas nunca na minha vida eu tive um problema, porque não me sinto negra, eu me sinto uma cidadã inteligente, culta, que trabalhei através dos meus concursos, meus méritos, da minha inteligência, da minha garra. Sou psicopedagoga, não tô exercendo na área, mas eu pretendo quando minha irmã se formar para gente montar uma salinha e trabalhar em Goiânia [...] porque eu tenho 63 anos, mas eu não sinto que tenho 63 anos, para lhe dizer eu nunca nem me senti adulta, é uma coisa minha, eu não sei (M. J. P. S., 63 anos).

Eu queria passar para elas que eu sou sincera e gosto de todas e são minhas colegas e a cada dia me apego a elas, quanto mais o tempo passa mais a gente tem intimidade e vai conhecendo melhor umas às outras (M. M. S. F., 88 anos).

Não sei se é porque eu sou depressiva, a minha imagem é tão fraca [...]. Eu não passo o que eu sinto, eu passo alegria mesmo sem eu ter, eu passo bondade mesmo sem eu ter, eu passo tudo de bom, mas eu não tenho. Tudo de bom eu passo, porque eu não vou passar tristeza pra ninguém, porque eu não quero ninguém triste como eu. Eu quero todo mundo alegre, nem que seja fingindo, eu finjo alegria pra pessoa (M. E. S. O., 68 anos).

A autoimagem reflete a maneira como os idosos são vistos na sociedade, como este sujeito enxerga a si mesmo partindo de sua concepção de mundo, o que na velhice está entrelaçado com a qualidade das relações sociais que estes mantêm, o que fazem do seu tempo livre e etc. (MOURA; SOUZA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível verificar que os idosos veem com certo receio o avanço das tecnologias, percebendo seus pontos positivos e negativos. Ao se falar dos aspectos melhorados, não foi possível separar apenas os que estavam relacionados à inclusão digital, já que isto era apenas um aspecto trabalhado no grupo de convivência e na fala das participantes se atribuiu grande parte desses aspectos ao projeto como um todo. Percebeu-se a divergência de opiniões referentes a inclusão digital, chegando até a visões opostas.

A autoimagem não é algo passível de generalização, já que depende da vivência de cada pessoa, mas neste grupo especificamente pôde-se observar que a depressão despertava nas participantes uma "autoimagem fraca" e que muitas modificaram essa imagem desde que entraram no projeto. Por fim, a efetividade da inclusão digital, neste caso, depende de melhorias no projeto, como o aumento do tempo voltado para as aulas de informática e também de questões externas, já que parte das participantes não tinha como praticar em casa ou em outro local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimpressão. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BOLZAN, Larissa Medianeira; LÖBLER, Mauri Leodir. As meninas estão na rede: a inclusão digital na terceira idade. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 20, n. 2, 2013, 301-312.

DIAS, Isabel. O uso das tecnologias digitais entre os seniores: motivações e interesses. **Sociologia, problemas e práticas**, [s. l.], n. 68, p. 51-77, 2012.

LEITE, M. T. et al. Qualidade de vida e nível cognitivo de pessoas idosas participantes de grupos de convivência. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2012, p. 481-92.

LORETO, Elisa Sergi Gordilho; FERREIRA, Giselle Martins dos Santos. Desafios e possibilidades para a inclusão digital da terceira idade. **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2014, p. 120-137.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. [s. l.]. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012.

MOURA, G. A.; SOUZA, L. K. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2012.

PEREIRA, C.; NEVES, R. Os idosos na aquisição de competências TIC. **Educação, Formação & Tecnologias**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2011, p. 15-24.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVEIRA, M. M. et al. Educação e inclusão digital para idosos. **Novas tecnologias na educação**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2010.

SOARES, Márcia Regina Pacheco; ISTOE, Rosalee Santos Crespo. Alfabetização e inclusão de pessoas idosas: uma proposta interdisciplinar mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação. **Revista Científica Interdisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 3, 2015, p. 165-175.

TAVARES, Marília Matias Kesting; SOUZA, Samara Tomé Correa de. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. **Novas Tecnologias na Educação**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2012.

VARELA, Carla Cristina Brilha. **O impacto dos cursos TIC das Universidades Sénior na Inclusão Digital da Terceira Idade**. Lisboa: dissertação de mestrado em Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

14

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR¹

Lyzanka Fontilene Vasconcelos²
Lisiane Rios Santos Sobral³
Patrícia Melo do Monte⁴

Centro Universitário Santo Agostinho –UNIFSA.



RESUMO

O estudo aborda o relato de experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar, destacando a importância de a escola ser um espaço de prevenção e promoção de saúde, de humanização e como a instituição escolar tem lidado com os fatores geradores de ansiedade e competitividade entre os alunos. A escola é considerada um importante ambiente para o desenvolvimento de indivíduos e assume a responsabilidade de facilitar aos adolescentes o seu ingresso nos cursos superiores. A competitividade instalou-se de forma determinante, e faz parte da vida dos jovens cada vez mais cedo no seu percurso escolar. Assim, percebe-se que os jovens possuem níveis intensos de ansiedade, sobretudo, em momentos de avaliação. Buscou-se verificar a importância da relação afetiva na dinâmica escolar e o reflexo dela no processo ensino aprendizagem neste contexto. Foram feitas observações diretas dentro da sala de aula em uma escola particular de ensino médio de Teresina (PI), onde foi possível identificar fatores geradores de ansiedade, situações de conflito geradas pela competitividade e concorrência entre os alunos. Diante dos resultados obtidos, foi realizado um projeto de intervenção com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos, promovendo uma maior humanização do espaço escolar e o fortalecimento de valores como a coletividade e a solidariedade.

Palavras-Chave: Educação, Afetividade, Psicologia Escolar

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante do nono semestre do Curso de Psicologia, do Centro Universitário Santo Agostinho – E-mail: lyzanka@hotmail.com

³ Estudante do nono semestre do Curso de Psicologia, do Centro Universitário Santo Agostinho – E-mail: lisianerios@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação. Psicóloga. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

INTRODUÇÃO

Diante da importância da promoção e prevenção em saúde com os jovens e adolescentes dentro do ambiente escolar, destaca-se a relevância da afetividade na dinâmica escolar e os seus reflexos no processo ensino-aprendizagem. Segundo (ANTUNES, 2006), ideologicamente, a escola é para repassar informações seguindo um plano metódico, garantindo poder cultural. No entanto, a escola deve buscar qualidade de suas relações, percebendo que as relações afetivas são importantes para a construção do desenvolvimento. A escola tem a função pedagógica, mas também cumpre uma função social e política visando à transformação da sociedade, facilitando assim o exercício da cidadania proporcionando oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem, nesse sentido se justificam ações de promoção da saúde voltadas para o ambiente escolar.

A escola surgirá, então, como um lugar privilegiado para este desenvolvimento, pois é o espaço em que o contato com a cultura é feito de forma sistemática, intencional e planejada. (BOCK, 1999). O objetivo deste relato é apresentar a experiência das estagiárias, que desenvolveram atividades de diagnóstico institucional, planejamento, execução e avaliação das ações contidas no projeto implantado na instituição. O projeto foi elaborado com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos, e com isso proporcionar um ambiente saudável e uma política de qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo, tendo como foco a construção de uma nova cultura de saúde. Para que haja promoção de saúde na escola, é necessário considerar a subjetividade de cada sujeito e a afetividade, tornando possível a criação de vínculos dentro desse espaço.

METODOLOGIA

Na etapa de diagnóstico institucional, foram feitas observações diretas em sala de aula, análise de documentos e entrevistas não estruturadas com alunos e com os professores do ensino médio de um colégio da rede particular em Teresina (PI) com ênfase na qualidade das relações entre os diversos atores escolares. Foi enfatizada pelos entrevistados a importância de o ambiente escolar ser um espaço humanizado, onde as relações devem ser permeadas pela amizade e afetividade, com fortalecimento dos vínculos afetivos com toda a comunidade escolar, e assim ser gerado um ambiente escolar

menos ansiogênico. Foi elaborado, então, um projeto para atender a essa demanda. A presente prática se desenvolveu durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar, que ocorre no oitavo período do curso de Psicologia. A carga horária total do estágio na escola foi de 90 horas, além de 40 horas de supervisão e 30 horas de atividades complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebeu-se durante o estágio que as relações interpessoais e a competitividade podem impactar no bem-estar psicológico e no desempenho acadêmico dos alunos. O afeto em algumas instituições tem recebido pouca importância, em detrimento do valor atribuído à razão, fazendo com que as relações interpessoais sejam afetadas. Para Battro (1976, p.336) nos processos afetivos, intervêm tantos os sentimentos e emoções, como as tendências e os valores.

A afetividade, numa perspectiva piagetiana, possui papel funcional na inteligência, é a fonte de energia de que a cognição utiliza para funcionar, existindo uma relação intrínseca entre afetividade e cognição. Piaget em seus trabalhos enfatiza que, o processo de formação e enriquecimento afetivo é contínuo e inovador e que a formação de sentimentos está diretamente ligada aos valores e à evolução da sociedade, ou seja, as relações interpessoais são construídas com a cooperação do outro sendo uma troca intrapessoal (BATTRO, 1976). Outro teórico que também dá ênfase a esse tema é Wallon (1968) que defende a ideia de que a escola deve ser um espaço de formação intelectual, afetiva e social.

A afetividade, em sua perspectiva, não é apenas uma das dimensões da pessoa, ela é também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. Da afetividade diferenciou-se lentamente, a vida racional. Portanto, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira (LA TAILLE ET AL,1992).

A afetividade tem um importante papel no processo de desenvolvimento do sujeito, sendo esse contínuo, onde deve ser considerado o ambiente escolar em que o sujeito está inserido.

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como

aprender e aprender o mundo se não tivermos o ouro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar no mundo a nossa vida. Veja bem, Vygotsky defende a ideia de que não há um desenvolvimento pronto e previsão dentro de nos que vai se atualizando conforme o tempo passa ou recebemos influência externa (BOCK, 1999, p 124).

Fernández (1991, p.47), diz que toda a aprendizagem é repleta de afetividade, já que ocorre a partir de interações sociais. De acordo com Antunes (2006, p.5) a afetividade é:

Um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções que provocam sentimentos. A afetividade se encontra "escrita" na história genética da pessoa humana e deve-se a evolução biológica da espécie. Como o ser humano nasce extremamente imaturo, sua sobrevivência requer a necessidade do outro, e essa necessidade se traduz em amor.

Nesse sentido, a escola tem uma função de promover oportunidades para que os sujeitos que fazem parte dela evoluam também como seres humanos e não somente promover uma aprendizagem intelectual. Deve ser pensado em um ambiente que promova amizade, que valorize as dinâmicas de grupo e as questões afetivas. "Os momentos de afetividade vividos na escola são fundamentais para a formação de personalidades sadias e capazes de aprender" (CAPELATTO, p. 14).

Algumas escolas preocupam-se apenas com a quantidade de informações que transmitem por meio de competição e do uso de modernas tecnologias, de forma meramente burocrática e mercadológica. Afastam-se assim do "ser humano", tratando os alunos apenas como número de registro. Com isso, apesar de dispor de um grande espaço onde os jovens passam metade do seu dia durante duzentos dias por ano, acabam por perder a oportunidade de ajudá-los a desenvolver a afetividade. (CAPELATTO, p. 14).

Dias (2007) assinala que os currículos escolares brasileiros deveriam abordar a afetividade, e defender uma educação compromissada com a formação de pessoas livres, autônomas, responsáveis, amorosas e que a escola necessita promover uma formação pautada nos valores do grupo social. Segundo Ribeiro e Jutras (2006), a afetividade promove atitudes positivas em relação a toda comunidade escolar e uma aprendizagem cognitiva significativa dos alunos dentro da sala de aula.

Os resultados positivos de uma relação educativa movida pela afetividade opõem-se àqueles apresentados em situações em que existe carência desse componente. Assim, num ambiente afetivo, seguro, os alunos mostram-se calmos e tranquilos, constroem uma autoimagem positiva, participam efetivamente das atividades propostas e contribuem para o atendimento dos objetivos educativos. No caso contrário, o aluno rejeita o professor e a disciplina por ele ministrada, perde o interesse em frequentar a escola, contribuindo para seu fracasso escolar. O professor que possui a competência afetiva é humano, percebe seu aluno em suas múltiplas dimensões, complexidade e totalidade (RIBEIRO e JUTRAS, 2006).

A afetividade é importante para que “se estabeleça uma melhor relação educativa entre professores, alunos, favorável, conseqüentemente, a aprendizagem dos conteúdos escolares” (RIBEIRO e JUTRAS).

Nesse sentido, Tassoni (2000, p.3) afirma que:

Na verdade, são as experiências vivenciadas com outras pessoas que irão marcar e conferir aos objetos um sentido afetivo, determinando, dessa forma, a qualidade do objeto internalizado. Nesse sentido, pode-se supor que, no processo de internalização, estão envolvidos não só os aspectos cognitivos, mas também os afetivos.

Leite e Tassoni (2002, p. 16) afirmam após pesquisas realizadas que:

Da mesma forma, evidenciaram-se sentimentos de compreensão, aceitação e valorização do outro. Nesse sentido, pôde-se concluir que as experiências vividas em sala de aula permitiram trocas afetivas positivas que não só marcaram positivamente o objeto de conhecimento, como também favoreceram a autonomia.

Diante da importância dos vínculos afetivos no ambiente escolar, o projeto **Gentileza gera Gentileza**, implantado na instituição, buscou resgatar gestos simples, valores, atitudes diárias com desenvolvimentos de posturas necessárias para a criação e preservação de bons relacionamentos no dia a dia escolar. Foram propostas várias atividades no projeto e destacam-se neste relato algumas delas. Durante uma semana, os educandos foram estimulados a ter experiências no seu cotidiano a fazerem gestos gentis com seus colegas, com reflexões sobre o conceito de amizade e respeito, tornando o ambiente escolar humanizado e como consequência pessoas emocionalmente mais saudável. O projeto propôs o resgate de valores morais no âmbito escolar, abordando

solidariedade, afetividade e regras de convivência e estimular posturas para preservação dos relacionamentos no dia a dia escolar.

As atividades do projeto **Gentileza gera Gentileza** iniciaram-se com a caracterização da instituição com cartazes, faixas, murais com frases e mensagens sobre a gentileza, otimismo e motivação. Foi realizado o **Amigo Gentil** com os estudantes participantes, sendo feito por cada estudante, o sorteio do nome de um amigo para que recebesse pequenas gentilezas durante toda a semana, sem a identificação do amigo gentil, como bilhetinhos, deixar um chocolate na mesa, etc.

Dessa forma, os alunos estiveram mais atentos às relações sociais, buscaram ficar mais próximos uns dos outros fazendo pequenas gentilezas, e por iniciativa própria estenderam para professores e toda a comunidade escolar, promovendo assim, um espaço harmonioso com trocas afetivas e significativas.

Foi produzido o **Painel da Gentileza**, sendo que cada aluno tinha seu envelope para que os amigos gentis deixassem bilhetinhos e lembranças. Após uma semana, houve uma pequena confraternização para os "amigos gentis" se identificarem e, através de uma roda de conversa, os alunos foram levados a refletirem sobre o poder da gentileza, atitudes para vivermos em um mundo melhor e a importância da expressão dos afetos e sentimentos. Foi possível perceber uma melhor relação entre os educandos de respeito, empatia e companheirismo.

O projeto **Gentileza gera gentileza** foi encerrado com a **Blitz do Amor** e a prática do abraço como símbolo de aceitação do outro e acolhimento, bem como fortalecimento do sujeito para resolução de problemas. Os alunos foram desafiados a fazerem a Blitz do Amor, que aconteceu no intervalo entre as aulas, todos caracterizados com acessórios coloridos, tiaras, perucas coloridas, sendo distribuídos abraços nos alunos nos corredores de toda a escola e sendo incentivada a expressão dos sentimentos em relação aos colegas.

Houve a participação da equipe do "Alegria" (Palhaçaria nos hospitais), caracterizados de palhaços, que trouxeram uma reflexão sobre a importância dos pequenos gestos na vida de alguém, fizeram brincadeiras, danças com os alunos. Houve ainda, a participação de uma banda de alunos da própria instituição fazendo o

encerramento do projeto. Ao final, os alunos expuseram sentimentos de alegria, era perceptível a emoção positiva em toda a comunidade escolar, bem-estar e agradecimentos por poderem vivenciar tais momentos.

Inês Maria Gómez-Chacón em seu artigo nos faz refletir quando:

Destaca a importância dada à questão sempre presente dos afetos que atualmente é assumida e aceita por professores cada vez mais dispostos a reconhecer neles elementos de indiscutível valor e interesse no acompanhamento e na avaliação do processo ensino/aprendizagem. (2004: 52).

Vygotski (1994, p. 75) enfatiza a importância das interações sociais, afirmando que a construção do conhecimento ocorre a partir de um grande e importante processo de interação. Destaca a importância da socialização no processo de construção do conhecimento, e que a afetividade tem um importante papel na construção do próprio sujeito e em suas ações. Percebemos que, diversas teorias mostram que a afetividade é essencial no processo da inteligência e aprendizagem, representando uma energia que gera motivação no aluno diante do ato de aprender.

Piaget (1971, p.271) diz o seguinte:

A vida afetiva, como a vida intelectual é uma adaptação contínua e as duas adaptações são, não somente paralelas, mas interdependentes, pois os sentimentos exprimem os interesses e os valores das ações, das quais a inteligência constitui a estrutura.

O projeto Gentileza gera Gentileza ratifica a importância de se preservar os relacionamentos afetivos no processo de ensino aprendizagem e a importância das atitudes positivas entre professores, alunos, estendendo a toda comunidade escolar.

La Taille (1992, p.65) reflete sobre o mesmo assunto:

A afetividade é comumente interpretada como uma energia, portanto como algo que impulsiona as ações. Vale dizer que existe algum interesse, algum móvel que motiva a ação. O desenvolvimento da inteligência permite, sem dúvida, que a motivação possa ser despertada por um número cada vez maior de objetivos ou situações.

Vygotski (2003, p.121) menciona que é a qualidade da relação afetiva que vai conferir um grau de motivação para o objeto de conhecimento (no caso do educando), que,

a partir das experiências vividas, desenvolverá a autonomia e fortalecerá a confiança nas suas capacidades e decisões:

As reações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo. Se quisermos que os alunos recordem melhor ou exercitem mais seu pensamento, devemos fazer com que essas atividades sejam emocionalmente estimuladas. (VYGOTSKI, 2003).

Leite e Tassoni (2000) afirmam que, a presença contínua da afetividade nas interações sociais, além da sua influência também contínua nos processos de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, pode-se se pressupor que a interação que ocorre no contexto escolar também é marcada pela afetividade em todos os seus aspectos. Pode-se supor, também, que a afetividade se constrói como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (alunos) e os diversos objetos do conhecimento (áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados alcançados com a realização do projeto, percebemos que as condições afetivas favoráveis facilitam a aprendizagem. Nas trocas afetivas, encontramos depoimentos de alunos referenciando o respeito, a colaboração e a valorização de cada um, expressando o desejo de compreender o outro. Percebemos que, quanto maiores forem as condições de se cultivar tais sentimentos no âmbito escolar, maior será a promoção de uma aprendizagem significativa.

Tal experiência permitiu trocas afetivas, que marcaram positivamente não só os educandos, mas toda a comunidade escolar. As relações afetivas são importantes para a valorização das potencialidades do indivíduo e resgate de sua autoestima. A presença do afeto se fez presente na fala dos adolescentes que participaram do projeto, afirmando estarem mais "leves" e com as relações mais humanizadas.

Diante disso, percebe-se que o afeto, no processo de ensino aprendizagem, proporciona além de um âmbito escolar favorável, uma educação mais humanizada pautada na transformação e na solidariedade entre os indivíduos. Faz-se necessário que as escolas deem mais atenção a ações voltadas para essa troca afetiva no ambiente escolar, para que assim haja uma promoção e prevenção em saúde dentro desse ambiente, que muitas vezes são geradores ansiogênico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **A afetividade na escola: educando com firmeza**. Londrina: Maxiprint, 2006.194p.
- ANTUNES, Celso. **A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e valores**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- BATTRO, Antonio M. **O pensamento de Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- BOCK, Ana Maria Bahia et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva,1999.
- CAPELATTO, Ivan. **Diálogos sobre a afetividade**. São Paulo: Papyrus, 2007.
- CHÁCON, Inês Gomes Maria. Revista Pátio – pedagógica, ano VIII, N° 29 RJ, 2004.
- DANTAS, H. **Emoção e ação pedagógica na infância: contribuição de Wallon**. **Temas em Psicologia**, Sociedade Brasileira de Psicologia, São Paulo, 1993, n º 3, p. 73-76.
- DIAS, Marli Mendes. **O lugar da afetividade no cotidiano escolar**. São Paulo: 2007. Disponível em: http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_opinião.php?. Acesso em: 25 jun. 2009
- FERNANDÉZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS; Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: SUMMUS, 1992.
- LEITE, S. A. da S; TASSONI, E. C. M. (2002). **A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor**. In R. Azzi, & A. M. Sadalla (Orgs.), *Psicologia e Formação Docente* (pp. 113-141). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- RIBEIRO, Marinalva Lopes e JUTRAS, France. **Representações sociais de professores sobre afetividade**. **Estudos de psicologia**. Campinas, v.23, n.1, p.39- 45, mar 2006.
- TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 23., 2000, Caxambu
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. Edição Comentada.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1968



15

PROGRAMA DE JOVEM APRENDIZ: SUA EFETIVIDADE MEDIANTE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA¹

Luís Fernando Silva Monteiro²

Jovina da Silva³



RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o programa de jovem aprendiz, sua efetividade diante da Legislação brasileira. Possibilita a inclusão social com o primeiro emprego de carteira assinada, assegurando seus direitos trabalhistas, tornando-se importante no desenvolvimento profissional, adquirindo conhecimento e práticas no mercado. Diante do cenário em que o jovem adquirir protagonismo e características profissionais, formação técnica através de parceria entre empregadores e as entidades formadoras habilitadas. O estudo tem caráter bibliográfico e abordagem qualitativa. Tem como fundamentação Teórica os autores como, Chiavenato (1999), Rizzini (2002), Oliveria (2009) e Morin (2000). Analisando os resultados, observa-se o interesse pelo primeiro emprego, mas o jovem ao deparar-se com uma realidade com a qual não estava preparado ou imaginado acaba desistindo ou protelando os estudos para poder trabalhar, neste sentido, infere-se que a Empresa voltaseu olhar no desenvolvimento profissional do jovem, busca desenvolver suas competências.

PALAVRAS CHAVES: Programa do jovem aprendiz, legislação, formação profissional.

INTRODUÇÃO

Atualmente, existe um grande interesse de jovens almejando ingressar no mercado de trabalho, buscando melhorar a situação de vida e qualificação profissional. Partindo

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Discente Bacharel em Administração da UNIFSA. luissfernando@hotmail.com

³Docente da UNIFSA e Mestre em Educação (UFPI). profjov@hotmail.com

desta assertiva, sabe-se que o futuro de uma nação depende dos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, e a ele dado uma boa educação.

O cenário atual do brasileiro aponta que o desemprego e a rotatividade são muito maiores entre os jovens de acordo com o manual de aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (2009), não porque eles não sabem o que querem ou por que o mercado não os queira, mas por que na maioria das vezes, o ingresso no mercado de trabalho se dá de forma precária, sem acesso à qualificação adequada e com jornadas que desestimulam a continuidade dos estudos. Desta forma, o programa de aprendizagem, oportuniza a entrada do jovem no mercado de trabalho auxiliando na formação profissional, mas, por outro lado acaba afastando-o pelos motivos já mencionados.

O aprendiz no decorrer do contrato e exercício de suas atividades contribui para o desenvolvimento da empresa, adquirindo capacidade para discernir e saber lidar com as situações do mundo do trabalho e, a organização colabora para a formação de mão de obra qualificada. Neste sentido, é importante salientar que em virtude da revolução 4.0 e a formação dos colaboradores para assumirem cargos mais elevados, garantindo um bom clima institucional e desenvolvimento profissional, esse programa é um diferencial hoje nas empresas.

A empresa como um espaço de aprendizagem e desenvolvimento do jovem, tem um papel fundamental. O sujeito desenvolve e adquire habilidades que desenvolve seu perfil profissional e beneficia a organização com uma mão de obra jovem e flexível a desenvolver funções em sua área de atuação, tendo a possibilidade de futuramente ser efetivado.

2 JOVEM APRENDIZ E O MERCADO DE TRABALHO

O Trabalho infantil teve um impacto relevante na revolução industrial por volta do século XIX, em que boa parte das famílias se sustentavam apenas com o trabalho em suas pequenas propriedades rurais, mas tinham como principal preocupação a educação, isto é, colocar os filhos na escola. Logo após o início da revolução, em relação ao poder econômico

da família foi necessário inserir o jovem no trabalho e muitas vezes priorizando-o em vez dos estudos.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil era palco de profundas e rápidas transformações. Apesar da mentalidade essencialmente rural-agrária, o país se urbanizava a passos largos e demandava do Estado uma reorganização de suas forças políticas. Nesta passagem da vida rural para a urbana, ganhava particular relevo os conhecimentos médicos sobre higiene, notadamente aqueles sobre o controle e prevenção de doenças infecto-contagiosas. Dada a importância evidente e imediata da prática médica para a vida social urbana, sua influência foi decisiva, [...] Os olhares preocupados dos médicos voltaram-se para a criança, sobretudo a criança filha da pobreza (RIZZINI, 2002, p. 16).

Nessa compreensão, há uma analogia em relação ao jovem pautada nas necessidades fisiológicas, em que posteriormente detinha uma visão abstrata, partindo desse modo para estudo das causas biológicas da delinquência infantil. Correa, (2003. p. 81), neste sentido, observa-se que:

Pretendia-se defender os interesses gerais da sociedade transformando essas pobres crianças, fadadas ao crime e à miséria, em valores humanos e sociais, criando uma assistência, não só dos criminosos de hoje, mas principalmente dos de amanhã, que são os menores abandonados e delinquentes

Nessa perspectiva, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em alusão ao jovem aprendiz no mercado de trabalho, esta instituição estabeleceu a idade mínima, que passou a ser de 14 (quatorze) anos, ou, à idade de conclusão da escolaridade obrigatória, previsto seu art. 2º, parágrafo 2, que trata da proibição do trabalho noturno, nas restrições nos trabalhos em indústrias e dentre outras. No Brasil, prevalece o entendimento da Organização Internacional do Trabalho em relação às classificações fundamentais.

Dessa forma, o aprendiz diferente do trabalho infantil está relacionado principalmente ao desenvolvimento profissional do jovem que inicia sua caminhada no mercado de trabalho, por esse motivo a Lei do Aprendizagem, exige que durante o período de trabalho o aprendiz esteja matriculado em uma instituição capacitadora no curso em

sua área de atuação e esteja regulamente matriculado na instituição de ensino (Fundamental, Médio ou Superior).

Nota-se que “em 1931 foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, e a fiscalização do trabalho infanto-juvenil em empresas passou do âmbito do Ministério do Trabalho”. (OLIVEIRA, 2009b, p. 81). Portanto, é visto que após a criação do departamento, a fiscalização do trabalho infantil ao longo do tempo foi sendo mais rígida e ao passar dos anos foi surgindo novas leis e decretos protegendo o jovem com idade inferior a 18 anos, como por exemplo Decreto n. 3.616 no qual foi editado sobre o trabalho do menor. Martins Filho (2008, p. 154), ressalta que

A OIT, quando se empenha na erradicação do trabalho infantil, não o faz, exclusivamente por motivos humanitários. Visa, muitas vezes, como objetivo mais concreto e menos ideal, combater a concorrência desleal que se dá no mercado internacional, no qual a exploração da mão de obra infantil, abundante e barata, permite a países subdesenvolvidos concorrerem com países que têm a seu favor o avanço tecnológico. Nesses casos, a denominada cláusula social passa a obrigar toda a comunidade internacional, impondo padrões elevados de remuneração laboral, sem que haja socializado da mesma forma o progresso tecnológico.

Para a mesma autora, o período posterior à Constituição brasileira de 1988 até os dias atuais, as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão em harmonia entre sociedade brasileira e comunidade internacional, buscando diminuir a desigualdade e exploração de mão de obra infantil.

Percebe-se que o perfil dos jovens que estão em busca de uma vaga no mercado, está ligado diretamente com a necessidade de adquirir autonomia. Neste sentido, Moura (2018, p.8) ressalta que

Os jovens não desejam ou precisam somente de trabalho, anseiam muito mais que uma vaga no mercado, mas por necessidade e pressão familiar passam grande parte de suas vidas se qualificando e trabalhando. O trabalho representa para eles autonomia, independência, experiência e eleva a autoestima, mas tudo isso pode se resumir em responder as expectativas de pressão familiar e da sociedade. E, obtendo renda, mesmo que mínima, possibilita certa autonomia e independência. Mas, o

trabalho pode não responder a todas as necessidades subjetivas desses jovens aprendizes.

Nesse pressuposto, fica claro que o jovem vislumbra o primeiro emprego, visando o crescimento pessoal e profissional. Mas em virtude do elevado índice de desigualdade na sociedade em que o maior prejudicado é o jovem, que na busca do primeiro emprego há possibilidade de ser negado por falta de conhecimento do programa pela organização. Percebe-se também que o jovem ao encontrar uma vaga de emprego acaba se frustrando, pois em consequência de falhas na implementação do programa pela organização termina não respondendo as necessidades do aprendiz.

Entretanto, o programa de aprendizagem é uma oportunidade de crescimento para as empresas, pois elas capacitam o jovem durante a experiência de aprendiz, após o término do contrato a empresa contribuiu para a formação de um profissional flexível, proativo, escolarizado e apto assumir um cargo mais elevado na própria empresa.

É importante ressaltar que em virtude da exigência atual do mercado de trabalho e sistema capitalista, é possível ocorrer exploração e/ou desvio de função ao jovem aprendiz, por esse motivo torna-se importante um bom planejamento e plano de ação nas empresas acerca do programa aprendizagem em acordo com a Lei Nº 10.097/00, visto que em relação as rotinas de trabalho ficam vulnerável possíveis alterações nas atribuições, prejudicando o desenvolvimento do aprendiz.

2 O CONTRATO DE TRABALHO DO APRENDIZ

O contrato de trabalho do aprendiz é semelhante ao contrato do profissional do mercado de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho 9 (CLT), mas com alguns detalhes fundamentais para o bom desenvolvimento do jovem. A CLT em seu art. 442 define o contrato trabalhista como "Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego". A Lei Nº 10.097/00 assegura no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho:

O contrato e aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete

a assegurar ao maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Considerando a referida Legislação, para que seja jovem aprendiz, deve ter entre 14 a 24 anos e está regulamente matriculado em uma instituição de ensino, fundamental, médio, técnico profissionalizante ou ensino superior. O empregador tem o direito de escolher a idade e o nível de escolaridade, em atendimento a necessidade da empresa. Consoante o artigo 428 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o qual foi alterado pelo Decreto Lei 5452/43:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

Dessa forma, a empresa tem como obrigação a contratação dos jovens de acordo o art. 429 da CLT, com redação dada pela Lei 10.097/00, a qual determina que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, previsão expressa no art. 9º do Decreto Regulamentar nº 5.598/2005. Portanto, observa-se, para que ocorra a contratação por cada estabelecimento da empresa pública ou privada torna-se necessário obedecer equivale a no mínimo, 5% (cinco por cento), e no máximo, 15º (quinze por cento), dos trabalhadores existentes, cujas funções demandem formação profissional. O percentual é calculado por estabelecimento e não em relação à empresa toda. Deste modo, a empresa que tenha mais de uma filial cada uma deve seguir o percentual exigido.

Art. 428, da CLT. [...] §1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o Ensino Médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica. §2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário-mínimo hora. §3º O contrato de aprendizagem não

poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência. Art. 130. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, [...]. Art. 134. [...] §2º Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

O contrato basicamente de acordo com o manual de aprendizagem (2009) deverá conter o “curso, a jornada diária e semanal, a definição da quantidade de horas teóricas e práticas, a remuneração mensal e o termo inicial e final do contrato, que devem coincidir com o início e término do curso de aprendizagem, previsto no respectivo programa”. Em relação ao cálculo do salário é com base no salário-mínimo/hora garantido por lei. Entretanto, há empresas que optam por pagar o salário piso ou um salário-mínimo.

3 PRÁTICAS EXITOSAS NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO APRENDIZ

A essência do recrutamento consiste em buscar e atrair candidatos para o processo de seleção. É necessário que a empresa tenha bem estruturado seu processo de recrutamento até a contratação do profissional, pois a empresa deve ter clareza do perfil de aprendiz que necessita para o cargo. Chiavenato (2000), afirma que

O objetivo do recrutamento consiste em atrair candidatos e, para que seja eficaz, deverá fazê-lo em número suficiente para fornecer o processo de seleção e assim permitir que este funcione. Trata-se, pois, de um sistema de informação que visa a divulgação de oferta de oportunidades de emprego”

De acordo com Lacombe; Heilborn (2003, p.244) “o recrutamento abrange o conjunto de práticas e processos usados para atrair candidatos para as vagas existentes ou potenciais”, ou seja, no processo de recrutamento o objetivo principal é divulgar as vagas disponíveis e atrair o maior número possíveis de pessoas em um determinado período para que ocorra de maneira satisfatória o processo seletivo, mas antes de iniciar o recrutamento é necessário traçar um planejamento.

O planejamento em concordância com Chiavenato (2009), é uma etapa fundamental, pois nele será elaborado o perfil do candidato que a empresa necessita,

conhecido como definição do perfil da função, no quais são adicionados os requisitos de vaga.

No caso do aprendiz os requisitos para participar do recrutamento e seleção são os prescritos no art. 429 da CLT, com redação dada pela Lei 10.097/00, visto que não é necessário solicitar experiências e conhecimentos técnicos, pois o mesmo busca a primeira oportunidade de emprego e adquirir tais requisitos para desenvolve-se e ingressar no mercado. No momento da seleção, é necessário que a empresa tenha capacidade qualificada de seleção, observando a necessidade diferencial do perfil dos jovens e as habilidades humanas. Segundo Milkovich; Boudreau (2000, p. 215)

Existem provavelmente uma variedade infinita de formas de medir as informações dos candidatos e outras tantas continuam sendo criadas a cada dia. Os testes informatizados e a triagem genética eram absolutamente desconhecidos há alguns anos; hoje, muitas empresas lançam mão dessas técnicas. No entanto, as técnicas tradicionais de coleta de informações, como o uso de formulários e entrevistas, ainda são as mais amplamente utilizadas.

Rocha (1997) descreve essa importância como: “uma boa gestão de pessoas é condição necessária para o sucesso” e Chiavenato (1999) entende que “lidar com as pessoas deixou de ser um desafio e passou a ser vantagem competitiva para as organizações bem-sucedidas”. Neste sentido, alguns setores de RH contribuem qualitativamente para empresa e para o jovem, identificando os interesses de ambos e buscando alinhá-los. Guimarães; Arieira (2005, p.210) assim se expressam:

Todo processo de seleção é único e deve ser entendido como uma ferramenta de marketing interno e externo que a empresa pode utilizar a seu favor, dependendo da maneira como é realizado. Ele não termina com a contratação do profissional, pois o mesmo precisa ser apresentado, integrado e acompanhado nos seus primeiros dias ou meses na empresa.

Para Martins (2007, p. 157):

A seleção consiste em primeiro lugar, na comparação entre perfis dos candidatos e as exigências do cargo ou função, o ideal é que o perfil e a função se ajustem. Assim, é necessária uma escolha da pessoa certa para o cargo certo, ou seja, entre candidatos recrutados aqueles mais

adequados aos cargos existentes na empresa, visando manter ou aumentar a eficiência e desempenho do pessoal.

Considerando esses autores, o processo de seleção parte do ponto de que o aprendiz é diferente de outro tipo de profissional, pois o objetivo principal é aprendizado, assim, durante a seleção é necessário analisar os interesses e plano de vida do jovem. Pois neste sentido, busca-se selecionar um jovem com a flexibilidade de aprendizagem, dando a ele instrumentos e conhecimentos para o desenvolvimento do programa e capacidade profissional.

Para Pontes (1988), o processo de seleção é resultado de uma necessidade interna da empresa, mas como já visto, no caso do aprendiz a seleção parte da obrigação com Estado em relação a Lei 10.097/00. Dessa forma, é importante que a empresa tenha consciência de que não está somente realizando uma obrigação, mas sim selecionando jovem disposto a aprender e contribuir. Neste sentido, a seleção torna-se ainda mais efetiva em atendimento ao perfil profissional em harmonia com as exigências da organização.

Em se tratando das etapas fundamentais para uma boa seleção de jovem aprendiz, consistem a partir planejamento, no qual é traçado o perfil para vaga; recrutamento, buscando divulgar a seleção e atrair candidatos; seleção de pessoas, analisar os perfis enviados de acordo com a necessidade da vaga; prova didática, nesta etapa a prova de cunho de saberes de nível médio, sendo recomendado uma redação, matemática e/ou conhecimentos gerais; na entrevista, é importante analisar a trajetória de vida do jovem, suas aptidões e realizar um diálogo aberto buscando diminuir o nervosismo do candidato que em muitos casos atrapalha no processo de conhecê-lo.

4 FORMAÇÃO DO APRENDIZ E PROTAGONISMO JUVENIL

Os desafios que envolvem a formação do jovem aprendiz estão ligados as necessidades de cada profissional, suas etapas em relação à aprendizagem e às demandas do mercado, que cada vez é mais exigente. Para Morin (2000), a globalidade de conhecimentos é o desafio da própria complexidade; os componentes que constitui o todo,

econômico, político, sociológico, psicológico e mitológico, são inseparáveis. Um jovem incapaz de perceber o contexto da organização fica cego, inconsciente e irresponsável.

Partindo desse entendimento, é crucial a formação teórica do profissional visto que é por meio da formação que ele desenvolve e adquire as habilidades para atuar na empresa. Em consequência, o jovem constrói uma visão crítica profissional e seu plano de vida baseado em suas necessidades e experiências concretas. Em consonância com Covey (1991), existem sete competências pessoais que são exigidas pelas empresas compatíveis na formação do aprendiz, tais como: Aprender a aprender; comunicação e colaboração; raciocínio criativo e resolução de problemas; conhecimento tecnológicos; conhecimento de negócios globais; desenvolvimento da liderança e autogerenciamento de carreira. Essas competências são importantes no trabalho do jovem em relação a sua formação e protagonismo no ambiente profissional e pessoal.

Atualmente, no ambiente corporativo a capacitação de funcionários é fundamental para o crescimento da organização, o que implica em desenvolver profissionais do meio dando a eles oportunidade de crescimento, gerando oportunidades internas, produtividade, retendo talentos e incentivando a inovação. Do mesmo modo é o aprendiz, no qual haverá um desenvolvimento profissional e, além disso, um aumento na satisfação pessoal. De acordo com Chiavenato (2010, p.367):

O treinamento é considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtiva, criativas e inovadoras, a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais e se tornarem cada vez mais valiosos, assim o treinamento é uma fonte de lucratividade ao permitir que as pessoas contribuam efetivamente para os resultados dos negócios.

Assim, quando a empresa ver o menor aprendiz como um sujeito capaz de aprender e se desenvolver profissionalmente, ela contribui para que isso ocorra, possibilitando a este o desenvolvimento que resulta em um bom desempenho profissional. Com este apoio e incentivo o aprendiz se motiva a realizar um bom trabalho, adquirindo conhecimentos, e desenvolvendo habilidades e competências.

Dessa forma, a formação do jovem desenvolve habilidades, adquire saberes que são colocados em prática na empresa em que atua. O sujeito ao final da experiência do

programa se encontra habitado a ingressar no mercado de trabalho de um modo seguro e confiante. A empresa transforma um jovem em um profissional eficiente, desenvolvendo seu potencial e tornando-o um colaborador, que ao mesmo tempo que aprende, contribui para o sucesso da empresa.

As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. E é neste ambiente, que os colaboradores compartilham conhecimento e desenvolvem as suas competências. (CHIAVENATTO, 2005, p.8)

No início das atividades do aprendiz no trabalho é importante que os funcionários tenham a sensibilidade de ensinar as práticas, visto que o primeiro contato ao meio profissional precisa de orientação. Gary (1942, p. 140.), afirma que

O novo funcionário deve sentir-se bem-vindo; ele deve compreender a empresa de modo abrangente, além de fatos essenciais como políticas e procedimentos, o funcionário deve saber perfeitamente o que se espera dele em termos de trabalho e comportamento e assim deve ser dado o processo de socializar e transmitir a cultura da empresa ao funcionário.

O jovem durante e depois da experiência no programa desenvolve habilidades de comunicação, liderança, proatividade, tornando-se apto ao mercado. Ao iniciar sua carreira profissional depara-se com várias descobertas: 1º salário, responsabilidades profissionais, direitos do trabalhador e principalmente, é inserido em um espaço de profissionais capacitados. Desta forma, o jovem é instigado a desenvolver-se e buscar autonomia.

O aprendiz em sua rotina diária alinhando seu tempo entre trabalho e escola, torna-se sobrecarregado de tarefas, por esse motivo é importante que a empresa tenha em seu plano de ação atribuições que desenvolva suas habilidades intelectuais em equilíbrio com as operacionais. A Lei de aprendizagem como já foi mencionada assegura ao aprendiz a formação teórica e prática durante todo o período de trabalho, visto que o programa é técnico-profissional metódico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de Jovem Aprendiz nas organizações é sem dúvida uma ótima estratégia para desenvolver e adquirir novos talentos. O mesmo, abre portas para jovens motivados a trabalhar, desenvolver habilidades profissionais e oportuniza ingresso no primeiro emprego, com os benefícios garantidos por lei. Dessa forma, na medida em que se tornam responsáveis com as obrigações que lhes são impostas, se refugiarão das ruas, do mundo das drogas, da prostituição, dentre outras formas negativas.

O estudo mostrou que a empresa capacita o jovem de forma teórico-prática, e este com um bom desempenho tem possibilidade em acordo com a política da empresa de ser contratado. Verificando-se que a empresa tem papel fundamental no desenvolvimento do jovem, é importante que esta valorize-o e capacite-o, olhando-o não só como aprendiz, mas, como um colaborador em formação que trará benefícios para empresa.

Diante do exposto, conclui-se que deve haver interesses comuns entre empresa e aprendiz, demonstrando a importância e vantagens do programa para ambos. Pois, a partir do momento em que o jovem tem a chance de ingressar no mercado de trabalho, passa por uma transformação, ou seja, na forma de ver o mundo e no exercício da cidadania. Assim, espera-se contribuir com esse estudo para o debate acerca da sensibilização das organizações sobre o programa do jovem aprendiz, oportunidades de desenvolvimento profissional fator de formação do aprendiz e progresso da organização.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto n 7.566 de 23 de setembro de 1909. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909>. Acesso em: 20.mar.2018.

_____. SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Manual da aprendizagem:** o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 3. d. Brasília: TEM, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área Profissional:** Gestão e Negócios. 2000. Brasília, DF. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: 21.mar.2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas:** transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____, I.; SAPIRO, **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Gerenciando com as Pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COVEY, Stephen R. **Os setes hábitos das pessoas muito eficientes**. São Paulo: Best Seller, 1991.

CORREA, Marisa. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **História da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DESSLER, Gary, 1942 – **administração de recursos humanos**, 2ed/ Gary Desseler – São Paulo.

GOLDINHO, M. D. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTR, 2010.

GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. **O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão**. Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

LACOMBE, Francisco Jose Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 17ª ed. rev e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 451p.

MARTINS, Jaime. **Recursos Humanos**. São Paulo, 2012.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN. Edgard. **Cabeça bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**: Beltrand Brasil, 2005.

MOURA, Leila Silva de. **Juventude e Trabalho: O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO**. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8803/5/Tese%20-%20Leila%20Silva%20de%20Moura%20-%202018.pdf>. Acesso em: 02.jan.2019

OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e Profissionalização de Adolescente**. São Paulo: LTR, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança. 20 de novembro de 1959**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 15.mar.2018.

PONTES, B. R. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. São Paulo: LTR, 1988.

RIZZINI, I & Fonseca, C. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. 2002.

ROBBINS, S. Stephen P. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ROCHA, J. A.O., **Gestão de Recursos Humanos**. Lisboa: Editorial Presença. 1997.

VADE MECUM. **Seleção leis**. São Paulo: Saraiva, 2010.

16

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL NO DESASTRE DE MARIANA SOB O VIÉS DO RACISMO AMBIENTAL¹

Tamyres Laysla Messias²
Aruanna Aparecida Carvalho Borges³



RESUMO

Os danos ao meio ambiente são cada vez mais comuns e por mais que existam legislações que cuidem do tema, não raro a responsabilidade aplicável a esses casos não é suficiente para cumprir com os objetivos da sanção, quais sejam, o de prevenir e reprimir a ocorrência de novos danos. Como exemplo disso, trata-se no presente artigo científico, do desastre da Barragem de Fundão, considerado até hoje um dos maiores desastres ambientais no Brasil. Ocorre que 3 (três) anos após o ocorrido, muitas das famílias atingidas ainda não foram devidamente assistidas, a maior parte delas faz parte de comunidades negras. Nessa esteira, esse trabalho ocupa-se de fazer uma análise bibliográfica sobre essa temática, discutindo se as indenizações por danos ambientais têm como determinante também o racismo ambiental.

Palavras-chave: indenização, meio ambiente, terceiros atingidos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Direito pela faculdade CEUT. Advogada. Especialista em Docência do Ensino Superior – Faculdade FAIBRA. Colunista do site Themis Vagas sobre Direitos do Consumidor. E-mail: messiasesoaresadv@gmail.com

³ Graduada em Direito pela UESPI. Autora do livro: Ensaio e reflexões sobre o Direito. E-mail: aruannacarvalho10@gmail.com

INTRODUÇÃO

O rompimento da Barragem de Fundão despertou o país para a constatação de que quando ocorre uma catástrofe ambiental, os problemas que geralmente surgem são de ordem socioambiental e não se resumem somente aos impactos na natureza, mas precipuamente na vida de terceiros atingidos direta ou indiretamente, e esses, via de regra, demoram anos para serem ressarcidos, quando o são. No caso específico ora em análise, o prejuízo alcançou ribeirinhos, pescadores, agricultores, assentados de reforma agrária, indígenas e ainda resultou na morte de 19 (dezenove) pessoas.

Cidades próximas careceram do fornecimento de água potável, fontes de renda foram destruídas e por ter atingido comunidades negras rurais, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, aflorou-se a discussão sobre a inserção de alguns desastres na classificação de racismo ambiental, como é o caso desses, tendo em vista ter ocasionado a perda de materiais simbólicos, bem como da herança cultural e histórico-patrimonial, o que na visão de Wanderley (2015, p.02) justificaria a ausência de medidas para tentar reverter a situação:

Nesse sentido, a presença de grupos étnicos politicamente minoritários, economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto elemento central na localização das barragens de rejeitos, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas. Essa correspondência pode ser explicada pelas injustiças e indícios de racismo ambiental presentes nos processos de flexibilização do licenciamento ambiental.

Diante dessa conjuntura, o objetivo do trabalho é fazer uma sucinta análise dos mecanismos de ressarcimento do dano ambiental, perpassando pelas suas dificuldades, como a deliberação do *quantum* indenizatório e o alcance dessas indenizações bem como a influência do racismo ambiental dentro dessa problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceituar a responsabilidade civil não é algo de sobremaneira simples na qual até mesmo os próprios juristas não chegam a um denominador comum. Alguns aludem à ideia

de que responsabilidade civil seria a capacidade de responder pelos danos causados, outros relatam que seria uma espécie de ressarcimento pecuniário ou até mesmo num dever de reparar um prejuízo. Entretanto, a verdade é que encontramos um conceito abstrato de reparação do dano que quando aplicado ao caso concreto acaba por resultar em diversas situações e questionamentos, como o que seria dano, se existe fundamento para a culpa, a subordinação do sujeito ao ressarcimento, ou seja, este conceito é mais complexo do que se pode cogitar e sua aplicação ao fato deve perpassar por toda essa nuance.

No entanto é consenso que a responsabilidade civil pressupõe a reparação de um dano, sendo que esse é atribuído a um agente que deve responder com seu patrimônio pelo prejuízo causado. A função de tal reparação é fazer com que a situação possa chegar ao mais próximo possível do *status quo ante*.

Esse instituto é delimitado por Gonçalves (2018, p.19) ao destacar que:

Toda atividade que acarreta prejuízo traz em seu bojo, como fato social o problema da responsabilidade. Destina-se ela a restaurar o equilíbrio moral e patrimonial provocado pelo autor do dano. Exatamente o interesse em restabelecer a harmonia e o equilíbrio violados pelo dano constitui a fonte da responsabilidade civil.

Pereira (2018, pag.28), assim dispõe sobre a responsabilidade civil e a efetiva reparação do dano:

“A responsabilidade civil consiste na efetivação da reparabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma. Reparação e sujeito passivo compõem o binômio da responsabilidade civil, que então se enuncia como o princípio que subordina a reparação à sua incidência na pessoa do causador do dano. Não importa se o fundamento é a culpa, ou se é independente desta. Em qualquer circunstância, onde houver a subordinação de um sujeito passivo à determinação de um dever de ressarcimento, aí estará a responsabilidade civil”.

Sob esse viés, percebe-se que a responsabilidade civil tem como pressuposto a violação de um dever jurídico e o dano oriundo dessa mácula. Vale ressaltar ainda a diferença entre responsabilidade civil e obrigação, sendo o primeiro fruto do descumprimento dessa última.

Além do mais, com o desenvolvimento da teoria da responsabilidade civil e da reparação do dano, especialmente pós Constituição Federal de 1988, verificamos um crescimento satisfatório onde podemos colocar em prática a responsabilidade das pessoas jurídicas também de direito privado, responsabilidade no uso da internet, e responsabilidade com relação ao uso de um meio ambiente equilibrado, este último de suma importância para o presente trabalho.

É imprescindível não olvidar que responsabilidade civil está umbilicadamente ligada à responsabilidade moral, entretanto, no caso daquela encontramos presente a reparação, caso exista dano e seja encontrado o causador dele, a presença do nexo de causalidade entre a ação e o resultado e, é claro, se não estiver fora das causas excludentes de tal ilicitude.

Eis aí outro questionamento de notável importância que é o conceito de dano, consistente em fundamento essencial para a responsabilidade civil. O Código Civil atual conceitua ato ilícito em seu art. 186, como sendo "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Sendo assim, temos que o dano consiste num ato ilícito que poderá ser ressarcido. Conforme ALTERINI (1974, p.124) "o dano ressarcível é aquele que possui certeza, atualidade e subsistência". Outro fator importante no ressarcimento do dano é o seu valor pecuniário, onde independe se é de grande vulto ou não.

Conforme assevera Pereira (2018, p.63)

A importância quantitativa do dano, de resto, é muito relativa. Cifra que para um indivíduo de elevada resistência econômica tem significação mínima, para outro, de minguados recursos, representa valor ponderável. O que orientará a justiça, no tocante ao dever ressarcitório, é a lesão ao direito ou interesse da vítima, e não a sua extensão pecuniária.

Fato é que hodiernamente à atribuição do dano e sua efetiva reparação, consiste na figura indispensável para a responsabilidade civil, igualmente, conforme assevera Pereira (2018), estamos na "era dos danos", onde aumentou o número de danos que devem ser ressarcidos, não apenas patrimoniais, mas também extrapatrimoniais, não

apenas individuais mais também coletivos, difusos e supraindividuais, entrando nessa última categoria o dano ecológico.

Com relação ao dano ecológico encontramos como fator principal a poluição, esta é conceituada como “qualquer modificação das características do meio ambiente, de modo a torná-lo impróprio às formas de vida que ele normalmente abriga” (SILVA 2010, p. 316).

Logo, toda e qualquer alteração no meio ambiente capaz de gerar prejuízo pode ser denominada como poluição. Esta pode ser tanto individual como coletiva. No âmbito individual temos que uma pessoa se acha prejudicada pela poluição realizada por outrem.

O Código Civil ressalva tal direito em seus artigos 1.309 e seguintes:

Art. 1.309. São proibidas construções capazes de poluir, ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço, ou nascente alheia, a elas preexistentes.

Art. 1.310. Não é permitido fazer escavações ou quaisquer obras que tirem ao poço ou à nascente de outrem a água indispensável às suas necessidades normais.

Art. 1.311. Não é permitida a execução de qualquer obra ou serviço suscetível de provocar desmoronamento ou deslocação de terra, ou que comprometa a segurança do prédio vizinho, senão após haverem sido feitas as obras acautelatórias.

Parágrafo único. O proprietário do prédio vizinho tem direito a ressarcimento pelos prejuízos que sofrer, não obstante haverem sido realizadas as obras acautelatórias.

No que tange ao dano coletivo encontramos outro viés devido a sua dimensão. Aliado a esse dano encontramos como causador as diversas grandes indústrias e empresas que em “nome do progresso tecnológico” acaba irresponsavelmente e por falta da fiscalização adequada ocasionando situações danosas graves ao meio ambiente. Entretanto este problema não é de responsabilidade apenas dessas pessoas jurídicas de direito privado como também do Poder público que a contrata para a realização da obra. Deve-se associar a reparação civil das coletividades atingidas a mecanismos jurídicos para a sua defesa e proteção.

Como assevera Alpa (1986, p. 1.113), concernente a esse assunto:

É de se prever, então, que a necessidade social venha a sugerir instrumental técnico judiciário, que se revele apto a suprir o que já é uma exigência ou imposição dos problemas suscitados pelo dano ecológico, e a necessidade de reparação satisfatória. Recorre-se às regras da responsabilidade civil para salvaguardar o patrimônio ecológico das

depredações provocadas pelo exercício de atividades nocivas das empresas.

O escopo da responsabilidade civil não se resume à reparação do dano, mas também punir, educar e prevenir. Existe em seu bojo uma forte medida de repreensão social, a qual o ofensor é impelido a respeitar os direitos dos demais dentro da sociedade.

Porém, a questão se torna mais complicada quando se trata da reparação de danos ambientais, tendo em vista a dificuldade de se retornar o meio ambiente ao estado anterior ao dano, bem como de se estabelecer um valor suficientemente justo para tal.

No que tange a legislação aplicada, cabe ressaltar que a Carta Magna em seu artigo 225, § 3º prevê a tríplice responsabilidade do poluidor, seja ela pessoa física ou jurídica, além de disciplinar as demais matérias sobre o meio ambiente, senão vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (grifo nosso).

O direito ao meio ambiente é um dos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos a todos, sendo um dever resguardá-lo para as próximas gerações. A proteção direcionada ao meio ambiente não pode ser apenas programática, sob pena de não ser eficaz.

A teoria adotada pelo constituinte originário foi a do conservacionismo que nas palavras de Oliveira (2007, p.38), seria:

Uma corrente que permite a interferência do homem na natureza e o uso e consumo racional dos recursos naturais – em oposição à doutrina radical preservacionista, uma onda do movimento ambientalista que pretendia a preservação irrestrita dos recursos naturais.

Assim, é permitido que se utilize dos recursos naturais, mas desde que de forma controlada, racional e proporcional com vistas ao desenvolvimento sustentável que garanta recursos não apenas para o presente, mas também para o futuro.

Tendo em vista a gravidade do dano ambiental a responsabilidade se dá no âmbito criminal, administrativo e também civil. A teoria adotada para a responsabilidade civil de cunho ambiental é objetiva, que é aquela que prescinde de dolo ou culpa, conforme se depreende do art. 14, §1º da Lei nº 6.938, *in verbis*:

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (BRASIL, 1981).

No tocante ao dano ambiental, aplica-se a teoria do risco integral que aponta que a atividade exercida por quem causou o dano por si só já justifica não aceitando qualquer tipo de excludente de responsabilidade.

De acordo com a lição de Almeida (2018, p.52):

Por esta teoria, o agente potencialmente poluidor assume todos os riscos da atividade em gerar danos ao meio ambiente e não poderá lançar mão dos institutos de excludentes de responsabilidade tais quais a culpa exclusiva da vítima, fatos de terceiros e força maior.

Além de todas as celeumas aqui postas, uma tem recebido a atenção dos estudiosos do tema, qual seja o *quantum* indenizatório e se os mecanismos para reparação dos danos são eficientes.

O arbitramento do *quantum* indenizatório é de suma importância para a justiça dos casos concretos postos à análise do Poder Judiciário. Por ser o escopo dessa indenização antes do caráter reparador, o educativo, o valor deve ser de tal monta que desmotive o agente a reincidir no cometimento do dano, mas essa não é uma tarefa fácil.

Para Fiorillo (2013, p.66):

De fato, a maior dificuldade encontra-se em razão da ausência de parâmetros legais e até mesmo doutrinários, mas ainda assim é possível que se apresentem alguns critérios que devem ser levados em consideração no momento da estipulação do *quantum debeat*, como as circunstâncias do fato, a gravidade da perturbação (intensidade leve, moderada ou severa; tamanho da área afetada; duração da agressão; tempo de recuperação da área afetada) e condição econômica do poluidor.

Sob esse viés, cabe a distinção entre o dano à moral e o dano com efeitos morais, sendo o primeiro relacionado aos direitos da personalidade e a sua exteriorização, logo, trata-se de um bem juridicamente protegido. Já no que tange ao dano com efeitos morais, tem-se a consequência do dano ou os seus efeitos.

Assim, no que tange ao dano ambiental, para alguns doutrinadores como o citado acima, caberia tanto o dano material quanto o moral. Ocorre que no Brasil não raro se burlam leis ambientais sem qualquer resquício de responsabilidade, ou quando ocorre um dano de grandes proporções ambientais e conseqüentemente irreparável sob o ponto de vista de se retornar o meio ambiente à situação anterior, o valor arbitrado é ínfimo, o que desperta nos cidadãos uma sensação de impunidade e desvalorização dos bens naturais.

Exemplo disso foi o desastre ocorrido em Minas Gerais, mais especificamente em Mariana, em 5 (cinco) de novembro do ano de 2015. Ocasão em que uma barragem, conhecida como Barragem de Fundão, rompeu ocasionando o maior impacto ambiental já experimentado no Brasil.

Em 5 de novembro de 2015, 34 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro jorraram do complexo de mineração operado pela Samarco e percorreram 55 km do rio Gualaxo do Norte e outros 22 km do rio do Carmo até desagüarem no rio Doce. No total, a lama percorreu 663 km até encontrar o mar, no município de Regência (ES).¹

As conseqüências desse desastre foram nefastas e vitimou mortalmente 19 (dezenove) pessoas, desalojou centenas e atingiram muitos outros municípios próximos à barragem, além da destruição total de plantações, pastagens, rios, 26 (vinte e seis) espécies que viviam no Rio Doce, córregos e chegou a atingir o mar após os 62 (sessenta e dois) milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração percorrerem mais de 600 km (quilômetros) e causou um grave problema de desabastecimento de água potável na região.

Após 3 (três) anos do acontecido ainda não foi possível mensurar os prejuízos, mas apesar dos números da tragédia serem grandiosos, o da indenização é ínfimo.

¹ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41873660>. Acesso em: 12/09/2018.

O número de vítimas indiretas nunca foi devidamente calculado. A Samarco, responsável pela barragem e suas controladoras Vale e BHP Billiton, alegam não ter responsabilidade por se tratar de um acidente, apesar do Ministério Público afirmar que eles detinham a informação de que a barragem corria o risco de romper, e, mesmo assim, negligenciaram.

Sobre o processo criminal:

Em 18 de novembro de 2016, a Samarco, suas controladoras Vale e BHP Billiton e a VogBr, além de 22 pessoas, se tornaram rés em um processo criminal que investiga as 19 mortes como homicídio. Este processo foi suspenso em julho de 2017, após dois dos réus alegarem ilegalidade no período autorizado para a quebra do sigilo telefônico. Em 13 de novembro de 2017, o processo foi retomado após a Justiça determinar que não havia base para anular o processo. Não há prazo para o julgamento.

Ainda dentro dessa temática percebe-se que grande parcela da população atingida é oriunda de comunidades negras rurais que além de perderem seu meio de subsistência, tanto viram ser levados pela lama sua história e suas referências culturais.

Conforme explana, Santos (1999, p.05):

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado – aqui denominado ‘real’ – já não é um sonho, mas um pesadelo.

Os julgamentos que envolvem esse desastre se arrastam, enquanto muito pouco é efetivamente realizado principalmente no que diz respeito à ajuda às vítimas:

A Samarco afirmou que a denúncia do Ministério Público Federal desconsiderou as defesas e os depoimentos dados logo após o rompimento, que comprovam que a empresa não tinha conhecimento prévio dos riscos à estrutura.

A Vale disse que é acionista e não controladora da Samarco e, portanto, nunca teve participação na gestão operacional da barragem de Fundão. A mineradora afirmou ainda que nunca teve conhecimento de qualquer risco na estrutura e que confia que a Justiça vai reconhecer a inocência da empresa e de seus executivos.

A BHP Billinton repudiou as acusações contra a empresa e seus executivos. A mineradora disse ter convicção na comprovação da inocência da empresa e de seus funcionários no processo¹.

Já o processo ambiental no valor de R\$155 bilhões, segue para a sua quinta tentativa de acordo. A ação civil pública que totaliza R\$ 20 bilhões teve o prazo do pagamento da sua primeira parcela prorrogado. A maioria das famílias atingidas ainda aguardam ajuda emergencial, o Termo de Ajustamento de Conduta segue sendo adiado, enquanto as vítimas ainda não tiveram suas vidas restituídas.

O que se quer chamar atenção aqui é para o fato de que o próprio local escolhido para a exploração e instalação é habitado em sua maioria por comunidades negras, que por sua vez, têm menos espaço de fala quando os desastres acontecem ou quando se percebe que o trabalho de fiscalização ambiental está ocorrendo de forma desidiosa.

Para Pacheco (2007, p.53):

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto "racial", não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.

Assim, percebe-se que o racismo ambiental se dá desde o momento da escolha do local para exploração de recursos naturais, até o ressarcimento pelos danos causados.

Entretanto, conforme o art. 5º, caput da Constituição da República Federativa do Brasil, encontramos o postulado da igualdade, que assim está disposto:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...).

¹Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>. Acesso em: 12/09/2018.

Ou seja, parte-se da premissa de que todos devem ser tratados de forma isonômica, sem nenhuma distinção quanto a aspecto algum, apesar disso quando estamos nos referindo ao racismo e especificadamente ao racismo ambiental, verificamos que este direito fundamental é negligenciado.

Antes de tudo, é imprescindível saber de onde surgiu o termo "Racismo Ambiental", pois é compreendendo sua etiologia que será possível a verificação dos seus pressupostos e de como ele ocorre no plano concreto.

Alier (2007) afirma que foi na década de 80, Estado Carolina do Norte, na cidade de Warren Couty que surgiu o termo racismo ambiental, advindo do movimento da população contra a instalação de um aterro que continha policlorobifenilos.

Nesta localidade existiam cerca de 16 mil habitantes, sendo 60% afro-americanos que viviam abaixo da linha da pobreza. Posteriormente, descobriu-se mais de quatro aterros contendo resíduos tóxicos justamente em regiões onde a população era eminentemente afro-americana ou latina e de baixa renda nos EUA.

Dessa forma, ficou clara que a intenção de colocar os aterros nessas localidades tinha por base o perfil de quem residia nestas regiões, ou seja, realizando um verdadeiro racismo ambiental.

Herculano¹ (2006, p.12) ressalta que o racismo ambiental está vinculado com as injustiças ambientais e sociais, tratando de maneira desigual grupos que são vulneráveis e depositando neles os riscos e malefícios ambientais.

"O crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos" (ALIER 2007, p. 33). Uma corrente que relaciona o racismo com a injustiça ambiental, denominada pelo autor como ecologismo dos pobres ou ecologismo popular ou ainda movimento por justiça ambiental, assim dispendo:

Assim, para o autor supratranscrito, os impactos em nome do progresso de políticas econômicas e tecnológicas causam repercussões negativas ao meio ambiente uma vez que

¹ Disponível em:

http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf. Acesso em 10 out. 2018.

acabam por atingir grupos sociais selecionados e específicos, aumentando o número de pessoas que buscam por uma justiça social e ambiental.

Ao esclarecer a questão da injustiça ambiental, Fensterseifert (2008, p. 104) assim dispõe:

Revela-se de diversas formas, mas, assim como a "injustiça social", afeta de forma mais intensa os cidadãos mais desfavorecidos economicamente, os quais possuem um acesso mais restrito aos serviços públicos essenciais (água, saneamento, básico, educação, saúde, etc.), bem como dispõem de um acesso muito mais limitado à informação de natureza ambiental, o que acaba por comprimir a sua autonomia e liberdade de escolha, impedindo que evitem determinados riscos ambientais por absoluta (ou mesmo parcial) falta de informação e conhecimento.

Ademais, estamos vivendo uma era de crise ecológica, onde o homem não está utilizando o meio ambiente de forma sustentável e os riscos estão sendo direcionados para os grupos marginalizados e que são deixados a par da sociedade, selecionados pela etnia, grau de pobreza e onde vivem, realizando uma verdadeira estigmatização racial-ambiental.

A partir disso, é possível chegar à conclusão de que geralmente os riscos ambientais se constituem em locais povoados por minorias hipossuficientes, o que faz com que passe despercebido fiscalizações inapropriadas e ressarcimentos irrisórios por danos incalculáveis, assim como a não adoção de medidas preventivas.

CONCLUSÃO

Dessa forma, percebe-se que o racismo ambiental determina tanto o local de exploração ambiental, por ser mais fácil conseguir mão de obra barata e pressionar pessoas com maiores necessidades financeiras a se submeterem a baixos salários, condições de trabalho sem os cuidados de proteção adequados, dentre outros fatores.

No desastre de Mariana, a demora dos julgamentos e os inúmeros acordos que só beneficiam a Samarco, comprovam a invisibilidade da situação das vítimas. A lama não levou só bens materiais, mas a qualidade de vida, a história e a dignidade de quem foi atingido e que ainda amarga pela morosidade do Poder Judiciário, pelas justificativas incabíveis dos responsáveis e da falta de assistência que se manifestou desde antes da tragédia ocorrer, visto se tratar de uma tragédia anunciada pela falta de manutenção e fiscalização adequada.

Tem-se então que na responsabilização por dano ambiental é necessário que se aprofunde a discussão do racismo ambiental para que as indenizações levem em consideração a hipossuficiência das vítimas e ainda, no caso específico da Barragem de Fundão, que aos processos seja dada a devida urgência e atenção, visto já ter se passado 3 (três) anos do ocorrido sem que às famílias tenha sido dada a oportunidade de se recuperarem.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Maria Pilar Prazeres de. **O dano moral ambiental coletivo**. 1.ed. - Florianópolis: *Tirant lo Blanch*, 2018.

ALPA, Guido. La responsabilité civile in Italie: problèmes et perspectives. In: *Revue internationale de droit comparé*. Paris: RIE, 1986. p. 1.113.

ALTERINI, Atilio Anibal. *Responsabilidad civil*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1974. n. 147, p. 124.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

FENSTERSEIFERT, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 13ª ed. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2018.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado ao I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf. Acesso em: 10 out.2018.

MOTA, Camila Veras (enviada especial da BBC Brasil a Mariana (MG)). **Apos dois anos, impacto ambiental do desastre em Mariana ainda não é totalmente conhecido**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41873660>. Acesso em: 12/09/2018.

OLIVEIRA, William Figueiredo de. **Dano Moral Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor. Development in Practice. v.18. n.6. 2007. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869. Acesso em 12 nov. 2018.

PAES, Cintia. **Processos e acordos marcam 30 meses do desastre da barragem de Mariana**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>. Acesso em: Acesso em 12 nov. 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil. 12 ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SANTOS, Milton. **O chão contra o cifrão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev.1999. Caderno Mais, p.5.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 8ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica**. Relatório preliminar. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), UERJ: 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 13/09/2018.

17

A MONITORIA EM DISCIPLINAS DE CÁLCULO PARA REDUÇÃO NOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIAS NOS CURSOS DE ENGENHARIA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO SUPERIOR¹

Danilo Teixeira Mascarenhas de Andrade²
Edvan Carneiro Almeida³
Luiz do Monte Torres Filho⁴
Paulo Vitor de Sá Nery⁵
Rodrigo Pereira de Oliveira⁶
Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)⁷
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho traz como discussão um problema que é inerente a todos os cursos que têm o cálculo como disciplina norteadora e base para a grande parte das outras disciplinas da grade curricular. Neste caso, foca-se os cursos de Engenharia, que possuem muitos cálculos e quando o professor não faz a ligação do assunto estudado com o que ele vai usar na prática, o aluno perde o interesse, considerando inclusive, as dificuldades matemáticas que carrega desde a educação básica. Assim, tem-se como objetivo, analisar a relevância da monitoria em disciplinas de cálculo para redução nos índices de reprovação e desistências nos cursos de engenharia. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, a luz de leituras, como: André (2005), Boulos (1999), Conde (2005), Fernandes (2005), Fernandes Filho (2001), Fragelli (2015), entre outros. A

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Engenharia Civil (UFPI). Mestre em Engenharia de Materiais (IFPI). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: danilotma@msn.com

³ Bacharel em Engenharia Elétrica (UFC). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: edvan-carneiro@uol.com.br

⁴ Licenciado em Matemática (UESPI). Pós-graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: luizvascaino@yahoo.com.br

⁵ Bacharel em Engenharia Civil (UNIFSA) e Bacharel em Ciências Contábeis (UESPI). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: pvitor_95@hotmail.com

⁶ Bacharel em Engenharia Elétrica (UESPI). Pós-graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: rpoliveira32@gmail.com

⁷ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

análise revela que nos cursos de Engenharia, geralmente encontram-se muitos alunos ainda imaturos e com deficiências trazidas do ensino básico, junto com alunos que ingressam no ensino superior depois de muito tempo longe da escola, que sustentam famílias e trabalham o dia inteiro. Como solução para o problema aponta-se para a importância do monitor, não como "secretário" do professor em sala de aula, e também não como se faz, muitas vezes, nas disciplinas de cálculo, como mero "ensinador" de questões para os mais atrasados. Propõe-se um monitor que avalia a metodologia do professor e traz uma resposta da turma sobre o nível de aprendizado sobre determinado assunto.

Palavras-Chave: Monitoria, Aprendizagem de cálculos, Aprovação e desistência.

INTRODUÇÃO

Em qualquer curso de graduação e, em particular, os cursos de Bacharelado em Engenharia (Civil, Elétrica, de Produção, de Agrimensura etc.), as disciplinas voltadas para os conhecimentos de Matemática são as mais repelidas pelos alunos. Essa percepção é tida logo nos primeiros contatos do aluno com os métodos de ensino do nível superior, quando o professor, na maioria das vezes, acredita que o aluno tem uma bagagem de conhecimentos bem desenvolvidos nos níveis anteriores (Ensino Médio) e, portanto, supõe que o estudante tenha uma desenvoltura positiva com o conteúdo estudado e goste da disciplina do curso que escolheu estudar.

Entretanto, o que acontece com a maioria dos alunos, é que essa maturidade e domínio de conteúdos matemáticos não acontecem ao mesmo tempo, e, às vezes, é necessário um incentivo para que o discente desperte para as descobertas que o ato de estudar lhe proporciona.

Durante muito tempo, ao se deparar com alunos desse tipo no ensino superior, o mais comum era reprová-lo várias vezes, até perceber que, o aluno, de maneira forçada, não tinha outra saída, a não ser estudar aquele conteúdo – que tem dificuldade e até considera sem sentido – para poder avançar para os outros semestres do curso; ou em outros casos, como ainda hoje ocorre, o aluno simplesmente desiste do curso e procura outro, onde não precise cursar muitas disciplinas com necessidade do conhecimento de Matemática.

Atualmente, uma alternativa possível é o uso dos monitores para essas disciplinas de cálculo, quando são requisitados pelos professores e quando a instituição disponibiliza

para auxílio na aprendizagem. No entanto, na maioria das vezes, fica restrito a ajudar os alunos a responder listas de exercícios colocadas pelo professor para reforçar o conteúdo ministrado em sala de aula, algo que também não desperta a maturidade do aluno recém colocado no curso superior.

Desse modo, no presente trabalho discute-se sobre algumas soluções para os problemas de aprendizagem apontados, enumerando as possíveis causas e trazendo uma metodologia que pode beneficiar os principais prejudicados pela situação descrita, focando no monitor, como figura essencial da integração do professor com os alunos, mostrando a sua importância e aplicações.

A MONITORIA COMO MÉTODO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Quando se discute sobre o papel da monitoria no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com Lesage (1999), existem dois métodos de ensino aprendizagem, que são antecedentes ao surgimento do método monitorial, que surge no final do século XVIII.

O primeiro, o método de ensino individual, o professor orientava individualmente cada estudante. Após essa orientação, o aluno iria para seu local de estudo, a fim de desenvolver sua atividade, conforme das orientações dadas pelo professor. A desvantagem desse método era a quantidade muito pequena de estudante que podiam ser orientados por um único professor, além da possibilidade de atos de indisciplina por parte do estudante que já foram orientados, pois ao retornar para o seu lugar, eles decidiam se fariam quando fariam a atividade. O segundo, o método de ensino simultâneo, que veio para alcançar uma maior quantidade de estudantes, cerca de cinquenta a sessenta, orientados de uma só vez à cerca das atividades a serem desenvolvidas (LESAGE, 1999).

Já o método monitorial, ainda segundo Lesage (1999), foca na mediação da relação professor com seus alunos, através de alunos monitores, vistos como capazes de ensinar. Este método é também conhecido como Bell-Lancaster.

Esse nome remete a Andrew Bell (1753-1832), ministro da igreja anglicana e diretor de uma escola para meninos órfãos da guerra, em Madras, na Índia. Segundo Conde (2005), a partir de 1789, Bell inicia um novo método de ensino nas escolas locais, passou a utilizar

nas suas aulas, a escrita sobre pequenos montes de areia. Sendo criticado por sua equipe e pela falta de apoio, começou a utilizar crianças monitoras, que ensinavam, com a ajuda da areia, umas às outras.

Conde (2005) ainda aponta que a escola dirigida por Bell sofria de uma grande restrição orçamentaria. Não há como saber se essa restrição foi a ignição para o desenvolvimento do método criado por ele ou se a tradição, das escolas locais, de escrever em montes de areia, lhe ajudou a adotar tal método ou a falta de apoio de sua equipe. O que se pode perceber é que sua competência pedagógica é capaz de tornar o que é desfavorável, em algo bastante favorável nas suas práticas pedagógicas, favorecendo a aprendizagem, como se analisa neste estudo, ao discorrer sobre as dificuldades que alunos de cursos de Engenharia enfrentam nas disciplinas de cálculo, por terem dificuldades matemáticas, que muitas vezes, levam a altos índices de reprovação e desistências.

CAUSAS DE REPROVAÇÃO NOS CURSOS DE ENGENHARIA

O mau desempenho escolar é proveniente de diversas variáveis e pode ser observado a partir de diferentes perspectivas, sendo elas, oriundas das políticas educacionais e dos aspectos sociais dos estudantes e do meio em que a Instituição de Ensino Superior (IES) se insere. Tal fracasso, tem sido relacionado aos altos índices de reprovação e evasão nas escolas, englobando todos os níveis de ensino no país. No que tange às práticas pedagógicas e aos projetos político-pedagógicos das secretarias de educação e das escolas, o fracasso escolar tem sido justificado, especialmente, através das práticas avaliativas, que reforçam as diferenças entre as classes sociais, privilegiando aquelas que têm sua cultura identificada com os currículos escolares (FERNANDES, 2005).

A partir de tal problemática, um fator que se destaca como preocupante é a aprovação compulsória – também chamada de aprovação automática – de alunos, que não possuem as habilidades necessárias, mas, para minimizar o impacto dos altos índices de reprovação no ensino básico, são promovidos para as séries seguintes. Com isso, as dificuldades enfrentadas no ensino básico têm sido levadas para o ensino superior, quando os alunos apresentam sérias dificuldades básicas, sobretudo em disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática. Isso ocorre de tal forma, que as IES têm sido obrigadas a aceitar

alunos com baixo desempenho em avaliações de entrada no ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No ensino superior, tal conduta de aprovação é inadmissível, tendo em vista, que se trata de uma formação humana e profissional, onde o aluno deverá sair apto a desenvolver suas competências profissionais, atendendo as questões éticas e técnicas profissionais, além das avaliações rigorosas, as quais as IES são submetidas. O maior problema é que, há um grande impacto nesses alunos ao chegarem no ensino superior, principalmente em cursos que demandam uma excelente formação básica nas áreas de exatas, como as Engenharias, a Matemática e a Física. Para solucionar tal problema, diferentes políticas e condutas têm sido adotadas por diversas redes de ensino, na tentativa de superação do fracasso e da capacitação dos alunos para prosseguir no curso de graduação (FERNANDES FILHO, 2001).

Nos cursos de Engenharia, há um fato que eleva o número de reprovações, que é a baixa na valorização da profissão, muito valorizada principalmente no passado, mas, atualmente foi reduzida, devido ao grande endividamento dos setores públicos e ao período de recessão que o país enfrenta. Atualmente, o baixo salário do Engenheiro e as poucas vagas de emprego fazem com que os candidatos ao vestibular procurem outras áreas para atuar, contribuindo assim, para diminuir a relação de candidatos por vaga no vestibular, o que ocasiona a diminuição da qualidade dos ingressantes e aumenta o desafio a ser enfrentado pelas IES, no que se diz respeito a elevar o nível de desenvolvimento cognitivo desses ingressantes no curso (FERNANDES FILHO, 2001).

Outro fator que pode ser relacionado com o índice de reprovação é ao perfil dos alunos. A maioria os ingressantes ou são cada vez mais jovens, a partir de 15 anos, e por isso, não fez outro curso superior, devido à baixa faixa etária; ou são adultos, que passaram algum tempo sem estudar e estão retornando aos estudos diretamente em um curso superior. A partir de tal perspectiva, ou os alunos são muito jovens ou estão sem o hábito de estudar.

Aliando tais fatores com o baixo nível do ensino básico em geral, existem os problemas sociais enfrentados, que levam os acadêmicos a trabalharem em uma carga horária de 40 horas semanais, portanto, acordam cedo e trabalham o dia todo e a noite estudam, de segunda a sexta e também têm aulas aos sábados, assim, resta pouco tempo

para dividir entre estudo e lazer, acarretando assim, em pouco tempo de prática para os exercícios (FERNANDES FILHO, 2001). Neste casos, em especial, necessita-se de uma intervenção pedagógica às dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos de Engenharia, como se discute a seguir

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: TÉCNICAS UTILIZADAS NO ENSINO SUPERIOR EM DISCIPLINAS DE CÁLCULO

A base para uma intervenção pedagógica nas deficiências em conteúdos matemáticos é a identificação do problema. Isso serve como princípio diagnóstico das condições de aprendizagem no ensino superior. Partindo dos dados encontrados, deve-se fazer um levantamento dos conteúdos a serem reforçados para que o aluno possa dar início ao estudo do cálculo de uma maneira mais consistente (BOULOS, 1999).

De acordo com Boulos (1999), o método de intervenção adequado é aquele baseado no ensino e aprendizagem, por meio de realização de atividades durante as aulas e também atividades extraclasse, sempre buscando desenvolver as habilidades já conhecidas pelos alunos, como também, desenvolver novas habilidades, por meio da realização de trabalhos individuais como também trabalhos em grupos com no máximo cinco componentes.

As atividades que serão realizadas em sala de aula, como também, as realizadas extraclasse servem como avaliação no ensino e aprendizagem para ter um real acompanhamento da evolução do aluno. Somente após suprida essas deficiências encontradas nos experimentos realizados é que os discentes serão introduzidos ao estudo do cálculo matemático. Isso fará com que o conteúdo possa ser aplicado de forma mais aprofundada e em ampla consistência (BOULOS, 1999).

Diante das dificuldades matemáticas dos alunos, estudiosos afirmam que é crucial trabalhar a disciplina fazendo um paralelo entre a teoria e a prática. Daí a importância de trabalhar os conteúdos através de estudo de caso, os quais possibilitam que sejam apresentados problemas que os discentes irão encontrar na vida profissional. Com esses estudos de caso, o discente terá a oportunidade de ver como é importante o conteúdo

ministrado pelo professor e como será de suma importância esse aprendizado para a vida profissional do discente (ANDRÉ, 2005).

Caberá ao professor estimular ao discentes a encontrar aplicações para o conteúdo. Desse modo, o discente irá transformar o abstrato em um conhecimento concreto e, ao final da disciplina, deverá dominar o conteúdo de cálculo aplicado pelo professor. Nesse percurso de aprendizagem, o monitor poderá fazer pesquisa de campo com os discentes, para que o conteúdo seja trabalhado de forma mais concreta (ANDRÉ, 2005).

Outras metodologias utilizadas em sala de aula se baseiam em aprendizagem colaborativa, onde os alunos tentam aprender algo juntos e ainda desperta o olhar frente às dificuldades do colega. O método 300, por exemplo, é baseado em aprendizagem ativa e colaborativa, que é utilizada para aumento do rendimento dos alunos nas avaliações, através da possibilidade de fazer duas avaliações e ser considerada a maior nota (FRAGELLI, 2015).

Ainda de acordo com Fragelli (2015), a colaboração entre os estudantes ocorre nos grupos de estudos formados por alunos com bom rendimento e rendimento insatisfatório, além da nomeação de um monitor, que será responsável por sanar as dúvidas dos colegas referentes a disciplina e elaborar duas avaliações, que serão aplicadas aos colegas de rendimento insatisfatório, para torná-los aptos a realizar uma nova avaliação, cujo resultado poderá substituir sua nota anterior, caso seja superior a esta.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou constatar que o fracasso nas disciplinas de cálculo nos cursos de Engenharia tem sido relacionado aos altos índices de reprovação e evasão na escola básica, devido às práticas avaliativas existentes levarem a aprovação compulsória dos alunos, assim as dificuldades enfrentadas no ensino básico têm sido transmitidas ao ensino superior, atreladas a baixa na valorização da profissão, ao ingresso de estudantes cada vez mais jovens ou mesmo adultos que passaram algum tempo sem estudar.

Tendo em vista as dificuldades dos alunos ingressantes no ensino superior, o docente deverá buscar diagnosticar as deficiências em relação aos conteúdos necessários

para o estudo do cálculo matemático e saná-las, para facilitar o trabalho realizado pelo monitor, devido às dificuldades em desempenhar o papel de transmissor do conteúdo.

Deste modo, é fundamental a adesão a novos conceitos e propostas de ensino e aprendizagem, com foco nos alunos que ingressaram no curso superior com deficiências em conteúdos base, e assim estimular uma aprendizagem colaborativa para os alunos tentarem aprender algo juntos e ainda desperta o olhar frente as dificuldades do colega.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.

BOULOS, P. **Pré-cálculo**. Vol 1 Makron Books: São Paulo, 1999.

CONDE, Maria Teresa Barros. O modo de ensino mútuo na formação dos mestres das primeiras letras: uma experiência pedagógica no Portugal Oitocentista. **Revista Lusófona de Educação**. 2005, n. 6, 117-137.

FERNANDES, C. O fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. In: **Anais da 28ª Reunião da ANPEd**, 2005, Caxambu, p. 01-17.

FERNANDES FILHO, Orlando Prado. O desenvolvimento cognitivo e a reprovação no curso de engenharia. In: XXIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, **Anais...** Porto Alegre. 2001. p. 15-22.

FRAGELLI, R. R. Trezentos: aprendizagem ativa e colaborativa como uma alternativa ao problema da ansiedade em provas. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 2, p. 860-72, abr. 2015.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, pp. 9-24.

18

OS BANCOS COMUNITÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA REGIÃO NORDESTE DO PAÍS¹

Kátia Brasil Calixto Brasil²
Silvana Maria Soares Ramos³



RESUMO

No Brasil, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais, em consequência surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) tendo como objetivo diminuir os efeitos da exclusão social por meio da inclusão financeira. Alguns municípios brasileiros optaram pela implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que se enquadram como sendo um tipo específico de instituição de microcrédito solidário, pois trabalha com moedas sociais, crédito para a produção e empréstimos com juros subsidiados com a finalidade do desenvolvimento local a partir do fomento dos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade. Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico territorial local por meio da concessão do microcrédito. Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BCDs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil. Constatou-se que os BCDs possuem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico nos territórios onde atuam.

Palavras-Chave: finanças solidárias, inclusão financeira, desenvolvimento socioeconômico.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração (CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, katiabrasil.adm@hotmail.com.

³ Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração (CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, silvanamsr@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo brasileiro, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais e às Instituições de Microfinanças (IMFs) voltadas para a comunidade. Tendo como objetivo diminuir os efeitos da exclusão social ao mesmo tempo poder proporcionar uma inclusão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), considerados empreendimentos de economia solidária, vêm sendo implantados no Brasil desde a década de 90. A primeira experiência, o Banco Palmas cujo objetivo era melhorar as condições de vida dos moradores do conjunto Palmeiras, marcado pela exclusão social (NETO SEGUNDO, 2010).

Segundo França Filho et al (2009), um Banco Comunitário por ser uma iniciativa com princípios de organização popular e solidária, possui uma relação direta com o desenvolvimento local a partir do fomento aos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade, atuando tanto no lado social (associativismo, estímulo às práticas da economia solidária e integração das pessoas através do convívio social) quanto no lado econômico (abertura/expansão de empreendimentos próprios, geração de renda, circulação da moeda circulante social). Corroborando com o autor, A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2007, p.11), definiu que [...] os BCDs são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico territorial local por meio da concessão do microcrédito; e especificamente: mapear os bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil; verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico territorial local; construir a contextualização teórica do assunto.

Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BDCs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

A maneira como um Banco Comunitário de Desenvolvimento operacionaliza sua política de concessão de microcrédito na comunidade na qual está inserido tem relação direta com o desenvolvimento socioeconômico local, tanto das pessoas como do lugar. Tendo em vista os BCDs serem classificados como Instituições de Microfinanças, cujo objetivo entre outros, é oportunizar o acesso ao crédito aos excluídos pelo sistema financeiro tradicional, essas instituições são implantadas em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O que se pode concluir é que essas Instituições de Microfinanças são importantes enquanto políticas públicas de concessão de microcrédito, porque proporcionam o acesso de pessoas que muitas vezes estão marginalizadas economicamente e que são potenciais empreendedores de pequenos negócios locais.

A pesquisa fundamentou-se no pressuposto de que a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. Optou-se pela pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem que oferece as condições mais apropriadas para aproximação do objeto de pesquisa, combinando o uso de fontes documentais e bibliográficas. O presente trabalho teve sua construção a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018;), dissertações (BANDEIRA, 2016), teses (RIGO, 2015) e periódicos (CARVALHO, 2013) que tratam a respeito do assunto e a partir daí foi desenvolvida em etapas: realizou-se levantamento bibliográfico do conteúdo de sustentação teórica sobre Bancos Comunitários e o desenvolvimento socioeconômico local preliminar e leitura dos respectivos materiais selecionando os de maior aplicabilidade; parametrizou-se os principais elementos da relação teórica coletada a fim de poder evidenciar o pressuposto, responder ao questionamento norteador e atingir aos objetivos predefinidos na análise dos dados considerando à análise da relação proposta. Após essas etapas, a pesquisa foi finalizada apresentando os resultados a que se propôs.

Como forma de dar suporte e embasamento às análises que foram utilizados os estudos teóricos de Morduch (1999,), que retrata o papel das Instituições de Microfinanças (IMFs); Yunus (2007, 2010, 2011), que defende a importância do microcrédito como

ferramenta de desenvolvimento socioeconômico local; França Filho (2007), que explica como os BCDs desenvolvem suas políticas de atuação baseadas nos princípios da economia solidária objetivando favorecer o bem estar humano e social; e França Filho e Silva Junior (2009), que evidenciam a proposta dos BCDs no fortalecimento das economias locais com a interação entre demanda e oferta em um processo conjunto realizado com os moradores da localidade observando as necessidades reais dos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente a Rede Brasileira é formada por 103 (cento e três) Bancos Comunitários no Brasil, sendo a região nordeste possui os seguintes quantitativos: Bahia com 09; Sergipe 01; Paraíba 02; Rio Grande do Norte 01; Piauí 02; Maranhão 01; e Ceará 36, totalizando 52 BCDs em funcionamento (REDE, 2018). Observa-se que o Estado do Ceará por ter o Banco Palmas como o condutor inicial desse processo de implantação e funcionamento de BCDs, de certa maneira instiga outros municípios a também fomentarem essa iniciativa em relação a IMFs. Esse levantamento evidencia o nosso primeiro objetivo que trata do mapeamento dos bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil, apesar de atualmente haver a implantação de novos BCDs que por estarem em fase inicial ainda não foram oficialmente contabilizados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Por haver um sentimento nos indivíduos em relação a partilhar uma mesma visão de mundo, com valores próximos, com mesma linguagem e o sentimento de pertencimento, a criação dos bancos comunitários na região nordeste foi importante. Os vários estudos mostram que a reciprocidade é central nas relações sociais (SABOURIN, OLIVEIRA, DUQUE, 2005)

Como segundo objetivo, foi proposto verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico territorial local. De acordo com dados da seção Regional do Jornal Diário do Nordeste (2013), em todo o Ceará existem 37 moedas circulando e destas, 31 no interior, fomentando o empreendedorismo. Em Timbaúbas, distrito de Juazeiro do Norte (CE), o banco de desenvolvimento comunitário beneficia 13 mil pessoas de uma comunidade de pessoas pobres e que anteriormente não possuíam acesso ao microcrédito. O Programa Nacional de Desenvolvimento (PNUD) das Nações

Unidas (ONU) e a Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), são parceiras do programa de desenvolvimento social local. "O nosso objetivo é trabalhar com organizações não governamentais de certificação nacional e internacional para apoiar os nossos projetos", frisou Pedro Henrique Alcino, coordenador responsável. Ainda de acordo com a reportagem é comprovada a importância social e econômica dos bancos solidários onde eles se instalam.

O Banco Palmas atualmente possui 14 mil clientes, contribuindo para a geração de 3.500, postos de trabalho gerados no bairro. Cerca de cinco mil pessoas beneficiadas por treinamento e quatro mil oportunidades no mercado de trabalho. De 15 mil assistidos, quase nove mil são mulheres beneficiadas com o Programa Bolsa Família (MELO NERI, 2008). Note-se aqui que os números revelam a importância socioeconômica do banco para um bairro de periferia de Fortaleza, com um nível de exclusão muito alto.

O Banco dos Cocais, implantado na cidade de São João do Arraial (PI), faz circular 25 milhões em cocais (moeda social), o que equivale a mesma quantia em real. O Banco de Cocais estimula a economia solidária e faz com que o dinheiro no município circule através de investimento feito pela instituição nos setores produtivos, especialmente com a liberação de microcrédito para a promoção de pequenos negócios. Além disso, a instituição arrecada dinheiro da receita da prefeitura para o Fundo Municipal de Apoio a Economia Solidária, que é usado como microcrédito (COSTA, 2015).

O Estado da Bahia possui atualmente 09 BCDs e o que se tem observado é o trabalho social que é desenvolvido pelo banco cuja preocupação perpassa pelo ser humano e sua autoestima. De acordo com Adriana Bonfim, a busca pelas pessoas que são excluídas da sociedade em termos de concessão de microcrédito é fundamental e o BCDs proporcionam essa inclusão na sociedade. Desde 2008 o Banco Comunitário Ilhamar (BA) já realizou mais de 700 empréstimos a comunidade e isto gerou um montante de R\$100.000,00 liberados para empréstimo dentro das suas linhas de crédito, esta ação do banco na comunidade possibilitou a criação de diversos empreendimentos econômicos solidários, onde além dos resultados econômicos, o banco consegue fortalecer as ações associativas existente na comunidade (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

No Estado de Sergipe o BCD Jardim Botânico articula parcerias que ajudam na promoção de ações e projetos para melhoria da comunidade, incentivando e fortalecendo

o protagonismo social e o envolvimento dos indivíduos no processo econômico em prol do desenvolvimento local. As ações e os processos do BCD Jardim Botânico valorizam não só a questão econômica, mas a interação social, a aprendizagem coletiva que pode modificar a realidade da comunidade e ação reflexiva pelos moradores sobre os processos de desenvolvimento. Os atores locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa o desenvolvimento comunitário, daí a necessidade do fortalecimento da organização local e na formação lideranças para conduzirem seus próprios projetos de desenvolvimento (RAPOSO et al, 2014).

A cidade de Alcântara, no Maranhão, implantou o primeiro banco comunitário quilombola do país, Banco Quilombola, sendo o primeiro no País organizado por povoados descendentes de escravos e cuja moeda social é o Guará. O impacto econômico na comunidade foi imediato por meio de oportunizar a abertura de novos pequenos empreendimentos, valorizando a cultura local e fortalecendo a autoestima.

No município de São Miguel do Gostoso (RN), em dezembro de 2012 teve início as atividades do Banco Solidário do Gostoso, nome dado ao primeiro banco comunitário do Estado do Rio Grande do Norte. O Banco ainda disponibiliza um espaço para comercialização dos produtos da comunidade como doces, mel e artesanatos. O município por ser rota turística no estado recebe um grande número de pessoas de outros estados e de estrangeiros que demandam produtos e serviços locais, e com a instalação do banco houve a facilitação e o fortalecimento na abertura de micro empreendimentos para a grande parte da população local que por ser muito pobre, não tinha acesso ao fomento de pequenos negócios. O banco também foi um vetor de desenvolvimento local em termos econômico-financeiros pois de certa maneira potencializou a veia empreendedora local, proporcionando através de parcerias com a prefeitura treinamento para as pessoas se qualificarem. (G1 NORDESTE, 2014)

A criação dos Bancos Comunitários não pode ser justificada como sendo apenas uma instituição de microfinança que fornece serviço financeiro a uma camada da população que é excluída do sistema tradicional financeiro. O que os BCDs se propõem e executam são ações geradoras de desenvolvimento econômico e social local a partir de projetos desenvolvidos na comunidade. Os BCDs possuem uma gestão executada pela comunidade, onde a promoção do desenvolvimento local tem a lógica das chamadas

finanças de proximidade e de cooperação, com a mediação social onde a base se dá pela confiança e solidariedade, de maneira sustentável, combinando autofinanciamento e transferência direta de recurso. As ações desenvolvidas pelos BCDs visam promover o fortalecimento da economia local e a articulação dos atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculando-os ao movimento dos princípios da economia solidária (FRANÇA FILHO, 2007).

No terceiro objetivo propõe-se construir a contextualização teórica do assunto. Tratar da contextualização perpassa por esse fenômeno instado como uma das possíveis alternativas de oportunização de uma camada da sociedade que é excluída não somente do sistema financeiro tradicional mais também do próprio ato de cidadania. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento por serem autogeridos pela própria comunidade enfrentam desafios que diferem de local para local e para isso procuram ter ações que se adequem localmente.

A região Nordeste do Brasil desenvolve um projeto intitulado “Projeto Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Rede”, coordenado pelo Professor Genauto Carvalho de França Filho, Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA (ITES/EAUFBA) e financiado pela Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, cujo objetivo visa fortalecer iniciativas conjuntas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Região Nordeste, nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, enquanto práticas de finanças solidárias voltadas ao desenvolvimento de comunidades.

Uma das parcerias desenvolvidas pelos BCDs em seus locais de implantação é a atuação como correspondentes bancários do Bando do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A região Nordeste possui apenas 11 BCDs que atuam como correspondente bancário do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (dados do ano de 2012) e os bancos tradicionais têm sido resistentes em aceitar a instalação de seus correspondentes nos BCDs, principalmente por alegarem a falta de segurança no momento do “alívio” do caixa eletrônico e o número insuficiente de moradores e clientes potenciais em territórios pouco populosos. Ressalte-se ainda, que mesmo com as evidências de que os correspondentes bancários dinamizam as atividades do BCD e contribuem com suas fontes de receitas, não

se pode resumir a utilidade social de um BCD na existência de um correspondente bancário em sua sede.

Complementarmente, identificou-se que, na região Nordeste, a maior parte dos BCDs está localizada em pequenos municípios (25,5% dos BCDs pesquisados no Nordeste), e em bairros (14,9%). Ainda, a maioria dos BCDs da região Nordeste (23,4%) está em territórios de 10 a 30 mil habitantes. As visitas aos territórios onde atuam os BCDs confirmaram seu potencial em atingir o público de mais baixa renda, ou seja, de promoverem efetiva inclusão financeira. Desta forma, podem ser vistos como instituições criadas para ocupar um espaço deixado por um movimento de afastamento do mercado em relação à sociedade; ou ainda, de uma parcela da sociedade que a maioria das instituições financeiras de mercado não se interessa por integrar (RIGO, 2015)

O que podemos observar é que as ações dos bancos comunitários por mais que estejam implantados em pequenos municípios em termos populacionais devem expandir a consciência crítica dos atores envolvidos. As duas principais funções desempenhadas pelos trabalhadores nos BCDs são as de agentes de crédito locais e de coordenador do banco. A capacidade dos agentes de crédito local de se envolverem na resolução de problemas econômicos e sociais através das políticas praticadas pelo BCD pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da integração, participação e parcerias. O desenvolvimento das potencialidades dos moradores do território impulsiona o comércio local na geração de renda, o que não deixa de ser uma estratégia territorial de desenvolvimento praticada pelos BCDs.

CONCLUSÕES

Constatamos que os BCDs possuem um papel importante no desenvolvimento econômico e social dos territórios onde estão implantados enquanto agente do fomento a inclusão de uma parcela da população que está excluída do sistema financeiro tradicional. O Banco Comunitário de Desenvolvimento é um agente de transformação, de aplicação de políticas de microcrédito, de incentivo aos pequenos empreendimentos sejam formais ou informais, resgatando a qualidade de vida das pessoas e a autoestima.

As parcerias são estratégias necessárias muitas vezes até para a própria sobrevivência dessa Instituição Financeira Social (IFS). Algumas dessas parcerias junto aos

BCDs na região Nordeste são inovadoras por estarem ao lado de agentes públicos. Esse é o caso do Banco dos Cocais em São João do Arraial (PI) onde a prefeitura municipal criou uma lei que assegurava o pagamento dos vencimentos dos servidores municipais em moeda cocais.

Alguns projetos são executados pelas Incubadoras de Economia Solidária contando com a participação direta de entidades locais e ONGs, como no caso do Banco Rede Opala, em Pedro II(PI). Em um levantamento realizado foi identificado que grande parte dos BCDs possuem parcerias com as prefeituras municipais onde as mesmas contribuem financeiramente com o processo de criação e manutenção de BCDs, por meio da concessão das sedes onde eles se instalam. Uma fonte de financiamento importante que destacamos é o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), onde especificamente para os BCDs do Estado do Ceará e por meio da atuação do Instituto Palmas, no período entre 2009 e 2011 tem feito diferença na aplicação de recursos financeiros para as transações financeiras (RIGO, 2015).

Para finalizar, a fim de que cumpram o papel inovador que lhes cabe e o alcance às populações mais pobres e desassistidas desse País, como se propõe e já demonstraram que são capazes, os BCDs enfrentam muitos desafios. O que impressiona, no entanto, com os resultados que até então têm alcançado principalmente por atuarem em realidades territoriais difíceis. Pensamos que, com apoio institucional adequado no âmbito de uma política pública de finanças solidárias, os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfrentamento da pobreza.

Para finalizar, a fim de que cumpram o papel inovador que lhes cabe e o alcance às populações mais pobres e desassistidas desse País, como se propõe e já demonstraram que são capazes, os BCDs enfrentam muitos desafios. O que impressiona, no entanto, são os resultados que até então têm alcançado principalmente por atuarem em realidades territoriais difíceis. Pensamos que, com apoio institucional adequado no âmbito de uma política pública de finanças solidárias, os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfrentamento da pobreza.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C. I. A. **Microcrédito emancipatório no Nordeste do Brasil? Estudo de caso do Crediamigo Comunidade nos municípios de Caucaia-CE e Maranguape-CE.** 2008. 116 f. Dissertação

(Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12112/1/CarlosIAB.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016

BRASIL, FUNDAÇÃO BANCO DO. <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-606.htm>. Acesso em 25/08/18

CARVALHO, G. C. **Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho**. Revista NORUS, Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v. 1, n. 1, 2013.

COSTA, Catarina. Portal de Notícias G1 PI. <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/02/sem-agencia-bancaria-cidade-do-piaui-cria-banco-local-e-moeda-propria.html>. Acessado em 07/07/2018.

DIÁRIO DO NORDESTE, Jornal. [http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/banco-popular-multiplica-empresenedores-no-interior-1.216715](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/banco-popular-multiplica-empresendedores-no-interior-1.216715). Acessado em 07/07/2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2007, Juazeiro do Norte. Anais... Juazeiro do Norte, 2007.

_____. SILVA JUNIOR, J. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. In: DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA, São Paulo: Almedina, 2009.

MORDUCH, J. **The Microfinance Promise**. Journal of Economic Literature, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NETO SEGUNDO, J. de M. **Relembrando nossa história**. Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 1, p. 141-148, jun. 2010.

NETO SEGUNDO, J. de M.; MAGALHÃES, S. **Bancos Comunitários: Economia Solidária e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2009.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

RAPOSO, Jaciara Gomes et al. Revista Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014. (ISSN 2179-6807). file:/// **O Banco Comunitrio como plataforma de desenvolvimento socioeconômico local: o caso do Banco Comunitário JARDIM BOTÂNICO**.pdf

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2007.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teorias e práticas**. 2014. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. do S. de L.; GRANCHAMP, L. F. **O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

SELA, V. M.; SELA, F. E.; COSTA, S. C da. **A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./dez. 2007. Edição especial.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. da S.; CALOU, A. L. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo. Ed. Ática, 2011.

_____. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2010.

19

ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS¹

Mariana de Oliveira Santos²
Joice da Cunha Soares³
Lilane de Araújo Mendes Brandão⁴



RESUMO

O profissional contábil além das constantes atualizações para seguir a legislação vigente, possui o Código de Ética que regulamenta a profissão. O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de fiscalização e as penalidades aplicadas aos profissionais da contabilidade do Piauí em consequência das infrações cometidas pelo não cumprimento do que está estabelecido no CEPC Código de Ética do Profissional Contábil. A pesquisa apresenta o resultado que identificou a percepção sobre a ética profissional de Ciências Contábeis. Realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva com levantamento dos dados no órgão de fiscalização responsável. As informações utilizadas para as análises foram: as ações e as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelo Conselho Regional de Contabilidade, as decisões dos processos julgados e as autuações aplicadas aos profissionais da contabilidade. Os dados analisados foram submetidos a métodos estatísticos básicos e análise de conteúdo dos relatórios do CRC, PI. Observou-se, que as infrações mais cometidas pelos profissionais é a Emissão de Decore com um percentual 48%, em seguida Ausência de Responsáveis para informações em visitas com 19,58%.

Palavras- Chaves: Ética, Infração, Profissional.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em Ciências Contábeis. Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mariana.ester.oliveira@gmail.com.

³ Graduando em Ciências Contábeis. Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: Joice.soares14@gmail.com.

⁴Mestre em Matemática. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: lilanebrandao@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma atividade que está presente em todos os segmentos de negócios, incluindo ainda as organizações não empresariais e demais entidades. É uma profissão cujo resultado do trabalho desenvolvido tem repercussão na sociedade, notadamente junto aos usuários das informações contábeis, neles são incluindo o fisco, os investidores, acionistas, instituições financeiras, trabalhadores, dentre outros.

A fiscalização do exercício da profissão contábil é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, por intermédio dos fiscais designados para esta tarefa, objetivando valorizar a imagem da profissão, como também a proteção ao usuário da contabilidade. Há uma percepção de que nem todos os profissionais seguem regularmente as premissas de ética para o exercício da Contabilidade, o que tornam necessários dispositivos de sanções para essas ações indevidas (ALVES, 2007).

Dessa forma, conhecer o código de ética, sua fiscalização e punições garantem um entendimento mais completo para as atividades do especialista contábil. Os dados usados para a realização desse estudo englobam de forma geral todos os profissionais da área da contabilidade, ou seja, todos os profissionais registrados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem natureza descritiva, com pesquisa documental e abordagem qualitativa e quantitativa. Esses procedimentos de métodos se justificam, pois, se buscou avaliar relatórios, com mensurações numéricas simples e análise de conteúdo, com visita na sede física do CRC, bem como as informações disponíveis no sítio do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí, sobre as infrações e penalidades aplicadas aos profissionais contábeis do Piauí.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ética e Moral

Ética é o conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade. A palavra ética tem origem grega (éthos), que significa "caráter moral". Ser

ético ou ter um comportamento íntegro refere-se a um modo exemplar de viver seguindo os valores morais e sociais.

Conforme Silva (1995, p. 62):

“Aristóteles a empregou pela primeira vez para denominar um dos seus livros, *Ética a Nicômaco*, onde descrevia que a ética existe, sempre, para a busca incessante da felicidade, da virtude, da prudência e da Justiça cultivada pelos homens”.

Moral são os preceitos e regras que governam as ações dos indivíduos, segundo a justiça e a equidade natural; as leis da honestidade e do pudor; a moralidade. Para Passos (2004), a moral vem do latim *mores*, que quer dizer costume, conduta, enquanto ética vem do grego *ethos* e quer dizer costume, modo de agir.

Ética e moral possuem significados diferentes, mas finalidades semelhantes. Elas têm o compromisso de construir bases que irão orientar a conduta do indivíduo.

Ética Profissional

A sociedade espera que todo profissional seja ético, prudente, responsável e obedecem as normas que regulamentam sua profissão. Ao exercer a profissão de Contabilista e prestar contas para o governo e para a sociedade em geral, o Contador passa por várias situações éticas em seu cotidiano. O dever para o Contabilista está relacionado ao cumprimento dos prazos tanto para finalidade fiscal quanto para a tomada de decisões pelos gestores das organizações.

Para Lopes (2006) o profissional contabilista não deve deixar de lado a conduta ética ao exercer a profissão, sendo capaz de integrar o conhecimento técnico, apesar da elevada competitividade.

O Código de Ética

Um código de ética geralmente busca relacionar as condições ou regras para um comportamento adequado nas relações entre profissionais de uma mesma classe, e nas relações que estes desenvolvem com diversas instituições na sociedade. Estas regras são organizadas e coladas para consenso das pessoas que representam a instituição profissional.

Ao exercer a profissão de contabilista, devem-se observar os princípios, postulados e convenções contábeis para os exercícios da atividade. Conforme Braga (1998) "A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)".

Principais infrações e suas penalidades

Estabelece, portanto, o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade que constitui infração, por exemplo:

- I - Transgredir o Código de Ética Profissional;
- II - Exercer a profissão sem registro no CRC ou, quando registrado, esteja impedido de fazê-lo;
- III - Manter ou integrar organização contábil em desacordo com o estabelecido em ato específico do CFC;
- IV - Transgredir os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

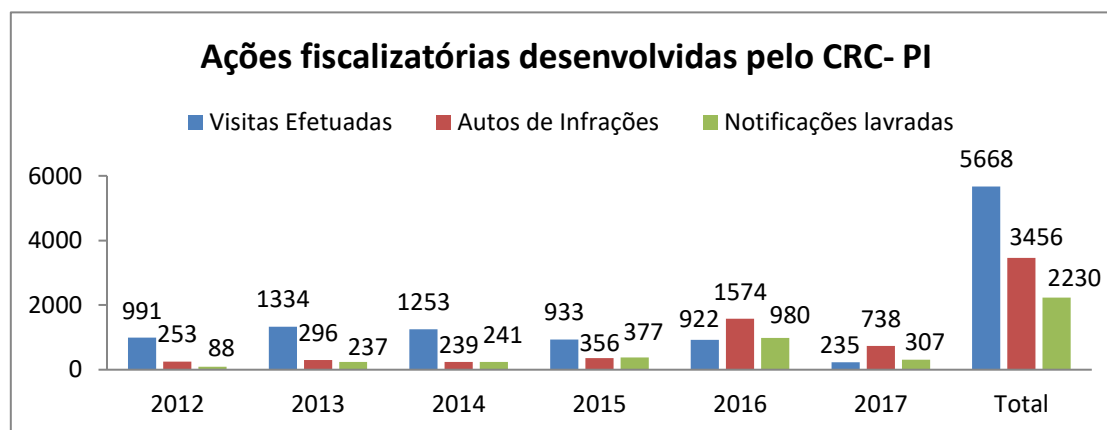
É comum quando se comete uma infração ela conseqüentemente acarretará uma penalidade que o profissional terá que cumprir. O artigo 12 do Código de Ética do Contabilista trata das penalidades que o contador possa a vim receber segundo a gravidade, é aplicada para cada caso uma das seguintes penalidades: **advertência reservada**, advertência ao contador, quando o mesmo comete algum ato imprudente, **censura reservada** comunicado pessoal enviado ao contador pelo conselho, informando sobre sua infração de forma reservada, **censura pública** comunicado público ao contabilista infrator, onde toda classe contábil fica conhecendo o infrator.

RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados relacionados nessa pesquisa referem-se às infrações e penalidades sofridas pelos contabilistas no Estado do Piauí e foram obtidas, a partir de um levantamento nos relatórios do Departamento de Fiscalização do CRC-PI e nos relatórios de atividades disponibilizados no site virtual deste mesmo conselho, durante o período correspondente entre os anos de 2012 a maio de 2017. Nesse período foram realizadas um

total de 5.668 visitas fiscalizatórias pelo CRC- PI, dentre as diligências efetuadas, estão os autos de infrações e as Notificações Lavradas. Tais dados foram analisados e desta consolidação extraíram-se os seguintes resultados:

Figura 1: Resultados das Ações Fiscalizatórias desenvolvidas pelo CRC - PI



Fonte: Relatórios das atividades do CRC- PI

Observamos que, no ano de 2016 ocorreu um nível elevado de autos de infrações representando cerca de 45,54% do total bruto, também notamos que 2014 foi o ano em que aconteceu o menor número de autos de infrações, correspondendo a 6,91%.

Tabela 1– Quantidade de infrações aferidas pelo CRC-PI no período 2012-2015.

TIPOS DE INFRAÇÃO	ANO DA INFRAÇÃO				
	2012	2013	2014	2015	TOTAL
ACORBERT. DE LEIGO/ALTERA. DE ENDEREÇO	4	3		1	8
AUSÊNCIA DE RESP. P/ INFORM. EM VISITAS	55	108	20	41	224
A VERB DE ALT. CONTR. OU DISTR SOCIAL	2		1	1	4
BASE LEGAL DE DECORE	108	126	171	155	560
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6	8	3	6	23
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / DENÚNCIA	5	5		3	13
FALTA DE REGIST. DA ORG. CONTÁBIL NO CRC	16	5	17	97	135
FALTA DE REGISTRO DO ESCRITÓRIO	10	2	3	9	24
LEIGO E/OU PROFISSIONAL SEM REGISTRO	3	11	5	6	25
DESCUMPRIMENTO DE PRAZO ESTABELECIDO POR NOTIFICAÇÃO NO CRC	38	20	13	11	82
OUTROS	6	8	6	26	46
Total do tipo de infrações no período de 2012 a 2015	253	296	239	356	1144

Fonte: Relatórios das atividades do CRC, PI.

É notório que as infrações mais frequentes identificadas no período estudado são as relacionadas com emissão de DECORE, tanto sem base legal, quanto com informações divergentes (48,9%) e a Ausência de responsável para informações, que obteve (19,8%). Vale ainda ressaltar a falta de registro da organização contábil no CRC, com (11,80%) e esse item deve ser analisado com cuidado, pois as organizações que desejam prestar serviços contábeis devem estar habilitadas e para isso precisam ter registro em dia no CRC.

Tabela 2 – Quantidade de punições aplicadas pelo CRC-PI de 2015 a maio de 2107

PENALIDADES JULGADAS NA CÂMARA E PLENÁRIO				
PENALIDADES	2015	2016	2017	Total
Advertência Reservada	22	6	11	39
Arquivamento	70	53	31	154
Baixa em Diligência	0	7	3	10
Censura Pública	0	1	1	2
Censura Reservada	0	0	1	1
Multa	42	40	15	97
Multa e Advertência Reservada	115	127	88	330
Multa e Censura Pública	21	22	10	53
Multa e Censura Reservada	22	35	0	57
Suspensão e Advertência Reservada	0	3	0	3
Suspensão e Censura Pública	1	8	0	9
Suspensão e Censura Reservada	22	1	0	23
TOTAL	315	303	160	778

Fonte: CRC- PI.

Após, julgamento dos processos na câmara e plenária realizados pelo CRC – PI tem-se o aval cabível para tomada de decisão de acordo com cada auto de infração.

Ao analisar as decisões dos julgamentos das infrações é importante ressaltar que um processo pode gerar mais que uma decisão, ou seja, um profissional infrator pode receber mais de uma penalidade. No período de 2015 a 2016, a decisão por arquivamento dos processos possuía uma grande participação, chegando a 19% nos dois primeiros anos. Esse percentual de Arquivamentos foi superado pelos números de Multas e Advertências

Reservadas, que se aplica a esses profissionais chegando a 41% no ano de 2016, a Multa Censura Reservada é uma decisão, já com participação menor, tendo no ano de 2016 o maior percentual sobre a decisão, de 11,55%, as suspensões, também possuem uma pequena representatividade no total de decisões, alcançando sua maior participação no ano de 2015 com 7,30%, a censura pública e a cassação, consideradas penalidades máximas, são aplicadas de forma pouco frequente.

Notou-se nos resultados que a penalidade mais frequente aplicada aos profissionais infratores é multa com advertência reservada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como propósito analisar as infrações cometidas pelos profissionais contábeis do Estado do Piauí, no período de 2012 a maio 2017, identificando quais infrações são cometidas, além de penalidades aplicadas com mais frequência, resultados dos processos julgados pelo CRC-PI. Os resultados apresentados na presente pesquisa buscaram reunir informações necessárias para que pudesse ser desenvolvida a análise estatística dos dados coletados, corroborando para que objetivo geral do estudo fosse atingido.

Assim, é possível concluir, que uma parcela dos profissionais contábeis existente no mercado ainda comete infrações ao CEPC e a legislação profissional. Essa situação encontrada é preocupante, pois novos profissionais estão surgindo no mercado e os mesmos erros continuam sendo cometidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. S. *et al.* Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34224>. Acesso em 30 de maio de 2017.

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 803/96**. Aprova o código de ética profissional do contabilista, p.77-87. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_803.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ (CRC, PI). **Portal da Transparência e Acesso a informações**. Piauí. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>Acesso em 7: jun. 2017.

LOPES, E. G. *et al.* Uma análise avaliativa de atitudes de estudantes de ciências contábeis e dilemas éticos sob uma perspectiva de gênero maturidade acadêmica e ambiente institucional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 209. 222, abr./jun. 2006.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, A. C. M. O código de ética deve mudar? **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 26, n. 105, p. 61-63, set/out. 1995.

20

REUTILIZAÇÃO DO COPO DESCARTÁVEL TRITURADO COMO FIBRA NO CONCRETO¹

Laécio Guedes do Nascimento²

Aleff Oliveira Coelho Moura³

Welliton Romão de Sousa⁴

Samuel Campelo Dias⁵

Diego Silva Ferreira⁶

Francisco Honeidy Carvalho Azevedo⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho considera os aspectos ambientais, como a geração de resíduos, visando a possibilidade de reciclagem e o desenvolvimento sustentável de novos materiais a serem utilizados na construção civil. Verifica-se que dentre outros resíduos, os plásticos estão presentes nos resíduos sólidos urbanos em quantidades significativas e devem-se procurar formas de reduzir os problemas oriundos do seu descarte. Este trabalho aborda o uso do copo descartável como fibra misturada ao concreto com o objetivo de destinação sustentável evitando assim a degradação do meio ambiente. Segundo a pesquisa realizada no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho, chegou-se à conclusão que nos anos de 2017 e parte de 2018 foram adquiridos para o uso na instituição cerca de 260 caixas de copos descartáveis gerando cerca de 920 kg quase uma tonelada de resíduos. Para o estudo, foram coletados copos plásticos no UNIFSA, levado ao laboratório, feito a lavagem e a trituração foram adicionadas porcentagem específica do material em estudo para o mesmo traço de concreto resultando num aumento de 50% na resistência do concreto com fibras de copos descartáveis para o concreto convencional, apresentando um crescimento significativo.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Copos Plásticos, Concreto.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, laecioguedes25@hotmail.com

³Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, aleffocm@hotmail.com

⁴Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, wellitonsousa@outlook.com

⁵Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, samuel.c.dias@hotmail.com

⁶Mestrando em Engenharia dos Materiais, Instituto Federal do Piauí, diegof.engenheiro@gmail.com

⁷Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde, Universidade Luterana do Brasil, honeidy@gmail.com

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é reconhecida como uma das mais importantes atividades para o crescimento econômico de um país, porém é também responsável por impactos ambientais e globais consideráveis devido ao alto consumo de recursos naturais e geração de resíduos; mesmo gerando muitos empregos é necessário conciliar a atividade produtiva com o crescimento sustentável e menos agressivo ao meio ambiente (PINTO, 1999). Atualmente existe uma preocupação com o descarte do copo descartável por ser um material plástico e de difícil degradação estão se promovendo campanhas para o uso de canecas ou garrafas no trabalho e escolas (BORGES, 2011). O descarte correto só irá acontecer de forma adequada, quando houver uma consciência quanto a importância de reciclagem e/ou reuso do material, já que o descarte errôneo prejudica o meio ambiente, aos trabalhadores, estudantes, comunidades e a população mundial (GINZBURG, 2007). O objetivo deste trabalho é analisar em diferentes porcentagens a influência da fibra plástica sobre a resistência do traço do concreto.

MATERIAL E MÉTODOS

De início, verificou-se que havia um grande consumo de copos descartáveis na Instituição de Ensino, com isso foram distribuídos caixas para coleta dos copos descartáveis em pontos estratégicos no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho com o intuito de coletar o máximo possível de material conforme a figura 1 e 2.

Figura 1: Coleta de copos descartáveis.



Fonte: Autor, 2017.

Figura 2: Coleta de copos descartáveis.



Fonte: Autor, 2017.

Após a coleta, os mesmos foram direcionados para o laboratório para passarem pela lavagem e em seguida a trituração adquirindo assim as fibras a serem utilizadas no concreto conforme as figuras 3 e 4.

Figura 3: Lavagem do material.

Figura 4: Material triturado.



Fonte: Autor, 2018.

Fonte: Autor, 2018.

Após coleta, iniciou-se a preparação do traço do concreto a ser analisado determinando assim os pesos específicos para dosagem do material sendo: 5 kg de cimento, 7 kg de areia, 9,5kg de brita e 2200 ml de água.

Primeiramente, procede-se a dosagem do concreto sem a adição da fibra para termos como referência do concreto padrão como base inicial adicionando assim posteriormente as porcentagens da fibra nos traços subsequentes compondo-se de 0.25%, 0.5%, 0.75% e 1.00% em relação ao peso inicial do cimento. Destaca-se que os ensaios técnicos foram realizados segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, sendo tomadas as medidas cabíveis para que as variações de resistência encontradas fossem resultados exclusivamente da variação nas proporções das adições das fibras adquiridas dos copos descartáveis presentes no traço, sendo elas:

- Moldagem de todos os corpos de prova realizada no mesmo dia e nas mesmas condições climáticas;
- Controle de umidade dos materiais tanto da brita quanto da areia;

- Uso de balança eletrônica digital para pesagem dos materiais;
- Limitação do tempo de mistura na betoneira (2 min.);
- Limitação de vibração (adensamento) dos corpos de prova;
- Padronização da areia, cimento e fator água/cimento para todos os traços;
- Verificação da trabalhabilidade do concreto a partir de *Slump Test*;
- Rompimento de todos os corpos de prova para coleta de dados realizados

no mesmo dia.

O uso de balança eletrônica digital permitiu maior precisão no peso dos materiais plásticos utilizados na produção do concreto.

Todos os traços com porcentagens distintas do material plástico triturado foram submetidos e misturados na betoneira por tempo determinado e igual para todos como finalidade de se evitar divergências sendo que isso poderia afetar na resistência das amostras. Houve também um controle no adensamento do concreto para evitar que alguns traços fossem adensados mais que os outros, reduzindo assim o número de vazios e aumentando a resistência dos demais (NEVILLE, 2015).

A padronização de materiais utilizados nos moldes foi essencial para que atestasse os resultados obtidos, conservando o mesmo tipo de areia com uma única granulométrica para todos os corpos de prova, o tipo de cimento e o fator água/cimento, de forma que a resistência encontrada fosse tão somente pelas variações de porcentagem do material plástico (FABRO *et al*, 2011).

O *Slump Test* foi utilizado para analisar a trabalhabilidade do concreto a partir do abatimento do tronco de cone, esse ensaio possibilita que seja garantido o controle do fator/água cimento em todos os corpos de prova (NBR NM 67, 1998).

Por tanto, foi de fundamental importância que o rompimento de todos os corpos de prova fosse realizado aos 28 dias através da prensa hidráulica elétrica (Figuras 5 e 6) para que se possa avaliar qual a influência dos resíduos plásticos na resistência do concreto (SILVA *et al.*, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obedecendo as técnicas e controle da qualidade dos ensaios realizados na verificação de resistência à compressão dos corpos de prova de acordo com NBR 5738/94 - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova, conforme as (figuras 5 e 6), foram obtidos os resultados dos ensaios de compressão, considerando a média dos resultados em cada moldagem e com isso foi gerado um gráfico em barras que demonstra as resistências na colunas 1, 2, 3, 4 e 5, os resultados das resistências à compressão do concreto convencional é de 23,8 Mpa, concreto com adição de 0,25% com 28 Mpa, concreto com adição de 0,50% com 34,3 Mpa, concreto com adição de 0,75% com 35,8 Mpa e concreto com adição de 1,0% com 34,4 Mpa, conforme representado na figura 7.

Figura 5: Prensa hidráulica elétrica.



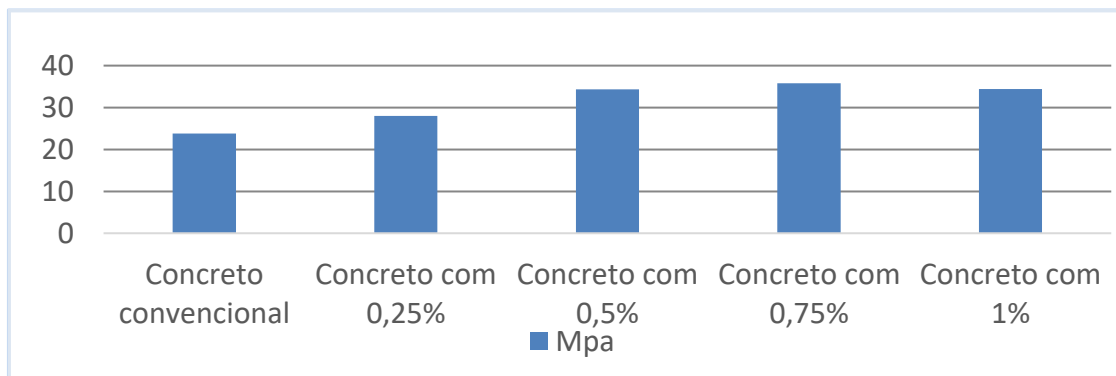
Fonte: Autor, 2018.

Figura 6: Corpo de prova sendo comprimido.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 7: Gráfico das resistências de concretos com adições de fibras de copos descartáveis.



Fonte: Autor, 2018.

Percebe-se um ganho de resistência gradativo quando adicionado as diferentes porcentagens de copos descartáveis, sendo a maior com 0,75% de material reciclado atingindo uma resistência de 35,8 Mpa, um aumento de 50% de resistência em relação ao concreto convencional. Analisando somente este parâmetro, o aumento da resistência no concreto possibilita o uso desse material em ambientes que necessitem de um suporte maior. O resíduo plástico pode ser adotado como matéria prima para adição no concreto em pequenas quantidades aumentando sua resistência mecânica, gerando um material novo que além de contribuir com o aumento de suporte do concreto, pode ajudar na diminuição da poluição do mundo.

CONCLUSÕES

Segundo os resultados encontrados, concluímos que o acréscimo das porcentagens das fibras nos traços quando comparado com o traço sem adição desse resíduo apresentou um crescimento significativo da resistência do concreto. Dessa forma recomenda-se de forma complementar, que sejam realizados mais estudos para determinar as propriedades de resistência do concreto com fibras adquiridas de copos descartáveis, assim como testes diversos quanto aos ataques químicos, ao fogo, a resistência à flexão, à abrasão e aos demais ensaios tecnológicos a que o concreto é submetido. A partir disso, será possível verificar a aplicação desse tipo de material nas obras e serviços oriundos da construção civil. Portanto, cabe aos diversos grupos de pesquisadores e fornecedores o desenvolvimento e aplicação de projetos sustentáveis para minimizar os impactos ambientais que esse material pode vir a causar ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR NM 67**: Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas **NBR 5739**: Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 1994.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5738**: Moldagem e cura de corpos-de-prova cilíndricos ou prismáticos de concreto. Rio de Janeiro, 1994.

BORGES, J. **Agora, na Starbucks, o vilão e o copo**, 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/agora-o-vilao-e-o-copo/>> Acesso em 06 nov. 2018.

FABRO, F.; GAVA, G. P.; GRIGOLI, H. B.; MENEGHETTI, L. C. Influência da forma dos agregados miúdos nas propriedades do concreto. **Revista Ibracon de Estruturas e Materiais**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 192-212, 2011.

GINZBURG, C. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/sinais.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 912p.

PINTO, T. P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. Tese em Doutorado em Engenharia – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, B. V.; BARBOSA, M. P.; SILVA FILHO, L. C. P.; LORRAIN, M. S. Investigação experimental sobre o uso de ensaios de aderência aço-concreto para estimativa da resistência à compressão axial do concreto: Parte 1. **Revista Ibracon de Estruturas e Materiais**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 715-736, out. 2013.

21

ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DO 5W1H E 5 PORQUÊS NO PROCESSO DE ANÁLISE DE FALHA E MELHORIA DE INDICADORES¹

Kaique Barbosa de Moura ²

Letícia Ibiapina Fortes ³

RhubensEwald Moura Ribeiro ⁴

Alan Kilson Ribeiro Araújo ⁵

Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho ⁶



RESUMO

Hoje um grande problema enfrentado pelos sistemas produtivos é a interrupção da produção, seja por motivos logísticos, financeiros, ou analíticos, nenhum gerente de fábrica deseja que seus processos sejam paralisados, nem mesmo por alguns minutos. Além dos motivos mencionados, um em especial vem sendo uma das grandes preocupações na indústria: quebra. O ritmo de produção nos dias atuais contribui para que as mesmas ocorram, e cabe a equipe de manutenção descobrir de forma analítica por quê tal quebra aconteceu. O presente artigo tem por objetivo analisar a efetividade na aplicação das ferramentas 5W1H e 5 porquês no processo de análise de quebra/falha ocorridas durante a produção de refrigerantes. Por meio deste, foi possível verificar uma melhora no senso crítico dos técnicos com relação as análises após as intervenções e maior clareza para a equipe de PCM com relação as peças que mais se danificavam durante o processo produtivo, além de uma melhora nos indicadores de micro e macro paradas.

Palavras-Chave: 5W1H, 5 porquês, manutenção.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando em Engenharia de Produção, UNIFSA, *E-mail:* kaique.96moura@gmail.com.

³ Graduanda em Engenharia de Produção, UNIFSA, *E-mail:* ibiapinafortes@gmail.com.

⁴ Mestre em Administração, UNIFSA, *E-mail:* alankilson@hotmail.com.

⁵ Mestre em Engenharia de Produção, IFPI, *E-mail:* carlosribeiro@gmail.com.

⁶ Especialista em Mercado Financeiro, IFPI, *E-mail:* carlosribeiro@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se perceber que o ritmo de produção está cada vez mais intenso. Isso ocorre pela alta demanda criada pelos consumidores e pela rápida entrega daquilo que é produzido. Trabalhos excessivos como os verificados nas linhas de produção, geram impactos negativos durante a produção. E o mais temido deles torna-se o mais propenso a acontecer: quebra.

Existem ferramentas que podem ajudar nesse dilema vivenciado pelos gestores. Uma delas é o 5W1H que auxilia na percepção clara sobre o que realmente aconteceu e através das respostas obtidas, pode-se traçar um plano de ação para solução do problema encontrado. A outra é os 5 porquês que ajuda a encontrar a causa raiz do problema e assim eliminá-lo de vez.

A proposta deste trabalho foi aplicar essas duas ferramentas no processo de análise de quebra/falha de uma empresa do ramo de bebidas, sediada em Teresina-PI. Observando os resultados obtidos, verificar-se-ão a viabilidade e implantação das mesmas no setor de manutenção da empresa mencionada.

2. FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DE FALHA EM PRODUÇÃO INDUSTRIAL

2.1 5W1H

No atual cenário econômico, muitas empresas têm encerrado suas atividades produtivas e comerciais. Seja por problemas financeiros, problemas estratégicos, é inegável que as empresas estão fazendo tudo que é possível para permanecerem no mercado. Pode-se notar que em muitos casos, o sonho de ter o próprio negócio acaba sucumbindo diante das inúmeras dificuldades encontradas pelas empresas recém-nascidas, que poderiam ter sido previstas anteriormente à abertura do empreendimento.

Assim, o planejamento para a abertura de uma empresa deve ser detalhado e consistente, contendo informações do que deve ser feito, em um determinado prazo, por quem deve ser executada essa ação e outras informações complementares. Esse planejamento deve ser seguido fielmente a fim de se obter um bom resultado.

Dessa forma, a ferramenta 5W1H atua como suporte no processo estratégico, pois conforme Meira (2003), esta permite, de uma forma simples, garantir que as informações básicas e mais fundamentais sejam claramente definidas e as ações propostas sejam minuciosas, porém simplificadas. Para Silva e Pereira (2012), a metodologia de trabalho nas organizações apresenta uma série de mudanças por conta das informações que ocorrem em tempo real e o incremento de tecnologias que proporcionam agilidade no processo de tomada de decisões, que não funciona

mais como uma alternativa e sim como necessidade para a própria sobrevivência da empresa no mercado.

A ferramenta 5W1H (posteriormente 5W2H, quando passou a incluir mais um "H" referente ao custo) foi criada por profissionais da indústria automobilística do Japão como uma ferramenta auxiliar na utilização do PDCA, principalmente na fase de planejamento. Polacinski (2012) descreve que a ferramenta consiste num plano de ação para atividades pré-estabelecidas que precisem ser desenvolvidas com a maior clareza possível, além de funcionar como um mapeamento dessas atividades. A tabela 1 mostra as etapas para estruturação do plano de ação 5W1H:

TABELA 1 – Estruturação do 5W1H.

Pergunta	Tradução
What?	O que?
When?	Quando?
Where	Onde?
Why?	Por que?
Who?	Quem?
How?	Como?

Fonte: negociosecarreira.com.br (2018).

2.2 5 PORQUÊS

A técnica do 5 porquês surgiu em meados dos anos 70 na indústria automobilística japonesa, a Toyota, tendo como principal objetivo a asseguarção da qualidade em todos os processos da manufatura (GLASSER, 1994).

Possui uma estrutura que possibilita um fácil entendimento, devido ser baseada em perguntas simples e que ao mesmo tempo contribuem para um raciocínio mais crítico perante os problemas encontrados. São cinco perguntas realizadas até que seja identificada a causa raiz do problema.

Na tabela 2 observa-se um exemplo de aplicação desta ferramenta:

QUADRO 2 – Exemplo de aplicação dos 5 porquês.

Perguntas	Problema: Celular defeituoso
Por que o celular apresentou defeito?	Porque houve problemas de fabricação.
Por que houve problemas de fabricação?	Porque a máquina apresentou falhas de funcionamento.
Por que a máquina apresentou falhas?	Porque não foi realizada a manutenção necessária.
Por que a manutenção necessária não foi realizada?	Porque o operador da máquina não sabia quando deveria realizar tal manutenção.
Por que não sabia tal informação?	Porque não recebeu o treinamento da maneira correta.

Fonte: Autoria Própria (2018).

É de vital importância seguir alguns passos para aplicar o 5 porquês para que a mesma tenha a efetividade esperada (WEISS,2011):

- a) Esboça-se a situação que deseja verificar/analisar;
- b) Questiona-se a veracidade da afirmação feita anteriormente;
- c) O motivo identificado que explica a afirmação mencionada anteriormente deve ser analisado/questionado mais uma vez;
- d) Utilização da expressão “por quê” até que não seja mais possível utilizá-la;
- e) Após obter todas as respostas, é possível observar a causa raiz do problema.

3. INDICADORES

Segundo Kyian (2001) a forma de mensurar indicadores esclarece às organizações os reais valores dos resultados alcançados no seu processo e onde os mesmos estão localizados. A própria medida de desempenho e performance aproxima-se a certo modo a ideia de melhoria dos resultados.

Bandeira (1997) diz que para que só é coerente mensurar resultados se for no intuito de melhorá-los. Assim a organização consegue verificar a performance daquele determinado subprocesso está bom ou ruim. Para que isso aconteça, o desempenho é embasado em diversas medidas (indicadores) que ajudarão na avaliação do mesmo.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho fez uso de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dados numéricos referentes os indicadores após o uso do novo método de análise utilizando as novas ferramentas. A pesquisa possui caráter descritivo, já que apresenta os resultados sobre determinado período onde obteve-se resultados transformados em percentuais para possível análise e verificação com a meta estabelecida pela organização. Referente à coleta de dados, a mesma foi realizada por meio de pesquisa documental e observação direta, onde foram coletados relatórios preenchidos pelos técnicos e os resultados que os mesmos geraram nos indicadores industriais.

Foi elaborado um relatório de análise de quebra/falha, incluindo as duas ferramentas mencionadas na pesquisa e todas as informações que deveriam ser inseridas nos campos. O mesmo foi elaborado em formato de planilha no Excel e disponibilizado para equipe de manutenção da empresa imprimir e utilizar assim que necessário. Os dados coletados passaram por análise de conteúdo e estatística descritiva e assim foi possível elaborar uma tabela com os valores, observando os mesmos e verificando o impacto gerado nos indicadores industriais.

5. RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados e análises acerca da aplicação das ferramentas utilizadas durante a pesquisa desenvolvida. Os instrumentos criados e implementados, os primeiros resultados alcançados, o impacto sobre o desempenho e sua mensuração pelos indicadores em vigor.

Foi criado o "Relatório de Quebra/Falha" para ser aplicado no setor de manutenção da empresa objeto de estudo com o objetivo de coletar informações de forma mais técnica e profissional, bem como permitir em seguida o alcance de um nível de detalhamento do diagnóstico das quebras e falhas ocorridas para que fosse possível, além de outras medidas, basear o processo preventivo futuro.

FIGURA 1 – Relatório de Quebra/Falha.

RELATÓRIO DE QUEBRA / FALHA					Registro N.º:	
CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELA MANUTENÇÃO						
Setor/ Local:		Equipamento / Tag:		Data:	Turno:	
Tempo Total da Parada /Quebra:	Horário Inicial	Horário do Término	Tempo em Minutos	Classificação de Macro Parada		
				Grave <input type="checkbox"/>	Média <input type="checkbox"/>	Leve <input type="checkbox"/>
				Mecânica <input type="checkbox"/>	Elétrica <input type="checkbox"/>	Operacional <input type="checkbox"/>
Relate o momento de parada e ações tomadas:						
Princípio de Funcionamento do Conjunto envolvido na Falha:						
TIPO DA QUEBRA / FALHA						
Componente Danificado		()	Perda de Regulagem		()	
Foi necessário buscar componentes no Almozarifado ?	Não ()	Foi encontrado o componente no Almozarifado ?	Não ()	Qual o Tempo ?		
	Sim ()		Sim ()			
Foi necessário adaptar outro componente ?		Não →		Qual o Tempo ?		

Fonte: Autoria Própria (2018).

O mesmo é feito em formato de planilha no Excel e disponibilizado para equipe de manutenção da empresa imprimir o mesmo assim que for necessário. Por fim serão apresentados os resultados obtidos e em seguida os mesmos irão para a equipe de PCM para que o mesmo seja registrado em planilha, gerando um histórico.

Na tabela abaixo é mostrado em etapas como será desenvolvido o relatório:

TABELA 3 – Metodologia para implementação do 5W1H e 5 porquês.

Nº da Fase	Descrição
1	Divulgação da proposta à equipe de manutenção.
2	Esclarecimento da metodologia e regras aos colaboradores.
3	Elaboração documento contendo de maneira coerente as ferramentas 5W1H e 5 porquês.
4	Finalização da elaboração.
5	Acompanhar os relatórios preenchidos e verificar os resultados alcançados.

Fonte: Autoria Própria.

Após aplicação das etapas propostas coube à empresa, após os resultados obtidos, adotar de maneira definitiva o relatório de análise de quebra/falha. O arquivo em formato no Excel foi disponibilizado à equipe de PCM (planejamento e controle da manutenção) da empresa e disponibilizado para ser impresso quando for necessário.

Antes de analisar os resultados alcançados, é relevante entender alguns termos relacionados à produção na fábrica do estudo em questão:

- a) **Tempo de produção líquida:** é o tempo utilizado para executar a produção realizada, considerando a capacidade nominal dos equipamentos.
- b) **Horas disponíveis a produção:** é o tempo de produção líquida mais os tempos de paradas internas às linhas (paradas de equipamentos, perda de desempenho e perdas por produtos não conformes).
- c) **Horas programadas:** são as horas disponíveis para produção mais tempo de paradas externas à linha (Tempo de Manutenção Programada, Tempo de fatores externos e Tempo de CIP – sanitização da máquina com ácido, SETUP – troca de produto, QA – qualidade assegurada, Treinamentos).
- d) **Horas confiáveis:** são as horas de funcionamento da máquina durante a produção programada.
- e) **Horas operadas:** são as horas de produção das máquinas durante o turno de trabalho.

Na figura 2 é possível verificar as fórmulas de cálculo utilizadas nos indicadores em questão:

FIGURA 2 – Fórmulas para cálculo dos indicadores industriais.

DISPONIBILIDADE	= $\frac{\text{Horas Disponíveis para a Produção}}{\text{Horas de Produção Programadas}}$
CONFIABILIDADE	= $\frac{\text{Horas Confiáveis}}{\text{Horas Disponíveis para a Produção}}$
OPERACIONALIDADE	= $\frac{\text{Horas Operadas}}{\text{Horas Confiáveis}}$
QUALIDADE	= $\frac{\text{Horas de Produção Líquida}}{\text{Horas Operadas}}$
OEE (ou Utilização de Ativos)	= $\frac{\text{Horas de Produção Líquida}}{\text{Total de Horas do Período}}$
Utilização de Linha	= $\frac{\text{Horas de Produção Líquida}}{\text{Horas de Produção Programadas}}$
Eficiência de Linha	= $\frac{\text{Horas de Produção Líquida}}{\text{Horas Disponíveis para a Produção}}$

Fonte: Dados da empresa (2018).

Em um primeiro momento houve resistência por parte dos técnicos de manutenção em utilizar o novo modelo. Isso ocorria devido ao fato de ser mais trabalhoso realizar o preenchimento depois que ocorresse a troca de turno, ou seja, no momento que o técnico já havia encerrado suas atividades. Para isso foi sugerido que o preenchimento fosse feito sempre após a ocorrência.

Com a adesão gradativa da nova análise, foi possível perceber o atingimento das metas estabelecidas pela organização no mês em questão, com destaque para o indicador de confiabilidade, que chegou a pouco mais de 80%. A confiabilidade é o quanto o equipamento produz sem quebra no período de produção programado pela organização. Com a aplicação das ferramentas foi possível conseguir informações mais confiáveis sobre as causas das ocorrências e, por conseguinte, tomar medidas preventivas tornando a manutenção mais efetiva. Na figura 4 tem-se os resultados obtidos com a novo método de análise, utilizando as duas novas ferramentas:

TABELA 2– Indicadores de despenho.

INDICADORES DE DESEMPENHO	Metas	
Fator de utilização	48,08%	-
Disponibilidade	82,69%	72,81%
Confiabilidade	83,88%	71,00%
Operacionalidade	91,18%	51,43%
Qualidade	99,89%	98,82%
Eficiência de linha bruta	76,48%	80,01%
Eficiência de linha	76,40%	80,01%
Utilização de Linha	63,17%	59,80%
Utilização de Ativos	30,37%	59,80%

RESULTADOS

Produção bruta (cx)	362.242
Produção líquida (cx)	362.838
DBL	0,11%
Capacidade da linha (cx/h)	1.598
Produção máxima no período (cx)	1.188.588
Produção no período (UC)	119.964
Produção máxima no período (L)	12.716.526
Produção (L)	3.867.234
Produção (UC)	681.091

Fonte: Autoria Própria (2018).

A operacionalidade dos equipamentos também obteve bom desempenho alcançando mais de 90% com relação a meta estabelecida pela organização. A qualidade obteve quase 100%, visto que este indicador quanto maior o resultado obtido, maior será a qualidade do produto e de cada um dos processos da empresa.

A utilização da linha de produção, ou seja, o quanto a minha linha como um todo conseguiu produzir dentro do programado, também obteve bom resultado, ficando acima da meta.

O senso crítico do corpo técnico ajudou significativamente para que os equipamentos, durante seu funcionamento, quebrassem menos, além de contribuir para que o PCM criasse mais planos de manutenção preventiva, que futuramente podem vir a se tornar uma ordem de serviço periódica fazendo parte da rotina do setor.

A implementação das ferramentas passou por um processo de resistência inicial, mas na medida em que mostrou sua efetividade trouxe maior adesão por parte da gestão e dos operários, pois o atingimento das metas estabelecidas pela empresa traz benefícios para todos na empresa em forma de produtividade, bônus, métricas de avaliação, etc.

Os processos podem se alimentar das mudanças geradas pelas novas ferramentas em uso já que se faz importante a constante atualização dos mesmos para que a organização se mantenha competitiva no mercado local, regional e global

4. CONCLUSÃO

O trabalho alcançou o objetivo principal de analisar a efetividade da aplicação das ferramentas 5W1H e 5 PORQUÊS quando apresentou os resultados e impactos da utilização das mesmas, bem como as mudanças ocasionadas no setor de manutenção e na postura dos operários.

Inicialmente apresentaram como obstáculos a cultura organizacional que permitia que os operários pouco se importassem com o registro de informações mais detalhadas, pois não se tinham ferramentas apropriadas em uso. O impacto da implantação por gerar a percepção de mais trabalho, mas que foi superado quando se transformou em trabalho de maior qualidade com a ampliação do foco em manutenção preventiva como um fator de redução da necessidade de manutenção corretiva.

Apesar de a análise ter mostrado resultados positivos, a mesma tem limitações de temporalidade, pois o horizonte temporal analisado precisa ser ampliado assim que tiverem mais dados e informações registradas ao longo dos meses e anos.

Considerando os resultados obtidos, sugere-se que a nova análise seja utilizada continuamente pelos técnicos de manutenção elétrica, mecânica e instrumentação, inclusive os analistas e técnicos de PCM e que sejam analisados os indicadores

mensalmente, identificando pontos de evolução e pontos que merecem atenção crítica no que diz respeito às falhas identificadas no processo de produção.

Vale ressaltar que a mudança será efetiva se todos os gestores de produção e manutenção servirem de exemplo para a implantação, continuando com as motivações, explicações, treinamentos e aproveitando as oportunidades para divulgação dos benefícios do uso do novo relatório, tendo o suporte da equipe de PCM da fábrica. O apoio da direção e gerência torna-se fundamental para a mudança cultural.

Assim, a busca pela melhoria contínua deve ser almejada, mesmo tendo alcançado resultados satisfatórios, todos devem continuar trabalhando a fim de que o crescimento da eficiência dos equipamentos possa ocorrer continuamente.

Para ampliar a percepção gerencial do trabalho aqui apresentado, bem como dar continuidade às pesquisas, sugere-se que seja feita uma análise com viés sustentável contemplando o *triplebottomline* (TBL) que abrange as dimensões social, ambiental e econômica que afetam a empresa objeto de estudo e comparar o impacto nas três dimensões antes e depois da implantação das ferramentas em questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referência- elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002.

BANDEIRA, A. A. **Rede de indicadores de desempenho para gestão de uma hidrelétrica**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.

GLASSER, William. **Administração de liderança: qualidade e eficácia com uma moderna técnica de gerenciamento: a teoria do controle**. Editora Best Seller, 1. ed., 1994.

KIYAN, F. M., **Proposta para desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico**. 118f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2001.

MEIRA, R. C. **As ferramentas para a melhoria da qualidade**. Porto Alegre: SEBRAE, 2003.

POLACINSKI, Edio, et al. **Implantação dos 5Ss e proposição de um SGQ para uma indústria de erva-mate**. *Gestão Estratégica: Empreendedorismo e Sustentabilidade* -

Congresso Internacional de Administração, 2012. Disponível em <<http://www.admpg.com.br/2012/down.php?id=3037%20&q=1>>Acessado em 12 set 2018.

WEISS, A.E. **Key business solutions: essential problem-solving tools and techniques that every manager needs to know**. Grã-Bretanha: Pearson Education Limited, 2011.

22

MULTIMEDIDOR DE CONSUMO ELÉTRICO¹

Maria Eli Carreiro Pinheiro²

Aislan Sousa Silva³

Joelma Oliveira Rodrigues⁴

Valéria Sousa Lima⁵

Centro Universitário Santo Agostinho



RESUMO

Diante da crise hídrica em nossos reservatórios e a constante utilização das usinas térmicas, as contas de energia estão cada vez mais onerosas. Devido à problemática atual uma das soluções buscadas para diminuir esse impacto financeiro é a eficiência energética, que nada mais é do que realizar a mesma produção com o um consumo menor de energia. Dessa forma, o presente resumo tem como objetivo apresentar um equipamento de medição de consumo de energia elétrica de residências e pequenas indústrias, que foi desenvolvido pelos autores desse estudo ao longo da disciplina de automação II do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade Santo Agostinho, pois uma forma de desenvolver tais medidas de eficiência energética é conhecer o quanto e quando é consumido e quais os equipamentos que mais consomem. Assim, acredita-se que o equipamento desenvolvido pelos autores para medir o consumo de uma residência ou equipamentos elétricos através da tensão, corrente e potência é uma ferramenta importante para a eficiência energética e também para a eficiência econômica, pois está associada a um método de produção mais barato e, seu acompanhamento de dados pode ser feito através da tela de LCD presente no produto, celular ou computador.

Palavras-Chave: medição, eficiência energética, curva de carga.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, 123mariaeli@gmail.com

³ Acadêmico do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, aislan.ss4@gmail.com

⁴ Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, joelma-live@outlook.com.br

⁵ Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, valeria.lima819@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente a energia elétrica está presente na maioria das atividades da sociedade moderna. No entanto, os reajustes das bandeiras tarifárias têm impactado cada vez mais na conta do consumidor e uma solução para esse problema é eficiência energética. “Eficiência que significa fazer mais (ou, pelo menos, a mesma coisa) com menos, mantendo o conforto e a qualidade” (EPE, 2009). Então é possível realizar as mesmas atividades consumindo menos, através de produtos mais econômicos e eficácia nos hábitos consumidores. O Selo Procel facilitou bastante à aquisição de produtos mais econômicos, as informações contidas nele ajudam a comparar a eficácia de produtos da mesma categoria. Porém, os hábitos consumidores e quanto consome cada etapa da produção são mais difíceis de ser analisados por que o único registro que se tem é dos kWh consumidos nos últimos 12 meses na conta de energia.

Neste sentido, o presente estudo tem com objetivo apresentar um equipamento de medição de consumo de energia elétrica. O multimedidor aqui apresentado tem a finalidade de detalhar de forma mais precisa esses hábitos, além de indicar quanto está sendo consumido, registrar em um determinado período e tornar possível a criação de uma curva de carga, fundamental para um projeto de eficiência energética e reduzir custos na produção tanto em curto prazo como em longo prazo, e isso ocorre por meio da medição da tensão, corrente e potência onde o máximo que o equipamento suporta é até 220V e 100A, capaz de suportar a carga de uma grande residência e pequenas indústrias. A leitura dos dados pode ser feita de forma instantânea pela tela de LCD presente no equipamento ou através de computadores e celulares, pois o mesmo envia por Bluetooth até 10m. No computador, através do EXCEL é possível fazer a curva de carga e ter um estudo mais minucioso, em que os registros de um determinado período podem ser armazenados.

MATERIAL E MÉTODOS

Como o objetivo é medir tensão, corrente, potência, transmitir via *bluetooth* e fazer a curva de carga no EXCEL. Será necessário um circuito para medir corrente e outro para tensão, a potência pode ser obtida através da programação do arduino, pois segundo a lei

de Ohms ela é o produto da tensão e corrente. Também é necessário um circuito para o *bluetooth* e para o LCD, então o equipamento consiste de 4 circuitos independentes conectados ao arduino. Já na transmissão como os dados não são enviados em formato de texto é preciso do Software CoolTerm que salva no bloco de notas e torna viável importar os dados para o EXCEL.

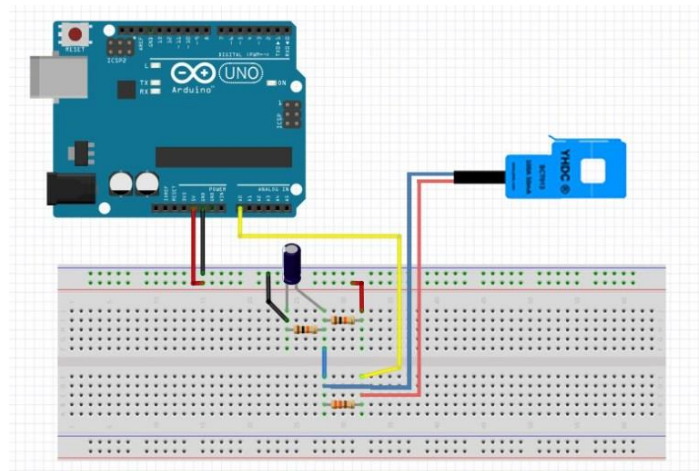
Os materiais necessários para o desenvolvimento do equipamento estão descritos abaixo:

- Arduino uno;
- Módulo HC-05;
- Resistor 330 Ω ;
- Resistir 650 Ω ;
- Potenciômetro 10k;
- Sensor 127-220V;
- Sensor de corrente não invasivo 100A SCT-013;
- 02 resistores 10k Ω ;
- 01 resistor 33 Ω e 10W;
- Capacitor 10uF;
- Protoboard;
- Fios jumper;
- Cabo de teste;
- Display LCD 16x2;
- 01 Caixa 22x22x12;
- Botão Liga/Desliga.

Primeiramente será tratado sobre o circuito de corrente, o sensor escolhido foi o SCT-013 e tem como principal vantagem, o fato de não precisar de qualquer alteração no circuito para medir a corrente elétrica alternada, apenas enrola ele em um dos fios ligados ao equipamento a ser monitorado. “a corrente (em ampères) através de uma área é a quantidade de carga que passa através dessa área na unidade do tempo”.(SADIKU, Matthew N. O., 2012). Essa citação nos explica como o sensor funciona e porque não há saída de tensão nele, por isso é necessário um capacitor para o arduino poder fazer a leitura

dos dados e também associar em série resistores de $10k\Omega$ e colocar em paralelo com o de 33Ω para a proteção do arduino porque a corrente é maior do que ele suporta. Como podemos observar na Figura 01.

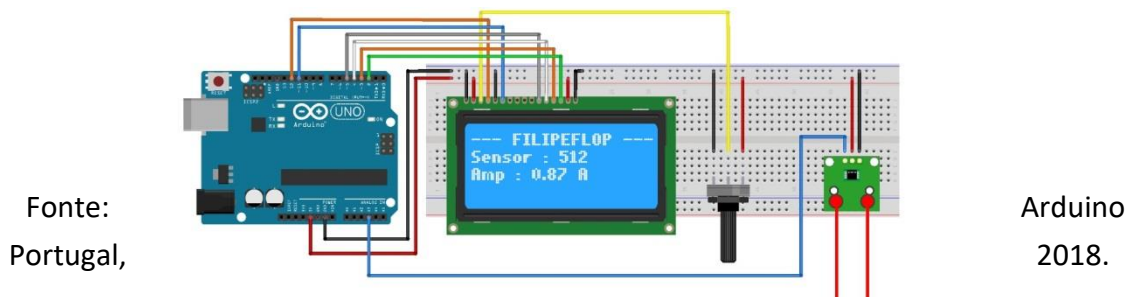
Figura 01: circuito de medir corrente.



Fonte: Demetras, Ezequiel. 2017.

Para o circuito de tensão, O sensor é de 127-220V e tem a capacidade de detectar tensão alternadas, para maior segurança do sensor vem aptoacoplador onde faz isolamento da rede AC e DC, além disso conta com três pinos que são VCC, GND E OUT, podendo assim fazer a análise do nível de tensão e também dando informações precisas em tempo real. Na figura abaixo possui também o circuito do LCD que possui um potenciômetro para variar o contraste da tela.

Figura 02: circuito do LCD e medir de tensão



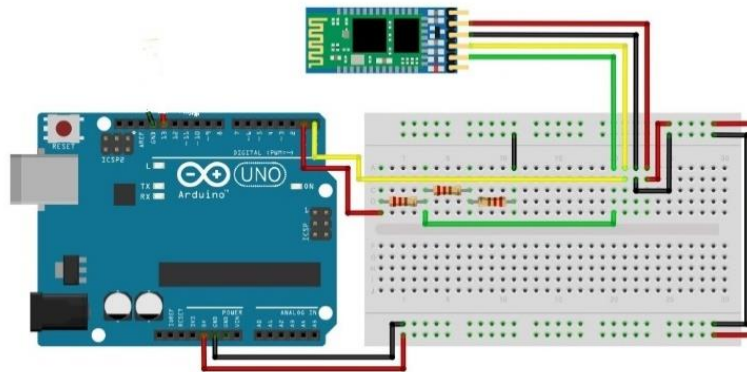
Fonte:
Portugal,

Arduino
2018.

A transmissão de bluetooth na figura 03, onde o Módulo HC-05 faz uma forma mais fácil de comunicação pois ele pode agir no modo mestre ou no modo escravo ,pode ser

alimentado de 3,3 a 5,0 V, Frequência 2,4GHz Banda ISM, Sensibilidade igual ou maior que 84dBm com 0,1% BER, Velocidade Síncrona 1Mbps/1Mbps. Para a proteção do módulo é feita uma associação em série de resistores de 330Ω e 650Ω .

Figura 03: circuito de transmissão via bluetooth.



Fonte: Thomson, Adilson. 2015

Todos esses circuitos serão montados no protoboard e testada. Depois de concluída a montagem é feita a programação, que comandará todo o sistema. São necessárias as bibliotecas Wire para o sensor de tensão; LiquidCrystal para a tela de LCD e o EmonLib para o sensor de corrente, então é nomeado cada variável e identificado os pinos em que estão conectados. No void setup há a calibração do sensor de corrente, onde a corrente de entrada (100A) é dividido pela tensão de saída (0,05A) resultando 2000, esse valor dividido pela resistência da saída (33Ω) resulta o valor da calibragem que é 60, 0606.

Figura 05: programação no arduino parte I.



```
sketch_may06a
#include <Wire.h>
int tensao=A1;
float valortensao;
int amostragem = 1000;
float mediaTotal = 0;
float valorFinal = 0;
#include<LiquidCrystal.h>
int seg=0;
int minu=0;
int hor=0;
int dia=0;
LiquidCrystal lcd(11, 10, 5, 4, 3, 2);
#include "EmonLib.h"
EnergyMonitor SCT013;
int pinSCT= A0;
int potencia;

void setup()
{
  analogReference(DEFAULT);
  lcd.begin(16,2);

  SCT013.current(pinSCT, 61.0606);
  Serial.begin(9600);
  pinMode (tensao, INPUT);
  delay(500);
```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

No void loop é feita a calibragem do sensor de tensão, como ele utiliza outra unidade de medida pegamos essa grandeza e através da relação de diretamente proporcional associamos com a tensão medida em uma tomada qualquer com um multímetro, o resultado é o valor final. Também foi feito um cronograma para mensurar o tempo medido e qual o horário de cada medição, informações importantes para curva de carga. Como o programa é extenso e o arduino leva mais tempo para fazer a leitura completa e gera um atraso em média de 2 segundos, por isso o minuto tem apenas 30,5 segundos.

Nas Figuras 07 e 08 há a nomeação da tela do LCD, teremos corrente, tensão, potência e o cronograma.

Figura 06: programação no arduino parte II.

```

sketch_may06a

void loop() {

  valorFinal= 0;
  mediaTotal = 0;

  for (int index=0; index < amostragem; index++){
    valortensoao = analogRead (tensoao);
    mediaTotal= mediaTotal + valortensoao;
    delay(1);
  }
  mediaTotal = mediaTotal/amostragem;
  if((mediaTotal > 100) & (mediaTotal < 500)){
    valorFinal = ((mediaTotal*5)/1023)*124.68;
  }
  double Irma = SCT013.calcIrma(1480);
  potencia = Irma*tensoao;

  static unsigned long ult_tempo = 0;
  int tempo = millis();
  if(tempo-ult_tempo>=1000)
  {
    ult_tempo = tempo;
    seg++;
  }

  if(seg>=30.5)
  {

```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 07: programação no arduino parte III

```

sketch_may06a
if(seg>=30.5)
{
  seg = 0;
  minu++;
}
if(minu>=60)
{
  minu = 0;
  seg = 0;
  hor++;
}
if(hor>=24)
{
  hor=0;
  minu=0;
  dia++;
}
Serial.print( Irma);
Serial.print(" ");
Serial.print( valorFinal);
Serial.print(" ");
Serial.print( potencia);
Serial.print(" ");
Serial.print(hor);
Serial.print(":");

```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 08: programação no arduino IV.

```

lcd.print(hor);
lcd.setCursor(10,0);
lcd.print(":");
lcd.setCursor(11,0);
lcd.print(minu);
lcd.setCursor(13,0);
lcd.print(":");
lcd.setCursor(14,0);
lcd.print(seg);

delay(500);
}

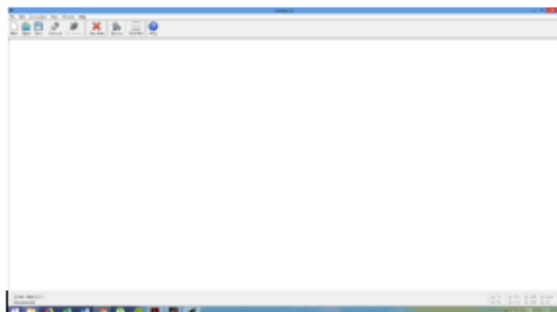
```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Após montar, programar, testar e aprovar, o circuito será transferido do protoboard para uma placa de cobre e ajustado a caixa de MDF. A transmissão via bluetooth é bem simples, por isso não há necessidade de programação, porém é necessário a utilização do Software TermCool que permite que os dados coletados pelo arduino seja registrado no bloco de notas já no formato de texto. Depois de registrado e salvo, os dados são importados para o EXCEL. É muito importante lembrar que o arduino utiliza ponto, enquanto o Excel utiliza vírgula entre as casas decimais; então tem que haver a substituição o quanto antes para não dar erro nas fórmulas.

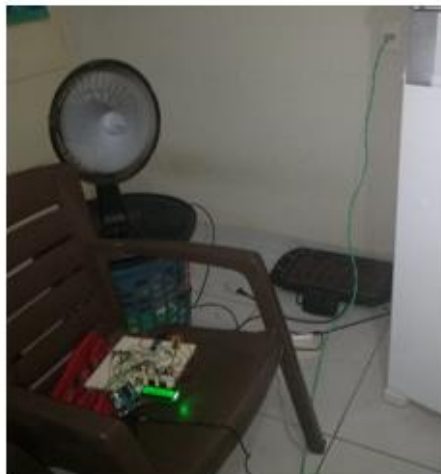
Na figura 09 temos a interface desse software de fácil manuseio. Na figura 10 a primeira coluna é corrente, a segunda é tensão, a terceira é potência e a quarta é o cronograma. Perceba que o arduino separa as casas decimais por meio de ponto enquanto o EXCEL utiliza vírgula, então há necessidade de substituir o ponto pela vírgula para não haver erro nas fórmulas.

Figura 09: interface do TermCool.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 10: teste do equipamento ainda no protoboard.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Para medir o consumo de uma residência foi necessário conectar no quadro de distribuição para medir a corrente e para medir a tensão usou-se uma tomada, como está demonstrado na figura 12.

Figura 11: equipamento pronto.



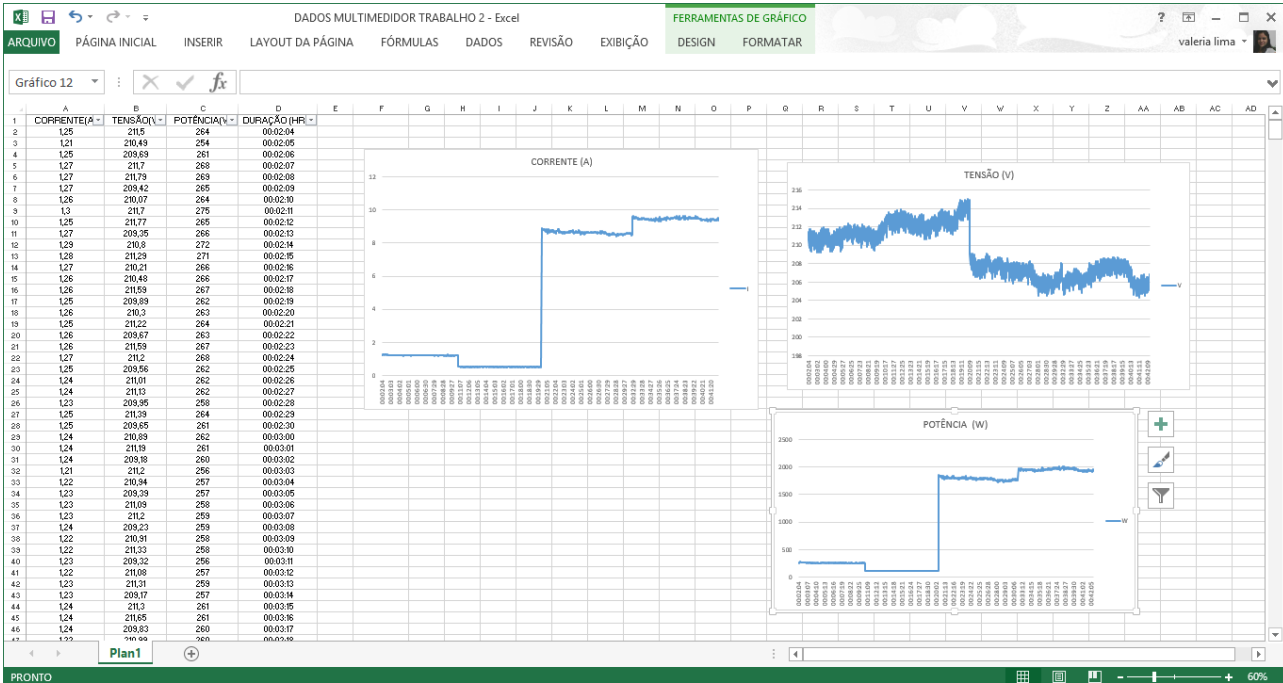
Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

Figura 12: medição do consumo de uma residência.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

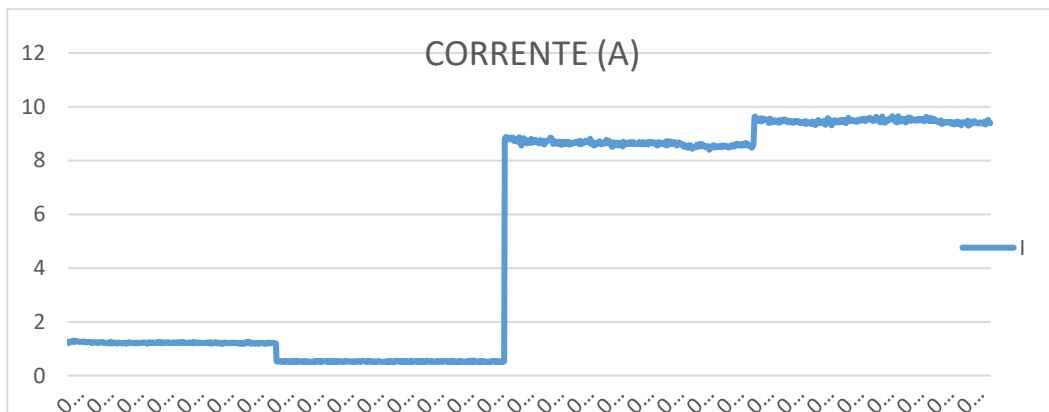
Figura 13: dados no EXCEL.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

Para teste, colocamos o multimedidor durante 40 minutos em ponto da cozinha de uma residência em que se utilizava vários equipamentos. No primeiro momento está ligado um ventilador e uma geladeira, no segundo momento o ventilador é desligado, no terceiro momento uma grelha elétrica é ligada e, no quarto momento, o ventilador volta a ser ligado. Os resultados podem ser observados nos gráficos abaixo:

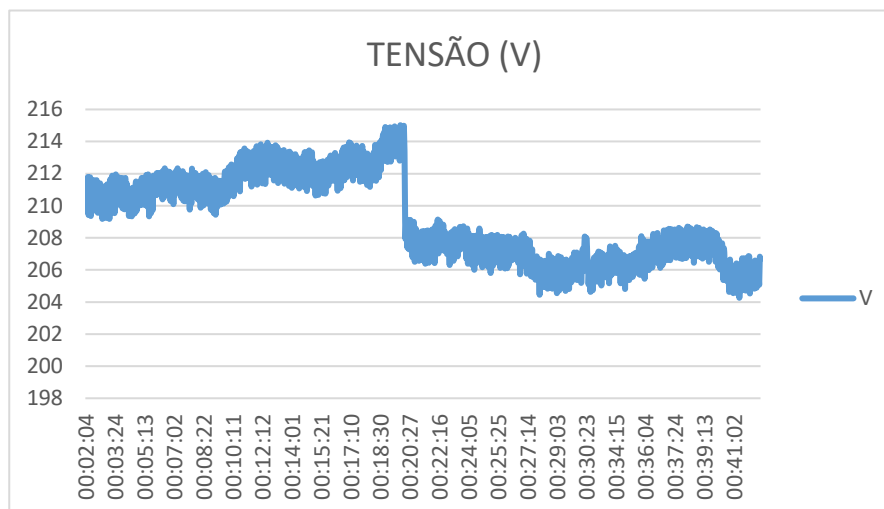
Gráfico 01: curva da corrente.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Nota-se uma elevada corrente quando a grelha elétrica é ligada, pois o componente fundamental para a conversão de energia elétrica em energia térmica é resistor: “a potência dissipada em um resistor é uma função não linear da corrente ou tensão” (ALEXANDER & SADIKU, 2013).

Gráfico 02: curva da tensão.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

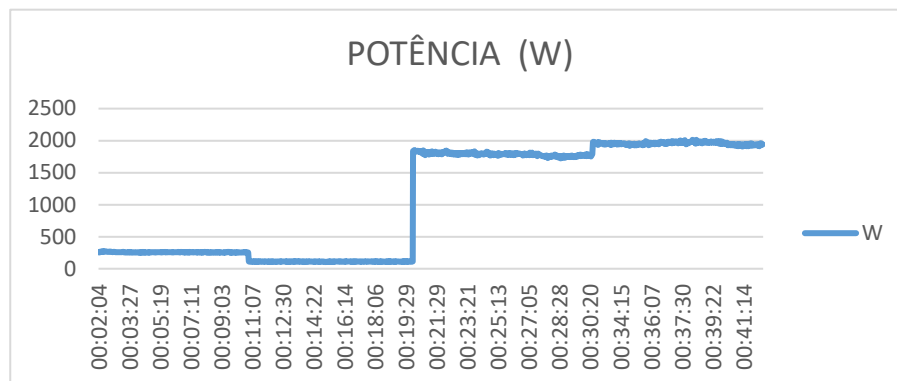
No gráfico da tensão, no momento que há conexão de vários aparelhos ao mesmo tempo em apenas um ponto há uma queda de tensão. Como confirma a lei de KirChhoff para tensão (LTK). Expresso matematicamente, a LTK, ou lei de malhas, afirma que

$$\sum_{m=1}^M V_m = 0$$

“Onde M é o número de tensões no laço (ou o número de ramos no laço) e V_m é a m-ésima tensão” (ALEXANDER & SADIKU, 2013).

Podemos concluir que o ponto de conexão é o laço e os ramos são os aparelhos, por isso há queda de tensão.

Gráfico 03: curva de carga.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Por fim, tem-se a curva de carga indicando o período em que foi medido. Nota-se que a queda na potência causada pela retirada do ventilador no segundo momento é o mesmo aumento quando ele é conectado novamente. A churrasqueira elétrica além de aumentar o pico máximo, também ocasionou variação que até então era linear. Esses resultados nos possibilita uma análise para desenvolver um método tecnicamente eficiente, isso se dá através da otimização dos resultados. Como explica a citação a seguir:

A otimização dos resultados da firma poderá ser conseguida quando for possível alcançar um dos dois objetivos seguintes:

- a) maximizar a produção para um dado custo total; ou
- b) minimizar o custo total para um dado nível de produção.

(VASCONCELLOS & GARCIA, 2014)

A maximização da produção exige um planejamento, através da análise do consumo de energia de um equipamento e do seu desempenho na produção é possível ver quais estão sobrecarregados ou ociosos. Assim, é possível saber por onde começar a otimização dos métodos de produção. Também diminui custos a longos prazos, pois saberá qual equipamento que está tendo um bom rendimento e qual pode ser substituído por outro mais eficiente, evitando gastos desnecessários. Como a energia é um custo direto, ou seja,

varia conforme a produção, para produzir mais precisa de mais equipamentos operando ou mesma quantidade operando por período maior. Para minimizar os custos uma forma é estudando os picos nas curvas de cargas, pois nos mostra onde deve ter medidas a fim de diminuir o consumo obtendo uma economia de custo a curto prazo.

CONCLUSÕES

Na sociedade contemporânea, a energia elétrica é considerada algo indispensável no cotidiano das pessoas, tanto para o conforto, como para o desenvolvimento da qualidade de vida do ser humano, dentre outros aspectos. Diante do que foi exposto e analisado, devido a problemática atual da crise hídrica nos reservatórios de água, a constante utilização das usinas térmicas, e conseqüentemente as contas de luz se tornam cada vez mais onerosas, entende-se que uma das soluções buscadas para diminuir esse impacto financeiro e, também, econômico é a eficiência energética.

Dessa forma, o presente estudo trouxe um aparelho de medição do consumo de energia elétrica de uma residência que foi desenvolvido pelos autores, como uma forma de desenvolver medidas de eficiência energética e conhecer o quanto e quando é consumido e quais os equipamentos que mais consomem, através da tensão, corrente e potência.

A partir do que foi desenvolvido, entende-se que o aparelho é uma ferramenta importante para a eficiência energética e também para a eficiência econômica. É possível uma leitura instantânea pelo celular e pelo próprio equipamento e pode ser também utilizado para detectar pontos quentes. Já em relação a curva de carga é interessante deixar medindo durante uma semana para ter acesso aos hábitos e picos máximos de consumo da residência, dessa forma fica mais fácil para elaborar um projeto de eficiência energética sabendo quais os equipamentos que mais consomem e como eles são utilizados. Os projetos de eficiência energética resultam em eficiência econômica, pois influência no planejamento da produção, reduz os custos a curto e longo prazo, conseqüentemente produtos mais baratos e mais competitivos no mercado. Ao terminar o estudo, é necessário

ressaltar o crescimento e amadurecimento dos pesquisadores e, a pesquisa constitui-se em um processo que deve instigar novas discussões e suscitar novas interrogações.

REFERÊNCIAS

o que é eficiência energética. (2007). Acesso em 15 de setembro de 2018, disponível em www.inee.org.br: http://www.inee.org.br/eficiencia_o_que_eh.asp?Cat=eficiencia

ALEXANDER, C. K., & SADIKU, M. N. (2013). *Fundamentos de circuitos elétricos*. Porto Alegre: Bookman.

DEMETRAS, E. (30 de outubro de 2017). *SCT-013 - SENSOR DE CORRENTE ALTERNADA COM ARDUINO*. Acesso em 15 de abril de 2018, disponível em portal.vidadesilicio.com.br: <https://portal.vidadesilicio.com.br/sct-013-sensor-de-corrente-alternada/>

EPE. (2009). *EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA*. Acesso em 12 de setembro de 2018, disponível em www.epe.gov.br: <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/eficiencia-energetica>

Portugal, A. (março de 2018). *Circuito_LCD_20x4_ACS714*. Acesso em 20 de abril de 2018, disponível em www.arduinoportugal.pt: <https://www.arduinoportugal.pt/image-sitemap-1.xml>

SADIKU, Matthew N. O. (2012). *Elementos de eletromagnetismo*. Porto Alegre: Bookman.

THONSEM, A. (06 de JULHO de 2015). *Tutorial Módulo Bluetooth com Arduino*. Acesso em 20 de ABRIL de 2018, disponível em www.fliflop.com: <https://www.filipeflop.com/blog/tutorial-modulo-bluetooth-com-arduino/>

VASCONCELLOS, M. A., & GARCIA, M. E. (2014). *Fundamentos da Economia*. São Paulo: Saraiva.



23

ESPERANÇA PARA PORTADORES DE ATROFIA MUSCULAR ESPINAL: EVIDÊNCIAS DA EFICÁCIA DO NUSINERSEN¹

Débora Cosse Silva²
Carla Kellen Lima Sousa³
Carmem Leide Viana da Silva⁴
Daniely Sousa de Oliveira⁵
Jadna Silva Franco⁶
Walicy Cosse Silva⁷
Karine de Magalhães Nogueira Ataíde⁸
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

A Atrofia Muscular Espinal (AME) é tida como uma grave doença de origem genética responsável por causar mais mortes infantis principalmente por insuficiência respiratória. Desta forma, este estudo teve como objetivo identificar por meio de análise das publicações científicas as evidências da eficácia do nusinersen para o tratamento da AME. Realizou-se um estudo de revisão sistemática da literatura por meio dos sites de busca *online* BVS e PUBMED, com os descritores: Atrofia muscular espinal, Nusinersen e Tratamento. Adotou-se a Estratégia PICO para a busca dos artigos, incluindo apenas ensaios clínicos publicados nos últimos cinco anos, com texto completo, em português ou inglês. A partir da análise dos resultados foram selecionados 4 estudos para compor os resultados. Observou-se nos estudos que a administração do nusinersen por meio de punção lombar apresentou resultados positivos em crianças diagnosticadas com AME. Os pacientes apresentaram melhora da função motora, da sobrevida, e poucos eventos adversos. A maioria dos eventos

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Discente do Curso de Bacharelado em Farmácia no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: deboracosse996@gmail.com

³ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: carlakellenEnfermagem@gmail.com

⁴ Enfermeira obstétrica da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER. E-mail: carmenleide@hotmail.com

⁵Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: danielysaude10@gmail.com

⁶Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: jadasfranco@outlook.com

⁷Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: cosse.walicye174.wc@gmail.com

⁸Doutoranda em Biologia Molecular e Celular aplicada à Saúde pela ULBRA. E-mail: karine_nogueira@hotmail.com

adversos como vômitos, cefaleia e dor lombar foram atribuídas à punção e não à droga. Conclui-se que o nusinersen é eficaz no tratamento de crianças com AME.

Palavras-Chave: Nusinersen, Atrofia Muscular Espinal e Tratamento.

INTRODUÇÃO

A Atrofia Muscular Espinal (AME) é tida como a doença de origem genética responsável por causar mais mortes infantis por insuficiência respiratória. Sua frequência é estimada em 1 caso em cada 40 a 67. A apresentação mais comumente vista dessa patologia é resultante de mutação no gene de sobrevivência do neurônio motor I (SMN1), responsável pela funcionalidade dos neurônios motores. Essa mutação resulta em deficiência da proteína SMN. Já o gene de sobrevivência do neurônio motor II (SMN2) é responsável por produzir uma pequena quantidade de proteína SMN funcional, sendo reconhecido o principal modulador do fenótipo SMA (FARRAR *et al.*, 2016).

A ausência homocigótica do gene SMN1 é responsável por levar a um processo de degeneração dos neurônios motores da coluna vertebral, com repercussões negativas na transmissão de sinais do sistema nervoso aos músculos. A atrofia muscular é a principal manifestação patológica dessa doença, com presença de fraqueza muscular (SEFARIAN *et al.*, 2015).

Sendo quase idêntico ao SMN1, O SMN2 é capaz de produzir uma pequena quantidade de proteína SMN, que está associada a uma menor gravidade da doença. Portanto, a partir dessa observação, estratégias farmacológicas têm sido propostas para tratamento da AME a partir do processo de estimulação da transcrição de SMN2 (KISSEL *et al.*, 2014). Assim, esse estudo tem como objetivo identificar por meio de análise das publicações científicas as evidências da eficácia do nusinersen para o tratamento da AME.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo configura-se em uma revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa, tendo como problema de pesquisa: Quais as evidências científicas da eficácia do nusinersen no tratamento da Atrofia Muscular Espinal?

A busca de dados foi realizada no banco de dados *online* da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Publisher Medline* (PubMed), usando os descritores/Palavras-chave Atrofia Muscular Espinal, Nusinersen e Tratamento e seus correspondentes em inglês *Muscular SpinalAtrophy*, *Nusinersen* e *Treatment*.

Para a busca dos dados adotou-se a Estratégia PICO (P = população ou problema, I = intervenção, C = comparação, e O = resultados), por meio da qual foram construídas as equações de busca, como é possível observar no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Estratégia PICO para busca de dados nas bases de dados. Teresina, 2018.

Acrônimo	Descritor/Palavras-chave	Equação de busca
P	Atrofia Muscular Espinal / <i>Muscular SpinalAtrophy</i>	(tw:(Atrofia Muscular Espinhal)) / <i>Muscular SpinalAtrophy</i>
I	Nusinersen / <i>Nusinersen</i>	(tw:(Nusinersen)) / <i>Nusinersen</i>
C	-	-
O	Tratamento / <i>Treatment</i>	(tw:(Tratamento)) / <i>Treatment</i>
Equação geral de busca	BVS= (tw:(Atrofia Muscular Espinal)) AND (tw:(Nusinersen)) AND (tw:(Tratamento))	
	PUBMED = ((Spinal Muscular Atrophy) AND Nusinersen) AND Treatment	

Fonte: Pesquisa direta. 2018.

Após a busca inicial por meio das equações de pesquisa formuladas, foram encontrados 13 resultados na BVS, e 80 resultados na PubMed. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão da pesquisa, a saber, artigos completos, publicados nos últimos 5 anos, do tipo estudo de ensaios clínicos, que propuseram a analisar a eficácia do medicamento para tratamento da AME. Apareceram então 10 artigos na BVS e 6 na PubMed. Após a análise dos resultados, foram excluídos os textos incompletos, artigos que não abordaram o problema da pesquisa e resultados duplicados. Assim, apenas 4 artigos se apresentaram em conformidade ao problema e objetivo deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos artigos com alguma referência ao uso do nusinersen para o tratamento da AME, observou-se a presença de apenas 4 ensaios clínicos para o estudo da

eficácia do medicamento, todos publicados em revistas internacionais. Desta forma, os 4 artigos selecionados estão dispostos no Quadro 2 abaixo, seguindo a linha de raciocínio dos autores Chiriboga *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) e Mercuri *et al.* (2018), respectivamente.

Quadro 2 – Caracterização dos ensaios clínicos selecionados para a pesquisa. Teresina, Piauí, 2018.

Título do estudo	População/Problema	Tratamento	Resultados
<i>Results from a phase 1 study of nusinersen (ISIS-SMNRx) in children with spinal muscular atrophy.</i>	Pacientes entre 2 e 14 anos com AME grau 2 ou 3.	Administração de quatro níveis ascendentes de dose única (1, 3, 6 e 9 mg) em coortes de 6 a 10 participantes.	Administração intratecal bem tolerado, farmacocinética prolongada, e melhoria da função motora dos pacientes.
<i>Treatment of infantile-onset spinal muscular atrophy with nusinersen: a phase 2, open-label, dose-escalation study.</i>	Pacientes de ambos os sexos entre 3 semanas e 7 meses de idade com sinais e sintomas da AME.	Administração intratecal feita através de punção lombar em concentração de 1-2 mg / mL (6mg) ou 2,4 mg / mL (12mg)	Segurança e tolerabilidade aceitáveis, e melhorias nos escores da função motor.
<i>Nusinersen versus Sham Control in Infantile-Onset Spinal Muscular Atrophy.</i>	Bebês de 7 meses de idade ou menos com manifestação de sinais e sintomas da AME até os 6 meses.	Administração de nusinersen em doses ajustadas para o líquido cefalorraquidiano para a idade (12mg). Grupo controle recebeu apenas simulação da administração, sem o medicamento.	Melhor taxa de sobrevivência e melhoria da função motora nos bebês que receberam a aplicação do medicamento.
<i>Nusinersen versus Sham Control in Later-Onset Spinal Muscular Atrophy.</i>	Pacientes entre 2 e 12 anos de idade com manifestação dos sinais e sintomas da AME a partir dos 6 meses de idade.	Administração intratecal de nusinersen a uma dose de 12mg (grupo nusinersen) ou um procedimento simulado (grupo controle).	As crianças que receberam administração de nusinersen apresentaram melhora da função motora em comparação às crianças do grupo controle.

Fonte: Pesquisa direta.

A partir da análise dos 4 estudos incluídos na pesquisa, observou-se que os resultados se apresentaram como satisfatórios quanto à eficácia do nusinersen para tratamento da AME. Em todos os estudos o procedimento de administração do medicamento foi o mesmo, através de punção lombar. Nos estudos de Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) e Mercuri *et al.* (2018) foram trabalhadas dosagens de 12mg para as administrações, e no estudo de Chiriboga *et al.* (2016) dosagens de 1, 3, 6 e 9mg, mostrando pouca variação na concentração da droga. Quando à idade das crianças em cada ensaio, os estudos de Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) trabalharam com crianças de até 7 meses de idade, enquanto os estudos de Chiriboga *et al.* (2016) e Mercuri *et al.* (2018) trabalharam com crianças entre 2 e 14 anos, e 2 e 12 anos respectivamente. Dessa forma, observou-se que os estudos trabalharam com crianças com perfis semelhantes, que fortalecem os resultados demonstrados.

Em todos os estudos foi observado melhoria da função motora das crianças que receberam a administração do nusinersen, com melhoria também da sobrevida. Os resultados dos estudos também foram semelhantes ao mostrarem que a droga apresentou boa tolerância e segurança nas concentrações administradas. Eventos adversos como cefaleia, dor lombar e vômitos foram atribuídos ao procedimento de punção lombar (CHIRIBOGA *et al.*, 2016; FINKEL *et al.*, 2016).

A AME evolui com diferentes graus de comprometimento, dependendo do nível de deficiência do SMN. Dessa forma sua classificação leva em consideração o tempo em que se manifesta a doença, o estado clínico e o possível prognóstico. A AME1 é a forma mais grave, manifesta-se entre os 2 a 6 meses principalmente, com a criança em estado de hipotonia grave, podendo ir a óbito ou permanecer vivo por cerca de 2 anos na ventilação mecânica. Na AME2 o tempo de surgimento é dos 6 a 18 meses, com fraqueza e incapacidade de andar sozinho, podendo viver até a idade adulta. Na AME3 as manifestações são menores, podendo o indivíduo viver normalmente, embora possa perder com o tempo a capacidade de andar. Já a AME4 é a que ocorre com menor grau de comprometimento, podendo o indivíduo viver normalmente (FARRAR *et al.*, 2016).

Dessa forma, o mecanismo proposto para a ação do nusinersen se dá através de ação sobre a proteína SMN, elevando suas concentrações, o que favorece o

desenvolvimento neuronal mais adequadamente. Sua administração ocorre por via intratecal diretamente no líquido cefalorraquidiano (LCR), de onde se distribui pela medula e cérebro, estimulando a produção de SMN funcional, de modo a contrabalancear o defeito genético do SMN1 (HACHE *et al.*, 2016; MESSINA *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se a partir do estudo, que a AME é uma doença genética grave que pode alterar severamente a vida do indivíduo acometido, podendo levar até mesmo ao óbito pela falta de funcionamento muscular e motor adequado.

Assim, em concordância com o objetivo estabelecido, evidenciou-se a partir da análise dos ensaios clínicos que o nusinersen, embora ainda muito novo no mercado, já apresenta estudos com alto nível de evidências, que descrevem seus efeitos positivos sobre a doença, a partir de conclusões em testes e pesquisas realizadas, como melhoria da força muscular e função motora, boa tolerabilidade e poucos eventos adversos.

REFERÊNCIAS

CHIRIBOGA, C. A. *et al.* Results from a phase 1 study of nusinersen (ISIS-SMNRx) in children with spinal muscular atrophy. **Neurology**, v. 86, n. 10, p. 890-97, 2016.

FARRAR, M. A. F.; *et al.* Emerging Therapies and Challenges in Spinal Muscular Atrophy. **ANNALS of Neurology**, v. 81, n. 2, p. 355-68, 2016.

FINKEL, R. S.; *et al.* Nusinersen versus sham control in infantile-onset spinal muscular atrophy. **New England Journal of Medicine**, v. 377, n. 18, p. 1723-32, 2017.

FINKEL, R. S.; *et al.* Treatment of infantile-onset spinal muscular atrophy with nusinersen: a phase 2, open-label, dose-escalation study. **The Lancet**, v. 388, n. 10063, p. 1-10, 2016.

HACHE, M.; *et al.* Intrathecal Injections in Children With Spinal Muscular Atrophy: Nusinersen Clinical Trial Experience. **Journal of Child Neurology**, v. 31, n. 7, p. 899-906, 2016.

KISSEL, J. T.; *et al.* Sma valiant trial: a prospective, double-blind, placebo-controlled trial of valproic acid in ambulatory adults with spinal muscular atrophy. **Muscle Nerve**, v. 49, n. 2, p. 187-92, 2014.

MERCURI, E.; *et al.* Nusinersen versus sham control in later-onset spinal muscular atrophy. **New England Journal of Medicine**, v. 378, n. 7, p. 625-635, 2018.

MESSINA, N.; *et al.* Expanded access program with Nusinersen in SMA type I in Italy: strengths and pitfalls of a successful experience. **Neuromuscular Disorders**, v. S0960-8966, n. 17, p. 31211-7, 2017.

SEFARIAN, A. M.; *et al.* Upper Limb Evaluation and One-Year Follow Up of Non-Ambulant Patients with Spinal Muscular Atrophy: An Observational Multicenter Trial. **PLOS ONE**, v. 10, n. 14, p. 1-16, 2015.

24

ANÁLISE DAS INTOXICAÇÕES POR MEDICAMENTOS EM PICOS-PI¹

Gabriel Felício Gomes – UNIFSA²
Maria Camila Leal de Moura – UNIFSA³
Verônica Lorranny Lima Araújo – UNIFSA⁴
Lala Thais de Sousa Morais – UNIFSA⁵
Ingrid Maria Eustórgio Nascimento – UNIFSA⁶
Vinicius Duarte Pimentel – UNIFSA⁷
Gisele Lopes Cavalcante – UFPI⁸
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho – NASSAU⁹



RESUMO

Introdução: Os medicamentos apesar de serem produtos com finalidade profilática e curativa, são potencialmente causadores de danos à saúde e constituem agentes responsáveis por intoxicações, constituindo-se de um grave problema de saúde pública visto que resulta no aumento de hospitalizações e óbitos. O objetivo desta pesquisa foi descrever o perfil de intoxicações exógenas por medicamentos na população da macrorregião de Picos. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa documental, de caráter descritivo, transversal e retrospectivo. Os dados foram coletados através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e processados no Microsoft Excel. **Resultados e Discussão:** Avaliando-se as variáveis como faixa etária, sexo, circunstância, tipo de exposição da intoxicação no recorte temporal de 2007 a 2017. Os resultados demonstram que o ano com maior número de casos foi 2016 com 199 notificados onde a faixa etária de maior destaque foi a de 20-39 anos com 394 casos. No que se refere às circunstâncias, demonstrou-se que as intoxicações ocorreram principalmente por tentativa de suicídio com 468 casos, e estes podem ser ainda maiores devido a possíveis subnotificações. **Conclusões:** O estudo desses agravos contribui no planejamento de intervenções seja para controle, promoção do uso racional de medicamentos ou desenvolvimento de estratégias para minimizar esta problemática,

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

³Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁴Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁵Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁶Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁷Graduando em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁸Mestranda em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI;

⁹Biomédico formado pela Faculdade Maurício de Nassau.

corroborando com a discussão de medidas que devem ser tomadas sobre à questão do acesso aos medicamentos.

Palavras-chave: Intoxicação; Medicamento; Toxicologia; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

Intoxicação é definida como a manifestação clínica dos efeitos nocivos produzidos em um organismo vivo como resultado de sua interação com substâncias químicas exógenas. Os medicamentos apesar de ser um produto farmacêutico com finalidade profilática e curativa são potencialmente causadores de danos à saúde do indivíduo e constituem um dos principais agentes responsáveis por intoxicações em diferentes países (SILVÉRIO; LEITE, 2010; MOTA *et al.*, 2012).

A grande utilização de medicamentos no Brasil favorece o surgimento de problemas relacionados a estes produtos. De 1993 a 2006, foram registrados no país, pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), 217.512 casos de intoxicação humana. Nesse período, os medicamentos se destacaram entre os agentes tóxicos, contribuindo com 27% dos casos registrados, ocupando o primeiro lugar nas estatísticas relativas a intoxicações. O crescimento desta problemática em todo o país, especialmente em cidades subdesenvolvidas, coloca as intoxicações medicamentosas como um grave problema de saúde pública (MOTA *et al.*, 2012).

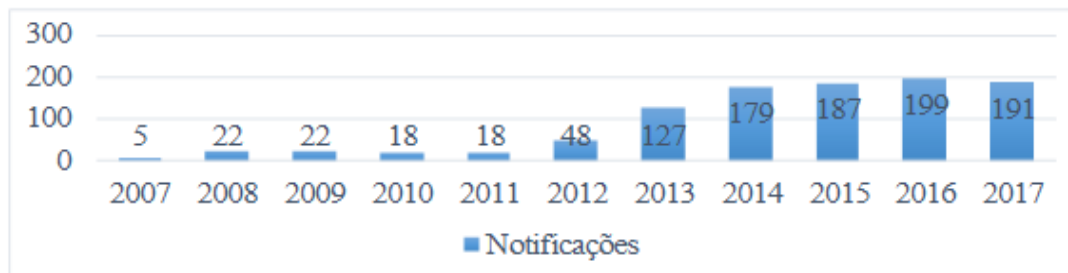
Mediante o exposto, o presente trabalho tem por objetivo descrever o perfil das intoxicações exógenas por medicamentos, na população da macrorregião de Picos entre 2007 e 2017 a partir de uma análise criteriosa dos dados do DATASUS.

MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa documental, de abordagem quantitativa, caráter descritivo, transversal e retrospectivo. Os dados de intoxicações por medicamentos foram coletados através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e processados no Microsoft Excel. As variáveis avaliadas foram: faixa etária e circunstâncias da exposição no recorte temporal de 2007 a 2017 delineando-se como local de estudo a macrorregião de Picos-PI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

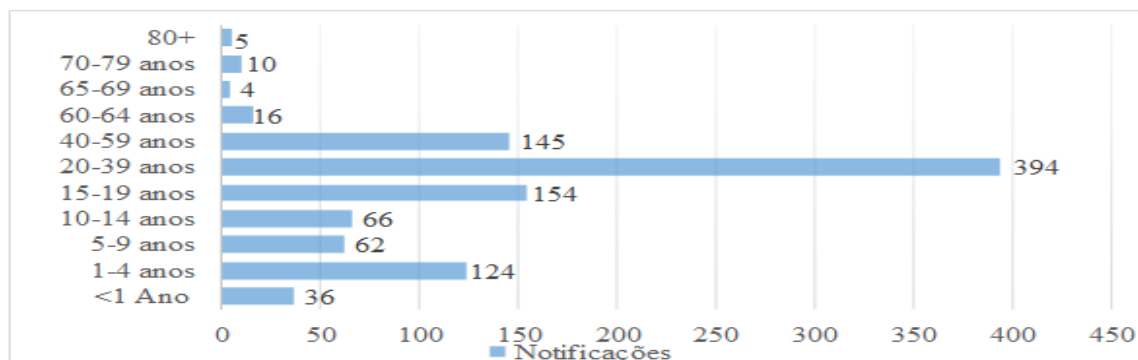
Gráfico 1. Total de notificações de intoxicações exógenas por medicamentos conforme ano na macrorregião de Picos-PI.



Fonte: DATASUS, 2018.

O gráfico 1 demonstra a totalidade quantificadora das notificações referentes ao número de intoxicações ocasionadas por medicamentos na macrorregião de Picos-PI na última década (2007 a 2017). Observa-se que o ano com maior número de casos foi 2016 com 199 casos. A evolução da incidência de intoxicações medicamentosas revelou-se ascendente visto que os últimos cinco anos representaram 86,90% (n=883) do número total de notificações (n=1016) apontando assim para o crescimento da problemática com um grave problema de saúde pública.

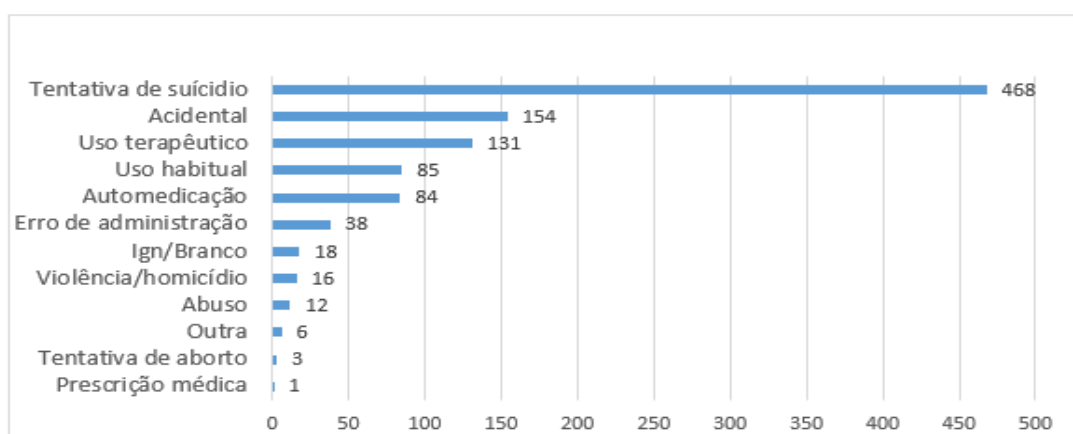
Gráfico 2. Intoxicações exógenas por medicamentos conforme faixa etária na macrorregião de Picos-PI (2007-2017).



Fonte: DATASUS, 2018.

Neste estudo, foi obtida uma maior proporção de intoxicações no grupo etário de 20-39 anos (38,77%) e 15-19 anos (15,15%). Em casos de intoxicações nas crianças a faixa etária predominante foi de ≤ 4 anos (12,20%), visto que nas mesmas há o fator da ingestão não intencional devido situações facilitadoras, além do próprio desenvolvimento infantil.

Gráfico 3. Intoxicações exógenas por medicamentos conforme circunstâncias na macrorregião de Picos-PI (2007-2017).



Fonte: DATASUS, 2018.

No Brasil a intoxicação exógena se encontra entre os três principais meios utilizados nas tentativas de suicídio no país, estando os medicamentos envolvidos em 70% dos casos. Neste estudo as principais circunstâncias em que ocorreram os eventos toxicológicos relacionados a medicamentos (Gráfico 3) foram tentativa de suicídio com 46,06% (n=468) e acidentes individuais com 15,15% (n=154). As causas relacionadas ao uso terapêutico representaram 12,89% (n=131) e o uso habitual 8,36% (n=85). Sabe-se que o panorama da mortalidade por intoxicação medicamentosa pode ser reflexo do padrão de consumo dos medicamentos no país, atrelado a fenômenos sociais, tais como desigualdades, pobreza e desemprego (MOTA et al., 2012). Estes dados demonstram a necessidade de um maior enfoque na prevenção de intoxicações sobre o uso racional de medicamentos, na promoção de práticas educativas para a conscientização da população.

CONCLUSÕES

As intoxicações exógenas por medicamentos constituem importante problema de saúde pública na macrorregião de Picos – PI e o conhecimento sobre os agravos estudados, que são preveníveis e se mostraram relevantes, pode contribuir para o planejamento de intervenções adequadas para seu controle, evitando assim complicações a saúde da população. Acresce que, a continuação de estudos nessa perspectiva serve de base para o aprimoramento das políticas públicas de saúde com foco na prevenção, orientação e medidas que minimizem este quadro, pois as estatísticas do perfil intoxicações por medicamentos são importante fonte de dados para conhecer o uma área, analisar tendências, indicar prioridades e avaliar programas.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, S. S; TURINI, C. A; MATSUO, T. Perfil das tentativas de suicídio por sobredose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil. **Cad. saúde públ.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 1366-1372, 2010.

CARVALHO, F. S. A. *et al.* Intoxicação exógena no estado de Minas Gerais, Brasil. **C&D-Revista Eletrônica da FAINOR.** v. 10, n. 1, p. 172-184, 2017.

MOTA, D. M. *et al.* Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1 p. 61-70, 2012.

OLIVEIRA, J. F. M. *Internações hospitalares e mortalidade por intoxicação medicamentosa em São Paulo.* 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, S.A. *et al.* Tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Rio de Janeiro, Brasil: análise das informações através de linkage probabilístico. **Cad Saúde Pública.** v. 30, n. 5, 2014.

SILVÉRIO, M.S; LEITE, I. C. G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem fármaco e epidemiológica. **RevAssocMed Bras.** v. 56, n. 6, p. 75-80, 2010.



25

AVALIAÇÃO *in silico* DE SEGURANÇA TOXICOLÓGICA DE ANÁLOGOS DE ANTIVIRAIS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO ZANAMIVIR¹

Viviane Leal Veloso²

Clailson da Silva Pinheiro³

Débora Cosse Silva⁴

Walicy Cosse Silva⁵

Charllyton Luis Sena da Costa⁶

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

As doenças virais têm sido mundialmente preocupantes nos últimos anos, sendo as respiratórias um os alvos bastante estudados pelos cientistas para o desenvolvimento de medicamentos capazes de inibir a ação dos vírus. Neste cenário, o zanamivir é um dos antivirais desenvolvidos para o tratamento da influenza A e B. Este fármaco inibe seletivamente a neuraminidase, proporcionando a agregação viral na superfície da célula e redução do vírus no trato respiratório. Assim, o estudo teve como objetivo desenvolver e analisar dez análogos do zanamivir, a fim de encontrar um análogo com segurança toxicológica melhor em relação à molécula de referência. Trata-se de um estudo desenvolvido por meio de ensaios *in silico* por meio de três programas computacionais: ACD/ChemSketch, MarvinSketch e PreADMET. Dentre os parâmetros toxicológicos observados, pode-se observar que os análogos desenvolvidos apresentaram vantagens em relação a molécula de referência, com menor grau de toxicidade. Diante de todos os parâmetros avaliados e os resultados vantajosos apresentados pelos análogos desenvolvidos, conclui-se que estas moléculas apresentam potencial como candidatas a um novo fármaco.

Palavras-Chave: Modificação molecular, Zanamivir, Desenvolvimento *in silico*.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: velosoviviane98@gmail.com

³ Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: clailson1995@hotmail.com

⁴ Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: deboracosse996@gmail.com

⁵ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: cosse.walicy174.wc@gmail.com

⁶ Doutor em Biotecnologia. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: charllyton@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira, Sá e Cruz (2004) e Greco, Tupinambás e Fonseca (2009) o vírus influenza é responsável por epidemias de doenças respiratórias e apresenta ampla distribuição mundial. Devido a constante variação genética que ele sofre, é responsável pela ocorrência frequente de surtos, epidemias e pandemias. Greco, Tupinambás e Fonseca (2009) afirmam que essas mutações ocorrem devido à fragmentação do material genético, que ao se dividir compartilha material com outros vírus, sendo formada uma nova cepa, com ou sem mais virulência. O vírus da influenza apresenta dois genes responsáveis pela codificação de proteínas virais de superfície, a hemaglutina-H e neuraminidase. Estas proteínas são responsáveis pelo reconhecimento celular e possibilitam a entrada do vírus influenza na célula.

Alguns antivirais foram desenvolvidos para o tratamento da influenza A e B. Entre eles podem-se citar o zanamivir. Segundo Cass, Efthymiopoulos e Bye (1999) este fármaco age inibindo seletivamente a neuraminidase, provocando a agregação viral na superfície celular e redução da disseminação do vírus no trato respiratório. No entanto, mesmo este fármaco apresentando ação biológica conhecida com resultados positivos, modificações em sua estrutura podem ser feitas gerando análogos do fármaco matriz com o intuito de apresentar características melhores em relação aos parâmetros físico-químicos, farmacocinéticos e toxicológicos. Diante disso, o objetivo deste estudo foi desenvolver dez análogos *in silico* do zanamivir, com menos características toxicológicas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo experimental explicativo com abordagem qualitativa. Os ensaios *in silico* foram realizados usando os seguintes programas: ACD/ChemSketch, Marvin Sketch e a aplicação PreADMET (<https://preadmet.bmdrc.kr>). Os análogos do zanamivir foram desenhados no ChemSketch, e posteriormente, através do Marvin Sketch realizou-se a análise de anterioridade, a fim de garantir moléculas inovadoras. A avaliação *in silico* da toxicidade das moléculas através do PreADMET incluiu os seguintes parâmetros: (a) Carcinogenicidade em camundongos; (b) Carcinogenicidade em ratos; (c) Teste de Ames; (d) Toxicidade aguda por algas; (e) Toxicidade aguda da dafina; (f) Toxicidade aguda dos peixes; (g) Resultados *in vitro* do teste de Ames na cepa TA100 (ativação metabólica

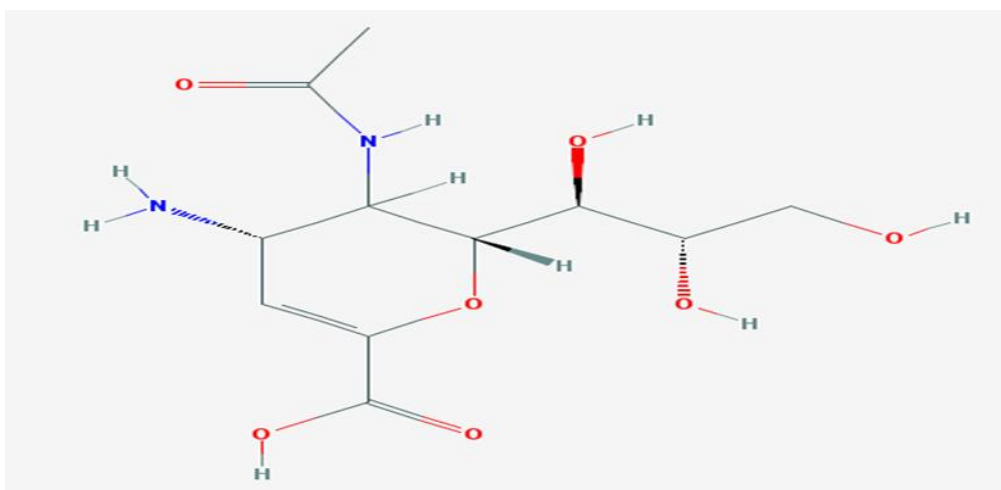
pelohomogenato de fígado de rato); (h) Resultado in vitro do teste de Ames na cepa TA100 (sem ativação metabólica); (i) Resultado in vitro do teste de ames na cepa TA1535 (ativação metabólica por homogenato de fígado de rato); (j) Resultado in vitro do teste de Ames na cepa TA1535 (sem ativação metabólica).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura orgânica do antiviral zanamivir possui vários grupos funcionais como ácidos carboxílicos, aminas e álcoois, que fazem parte do grupo farmacofórico da estrutura da molécula responsável pela atividade farmacológica do fármaco mediante ligação a seu sítio de ação, como proteínas, enzimas, receptores. Esses grupos funcionais fazem doações de hidrogênio, o que é crítico para a interação fármaco-receptor. Desta forma, a molécula só executa sua atividade farmacológica caso o número de doadores e aceptores esteja de acordo com o seu alvo, visto que esses grupos funcionais fazem parte de todo o grupo farmacofórico da molécula do zanamivir. Logo, esses pontos de ligação de hidrogênio não podem ser alterados para não prejudicar o grupo farmacofórico.

Através da ferramenta científica PreADMET os parâmetros toxicológicos de 10 análogos do Zanamivir foram avaliados. Nesse estudo *in silico* foi possível observar uma redução do potencial toxicológico de cada análogo *ME TOO* em relação à molécula de referência (Figura 1), a qual se mostra mais tóxica em alguns estudos já observados na literatura.

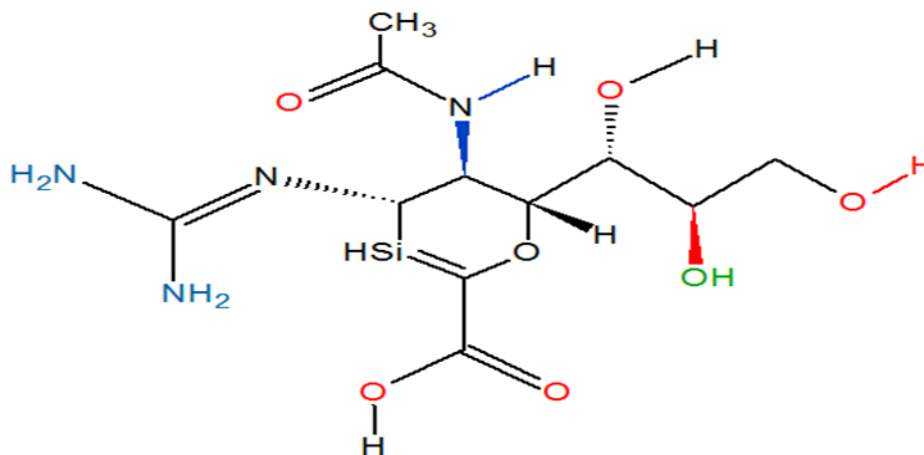
Figura 1. Estrutura da molécula de referência do zanamivir. Teresina, 2018.



Fonte: PubChem, 2018.

O análogo 1 (Figura 2) desenvolvido com adição do silício foi o que mostrou menor potencial toxicológico em relação ao Zanamivir, essa diminuição da toxicidade é de extrema relevância para a absorção do análogo desenvolvido visto que quanto mais lipofílica for a molécula mais tóxica ela será.

Figura 2. Estrutura do análogo do zanamivir com adição de silício. Teresina, 2018.



Fonte: ChemSketch, 2018.

O elemento silício possui propriedades intermediárias a do carbono. Após modificação no ChemSketh ele foi adicionado no anel aromático da estrutura molecular do zanamivir. Através de sua adição foi possível melhorar a estrutura do fármaco, visto que o anel aceitou o elemento muito bem por possuir similaridade com as propriedades do carbono, o que é extremamente relevante para a estabilidade da molécula, não alterando tanto as suas propriedades físico-químicas, como o número de doadores e aceptores de hidrogênio que fazem parte do grupo farmacofórico no qual o mesmo é crítico para a atividade biológica. Desta forma, o silício mostrou-se o melhor análogo desenvolvido para fins de testes in vitro no PreADMET.

Portanto, após a análise realizada observou-se uma melhora na segurança e eficácia de cada análogo desenvolvido, conforme observa-se nos Quadros 1 e 2. No Marvin Sketch após as modificações moleculares feitas em cada análogo foi possível observar que cada uma tem potencial para uma molécula inovadora no tratamento do vírus influenza. As alterações feitas visaram manter a atividade farmacoterapêutica de cada análogo

desenvolvido para um melhor acompanhamento de cada paciente no tratamento da patologia. No entanto, como os vírus são seres acelulares, cada análogo desenvolvido terá que passar por vários testes para avaliar o seu potencial farmacológico, ou seja, isso é limitante para cada uma das moléculas inovadoras

Quadro 1. Análise comparativa dos parâmetros toxicocinéticos a partir de análise realizada no programa base web PreADMET e Osiris Property Explorer (análogos do 1 ao 5). Teresina, 2018.

Parâmetros de análise toxicológica	Zanamivir	Análogo 1 com silício	Análogo 2 com cetona	Análogo 3 com As	Análogo 4 com P e H	Análogo 5 com N
Algas	0.469774	0,633957 **	0.454041	0.616086**	0.416001* *	0.376129
Teste de Ames	Mutagênica	Não mutagênico	Mutagênico	Não mutagênico	Mutagênico	Mutagênico
Carcinogenicidade em ratos	Negativo	Negativo	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Carcinogenicidade e em camundongos	Negativo	Negativo	Positivo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Daphnia (microcrustáceo)	55.3044	85,7587 **	36,9097	103.144**	51.2626**	42.8058
hERG (inibição) / tecido humano	Baixo risco	Baixo risco	Baixo risco	Medio risco	Medio risco	Baixo risco
Medaka (peixe)	3217.2	8781,09 **	1535,83	11075.4**	2797.99**	1952.49
Minnnow (peixe)	667.556	907,411 **	405,474	1049.84**	379.417**	443.13
TA100_10RLI	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo
TA100_NA	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_10RLI	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_NA	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo

Fonte: PreADMET. 2018.

Quadro 2. Análise comparativa dos parâmetros toxicocinéticos a partir de análise realizada no programa base web PreADMET e Osiris Property Explorer (análogos do 6 ao 10). Teresina, 2018.

Parâmetros de análises toxicológicas	Análogo 6 com At	Análogo 7 com Sn	Análogo 8 com Ge	Análogo 9 com CH3	Análogo 10 com Al
Algas	0,503878 **	0,469774	0,711292 **	0,363527	0,469774
Teste de Ames	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico
Carcinogenicidade em ratos	Fora de alcance	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Carcinogenicidade em camundongos	Fora de alcance	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Daphnia (microcrustáceo)	63,0106 **	55.3044	65,5697 **	32,8966	55.3044
hERG (inibição) / tecido humano	Risco médio	Baixo risco	Risco médio	Baixo risco	Baixo risco

Medaka (peixe)	4263,59 **	3217,2	5155,36 **	1201,31	3217,2
Minnow (peixe)	774,922 **	667,556	1146,59 **	358,203	667,556
TA100_10RLI	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Positivo
TA100_NA	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_10RLI	Positivo	Positivo	Positivo	Negativo	Positivo
TA1535_NA	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo

Fonte: PreADMET. 2018.

CONCLUSÃO

Os estudos *in silico* contituem um dos métodos utilizados para obtenção de compostos mais eficientes e com efeitos indesejáveis diminuídos. Diante dos parâmetros toxicológicos avaliados e os resultados vantajosos apresentados pelos análogos desenvolvidos, conclui-se que estas moléculas têm potencial para serem candidatas à um novo fármaco.

REFERÊNCIAS

CASS, L. M. R.; EFTHYMIOPOULOS, C.; BYE, A. Pharmacokinetics of Zanamivir After Intravenous, Oral, Inhaled or Intranasal Administration to Healthy Volunteers. **Clinical Pharmacokinetics**, v. 36, n. 1, p. 1–11, 1999. Disponível em:<

<https://link.springer.com/article/10.2165/00003088-199936001-00001>>. Acesso em 3 jun. 2018.

GRECO, D. B.; TUPINAMBÁS, U.; FONSECA, M. Influenza A (H1N1): histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 19, n. 2, p. 132-139, 2009. Disponível em:<<http://rmmg.org/artigo/detalhes/467>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

OLIVEIRA, J. F.; SÁ, J. P. O.; CRUZ, M. E. M. Influenza virus A and B identification and monitoring in the population of Maceió. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 241-246, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100023>. Acesso em 3 jun. 2018.

26

TESTE DE MICRONÚCLEO: O QUE MOSTRA ESSE BIOMARCADOR¹

Isabela Soares Uchôa²
Andyara Maria Rodrigues Veras³
Francisco Adalberto do Nascimento Paz⁴
Raimundo Nonato da Silva Júnior⁵
Raimunda da Silva Sousa Neta⁶
Francisco Ariel Paz Santos Freitas⁷
Matheus Fernandes de Castro⁸
Centro Universitário Santo agostinho - UNIFSA



RESUMO

Os micronúcleos são pequenos núcleos formados a partir da extrusão de cromossomos inteiros ou seus fragmentos durante a divisão celular, sendo uma porção de cromatina resultante de mitoses aberrantes, dessa forma células micronucleadas podem refletir a incidência de eventos genotóxicos. O teste de micronúcleos (MN) utilizando a citologia esfoliativa a partir do raspado de mucosas constitui-se de um método não invasivo, simples e de baixo custo, pode-se monitorar o efeito de exposições constantes, programas de intervenção com micronutrientes antioxidantes e, antes de tudo, avaliar, em indivíduos que já tiveram câncer na região de cabeça e pescoço, o comprometimento de outros sítios. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica afim de descrever as alterações avaliadas através dos testes de micronúcleos nos pacientes portadores de patologias.

Palavras-Chave: micronúcleos, biomarcador, instabilidade genômica.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

³ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁴ Doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde pela Universidade Luterana do Brasil- ULBRA;

⁵ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁶ Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁷ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁸ Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA.

INTRODUÇÃO

Conforme descreve Carrard et al. (2007), o teste de micronúcleos (MN) consiste na exposição de células previamente expostas a agentes químicos com o intuito de identificar, a partir do teste citogenético, possíveis aberrações cromossômicas baseando-se no aumento da frequência de eritrócitos policromáticos com micronúcleos. Diante disso, torna-se fundamental a compreensão do teste em si no quesito de biomonitoramento devido a viabilização de identificar possível aumento na frequência de mutações de células que são expostas a uma gama diversa de agentes genotóxicos.

Em concordância com Flores e Yamaguchi (2009), vale destacar as vantagens presentes que incluem o teste de micronúcleos, ressaltando o baixo custo, a rapidez de análise para triagem de grande número de substâncias, além do processo ser minimamente invasivo. Evidencia-se, ainda, em Andrade (2005), que outro fator a ser considerado é a capacidade de mensurar de maneira acurada a frequência de defeitos do DNA, além de demonstrar que o micronúcleo aparece com o dano antes mesmo de alterações pré-maligna, podendo inferir que o teste pode atuar na identificação precoce de cânceres. O objetivo do presente trabalho trata-se acerca de uma revisão bibliográfica com intuito de retratar as alterações analisadas através dos testes de micronúcleos nos pacientes portadores de doenças, bem como, demonstrar a importância e vantagens da utilização desse método, correlacionado com o seu custo-benefício, na identificação de alterações pré-malignas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura com vistas a responder à questão norteadora: que possíveis alterações celulares podem ser verificadas através do teste de micronúcleos? A busca dos dados foi realizada de agosto a setembro de 2018 na Biblioteca virtual de saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra gratuitamente em meio eletrônico, nos idiomas português, inglês e espanhol, entre os anos de 1999 a 2018. E, excluídos monografias, teses e dissertações. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos e foram identificadas 150 publicações, conforme o

ano de publicação, indexação, descritores e tema. Os dados foram organizados em formulário adaptado da literatura, e para análise dos dados, adotou-se a técnica da análise de conteúdo, modalidade temática. Das 150 publicações encontradas 42 estavam duplicadas. Restando 108 publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Micronúcleos são fragmentos de DNA que não foram incorporados ao núcleo durante a divisão celular apresentando relação com agentes mutagênicos ou clastogênicos. Com isso torna-se de grande importância o estudo desses para a identificação de possíveis formações cancerígenas e seus consequentes tratamentos.

O treinamento para o reconhecimento de micronúcleos é de fácil obtenção sendo seus materiais utilizados de fácil acesso, baixo custo e excelente reprodutibilidade e interpretação simples permitindo a informação do comportamento biológico da lesão (MENDES et al., 2011).

O teste de micronúcleos permite a identificação do aumento da frequência de mutações em células que são expostas a uma quantidade variada de agentes genotóxicos. Inúmeros estudos comprovam a eficácia do teste de micronúcleos como indicador de danos citogenéticos, em epitélios de revestimento oral, brônquio e esofágico. O mesmo teste é considerado rápido, barato, não invasivo e que pode ser repetido várias vezes para prevenção e monitoramento de indivíduos sobre riscos carcinogênicos (CARVALHO, et al., 2002).

A habilidade de identificar células com defeito cromossômico possibilita ao micronúcleo a propriedade de ser utilizado como marcador biológico da exposição a carcinógenos. Além disso a vantagem desse teste é sua capacidade de observar, *in vivo*, o estado de uma mucosa que está em atual exposição a carcinógenos, co-carcinógenos e antioxidantes, condições essas difíceis de serem observadas *in vitro* (ANDRADE et al., 2005)

Vale ressaltar que, com base no exposto por Amar Ali et al. (2002), a utilização do teste de micronúcleos faz-se necessária devido ao fato dessa verificação estar sendo aplicada em indivíduos expostos a agentes potencialmente genotóxicos e em protocolos

de quimioprevenção do desenvolvimento de tumores, mostrando-se eficaz aplicação deste teste, indicador de danos citogenéticos em células do epitélio de revestimento oral, brônquico e esofágicos. Evidencia-se, ainda, que o aumento da frequência de micronúcleos na mucosa oral é sugestivo de desenvolvimentos de carcinomas da mucosa oral, logo, pode-se inferir que o teste de micronúcleo atua na detecção precoce de alterações genéticas em células, podendo-se evitar evoluções crônicas de carcinoma.

O teste de micronúcleos é útil também para o monitoramento de pessoas que foram expostas a agentes genotóxicos de natureza ocupacional ou ambiental. (GARRARD et al., 2007).

CONCLUSÃO

Conclui-se, a partir dos dados levantados e expostos, a tamanha importância e veracidade dos testes de micronúcleos, levando em conta também sua agilidade e praticidade em desenvolver as pesquisas tornando-se um instrumento de fundamental importância para a avaliação, acompanhamento e tratamento de patologias relacionadas às mutações celulares.

REFERÊNCIAS

AMAR, ALI et al. Correlação entre a evolução clínica e a frequência de micronúcleos em células de portadores de pacientes carcinomas orais e da orofaringe. **Rev Assoc Med Bras**, v. 48, n. 4, p. 317-22, 2002.

ANDRADE, Miguel Gustavo Setúbal et al. **Micronúcleo: um importante marcador biológico intermediário na prevenção do câncer bucal**. Revista Odonto Ciência, v. 20, n. 48, p. 137-141, 2005.

FLORES, Mônica; YAMAGUCHI, Mirian Ueda. **Teste do micronúcleo: uma triagem para avaliação genotóxica**. Saúde e Pesquisa, v. 1, n. 3, p. 337-340, 2009.

CARRARD, Vinícius Coelho et al. **Teste dos Micronúcleos: Um biomarcador de dano genotóxico em células descamadas da mucosa bucal**. Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre. Porto Alegre. Vol. 48, n. 1/3 (jan./dez. 2007), p. 77-81, 2007.

CARVALHO, Marcos Basilino de, et al. **"Correlação entre a Evolução Clínica e a Frequência de Micronúcleos em Células de Pacientes Portadores de Carcinomas Orais e Orofaringes."** *Rev Assoc Med Bras*, 2002: 317-322.

MENDES, CF, Filho G GARDINALLI, RM FURONI, LVV MIRANDA, Filho J BOSCHINI, e Sampaio LF. NETO. **"Micronúcleos em células do colo uterino em mulheres HIV+ segundo sua condição de imunidade."** *Rev Bras Ginecol Obstet*, 2011: 305-309.

27

CORANTES ALIMENTÍCIOS ARTIFICIAIS E OS RISCOS A SAÚDE INFANTIL¹

Valéria Magna das Chagas Moura²
Natiele Bezerra Silva³
Daniela Fortes Neves Ibiapina⁴
Keila Cristiane Batista Bezerra⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

A infância consiste no período mais importante para a formação e estabelecimento dos hábitos alimentares. Por se tratar de uma fase de crescimento e desenvolvimento, existe a grande necessidade de se promover uma alimentação adequada com o objetivo de suprir as demandas nutricionais, porém, estão ocorrendo modificações nos hábitos alimentares da população caracterizadas pela substituição dos alimentos naturais por alimentos ultraprocessados. Este estudo de delineamento transversal teve como objetivo analisar rótulos de alimentos ultraprocessados voltados à população infantil quanto à presença de corantes alimentícios artificiais, identificando na literatura científica os riscos que oferecem a saúde. Foram analisados 17 produtos alimentícios, sendo 3 marcas de cada, totalizando 51 rótulos. Para obtenção dos dados, realizou-se busca dos rótulos nos endereços eletrônicos das marcas selecionadas. Para relacionar os corantes alimentícios mais encontrados com os possíveis riscos à saúde realizou-se pesquisa nas plataformas Scielo, Pubmed e LILACS. Os corantes estavam presentes em 34 produtos (67%) e os três mais encontrados foram: Azul brilhante (47%), Vermelho 40 (32%) e Tartrazina (32%). O consumo em excesso desses alimentos pode ocasionar alergias, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, câncer a longo prazo, etc. É imprescindível que haja uma redução no consumo desses alimentos e um incentivo ao consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Palavras-Chave: Alimentos ultraprocessados, Corantes artificiais, Saúde infantil.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. daniela.fortes@hotmail.com

⁵Co-Orientadorado trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. keilinhanut@gmail.com

INTRODUÇÃO

A infância consiste no período mais importante para a formação e estabelecimento dos hábitos alimentares. O contato com a família, o convívio em sociedade, a influência da mídia, as características genéticas são os responsáveis por influenciar as preferências e aversões em relação aos alimentos que irão repercutir de diferentes formas ao longo de toda à vida. Por se tratar de uma fase de intenso crescimento e desenvolvimento, existe a grande necessidade de se promover uma alimentação adequada com o objetivo de suprir as demandas nutricionais, porém, não é isso que se observa em boa parte dos casos. Gradativamente estão ocorrendo modificações nos hábitos alimentares da população, caracterizadas pela substituição dos alimentos naturais por alimentos ultraprocessados. A elevada diversidade e disponibilidade dos produtos industrializados e ultraprocessados levaram a um acréscimo no consumo dos mesmos no Brasil e com essas alterações no padrão alimentar, surge preocupações e questionamentos em relação aos aditivos químicos presentes nesses alimentos. Apesar da sua importância no processamento dos alimentos, segundo diversos estudos já publicados, a ingestão de algumas classes dos mesmos, como os corantes, está relacionada com o surgimento de diversos agravos a saúde. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo identificar os principais corantes alimentícios presentes nos alimentos ultraprocessados oferecidos às crianças e verificar na literatura científica os riscos que estes podem trazer a saúde infantil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de um estudo transversal, com caráter descritivo qualitativo e quantitativo, onde foram analisados os rótulos de produtos alimentícios ultraprocessados voltados ao público infantil quanto a presença de corantes artificiais, relacionando os mais encontrados com os riscos que podem trazer a saúde infantil. Para delimitar a amostra realizou-se uma pesquisa em 5 supermercados da cidade de Teresina-Piauí com o objetivo de conhecer os produtos ofertados e utilizou-se como critérios de escolha: produtos alimentícios que atendiam a definição e exemplificação de "ultraprocessados" segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), que apresentavam em sua rotulagem e/ou marketing comercial, aspectos que caracterizam publicidade abusiva à criança

conforme a RDC nº 163/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e produtos que apresentavam simultaneamente as 3 marcas escolhidas nos cinco supermercados. A partir disso, foram selecionadas 3 marcas de 17 alimentos ultraprocessados, totalizando 51 rótulos a serem analisados. Na coleta dos dados realizou-se busca dos rótulos nos endereços eletrônicos (sites) das marcas selecionadas. Para uma melhor disposição dos resultados, os 17 tipos de alimentos foram separados em 3 grupos descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Grupos de alimentos e produtos alimentícios analisados.

GRUPOS DE ALIMENTOS	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
Doces	Biscoitos recheado, biscoito tipo “waffle”, biscoito tipo “cookies”, bolo pronto, cereal matinal, gelatina, bala de goma, goma de mascar, pirulito e confeitos de chocolate.
Salgados	Salgadinho de milho e batata frita ondulada.
Bebidas industrializadas	Achocolatado, leite fermentado, iogurte, suco de caixinha e refrigerante.

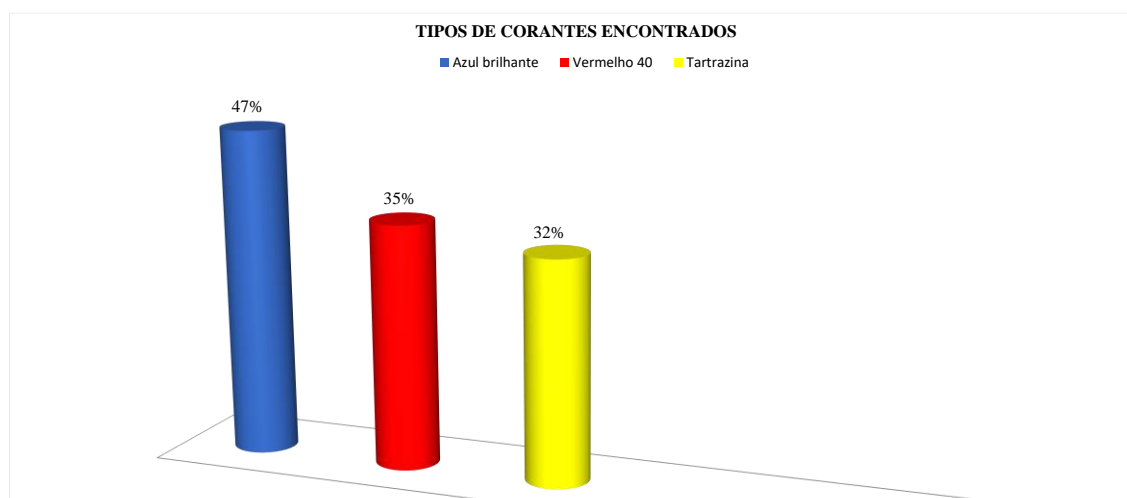
Fonte: elaborado pelos autores.

A relação dos **3** corantes artificiais **mais** encontrados nestes rótulos com os possíveis riscos à saúde foi feita através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados do Scielo, PubMed e LILACS, utilizando-se os descritores: “consumo alimentar infantil” “corantes artificiais” e “riscos à saúde infantil”. Utilizaram-se como critério de inclusão os artigos datados de 2008 a 2018, os que tratavam sobre os corantes Azul Brillante, Vermelho 40 e Tartrazina, visto que foram os mais encontrados, e os que descreviam quais os riscos que os mesmos podem trazer a saúde infantil. Dessa forma, foram utilizados 15 artigos científicos. Em relação aos aspectos éticos utilizou-se como base as normas para trabalhos científicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo assegurados todos os aspectos éticos de uma pesquisa bibliográfica. Para a análise estatística utilizou-se o programa *Excel* para organização e análise dos dados. As variáveis foram apresentadas por meio da estatística descritiva: números e proporções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das rotulagens dos produtos, foi possível identificar os corantes alimentícios artificiais em 34 alimentos ultraprocessados (67%). Em relação aos tipos de corantes, observou-se que os três mais encontrados foram: Azul brilhante em 16 produtos (47%), Vermelho 40 em 12 produtos (35%) e Tartrazina em 11 produtos (32%).

Gráfico 1. Tipos de corantes presentes nos produtos ultraprocessados analisados.



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

No trabalho realizado por Pinheiro e Abrantes (2012), também foi possível verificar que dentre os corantes que mais constavam nos rótulos das balas consumidas pelas crianças estavam o Azul brilhante e o Vermelho 40. Porém, o que se observa é que os estudos sobre os possíveis danos causados por esses corantes artificiais ainda são bastante escassos. De acordo com Barros e Barros (2010), o corante Azul Brilhante pertence ao grupo dos trifenilmetanos e é muito utilizado em gelatinas, balas e chicletes coloridos, sendo proibido nos Estados Unidos, mas autorizado na Europa, fazendo parte de um grupo onde muito se discute quanto a sua real segurança, por isso seu uso é controlado em certos países. Segundo a revista Food Ingredients Brasil (2009), juntamente com o corante Vermelho 40, seu consumo pode causar hiperatividade em crianças, eczema e asma, hipótese também confirmada por Bateman (2004) e Polônio e Peres (2009). Acredita-se

que esses efeitos adversos foram responsáveis pela suspensão do uso dos mesmos em sete países da Europa (IDEC, 2015).

De acordo com Freitas (2012), dentre os aditivos mais genotóxicos existentes estão os pertencentes ao grupo "Azo", um derivado nitroso capaz de ocasionar reações de hipersensibilidade e tem sido foco de estudos de mutagênese e carcinogênese por produzir, após ser metabolizado pela microflora intestinal, compostos com alto potencial cancerígenos. Além disso, outro fator negativo causado pelo consumo de corantes azo é o desencadeamento de processos alérgicos. Segundo Gomes (2012), o Vermelho 40 e a Tartrazina estão entre os que fazem parte desse grupo e são encontrados principalmente em sucos artificiais, balas, gelatinas, iogurtes e refrigerantes. Em uma pesquisa realizada por Valente (2018), quando analisadas as dietas das crianças individualmente, dentre os corantes apresentados nos alimentos relatados, o Vermelho 40 teve sua Ingestão Diária Aceitável – IDA ultrapassada por algumas crianças. Segundo Feketea e Tsaouri (2017), em relação a reação alérgica nas crianças, não se tem sido reportado nenhum caso mediado por ele. Entretanto, um estudo efetuado com neutrófilos humanos notou que o aditivo aumenta a produção de mediadores inflamatórios através dessas células (LEO et al., 2017). Já Câmara (2017), afirma que o corante Vermelho 40 tem sido relatado como possível influenciador nos níveis de hiperatividade em crianças.

Em um trabalho realizado por McCann et al. (2007) que teve como objetivo observar o impacto do consumo de corantes artificiais sobre o comportamento de crianças, utilizando bebidas feitas com misturas de vários corantes, majoritariamente da classe azo, foi possível concluir que, as crianças que consumiram os mesmos apresentaram-se mais hiperativas e menos atentas. Dentre os corantes "azo", a tartrazina tem o maior respaldo sendo relacionada com diversas reações de hipersensibilidade como urticária, asma, náusea, anafilaxia, vômitos, dermatite, dor de cabeça, eczema. Em doses elevadas induz à lesão no DNA possibilitando o surgimento de câncer em longo prazo (FREITAS, 2012).

A Tartrazina, é um corante azoico utilizado para conferir a cor amarela a vários alimentos, tais como sorvetes, bolos, balas e confeitos, salgadinhos de batata, refrigerantes, bebidas alcólicas, chicletes, gelatina, entre outros (AL-SHABIB et al., 2017). Uma pesquisa publicada por Stevenson et al (2007), mostrou que misturas de aditivos, comumente achadas em alimentos, que continham os corantes tartrazina e vermelho 40, quando administrada em alimentos infantis, causava aumento da hiperatividade nas

crianças de 3 a 9 anos de idade e demonstraram que o uso destes aditivos acentua comportamentos como desatenção e impulsividade. Segundo Sá et al (2016), dentre os corantes alimentares relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças, a tartrazina foi o mais implicado. A maioria das crianças inicia o consumo de produtos com a presença de tartrazina antes dos 2 anos de idade, e o pó para gelatina era introduzido até 1 ano em 95% dos casos. Pesquisas indicaram que, 60% das crianças, consumidoras de alimentos com alto teor desta substância têm maior tendência a desenvolver hiperatividade (GONÇALVES, 2008; MATSUO et al., 2013). No estudo realizado por Ward (1997), foi possível observar que 23 crianças que consumiram bebidas contendo tartrazina, destas, 18 aumentaram os níveis de hiperatividade, 16 se tornaram agressivas, 4 violentas, 2 diminuíram seus movimentos, 12 tiveram diminuição da coordenação motora e 8 desenvolveram asma.

CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível observar que em boa parte dos produtos alimentícios analisados foram encontrados diversos tipos de corantes artificiais e que o consumo em excesso desses alimentos pode sim ocasionar diversos problemas de saúde nas crianças, já que são as principais consumidoras e possuem imaturidade fisiológica. Entre os principais agravos a saúde podemos destacar as reações alérgicas, com a presença de urticária, angioedema, broncoespasmo e choque, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e câncer a longo prazo. Porém, nota-se que para estes corantes analisados, o número de pesquisas abordando os efeitos que o consumo dos mesmos pode ocasionar a saúde infantil ainda é bastante escasso. Sendo assim, fica evidente a necessidade de investimentos em pesquisas nesta área e torna-se imprescindível que haja um incentivo para redução no consumo desses alimentos e aumento do consumo de alimentos *in natura*, tendo em vista as evidências já relatadas no meio científico e por estes serem saudáveis e contribuírem para um adequado crescimento e desenvolvimento nessa fase tão importante da vida que é a infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos**. 2. ed. Brasília, 2015.

FREITAS, A. S. Tartrazina: uma revisão das propriedades e análises de quantificação. **Acta Tecnológica**. v. 7, n. 2, p. 65-72, 2012;

BARROS, A. A.; BARROS, E. B. P. A química dos alimentos: produtos fermentados e corantes. Paulo: **Sociedade Brasileira de Química**, 2010.

GOMES, L. M. M. **Inclusão de carotenoides de pimentão vermelho em ciclodextrinas e avaliação da sua estabilidade, visando aplicação em alimentos**. 2012. 108p. Dissertação. Niterói, 2012.

POLÔNIO, M. L. T. **Percepção de mães quanto aos riscos à saúde de seus filhos em relação ao consumo de aditivos alimentares: o caso dos pré-escolares do município de Mesquita**. Tese Doutorado. 129p. Rio de Janeiro, 2010.

SCHUMANN, S.P.A; POLONIO M.L.T; GONÇALVES, E.C.B.A. Avaliação do consumo de corantes artificiais por lactentes, pré-escolares e escolares. **Ciência e Tecnologia dos Alimentos**. Campinas-SP, v. 28, n.3, p.534-539, jul /set. 2008.

28

AVALIAÇÃO DO FATOR DE CORREÇÃO DE HORTIFRÚTIS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE TERESINA – PI¹

Natiele Bezerra Silva²

Valéria Magna das Chagas Moura³

Keila Cristiane Batista Bezerra⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades. A gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, principalmente no pré-preparo. Este desperdício pode estar diretamente associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas. O Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL). Por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN. Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrúteis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

Palavras-Chave: Uan; Desperdício; Fator de correção.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. keilinhanut@gmail.com

INTRODUÇÃO

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2013). Segundo Goes, Valduga e Soares (2013), a gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, tanto no pré-preparo, quanto nas demais etapas de transporte, comercialização, sistema de embalagens e armazenamento.

Este desperdício pode estar diretamente associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas (KRAUSE; BAHLS, 2013). Segundo Soares et al. (2011), controlar o desperdício em UAN é extremamente importante, pois não é somente sobre questões econômicas e ambientais, mas também político-social no desempenho profissional do nutricionista, tendo em vista que o Brasil é um país onde a subnutrição pode ser considerada um sério problema de saúde.

De acordo com Saraiva et al. (2014), procedimentos inadequados de produção podem levar a um quadro exagerado de desperdício, que será sinônimo de falta de qualidade do serviço. Um planejamento apropriado deve ser levado em consideração para que perdas sejam minimizadas durante o processamento. O Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. (DOMENE, 2011).

A sua avaliação serve para medir a qualidade dos gêneros adquiridos, eficiência e treinamento da mão de obra, qualidade dos utensílios e equipamentos utilizados (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2013). Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL) (ORNELAS, 2013).

Com o intuito de aproveitar a maior quantidade possível dos alimentos, o FC pode contribuir para redução de custos e para um melhor planejamento de cardápios e de compras dos alimentos na fase de pré-preparo (BEZERRA et al., 2011). Segundo Bellot

(2016), por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN e ser comparado aos valores encontrados na literatura, uma vez que estes podem ou não se relacionar de forma fidedigna ao encontrado em cada situação prática.

Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrúteis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no mês de maio de 2018, em uma UAN hospitalar no município de Teresina – Piauí e trata-se de um estudo transversal com caráter descritivo e quantitativo. Na referida UAN a distribuição é do tipo centralizada e são ofertadas em média 400 refeições/dia. Os diversos alimentos são adquiridos através de empresas terceirizadas que realizam a entrega dos mesmos semanalmente.

Os hortifrúteis utilizados para esta pesquisa foram: Abacaxi, abóbora, acelga, alface, batata inglesa, beterraba, cebola, cebolinha, cenoura, coentro, chuchu, maçã, pepino, pimentão, quiabo, repolho e tomate. As pesagens foram realizadas na própria UAN pelas pesquisadoras antes (para obtenção do peso bruto) e após o pré-preparo onde ocorre a retirada das partes que são geralmente descartadas como talos, cascas e folhas (para obtenção do peso líquido), durante 10 dias, por meio de uma balança digital da marca Prix Toledo – 9094, com capacidade máxima de 30kg.

Para a determinação do FC, utilizou-se a fórmula desenvolvida por Araújo et al. (2007): $FC = PB/PL$, onde FC: fator de correção, PB: peso bruto, PL: peso líquido. Os dados foram tabulados em uma planilha no Excel para cálculo do FC e percentual de desperdício de cada alimento pesquisado para posteriormente serem comparados com os valores recomendados na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os hortifrúteis eram empregados no preparo de saladas, visto que a unidade fornecia uma variedade de saladas semanalmente. Após a avaliação do desperdício e dos

FC obtidos, observou-se que o quiabo, abacaxi, cebolinha, acelga, coentro, batata inglesa e abóbora foram os hortifrúteis que apresentaram os maiores percentuais de desperdício e consequentemente os maiores FC. Dentre esses, o quiabo foi o que apresentou maiores perdas na UAN entre as amostras (Tabela 1). Entre os hortifrúteis citados, somente o coentro e a abóbora ficaram dentro da média dos fatores de correção encontrados na literatura.

Tabela 1. Peso Bruto (PB), Peso Líquido (PL), Desperdício (g), Percentual de desperdício (%), Fator de Correção (FC) coletado e médias de FC encontrados na literatura dos hortifrúteis utilizados na UAN.

Alimento	PB (kg/g)	PL (g)	Desperdício (g)	Desperdício (%)	FC (coletado)	FC* (média)
Abacaxi	2,308kg	1,032kg	1,276g	55,2%	2,2	1,31 - 2,13
Abóbora	1,327kg	787g	540g	40,6%	1,6	1,15 - 1,64
Acelga	932g	484g	448g	48%	1,9	1,05 - 1,66
Alface americana	390g	314g	76g	19,5%	1,2	1,09 - 1,60
Batata inglesa	2,225kg	1,263kg	962g	43,2%	1,7	1,06 - 1,24
Beterraba	1,138kg	1,108kg	30g	2,6%	1,0	1,19 - 1,40
Cebola	784g	586g	198g	25,2%	1,3	1,03 - 2,44
Cebolinha	250g	116g	134g	53,6%	2,1	1,10 - 1,46
Cenoura	1,418kg	1,268kg	150g	10,6%	1,1	1,04 - 1,39
Coentro	234g	132g	102g	43,6%	1,7	1,46 - 2,22
Chuchu	2,209kg	2,107kg	102g	4,6%	1,0	1,27 - 1,47
Maçã	550g	484g	66g	12,0%	1,1	1,03 - 1,35
Pepino	2,075kg	1,417kg	658g	31,7%	1,4	1,00 - 1,42
Pimentão	640g	526g	114g	17,8%	1,2	1,13 - 1,36
Quiabo	888g	220g	668g	75,2%	4,0	1,14 - 1,22
Repolho branco	3,068kg	2,608kg	460g	14,9%	1,1	1,08 - 1,72
Tomate	1,418kg	1,369kg	49g	3,4%	1,0	1,01 - 1,25

Fonte: Dados coletados e *média dos valores encontrados em Ricarte *et al.* (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010), Ornellas (2013), Goes, Valduga e Soares (2013) e Azevedo e Costa (2017).

Nos estudos realizados por Ricarte *et al.* (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010) e Ornellas (2013), o abacaxi também esteve entre os alimentos com maiores fatores de correção. O fator de correção da acelga obteve destaque no estudo feito por Goes, Valduga e Soares (2013), além dos de Ricarte *et al.* (2008) e Ornellas (2013), onde a cebolinha e o coentro também apresentaram valores acima dos demais. Já os da batata inglesa e da

abóbora estiveram entre os maiores FC nos estudos de Goes, Valduga e Soares (2013) e Ornellas (2013), respectivamente.

Porém, em relação ao quiabo, nenhum estudo realizado apresentou um fator de correção próximo ao obtido na referida UAN, onde o mesmo se encontra bem acima dos valores médios. Além disso, é possível notar que este alimento teve seu peso reduzido em mais de 75% após passar pelo pré-preparo. O mesmo ocorreu com boa parte dos demais hortifrúteis que tiveram seus pesos reduzidos pela metade ou mais após passar por esse processo.

Com isso, o desperdício nesta unidade torna-se um fator preocupante, visto que leva principalmente a prejuízos econômicos e ambientais. Segundo Hirschbruch (1998), a padronização de processos por meio da criação de rotinas e procedimentos técnicos operacionais, treinamento da equipe e controle das atividades deve ser levada em consideração para que perdas não ocorram. Fatores de correção elevados podem caracterizar desperdício das hortaliças que podem ter ocorrido devido a falhas no recebimento e nos processos de pré-preparo.

É importante investigar possíveis desperdícios que poderiam ser reduzidos ou evitados nas unidades de alimentação e nutrição. Além de contribuir para minimizar os desperdícios, ajuda na redução de gastos, na redução de resíduos orgânicos para natureza, poderão melhorar a qualidade dos serviços e gestão (CHAMBERLEM; KINASZ; CAMPOS, 2012). De acordo com Monteiro (2012), o aproveitamento máximo do alimento acontece quando é possível incluir cascas, talos, folhas, pois assim diminui o desperdício e aumenta o valor nutricional do alimento, conseqüentemente, diminui o FC, aumenta o peso líquido e o rendimento final.

Durante a manipulação dos hortifrúteis na referida UAN, observou-se excessiva retirada de cascas e aparas, principalmente devido às más condições em que se encontravam, já que as mesmas apresentavam danos físicos e mecânicos, que ocorriam em grande parte, no transporte e recebimento. Além disso, a utilização de utensílios inapropriados e a falta de treinamento dos manipuladores contribuíam drasticamente para o desperdício.

Segundo Schneider, Warken e Silva (2012), o manipulador tem bastante influencia no pré-preparo e eventualmente partes de alimentos que poderiam ser consumidas, são

retiradas, mas que dependendo da preparação não podem ser utilizadas. O nutricionista deve estar atento quanto ao objetivo final informando e treinando seus funcionários. No estudo de Lemos, Botelho e Akutsu (2011), foi possível analisar que as perdas determinadas pelo fator de correção estavam mais relacionadas ao manipulador e ao estado de conservação das hortaliças do que ao período de safra.

O armazenamento inadequado dos hortifrúteis também pode levar à perda da qualidade. Na UAN estudada, boa parte ficava armazenada fora do refrigerador, por mais de 5 dias, visto que o recebimento era semanal. De acordo com o estudo de Pilon (2003), a vida útil das hortaliças e frutas é aumentada quando estas são armazenadas em baixas temperaturas. A falta de ventilação, presença de roedores e insetos e com a falta de treinamento dos funcionários também causam problemas envolvendo o armazenamento. Os alimentos que possuem uma refrigeração adequada há redução de custo e de desperdício, mantendo as características sensoriais e nutricionais (RICARTE et al., 2008; CASTRO, 2002).

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (2015), a temperatura de armazenamento dos hortifrúteis pode ser até 10º C ou 5º C por 72h para os vegetais que já foram manipulados. Souza et al. (2013) afirmam que o armazenamento inadequado favorece a deterioração do hortifrúti, perda das propriedades nutricionais, perda da qualidade e do peso ou perda total do alimento, deve-se levar em consideração o tempo e temperatura estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores.

Em relação à compra e aquisição dos alimentos, de acordo com Degiovanni et al. (2010), é fundamental uma UAN elaborar uma lista de especificações no pedido de compra, pois isso irá garantir que os fornecedores entreguem matéria-prima de acordo com que foi previsto, evitando a entrega de produtos de baixa qualidade, pois isso iria aumentar o FC no caso dos hortifrúteis. A mesma exigência deve existir durante o recebimento, pois nessa etapa que será possível verificar se a lista de especificação está sendo seguida.

A exigência da qualidade da matéria-prima no ato da compra/recebimento é fundamental, pois o estado de maturação e as condições de acondicionamento e transporte a que o produto é submetido podem interferir significativamente no rendimento final do alimento. O nutricionista responsável pelo planejamento dos cardápios deve fazer

uma previsão do processo de reaproveitamento de modo que as perdas não se tornem custos para a unidade.

A organização da UAN depende, em grande parte, de técnicas e procedimentos de avaliação e mensuração das perdas ocorridas. É preciso analisar todos os processos pelos quais os alimentos são submetidos e determinar quais medidas devem ser tomadas, através de técnicas que permitam diagnosticar as perdas diretas e indiretas. Tais técnicas como, treinamento de manipuladores determinação de FC, determinação de fatores de cocção, controle de recebimento e estoque, vão servir de subsídio ao planejamento eficiente e adequado de cardápios e de refeições.

CONCLUSÕES

Visto as grandes quantidades de alimentos que são perdidos na etapa de pré-preparo nas UAN's torna-se necessário um monitoramento diário desses hortifrúteis para verificar o estado de conservação que estes estão chegando às unidades, e se os colaboradores responsáveis estão armazenando e manipulando de forma adequada esses alimentos. Na UAN analisada foi possível perceber que existem muitas falhas durante o pré-preparo desses alimentos o que contribui com o elevando percentual de desperdício.

Outro fator que contribui com as percas desses alimentos é a falta de conscientização e capacitação dos colaboradores envolvidos no processo o que pode resultar em prejuízo para o estabelecimento. Os funcionários da UAN devem ser esclarecidos sobre a importância da realização contínua de campanhas contra o desperdício e receber capacitações periódicas, para que realizem padronização dos processos envolvidos no preparo dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, E.S; SPINELLI, M.G.N; PINTO, A.M.S. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. São Paulo: Metha, 2013.

ARAÚJO, W.M.C; MONTEBELLO, N.P; BOTELHO, R.B.A. **Alquimia dos alimentos**. Brasília: Senac, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS (ABERC). **Manual ABERC de Práticas de Elaboração e Serviço de Refeições para Coletividades**. 11 ed. São Paulo: ABERC, p.274, 2015.

AZEVEDO, A.M.F; COSTA, A.N.M.D. **Determinação e Avaliação do Índice de Parte Comestível de Vegetais em uma Unidade de Alimentação e Nutrição de Fortaleza – Ceará**. Rev. Simbio-Logias, v. 9, n. 12, dez. 2017.

BARROS, R.M; GARCIA, P.P.C; ALMEIDA, S.G. **Análise e elaboração do fator de correção dos fatores de correção e cocção dos alimentos**. Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente, Brasília, v. 13, n. 16, p. 103-113, 2010.

BELLOT, P.E.N.R. **Determinação e avaliação de fatores de correção de carnes, ovos e leguminosas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de nutrição. Natal – RN, 2016.

BEZERRA, A.N; *et al.* **Avaliação do desperdício de frutas e verduras através do fator de correção em Unidade de Alimentação e Nutrição Hospitalar**. FAMETRO – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, p.7, 2017.

CASTRO, M.H.C.A. **Fatores determinantes de desperdício de alimentos no Brasil: Diagnóstico da situação**. Monografia (Especialização em Gestão de Qualidade em Serviços de Alimentação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, p. 93, 2002.

CHAMBERLEM, S.R; KINASZ, T.R; CAMPOS, M.P.F.F. **Resíduos orgânicos em unidades de alimentação e nutrição**. Alim. Nutr., Araraquara, v. 23, n. 2, p. 317-325, abr/jun, 2012.

DEGIOVANNI, G.C; *et al.* **Hortalças in natura ou minimamente processadas em unidades de alimentação e nutrição: quais aspectos devem ser considerados na sua aquisição?** Rev. Nutr, Campinas, v. 23, n. 5, p. 813-822, set/out, 2010.

DOMENE, S.M.A. **Técnica dietética: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GOES, V. F; VADULGA, L; SOARES, B.M. **Determinação e avaliação do fator de correção de hortaliças em uma unidade de alimentação e nutrição de Guarapuava – PR**. Paraná. Unopar Científica Ciências Biológicas e da Saúde, v. 15, p.339-42, 2013.

HIRSCHBRUCH, M.D. **Unidades de Alimentação e Nutrição: desperdício de alimentos x qualidade da produção**. Higiene Alimentar, v. 12, p. 12-14, 1998.

KRAUSE, R.W; BAHLS, A.A.D.S.M. **Orientações gerais para uma gastronomia sustentável**. Turismo-Visão e Ação, v. 15, n. 3, p. 434-450, 2013.

LEMOS A.G; BOTELHO, R.B.A; AKUTSU, R.C.C.A. **Determinação do fator de correção das hortaliças folhosas comercializadas em Brasília**. Horticultura Brasileira, v. 29, p. 231-236, 2011.

MONTEIRO, H.T. Técnicas de preparo e pré-preparo de alimentos. "In": JAPUR, C.C; VIEIRA, M.N.C.M. **Nutrição e Metabolismo: Dietética aplicada na produção de refeições.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 28-47, 2012.

ORNELAS, L. H. **Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos.** 8. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

PILON, L. **Estabelecimento da vida útil de hortaliças minimamente processadas sob atmosfera modificada e refrigeração.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrônômica, Universidade de São Paulo, Piracicaba, p.111, 2003.

RICARTE M.P.R; *et al.* **Avaliação do desperdício de alimentos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição Institucional em Fortaleza-CE.** Saber Cient, v. 1, p.158-75, 2008.

SARAIVA, B.C.A; *et al.* **Avaliação do desperdício de hortifrúteis em Unidades Produtoras de Refeição.** Rev. Demetra, Minas Gerais, v. 9, n. 3, p. 823-831, 2014.

SCHNEIDER, I; WARKEN, D; SILVA, A.B.G. **Redução do fator de correção (fc) das hortaliças no pré-preparo de uma unidade de alimentação e nutrição (uan) no interior do Vale do Taquari.** Rio Grande do Sul, Rev. Destaques Acadêmicos, v. 4, n. 3, 2012.

SOARES, I.C.C; *et al.* **Quantificação e análise do custo da sobra limpa em unidades de alimentação e nutrição de uma empresa de grande porte.** Revista Nutrição, Campinas, v. 24, n. 4, p. 593-604, jul/ago, 2011.

SOUZA, M.C; *et al.* **Emprego do frio na conservação de alimentos.** Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v.9, n.16, p. 1027-1046, 2013.



29

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA INTENSIDADE NO TRATAMENTO DE TRAUMAS MAMILARES EM LACTANTES¹

Maria Nillane da Silva²
Bruna Karinnay Da Silva Sousa³
Francisca Cindy de Sousa Albuquerque⁴
Larissa Raynara Bandeira Barros Costa⁵
Maria Merciane Medeiros do Nascimento Ferreira⁶
Marianne Raquel Bonfim Borges⁷
Karla Joelma Bezerra Cunha⁸
Centro Universitário Santo Agostinho



RESUMO

O aleitamento materno (AM) é a mais adequada forma de nutrição para o recém-nascido até o sexto mês de vida. O leite materno é rico em nutrientes importantes para o bom desenvolvimento do lactente, porém o desmame precoce é uma realidade brasileira. A presença de fissura mamilar está entre os principais empecilhos no processo de AM. O objetivo desse estudo é descrever as contribuições do uso do laser de baixa intensidade no tratamento do trauma mamilar. Revisão bibliográfica realizada durante o mês de agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: “Terapia com luz de baixa intensidade”, “Mama” e “Aleitamento materno”, foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. O laser de baixa potência no tratamento da fissura mamilar, irá atuar biomodulando as células e os tecidos, provocando proliferação celular, neoformação tecidual e revascularização, diminuindo o edema e aliviando a dor. A compreensão desse tratamento pelo enfermeiro é necessário para melhorar a duração da amamentação exclusiva, abordando sistematicamente uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelas mulheres que amamentam, pois a responsabilidade do tratamento e prevenção está ligada intrinsecamente ao seu cotidiano.

PALAVRAS- CHAVE: Terapia com luz de baixa intensidade, mama, aleitamento materno.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianillane12@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: karinnay@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: f_cindy@outlook.com

⁵ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: lraynara903@gmail.com

⁶ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: mercymed123@outlook.com

⁷ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianebonfim2@hotmail.com

⁸ Enfermeira obstetra e mestra em enfermagem- UNIFSA, email: Karlaenfa@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Conforme Leal et al (2016) relata, o aleitamento materno (AM) é a forma mais completa e ideal de nutrição para os recém-nascidos, até o sexto mês de vida, pois fortalece o sistema imunológico diminuindo assim a incidência de mortalidade infantil. O leite materno contém todos os nutrientes em qualidade e quantidade ideais para o bom desenvolvimento do lactente, porém, apesar de tudo isso o desmame precoce é uma realidade brasileira. De acordo com o estudo de Vasquez, Dumith e Susin (2015), atualmente verifica-se que intervenções negativas fazem parte do cotidiano das lactantes, fato esse, que pode levar ao desmame precoce do lactente ou até mesmo a não amamentação. A depressão pós-parto, presença de fissura mamilar nas lactantes, falta de informações e condições socioeconômicas continuam sendo os principais empecilhos no processo de aleitamento materno.

Segundo Buck, Eckereder e Amir (2016), uma queixa muito comum entre as mulheres que amamentam, é a dor proveniente de lesões mamilares, iniciada nos primeiros dias após o parto, causadas por uma retenção inadequada do bebê, configurando-se como um obstáculo importante para o sucesso do aleitamento materno. Atualmente existe um número limitado de terapias eficazes na cicatrização de mamilos danificados durante a lactação, objetivou-se então com esse estudo, investigar e descrever as contribuições da terapia a laser nesse processo, por se tratar de um tratamento indolor e que ajuda na cicatrização e alívio da dor.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada durante o mês de Agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: "Terapia com luz de baixa intensidade", "Mama" e "Aleitamento materno", associados com o operador booleano AND. Foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. Foram encontrados no total 21 artigos, porém após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, apenas 06 corresponderam à temática abordada (3- MEDLINE, 1- CAPES, 1-EBSCO e 1- PUBMED). Consideraram-se, para a busca das publicações científicas, os seguintes critérios de inclusão: artigo científico que citava de maneira clara a aplicação do laser no tratamento de traumas mamários ou teciduais, ou uso do laser pelo enfermeiro no tratamento de feridas e/ou lesões; disponibilizado na íntegra, de forma livre e gratuita, nos idiomas português ou inglês. Foram excluídos os artigos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Dennis, Jackson e Watson (2014), muitas intervenções terapêuticas voltadas para a redução da dor nos mamilos em mulheres que amamentam foram avaliadas, porém ainda não está claro qual a mais eficaz. No entanto, é necessária a atuação eficaz do enfermeiro no tratamento de feridas, por meio da Sistematização da

Assistência em Enfermagem, na avaliação do tecido em seu aspecto e dimensões, definindo a escolha da cobertura e do curativo adequado, avaliação de comorbidades e fatores que interferem no processo cicatricial. A laserterapia é considerada um procedimento privativo do enfermeiro dentro da equipe, porém o mesmo só poderá realizá-la mediante certificação de especialização.

Conforme Vasquez, Dumith e Susin (2015) relatam, fissuras são uma porta de entrada para bactérias, quando não tratadas levam a quadros de mastite, que é caracterizada como um processo inflamatório de um ou mais quadrantes da mama, podendo progredir para uma infecção bacteriana, formando abscessos. Em casos mais graves evoluir para uma septicemia. O diagnóstico da mastite é realizado a partir da anamnese e do exame físico que se baseiam na busca do detalhamento da história clínica, visando à investigação da presença de fatores de risco predisponentes e à observação dos sinais e sintomas sugestivos de infecção.

Segundo Schmidt e Pereira (2016), atualmente, a laserterapia se destaca entre os processos que favorecem a cicatrização. Trata-se de uma radiação eletromagnética que pode ser classificada em alta e baixa potência. A primeira opção atua no corte, remoção ou coagulação de tecidos, e a segunda no processo de reparação tecidual. Utiliza-se o laser de baixa potência no tratamento da fissura mamilar, que irá atuar biomodulando as células e os tecidos, provocando proliferação celular, neoformação tecidual e revascularização, diminuindo o edema e aliviando a dor. Devendo este ser associado a realização do curativo adequadamente para resultados mais satisfatórios.

De acordo com o estudo de Santos, Filho e Nicolau (2012), o laser focaliza em pequenas áreas e emite altas densidades de energia, fazendo-o um instrumento de grande interesse e importância para aplicações na área da saúde, tanto no diagnóstico como na terapia. A energia é medida em Joule (J), ou seja, quantidade de radiação que será aplicada na lesão. O comprimento da onda é medida em nanômetro, indicando a potencialidade da penetração. A onda é aplicada nas bordas da lesão, sendo que doses entre 2 a 4 J/cm² fornece analgesia, 1 a 3 J/cm² há ação anti-inflamatória, entre 1 a 6 J/cm² têm ação terapêutica e entre 3 a 6 J/cm² ocorre reparação tecidual.

CONCLUSÃO

Este estudo permitiu que a compreensão das opções de tratamento de dor nos mamilos, é necessária para melhorar a duração da amamentação e as taxas de exclusividade, bem como para abordar sistematicamente uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelas mulheres que amamentam, pois, a responsabilidade do tratamento e prevenção está ligada intrinsecamente ao cotidiano do enfermeiro e fornece a autonomia de decisão.

O enfermeiro é protagonista no tratamento de feridas, porém observa-se uma deficiência de produção científica, tanto nacional como internacional, em relação à utilização da laserterapia por enfermeiros no tratamento de feridas, principalmente traumas mamários. No entanto, é importante o aprofundamento de conhecimento científico nesta área, a fim de se conhecer e promover a adesão a essa nova tecnologia de intervenção na reparação tecidual.

REFERÊNCIAS

- BUCK, M. L; ECKEREDER, G; AMIR, L. H. Low level laser therapy for breastfeeding problems. **Breastfeeding Review**, v.24, n.2, p 27-31, 2016.
- DENNIS, C. L; JACKSON, K; WATSON, J. Intervenções para o tratamento de mamilos dolorosos entre mulheres que amamentam. **O banco de dados Cochrane de revisões sistemáticas**, v.15, n.12, p 105-115, 2014.
- LEAL, C. C. G. et al. Prática de enfermeiras na promoção do aleitamento materno de adolescentes brasileiras. **Ciencia y Enfermería**, v.22, n.3, p 97-106, 2016.
- SANTOS, M. C. M; FILHO, F. C. G; NICOLAU, R. A. Efeitos terapêuticos do diodo emissor de luz - led em mastites lactacionais. **Revista Univap**, v. 18, n.32, p 42-51, 2012.
- SCHMIDT, M. H; PEREIRA, A. D. A; LASERTHERAPY: The use of technology in nursing intervention. **Disciplinarum Scientia**, v.17, n.3, p 499-506, 2016.
- VASQUEZ, J; DUMITH, S; SUSIN, L. R. O. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.15, n.2, p 181-192, 2015.





